

**MARCIA ELIZABETH DE AQUINO**

**PERSONNAS: GRADAÇÕES E SUJEITOS  
DO DISCURSO POLÍTICO-RELIGIOSO NO  
ESTADO AUTORITÁRIO PÓS-64  
UMA ABORDAGEM LEXICAL E  
SOCIOSSEMIÓTICA**

**TOMO II**

**Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Lingüística, Área de Concentração de Semiótica e Lingüística Geral, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.**

**Orientador: Prof. Dr. Cidmar Teodoro Pais**

**SÃO PAULO  
2001**

Marcia Elizabeth De Aquino

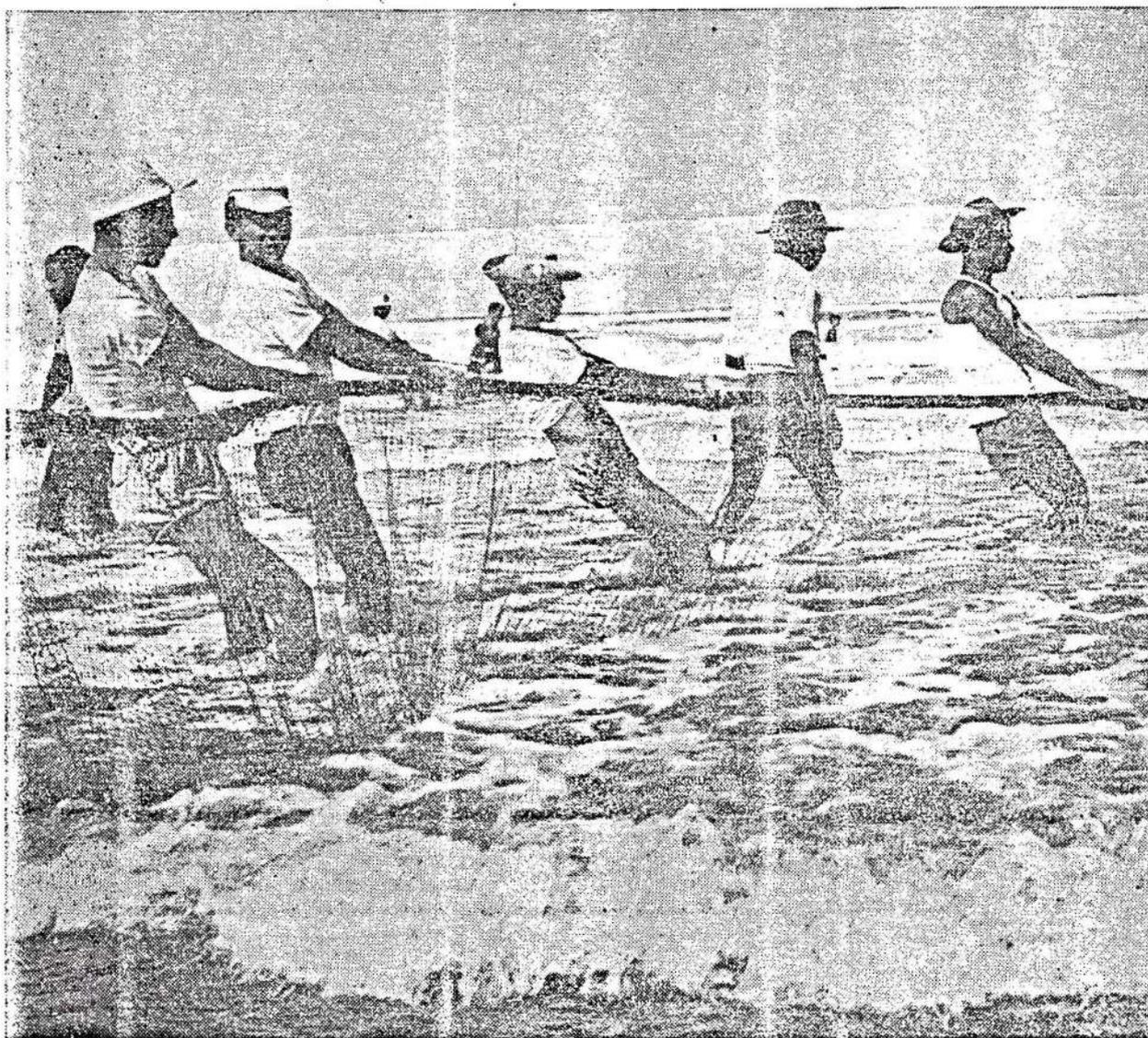
PERSONNAS

*gradações e sujeitos  
do discurso político-religioso  
no Estado autoritário pós-64  
uma abordagem lexical e sóciosemiótica*

**Capítulo 13**  
**Anexos e Apêndices (I)**  
**Textos integrais do *corpus* principal**

CRUZ DE MALTA, Jan.-Fev. 1964

# REFORMA DA PESCA FAZ



★ Escreve:

Carlos Pizarro \*

# REVOLUÇÃO

NO EXTENSO LITORAL de Santa Catarina, cêrca de 25 mil famílias outrora relegadas ao mais completo abandono — foram redimidas da miséria e do sofrimento pelo esforço titânico de um jovem sociólogo presbiteriano que iniciou sua carreira nos bancos de uma escola evangélica catarinense, graduou-se na América do Norte, fez-se operário e líder sindical para conhecer de perto a vida e as reações dos homens de fábricas, e conseguiu galgar a Assembléia Legislativa de seu Estado: o deputado Paulo Stuart Wright. Tal esforço traduz-se em uma sigla — a FECOPESCA — e constitui-se na mais autêntica tentativa de levar o pescador brasileiro a superar as medievais condições de vida e trabalho a que foi lançado pelo descaso das autoridades.

## EM STA. CATARINA

\* Os dados para esta reportagem foram colhidos pelo jovem pastor Eber Ferter, que assessorou Paulo S. Wright em seu trabalho de direção da FECOPESCA.

## COMO SURTIU

A FECOPESCA — Federação das Cooperativas de Pesca de Santa Catarina — nasceu de uma viagem empreendida por Paulo Wright ao litoral de Santa Catarina no mês de julho de 1961.

Sociólogo capaz, profundo conhecedor dos problemas que afligem o povo brasileiro e possuidor de um coração generoso, Paulo vinha se preocupando com a situação do homem-do-mar catarinense já há bastante tempo. As excelentes condições para a exploração da pesca no litoral do Estado, contrastando-se de maneira gritante com os precários recursos de que dispunham as populações praianas despertavam em seu coração um desejo ardente de fazer alguma coisa de concreta para revolucionar aquele "statuos quo" e dar origem, na região, a um surto de progresso por muitos julgado impossível.

Partindo do princípio de que, numa região de tão escassos recursos financeiros, os únicos elementos de que poderia dispor seriam os oferecidos pela natureza — uma extensa costa habitada por cardumes os mais ricos e variados — e o trabalho conjunto da grande massa de pescadores, chegou à conclusão de que a primeira medida a ser tomada seria a unificação das diversas populações praianas. E, assim, idealizou uma rede de pequenas cooperativas federadas que trabalhassem com vistas a um ideal único e em benefício da coletividade.

Foi a isto que se prestou a viagem de meados de 61.

"Naquela oportunidade — explica o próprio Paulo Wright — percorri, em companhia de vários outros companheiros, dentre os quais o Dr. Antonio Bacila, todas as colônias de pesca do Estado, de norte a sul. Em cada localidade, permanecemos durante algum tempo, explicando aos pescadores as razões por que se fazia necessária a unificação, descobrindo as lideranças naturais ou eventuais e marcando assembléias para a eleição das diretorias dos primeiros núcleos que se constituiriam, mais tarde, nas cooperativas federadas. Estava iniciado o nosso movimento".

Concretizado aquele primeiro passo, Paulo e seus companheiros passaram à busca dos recursos para o primeiro impulso. Haviam apelado ao governo federal e aguardavam que uma das "unidades móveis de crédito agrícola", recém-criadas pelo então presidente Jânio Quadros viessem a atender às suas necessidades. "Esperávamos — afirmou à CRUZ DE MALTA o jovem líder cooperativista — que o sr. Jânio Quadros, através de um de seus famosos bilhetes viesse a liberar o financiamento necessário para colocarmos em funcionamento as cooperativas".

Aquelas alturas, entretanto, estourou a crise de agosto, e todas as esperanças de financiamento vieram por água abaixo. Paulo Wright e seus companheiros, todavia, não desistiram do intento de redimir os pescadores catarinenses e, passados aqueles dias de conturbação nacional, iniciaram o recolhimento da documentação e dos dados necessários à constituição da Federação. Meses após o reinício das atividades — já em princípios de 1962 — e depois de uma assembléia de que tomaram parte todos os núcleos anteriormente visitados, era organizada a FECOPESCA, com um total de 27 cooperativas associadas.

## DEPUTADO

Apesar da adesão massiça oferecida pelos pescadores catarinenses à Federação, a falta de recursos financeiros continuou a ser o grande impedimento para o sucesso do movimento. Já desiludidos da possibilidade de financiamento pelo governo federal, Paulo Wright chegou à conclusão de que a única esperança seria o Estado. Sem delongas, preparou, com o auxílio de D. Elyani M. de S. Santos — sua assessora geral — um projeto de financiamento e o remeteu às autoridades competentes.

Mais uma vez, entretanto, teve os seus esforços baldados, pois ninguém se interessou pelo problema.

Em meio à situação já de quase desespero, o jovem líder e seus companheiros chegaram a uma nova conclusão: a única possibilidade de levar as autoridades estaduais a tomarem alguma decisão concreta em seu benefício, seria igualar-se a elas e exigir. Foi o que procuraram fazer. Era época de eleições e não foi preciso que se pensasse muito para que, em bem pouco tempo, uma candidatura nova à Assembléia Legislativa surgisse nas praças. E o candidato não era outro, senão o próprio Paulo Wright.

Levado ao julgamento popular, através das urnas, o jovem sociólogo foi aprovado e eleito pela manifestação de 2.144 eleitores.

O

## CONVÊNIO

Gozando das vantagens que lhe conferia sua cadeira na Assembléia Legislativa e com a considerável cobertura dos eleitores que conseguiu reunir em torno de seu nome, o líder dos pescadores passou a encontrar facilidades de acesso às autoridades administrativas antes inatingíveis.



Paulo Wright

Conseguiu, então, que o seu projeto de financiamento fosse tirado dos poeirentos arquivos e analisado interessadamente pelas autoridades. E, assim, não passou muito tempo para que o Executivo catarinense, através da Secretaria da Agricultura e do Departamento de Caça e Pesca, concordasse em firmar um convênio com a Federação, pelo qual se obrigava a assistir e financiar sua ação. Agora, espera-se para dentro de bem pouco tempo, que se inicie o cumprimento do Convênio, que firmará o funcionamento da organização, e criará condições para que o pescador passe a confiar nas autoridades constituídas do Estado. A propósito, idêntico projeto foi encaminhado à Comissão de Projetos especiais do Conselho Mundial de Igrejas, sendo aguardado, também do mesmo, um empréstimo — financiamento, a longo prazo.

## RESULTADOS

Ao ser iniciado o movimento pela criação da FECOPESCA, a costa catarinense era habitada por cerca de 25 mil famílias, sendo que perto de 15.031 homens se dedicavam à exploração da pesca. A renda média anual de cada centro de pescadores orçava em Cr\$ 1.360.000,00 aproximadamente, tomando-se em conta a quantidade de 55.461 toneladas de pescado recolhida pelos 27 centros. No primeiro ano de funcionamento da FECOPESCA, esta mesma quantidade possibilitou a cada centro uma renda de Cr\$ 3.434.000,00 ou seja, uma vantagem de Cr\$ ..... 2.074.000,00. Isto, em virtude da racionalização dos métodos de trabalho introduzida pela direção da Federação, a da utilização de equipamentos mais eficientes (inclusive meios de transporte para o produto das pescas já fornecidos pelo governo estadual, através do convênio firmado). Hoje, além das novas técnicas e dos recursos suficientes para a modernização de seu trabalho, os outrora miseráveis pescadores têm, também, maiores possibilidades — e até mesmo estímulo — para educar seus filhos, que se constituirão, por certo, nos anos futuros, nos continuadores dessa obra. O pescador catarinense, se não está ainda totalmente redimido da miséria em que vivia, pelo menos tem meios para vencer o fantasma da fome e constituir-se em uma comunidade progressista e laboriosa. Enquanto, por todo este Brasil imenso se luta e se clama por reformas que beneficiem o trabalhador rural, ali naquele cantinho do litoral sul, a reestruturação já está praticamente feita: o homem já tem condições para viver com dignidade.

## QUEM É?

Paulo Stuart Wright é natural de Joaçaba, em Santa Catarina. Filho de missionários — Rev. Latran e Da. Bela Wright foram seus genitores — adquiriu os conhecimentos primários na Escola Evangélica de Joaçaba, de onde se transferiu para o Instituto Educacional de Passo Fundo, a fim de cursar o ginásio e o Científico, e, posteriormente para o "College of the Ozarks", no Estado de Arkansas, EUA, onde se graduou em Sociologia e Política. Posteriormente, especializou-se em Estudos de População, na Universidade da Flórida, também nos Estados Unidos, após o que voltou ao Brasil.

Na terra de seus pais, foi um dos fundadores de um expressivo grupo contrário à discriminação racial, na Universidade da Flórida.

Não obstante haver concluído com brilhantismo todos os cursos, sentiu necessidade, à certa altura de sua vida, de tomar um contacto mais íntimo com as classes trabalhadoras a fim de conhecer, na realidade, suas reações sociológicas. Em 1956, quando se achava em nova viagem aos EUA, fez-se trabalhador braçal, no setor de construção civil, em Los Angeles. No ano seguinte, voltou ao Brasil e se empregou como ajudante de torneiro-mecânico. Retornando a Joaçaba, foi nomeado Secretário da Prefeitura local, cargo este que abandonou para se empregar como torneiro-mecânico numa outra indústria de São Paulo. Em 1960, foi Secretário Regional da União Cristã de Estudantes do Brasil e, no ano seguinte, Secretário da D.R. da Fronteira Sudoeste, em Joaçaba. Pouco depois, foi convidado pelo governador do Estado para dirigir a Imprensa Oficial, de onde saiu para dar início à organização da FECOPESCA.

Jovem, inteligente e dinâmico, e reunindo preciosas experiências, Paulo Wright é, hoje, figura quase simbólica para os homens-do-mar de seu Estado. Seu nome, ao lado do que leva a organização da qual é o autor, é tido como sinônimo de redenção pelos milhares de pescadores sulistas. Sua vida ficará ligada por todo o sempre, à História do bravo Estado catarinense, como o ficaram os dos heróis da Laguna...

5. REQUERIMENTO AO PRESIDENTE JOÃO GOULART,  
CUMPRIMENTANDO PELA INSTALAÇÃO DO GRUPO DE  
TRABALHO PARA ESTUDAR INCREMENTO DA PESCA - 7/3/63

Na forma regimental, requeiro a V. Exa., depois  
ouvido o Plenário a expedição de telegrama, cuja minuta segue abaixo.

REGISTRADO  
N. 8

Exmo. Sr.  
Dr. João Belchior Marques Goulart  
DD. Presidente da República  
Palácio do Planalto - BRASILIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA CUM  
MENTA V. EXA. PELA INSTALAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EST  
INCREMENTO DA PESCA ~~EM~~ NO PAIZ PEDINDO A V. EXA. QUE FAÇA PRESENTE  
GRUPO CONSTITUIDO OS INTERESSES DOS PESCADORES CATARINENSES REUNTI  
EM 27 COOPERATIVAS FEDERADAS Á FECOPESCA PLENAMENTE CAPACITADA A I  
PRESENTAR INTERESSES POPULAÇÃO LITORÂNEA LIGADAS ÀS ATIVIDADES PI  
QUEIRAS EM NUMERO SUPERIOR A CEM MIL E QUE ATÉ HOJE AGUARDA A PRE  
EFETIVA DO GOVERNO FEDERAL NO ESTÍMULO AO SEU TRABALHO SAUDAÇÕES  
SIDENTE.

Idêntico telegrama ao:

Exmo. Sr.  
Dr. José Ermírio de Moraes  
DD. Ministro da Agricultura  
BRASILIA

Florianópolis, 7 de março de 1963

  
Paulo Stuart Wright

- Deputado -

APROVADO EM SESSÃO

## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.P.S. - 2003

08 11 74

52-7 0 8453

PAULO STUART WRIGHT

Nome falso: FRANCISCO DE PAULA MARTINS  
 Vulgo: "JOÃO", "ANTÔNIO", "PEDRO", "JO", "TIO" e "BRUN"  
 Qualificação: Filho de Lethan Ephraim Wright e Maggie Belli Wright, natural de Joazeiro-SC, nascido nos 2 - de junho de 1.933, portador do RG.86.302

50-2-9-~~3838~~ 36636

Em 04-6-1964, o epígrafe figura numa relação de exilados brasileiros que chegaram ao México.-

50-2-9-6862

Em 31-10-1969, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, nos enviou um prontuário, atinente a PAULO STUART WRIGHT, ex-deputado do PSP/SC, cassado pela Assembleia Legislativa. No referido prontuário consta nos o seguinte: Em 8-10-1960, o marginado foi fichado na DOPS daquele Estado, em consequência de um ofício da Delegacia Regional de Joazeiro, comunicando que o Comitê Estudantil Nacionalista, organizou uma concentração para uma despedida ao candidato a prefeito derrotado daquela cidade PAULO STUART WRIGHT ocasião em que se manifestaram diversos oradores, tidos como agitadores; O nominado, derrotado em Joazeiro, foi para Florianópolis, tendo sido nomeado pelo atual governo para o cargo de Diretor de Imprensa Oficial do Estado. Com este cargo teve parte ativa na confecção de boletins pró-Cuba, atribuindo-se a sua exoneração, "a pedido", ao fato de estar deliberadamente a favor do movimento cubano; Em 1.962, foi eleito deputado estadual pelo PSP e como deputado tomou parte em todos os movimentos de agitação naquela capital e no interior do Estado; Em 29-5-1964, consta ter sido feita uma pericia grafotécnica em um manifesto subversivo, dirigido aos estudantes, militares donas de casa e ao povo em geral, tendo ficado concluído que o grafismo do referido manifesto partiu do punho de PAULO STUART WRIGHT; Em 09-6-1964, rádio nº 344 do Rio, informa que o marginado está asilado na Embaixada Mexicana; Em 11-4-1967, - consta que o marginado, ex-deputado estadual de Santa Catarina militante da Ação Popular, foi indiciado em vários I.P.M.s, ig

e e g u e . . .

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.F.S. -

Continuação - - - - - fls. 2 -

inclusive no que apurou a fuga do cabo José Anselmo dos Santos, da Embaixada do México, há dois meses atrás, na cidade de Joazeiro; Em 01-3-1969, consta que o mencionado foi visto em São Paulo, em plena área comercial da capital paulista, perguntado pelo informante onde estava, disse residir no Rio e que vinha constantemente a São Paulo, a negócios, porém não deixou seu endereço.-

50-Z-319-300 à 305

Em 03-3-1970, a Rede Ferroviária Federal, solicitou levantamentos das atividades de diversos elementos infiltrados na área ferroviária que têm desenvolvido atividades subversivas. Nos "dados conhecidos" informa que referidos elementos estão ligados a PAULO WRIGHT, refugiado no México.-

50-Z-260-127

Conforme Ofício nº 2264/70, do SNI, consta nos que em 12-5-1970, teriam chegado à capital uruguaia, procedentes de São Paulo, dois elementos indicados como Paulo e Célio, os quais seriam mantido contatos, com a organização terrorista uruguaia "Tupamaros". Consta ainda que um deles poderia ser PAUL STUART WRIGHT, do Comando Nacional da Ação Popular.-

20-C-43-2732/1566

Conforme publicação no jornal "Notícias Populares", de 07-7-1970, consta nos que o promotor da Justiça Militar, denunciou ontem, 81 pessoas, acusadas de organizarem um movimento revolucionário, denominada "Ação Popular", com objetivos de atos de violência, visando a derrubada do governo. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, entre os quais PAULO STUART WRIGHT.-

50-Z-9-13391

Declarações prestadas por Alípio Cristiano de Freitas em 30-11-1970, constando que em 1964, recebeu curso de guerrilha em Cuba, juntamente com outros brasileiros, entre os quais PAULO WRIGHT.-

30-Z-160-13882

30-Z-160-8338/1207/666

s e g u e . . .

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.F.S. -

Continuação - - - - - fls. 3 -

Conforme declarações prestadas por Paulo Gustavo de Barros Carvalho, no I Ex-CODI, em 15-12-1970, - consta-nos que o interrogado ficou conhecendo PAULO WRIGHT - em 1966 e sabe-se que o mesmo foi deputado cassado, que esteve exilado; viajou para Cuba e fez curso na China. Foi membro do Comando Nacional Da Ação Popular em 1965 até 1.969, - sendo então escolhido na II Reunião do D.N.A., membro da Comissão Executiva Provisória. Deve atualmente estar no Brasil

50-D-26-2641/3124 - 50-D-7-1647/1649/1651/1657/1659/1660  
 50-Z-9-2912/2913/2927/31931/31932/31936/31940/31944/31948/31949  
 Em 1.971, o Boletim Informativo nº 4 -  
 50-Z-9-32398/32410/32510/32615/32223/32224/32226  
 do III Exército, publicou uma relação de elementos procurados pelo Exército, na qual figura o marginado, condenado pela 5ª C.J.M. a 6 anos de reclusão, como incurso no artigo 21 do Decreto-Lei 314/67.- 50-Z-98-1735 - 50-Z-9-12392/15140/19216  
 50-Z-9-19254/28075/35229

Declarações datada de 28-6-1971, prestadas por Raul Koefl Machado Carrion, elemento do PO do B, - que com referência a PAULO WRIGHT, consta tê-lo conhecido em março de 1967 em uma reunião da Coordenação Universitária em que foi escolhida uma nova coordenação geral; participou da referida reunião, na qualidade de enviado da Direção Nacional da Ação Popular; que após essa ocasião, o epigrafado ainda esteve em outras oportunidades no Rio Grande do Sul, quando manteve contatos com a coordenação geral, em nome da direção geral da AP, trazendo orientações políticas e material mimeografado da organização.- 50-Z-9-19811/19810

Conforme declarações prestadas por Hugo de Farias Ramos, em 22-12-1971, no DOI-II EX, consta-nos que o curso de capacitação política, realizado na China Comunista em 1969, para militantes da AP, foi totalmente financiado pelo Partido Comunista Chinês e denominava "Projeto Teixeira", coordenado pelo marginado, que, segundo consta, é o sexto homem em importância do Comitê Central Provisório. É filho de pastor protestante americano, o qual desconhece as atividades do filho.- 50-Z-9-29287/29282/20296/29300/29302  
 50-Z-9-29622/29671/29676/29689/32195/32209/32213/32215

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES - D.O.F.S. -

Continuação - - - - - fls. 4 -

Declarações datada de 30-12-1971, prestadas por Ney Francisco do Vale, elemento pertencente a APML, que com referência a PAULO STUART WRIGHT, consta ter sido membro da Comissão Executiva Provisória, até maio de 1971.-

50-Z-9-32582/32570

Em 1.972, a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, nos enviou relatório sobre atividades de elementos integrantes da organização subversiva "Ação Popular" Marxista Leninista do Brasil", no qual figura PAULO / STUART WRIGHT. Consta que em 1.970, antes das eleições, foi por duas vezes a Porto Alegre, a fim de orientar a campanha de voto nulo. Neste mesmo ano, passou pelo esquema de fronteira para o centro do país e segundo "Eduardo" participou de estudo marxista na China. Atualmente encontra-se foragido

50-Z-98-1988

Em 08-3-1972, consta em nosso arquivo, cópia da sentença de Proc. nº 41/69, da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, na qual consta que PAULO STUART WRIGHT, não presta depoimento no inquérito. Fazia parte da AP, integrante do Comando Nacional. Foi também integrante da 2ª Reunião da Direção Nacional Ampliada, para cuja direção foi eleito membro da Comissão Executiva Provisória. A prova não leva ao pleno convencimento de sua atuação. Absolvido.-

50-Z-9-28778 - 50-D-26-3762/3775/3800/3801/3949/3962/3986

50-D-26-4147/4161/4187

Declarações datada de 10-4-1972, prestadas por Mauro Roberto Brasil Vasconcelos, que com referência ao marginado, consta ser militante do CC da AP.-

30-Z-160-11563/11562

Em 19-9-1972, foi julgado e condenado, a revalida, à pena de um ano de reclusão, pela 5ª C.J.M.-

50-Z-9-36535/36566/36780/37385

Em 16-10-1973, o Ministro do STM, solicitou informações do marginado, para fins de "Habeas Corpus".-

50-Z-9-36535

Conforme RFI nº 1/74 do II Ex, consta-nos que no dia 13-3-1974, a 1ª Auditoria da 2ª C.J.M., expediu Mandado de Prisão, contra o marginado.-

50-Z-9-37107

NB: os símbolos não usados, estão no verso...

*Provido da chupia (DA. TUMAS) em 07-11-74*

### 13.3. Anexo B - Documentos

- 1) Publicação – Cruz de Malta Jan.- fev./ 1964
- 2) Requerimento ao Presidente João Goulart pelo Deputado Paulo S.Wright
- 3) Documento do Serviço de Informação – DOPS sobre Paulo Stuart Wright
- 4) Certidão de Óbito de Paulo Stuart Wright
- 5) Diploma do Mérito Democrático da Câmara Municipal de Criciúma a Paulo Stuart Wright - 22/ set/ 95
- 6) Publicação – Nós, Os Cristãos e o Mundo
- 7) Publicação : O Som do Evangelho - São Paulo jan./ 79
- 8) Recorte do Jornal O SÃO PAULO 04/ jan/ 85 - Cartas – Nem Anistia Quiseram ... e Restauração de Paulo Wright
- 9) Manuscrito – Ata no. 910
- 10) Restauração de Paulo Wright - Resolução da IPB
- 11) Documento da Câmara Municipal de São Paulo – Concessão de Título ao Cardeal Arns
- 12) CLAMOR – Carta de Santiago do Chile
- 13) Documento sobre “Operation Condor”
- 14) Revista Rondon Sul – Integrar para não Entregar – ano 1 no. 1
- 15) Ofício do governador do Pará, Fernando Guillon

.....



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES = CPI/DOPS.

fls.05

Conforme Boletim Informativo Bº 2/74 - Ministério do Exércjto, consta que o marginado foi condenado pela Aus./5.ª CJM, à pena de seis anos de reclusão, como incurso no art. 21 do DL Nº 314/67 - condenado em 19/9/72, pela Aud. 5.ª CJM, a revelia à pena de 1 ano de reclusão, como incurso no art. 45 do DL 898/69. Condenado pelo CPJ, da 1.ª Aud./2.ª CJM, em .. 21/8/74, à pena de 5 anos de reclusão, como inc. no art. 14 do DL 898/69. 50-7-9-38225. z. 50-3-0-42272 z. 50-7-9-40252/39030. z.

Encontra-se arquivado neste CPI, xerox de Mandado de Prisão, expedido pela 1.ª Aud./2.ª CJM, datado de 21/8/74, contra o epigrafado, com 5 anos de reclusão como inc. no art. 14 do DL 898/69, mais a pena acessória de suspensão dos seus direitos políticos, pelo prazo de 10 anos.

50-7-8-1870. z. 50-8-9-39850. z. 31-2-14-770/531. z.

Segundo a publicação Noticias Censuradas de set./1974, o epigrafado constada lista de desaparecidos, apresentada durante a V Conferência Nacional dos Advogados.

30-0-1-23470. Arrilha.

Em folheto intitulado Brasil Notícia, arquivado neste CPI aos 2/10/74, consta a prisão do marginado, ex-deputado de Sta. Catarina, realizada em out./1973, não foi reconhecida oficialmente pelos órgãos da segurança.

50-7-9-3º474. z.

Consta arquivada nesta divisão informação sobre Paulo Stuart Wriht, datada de 7/11/74, elaborada pelo Serviço Informações -DOPS.

0-C-223000/005. z.

Seu nome figura em ofício Nº 1626 - 1.ª Aud./2.ª CJM, datado de 11/11/74, referente a Processo da Ação Popular Marxista Leninista, no qual consta que o marginado é componente do CC - Comitê da APML, e referido nos interrogatórios

- segue -



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
 POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES = CPI/DOFS.

fls.06

e nos interrogatórios de Otto José Mattos Filgueiras, como sendo militante com quem cobriu pontos nesta capital, para discutirem problemas internos da organização. Nelson Martinez, como sendo o militante com quem esteve na reunião da DNA no interior deste Estado e cobriu pontos em ruas desta capital; Antonio Norival Soave, como sendo o militante com quem esteve na III RADN - Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em sítio alugado na cidade de São Paulo, interior deste Estado, e com teve contatos em pontos de rua, para tratarem de assuntos relacionados com a... APML, em nível de direção Nacional.

50-2-9-38644/38623. z.

Em abaixo - assinado de 18/2/75, dirigido aos Ministros do Supremo Tribunal, referente a desaparecidos, cita-se entre outros Paulo Stuart, ex-deputado federal pelo Pará, preso em São Paulo na primeira semana de set./1973.

50-6-2-9077. 50-3-130-1049. Arrilha.

Informação arquivada nesta divisão em..... 28/5/75, procedente da IV Comar - informa sobre o epígráfico dizendo que sua situação naquela data era de forjado.

50-11-26-4794. Arrilha.

Segundo informação reservada DOPS, datada de 23/10/75 - José Milton Ferreira participou da 3.ª Reunião Ampliada da direção nacional da APML, posteriormente soube que Manoel Conceição dos Santos, compôs o Grupo Dissidente ao lado de Jair Ferreira de Sá "Dorivã" e Paulo, Stuart Wright "João"

50-3-30-5668. Arrilha.

Arquivado em 17/3/76, constam o dossiê de Paulo Stuart, feito por seu irmão James N. Wright, que afirma estar o mesmo desaparecido.

50-3-0-13796. Arrilha.

Conforme informação Nº 347- M. do Exército, datada de 23/2/76, consta o marginado e outros estiveram presente na realização do II RADN.

50-3-8-1987. Arrilha.

segue



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
 POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES = CPI/DOPS.

fls.07

Consta-nos documento intitulado "Liberdade para Escrever - Brail", datado de 3/77, trazendo entre outros o nome do epigrafado como professor, membro da Câmara dos Deputados, preso em 11/73, morto depois de prolongada tortura.

50-E-8-1132/1142-A Arrilha.

Segundo Boletim Informativo Nº 1/78, do Ministério do Exército, datado de julho de 1978, informando sobre exclusões do Bol. Informativo consta que o mesmo já é falecido.

50-D-19-671. Arrilha.

Consta arquivado nesta divisão em maio de 1978, cópia de inquérito policial instaurado pela divisão de ordem social, referente a organização subversivo - terrorista auto denominada PC do B., destacando-se o depoimento do indiciado Aldo Silva Arates que no ano de 1965 participou da reorganização da AP - Ação Popular ao lado de outros elementos dentre os quais o epigrafado.

30-C-1-24785 Arrilha.

A Folha de São Paulo, datada de ..... 22/8/78, noticia a condenação de alguns revéis pelo S. T. Militar dentre os quais o epigrafado.

30-B-2-24. Arrilha.

Seu nome figura na relação de elementos condenados pela LSN, pela Aud./5.ª CJM, arquivada nesta divisão aos 22/9/78., digo 22/9/78.

50-Z-9-42458. z.

Documento desta divisão, datado de..... 11/1/79, consta que o Culto Ecumenico organizado pelo CBA para o dia 12/1/79, consta que tal culto será celebrado pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, Rhino -Henry Sobel e pelo pastor protestante Jayne Stuart, irmão do ex-deputado Paulo Stuart, que segundo a CBA esta desaparecido.

20-C-44-110. z.

segue



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO  
DIVISÃO DE INFORMAÇÕES - CPI/DOPS.

fls.08

Documento desta divisão, datado de.....  
12/1/79, referente ao Culto Ecumenico em <sup>Memória</sup> dos Presos Po-  
líticos Mortos e em Lembrança dos Presos Políticos Desapareci-  
dos,, consta que o marginado é um dos presos políticos desapare-  
cidos.

20-C-44-131. z.

Panfleto arquivado neste CPI, do Comitê  
Brasileiro pela Anistia, aos 23/1/79, encontra-se a foto de vá-  
rios presos, sequestrados e torturados, entre eles , a foto do  
marginado.

21-3-14-5993. z.

inf. p Diretoria, em 27/8/79.



**CERTIDÃO DE OBITO**

TERMO Nº 011058

020328/96  
 OU  
 Gues

CERTIFICO que, do livro, folha e termo citados, de ASSENTO DE OBITOS deste Cartório, consta que, foi lavrado no dia 23 de janeiro de 1976, o assento de: -.....

**PAULO STUART WRIGHT**

falecido no dia primeiro de setembro de um mil e novecentos e setenta e três (01/09/1973) à hora ignorada, em lugar ignorado, em -16, do sexo masculino, de profissão SOCIOLOGO, de estado civil casado, natural de HERVAL D'ESTE-SO, residente e domiciliado, em São Paulo (na época)-SP, com quarenta (40) anos de idade, nascido aos dois de julho de um mil e novecentos e trinta e três (02/07/1933). Filho de LOTHAN EPHRAIM WRIGHT e MAGGIE BELLE WRIGHT, .....

Foi declarante: LEILA CRISTINA WRIGHT- RS.Nº3.194.282-9-PR. Sendo o atestado de óbito firmado .., dando como causa da morte: desconhecida.. O sepultamento será realizado no Cemitério ignorado, .....

Observação: Assento lavrado conforme lei 9.140 de 04 de Dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União nº232- edição de 05 de dezembro de 1995. O falecido era casado com Edimar Wright, deixa dois (02) filhos:- João Paulo Wright e Leila Cristina Wright, não deixa bens e nem testamento. Foi apresentada Certidão de casamento nº851- fls-185 do livro nº94, expedida pelo Cartório do 1º Ofício, desta Capital. A data do falecimento é incerta.....

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 23 de janeiro de 1976.

Rogério Portugal Bacellar  
 Oficial



Tá-  
 23 JAN 1976



*Câmara Municipal de Criciúma*  
**DIPLOMA DO MÉRITO DEMOCRÁTICO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA, Estado de Santa Catarina, de acordo com o Decreto Legislativo No. 030/95, de 13 de setembro de 1995, outorga ao Senhor **PAULO STUART WRIGHT**, o presente Diploma do Mérito Democrático, "in memoriam", pela participação ativa no processo de restauração do estado de direito em nosso País, após o advento do Golpe de Estado de 1964.

Criciúma, 22 de setembro de 1995.

WILMAR DA CONCEIÇÃO  
Presidente

WILSON EDDI FARACO  
1º. Secretário

dizendo aquilo que precisa ser dito, cremos também na existência de um firme empenho de muitos em que seja dito tudo quanto queremos dizer.

Por isso, lançamo-nos à criação deste jornal.

Por isso, lançamo-nos à sua criação, escolhendo a prudência da luta, contra as imprudências da omissão. Optando pela tranquilidade do combate em campo aberto, contra as inquietações da indiferença descompromissada. Decidimos pelo repousante empenho de uma participação, contra a angustiada acomodação de uma recusa.

Vicente Aquino Figueiredo Sampaio  
— Gustavo Miguel Gontijo Tostes —  
Hélio de Abreu Rocha — Arthur José de Almeida Diniz — Carlos Alberto Rangel Proença — Jorge de Rezende Dantas — Rui Barbosa Coelho — Wanda de Figueiredo Souza — Laércio Campos — José de Anchieta Corrêa — Lúcio José Paes Nunes Pereira — Pedro Alves de Almeida — Marco Antônio Rodrigues Dias — Hécio Ulhôa Saraiya — Vinicius José Nogueira Caldeira Brant — Paulo Roberto Haddad — Heloisa Helena de Paula Mascarenhas — José Alberto da Fonseca — Ronald Castelo Branco — Maurício Eduardo Guimarães Cadaval — José Maria da Fonseca — Ildeu Olyntho de Freitas — Cassio Gonçalves — Antônio de Faria Lopes — Fernando Guedes de Mello — José Birchal Wanderley — Márcio Leal Horta e Herbet José de Souza.



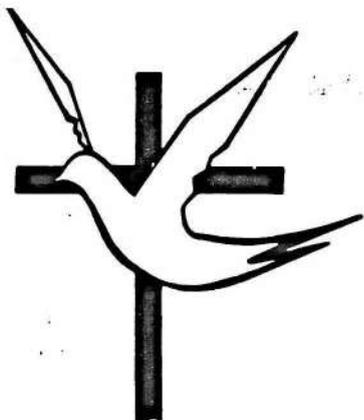
SOCIEDADE EDITORA AÇÃO POPULAR LTDA.

Proprietária de "AÇÃO POPULAR"

Rua São Paulo, 638 — Salas 1231/32

Belo Horizonte — Minas

Nós,  
os Cristãos,  
e o Mundo



# O Som do Evangelho

Pastor ROBERTO VICENTE CRUZ THEMUDO LESSA

**o som do evangelho já se fez ouvir aqui :  
boas novas e alegres de que Jesus de Na  
zare' nos chamou das trevas para a sua  
maravilhosa luz .**

ÓRGÃO PROTESTANTE DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO

ANO I	São Paulo, JANEIRO de 1979	Nº 3
-------	----------------------------	------

## O ESTADO DO PARANÁ

PÁGINA 12

CURITIBA, DOMINGO, 10 DE DEZEMBRO DE 1978



# O cisma da Igreja Presbiteriana

**"Constituímo-nos em Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, formada de todas as Igrejas organizadas a ela associadas ou que venham a associar-se obedecendo os princípios básicos de autonomia e soberania da comunidade local".**

**T**REZENTOS mil adeptos no Brasil inteiro; 27.500 somente no Paraná; 52 ministros; 437 presbíteros (conselheiros que administram a Igreja); 307 diáconos (que ajudam na manutenção do culto e da Igreja); 12.543 membros ativos; cerca de 14 mil menores e membros não ativos; 96 templos construídos no Paraná. Esta a Igreja Presbiteriana do Brasil, hoje dividida ao meio por incontornáveis problemas internos criados após a

tomada do poder central pelo reverendo Boanerges Ribeiro, de São Paulo, em 1966.

De um lado, a Igreja Presbiteriana do Brasil; de outro, a Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas, criadas com o cisma nascido durante o II Encontro Nacional de Presbiterianos, realizado em Atibaia, São Paulo, em 9 de setembro último, cuja proclamação final acusou a direção nacional de "corrupta e imoral".

Segundo consta, mais de duzentas igrejas locais já romperam com a cúpula central para ingressar na Federação.

Todas as igrejas locais que romperam com a alta cúpula (a mesma que está à frente da Universidade Mackenzie, em São Paulo), distribuíram manifestos coadunando severas denúncias contra Boanerges.

Eis alguns depoimentos:  
O pastor João Dias de Araujo,

diretor do Colégio Presbiteriano 2 de Julho, com 51 anos de atividade, em Salvador: "Quero confirmar a prepotência truculenta, imoral e corrupta da administração de Boanerges Ribeiro à frente da Igreja Presbiteriana do Brasil...". O presidente do Presbitério de Vitória, Jofferson Ferreira Nunes: "A longa noite de obecnantismo e opressão que hoje encobre e envolve a Igreja (...) A hostilidade para aqueles que resistiram à opressão na região abran-

gida pelo Presbitério de Vitória era financiada com recursos da Igreja Nacional, isto é, com os dízimos e contribuições de todos os crentes do Brasil...". Os presbíteros de Belo Horizonte: "Discordamos da posição ditatorial da cúpula dirigente, quando ela se preocupa apenas com o patrimônio material, não permitindo o diálogo interconfessional, em engavetar manifesto social do Supremo Concílio de 1962, tornando-se,

assim, uma igreja sem voz para aquilo que ocorrem em nossa Pátria". O presbítero há 35 anos e gerente adjunto do Banco Nacional do Norte, Torquato Marques dos Santos: "Não concordo, de maneira nenhuma, com a administração Boanerges Ribeiro pela dissolução ilegal de presbitérios, sínodos e despojamento de ilustres professores de teologia de suas catedras nestes últimos doze anos".

NESTE NÚMERO : 40 cartas de leitores - Trabalhos de: Presbítero Paulo Stuart Wright, rev. Jorge César Mota, rev. Joaquim Beato, rev. João Dias de Araujo, presbítero Carlos René Egg, rev. Jaci Maraschin, rev. Elias Abrahão, rev. Otoniel Mota e rev. José Pereira de Souza - Violentas críticas a Rex Humbard e à Igreja Eletrônica - Edificação espiritual e estudos bíblicos - O Manifesto de Atibaia, na íntegra - E muitas "recortagens" interessantes.

# CARTAS

## Nem Anistia quiseram...

Muito oportuna a publicação da carta do pastor presbiteriano Adélio Mendes, na Folha de São Paulo do dia 6 deste, por cinco motivos.

Primeiro, porque lembra ao público que a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) colaborou, e continua a colaborar, com o regime, com o regime repressivo implantado em 1964 (ver o livro Inquisição Sem Fronteiras, de João Dias de Araújo).

Segundo porque mostra que uma Igreja atrelada ao regime militar ainda não desactou-se. O regime aprovou

(reconciliação), mas a IPB não.

Terceiro, porque revela a afinidade de setores presbiterianos brasileiros com os "verdadeiros católicos", tais como a TFP, que, ignorando o Evangelho, preferem deixar as bandeiras da justiça e da defesa dos marginalizados nas mãos de comunistas.

Quarto, porque aponta o fato de que setores presbiterianos ultra-retrógrados são entraves à redemocratização da nossa pátria.

Quinto, porque assinala o erro da Comissão Arquioces-

na da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e Comissão Pastoral da Terra se associarem a uma homenagem tida como partidária na publicidade. A Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da cidade de São Paulo não são FT, nem do vereador João Carlos Alves, e nem das comissões da Igreja. São, isto sim, da Câmara de Vereadores, ou seja, povo de São Paulo. A Igreja tem formas próprias de reconhecer seus bons samaritanos.

**Jaime Wright**  
Pastor presbiteriano

### MEMÓRIA

## Presbiterianos revogam punição a Paulo Wright

FLORIANÓPOLIS

O Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos conseguiu recentemente a restauração de Paulo Stuart Wright na Igreja Presbiteriana. O deputado cassado em 1964 e morto pelas torturas do regime militar foi expulso da Igreja na ocasião, num processo que, conforme explica a presidente do Comitê Derlei De Luca, equivale à excomunhão na Igreja Católica. A reabilitação da memória dos perseguidos pela ditadura é a principal tarefa do Comitê que está operando agora com um sítio na Internet (rede mundial de computadores).

No endereço eletrônico [www.that.com.br/persona/Derlei.html](http://www.that.com.br/persona/Derlei.html), além de atualizadas as informações do Comitê, consta a relação dos perseguidos e mortos políticos catarinenses. A página, comenta Derlei, tem sido procurada por muitos estudantes e estudiosos. Acesso mais rápido às notícias pode ser obtido pelo endereço <http://read.at/comite>

Edward Green para secretário, e o sr. Presbítero Manoel  
Z. Cardoso para tesoureiro, e o sr. Joel Mendonça para  
auxiliar do tesoureiro. — O sr. Presbítero em disponibili-  
dade Antonio Julio de Souza apresenta, como possi-  
bilidade, a compra de um terreno e casa de material  
para capela na Armazém de Lagoinhas. Nomeia-se  
a seguinte comissão: o Reverendo Euzébio de Moura, e  
os srs. Presbíteros João Mendonça, Francisco Mangens,  
Antonio Julio de Souza, para tratar do assunto acima  
expresso. — Resolvi-se convocar uma Assembleia  
Geral Extraordinária Eclesiástica para eleição de  
três (3) presbíteros, no dia 8 de março de 1964,  
segundo domingo do mês, após o culto. O Conselho  
sugere os seguintes candidatos: Sr. Aronny Natividade  
da Costa, o dr. Uri Mendonça, e os srs. Davi Mendonça,  
Demerval Rodrigues, Domingos Cardoso, e Paulo Braglin.  
— As 22 horas encerra-se a reunião com oração  
final pelo presbítero em disponibilidade Antonio  
Julio de Souza. C., para constar, eu Edward  
Green, secretário, lavrei a presente ata que assino.  
Florianópolis, 10 de fevereiro de 1964 Edward Green, sec-  
retário.

Esta reunião ocorreu a dez  
dos onze dias do mês de junho do  
ano de mil novecentos e sessenta e quatro,  
reunida no Templo da Igreja Presbiteriana  
de Florianópolis, na Rua Visconde de Ouro Preto  
número sessenta e um, e Conselho da Igreja  
A reunião teve início às vinte horas, foi  
presidida pelo Rev. Euzébio de Moura. Con-

foram a reunião, além do irmão Presidente  
foram os seguintes membros: João José Neri  
Louça, Francisco Baizer, Edward Green e  
Henry Natwick da Costa, que tomou assento na  
reunião, em virtude de uma eleição e insta-  
lação feita a cargo do Presbítero da Igreja  
Orao iniciando os trabalhos o presbítero Fran-  
cisco Baizer. Logo a Hta da última reu-  
nião, foi imediatamente apressa nesta reunião  
contamos com a visita de Rev. Wilson Castro  
Ferreira, Secretário Executivo do Supremo  
Concílio, o que para nós é motivo de sa-  
tisfação. O irmão Presidente convidou a sig-  
nataria da presente para secretária esta reu-  
nião, na qualidade de Secretária ad-hoc.  
O irmão Presidente declarou estar na  
fe a cargo do Secretário deste Conselho, pre-  
cedendo a escolha de um dos presbíteros,  
recaindo a mesma no que da lista subse-  
quente. O irmão Presidente tratou do conheci-  
mento da Casa a realização da Assembleia  
geral da Igreja, para eleição de três pres-  
bíteros, cuja Hta passou a transcrever.

Hta da Assembleia geral Extraordinária da  
Igreja Presbiteriana de Florianópolis fo  
o dia do mês de março de mil nove-  
centos e sessenta e quatro às dez horas e trinta  
horas reuniu-se a Igreja Presbiteriana  
de Florianópolis, sita a Rua Visconde de  
Queroq. sessenta e um em Assembleia  
geral para se proceder a eleição de  
três presbíteros. A eleição foi realizada após

Presbitero  
Amigos  
Amigos

do irmão  
da Hta.  
n.º 909  
Visita de  
Rev. Wilson  
Castro Fer-  
reira.

Rev. Wilson  
Castro Fer-  
reira do  
Conselho

Reunião  
da Igreja  
Presbiteriana

Reunião  
da Hta.  
Assembleia

o culto e santo carac.  
cais por honra guorim. Os irmãos foram  
presididos pelo Reverendo Emy de <sup>garrua</sup> ~~Boa~~ <sup>Boa</sup>  
Presidente do Conselho da Igreja. O Conselho  
da Igreja superior para com dados os  
corpos de Presbiteros e Definitos irmãos.  
Irmão Antinoc de Costa, Daniel Gomes  
Benedictino e Domingos Dardo, Daniel  
Rodrigues, Dr. Henriques Mendes e  
Antonio Baptista. Aberta a sessão o Sr.  
Presidente Antinoc a casa que o irmão  
Antonio Baptista não aceitaria na candi-  
datura. Passaram assim a ser eleitos os  
candidatos superiores pelo Conselho Usou  
da palavra e falou o irmão David Gomes Mendonça  
superior que a eleição fosse um acto  
facto. Usando novamente da palavra o  
irmão David Gomes Mendonça superior que  
fossem eleitos presbiteros os irmãos que obti-  
ressem maioria absoluta de votos. Em seguida  
usou a palavra o irmão Fructos Gilheis  
superior, pedindo que fosse reconsidera-  
da a proposta anterior. Propôs então que  
os irmãos de serem considerados electos  
presbiteros os candidatos que obtivessem  
maioria absoluta de votos fossem assim  
considerados electos os três mais votados.  
Com a devida permissão do irmão David  
Gomes Mendonça a proposta do irmão  
Fructos Gilheis superior foi aceita e apro-  
vada por aclamação. Foram contados os  
votos verificou-se que houve um motivo  
para contagem. Foram então electos presbiteros

da Igreja Presbiteriana de Lourenço  
os irmãos Dr. Henri James Manduca  
com vinte e seis votos, Henry Natividade da  
Costa com vinte e oito votos e Dr. Paulo Stuart  
Wright com vinte e dois votos. Ao término da  
reunião falaram os pastores Dr. Henri  
James Manduca e Dr. Paulo Stuart Wright  
agradecendo a honra que lhes supetina.  
Não havendo mais nada a tratar, a reu-  
nião foi encerrada as vinte e uma horas  
e vinte e cinco minutos. Em sentença ad-  
loc lavrei a seguinte ata que lida e des-  
damente aprovada, foi lida e aprovada  
Dr. Paulo Cesar Souza.

Reuniram ainda os irmãos Presidente, o ins-  
talador do irmão Henry Natividade da Costa,  
no domingo, dia 10 de maio último, no  
caso de pastores da Igreja, ficando uma  
parte para amanhã, dia 11, domingo  
for observados do culto da noite a celebra-  
ção do irmão Dr. Henri James Manduca  
Ante as terceiros pastores ilites, Dr. Paulo  
Stuart Wright, foi lido um documento, que  
ficará arquivado neste Conselho e encami-  
nhado a esta Igreja pelo Comandante dos  
Quinta Distrito Naval, de cujo teor, tou-  
se contencimento, entre outros, do seguinte:  
"De me informar que o Sr. Deputado  
Paulo Wright, dessa Assembléa Legislativa,  
eleito a dependa do P.S.P., comunista mi-  
litar, tanto o seu procedimento o atitudes  
em das parladas nacionais, coerentemente  
com as mesmas. Esta perfeitamente in-

Instalado  
o Dr. Paul  
Faro

Documento  
lido a 21 de  
maio de 1954  
Dr. N. N. Paul



receber por profissões de fé, Rayquel Zan Moa-  
tas da Silveira, natural deste Estado, onde  
nasceu aos vinte dias do mês de maio  
de mil novecentos e trinta e oito, casada,  
sabendo ler e escrever, de profissões comer-  
ciaria, tendo sido batizada na Igreja Lu-  
terana de Galbora. Que recebeu por batiz-  
mo, a nome Viriãne Cristina Moatas da  
Silveira, nascida em Florianópolis, aos vinte  
e quatro dias de julho de mil novecentos  
e sessenta e dois, filha de Joaquim Pires  
da Silveira, simpatriante de Evangelho e  
Rayquel Zan Moatas da Silveira, moradores  
de nossa Igreja, residentes à Rua Senador  
Dandido Rêulino, número duzentos e trin-  
ta e seis, apartamento três, no município  
de Estreito perto a capital. Nascer  
vários havendo a ser batizado na presente  
reunião, foi a mesma encerrada às  
vinte e duas horas e trinta minutos, com  
orações dirigidas pelo pastor Epivan-  
do Siem. E o pastor conferiu um sermão na  
Igreja da Porta, santuário, ficando a pre-  
sente que assim.

Olney batizado da Igreja  
Secretário

Ata número novecentos e onze.  
Nos vinte e sete dias do mês de junho de  
de mil novecentos e sessenta e quatro, re-  
união Paroquial da Igreja Protestante  
Florianópolis, à Rua Visconde de Ouro Preto  
número seiscentos e onze, o Conselho da Igreja.

A reunião que teve lugar no dia  
foi presidida pelo Rev. Cayetano  
para compareceram a reunião, além do  
irmão Presidente, mais os seguintes irmãos  
fronj. Natino, José da Costa, Francisco Mar  
fer, João José M. C. e Dr. Henri Jones  
M. C. e M. C., que tomou assento na reu  
nião, em virtude de sua eleição e ordenação  
no cargo de Presbítero da Igreja, no domín  
fo, dia catorze do corrente mês de junho.  
Potou-se a ausência dos presbíteros Ed  
wars Green e Counsel Felix Cardoso,  
este último considerado em licença. Ora  
iniciamos os trabalhos, o irmão Presidente  
afirma que a última reunião não foi lida  
por não se encontrar presente o respectivo  
livro, tendo o irmão Secretário justificado  
o motivo. Presente a reunião, o irmão  
Deodoro Jones M. C. presidente  
da U. M. F. da Sociedade Presbiteriana  
de nossa Igreja, solicitou permissão ao  
Counsel para convidar ao Rev. Joaquim  
Alcântara Santos, a vir até nossa Igreja  
nos próximos dias de agosto, assistir a come  
moração das bodas de prata da nossa  
U. M. F. por ter sido o seu fundador. -  
Resolve-se, por unanimidade, conceder  
a permissão solicitada. Tendo o irmão  
Deodoro Jones M. C. retirado, pas  
sou-se a tratar dos vários assuntos a serem  
deliberados nesta reunião, resolvendo-se  
o seguinte: 1.º) Nomear o Dr. Henri Jones  
M. C. para Conselheiro da Soci-

200  
190  
180  
170  
160  
150  
140  
130  
120  
110  
100  
90  
80  
70  
60  
50  
40  
30  
20  
10

Presbiteriana  
de Curitiba

Dr. Henri Jones  
a 11/8

M. C. e M. C.  
de Curitiba

Conselheiro  
de Curitiba

**IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS**  
Rua Visconde de Ouro Preto, 307, Centro, Florianópolis, SC

**RESOLUÇÃO**

O CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 23 c/c Art. 16 do Código de Disciplina da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo em vista o que dispõe o Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e,

Considerando o que consta na Ata no. 910, Livro do Conselho – vol. IX, fls. 102v a 105, referente a Reunião do dia 13 de junho de 1964, relativo a um documento enviado pelo Comando do Quinto Distrito Naval, sediado em Florianópolis, SC;

Considerando que o referido documento tratava de atividades do senhor PAULO STUART WRIGHT, membro desta Igreja àquela época, junto à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como Deputado;

Considerando que, em virtude de tal documento, o Conselho da Igreja decidiu "vetar a eleição do Sr. Paulo Stuart Wright, para presbítero de nossa Igreja, eliminando-o do rol de membros desta Igreja.";

Considerando que tal decisão feriu os mais elementares direitos do cidadão, sem que lhe fossem assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos inerentes, face ao seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção e de repressão implantados no Estado Brasileiro;

Considerando que não foi implantado o devido processo legal, segundo prescreve a legislação e a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, que determina, em seu Código de Disciplina, Artigos 16 e 59, *verbis*:

*"Art. 16 – Nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado ao acusado o direito de defender-se".*

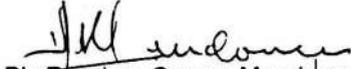
*"Art. 59 – Se o acusado for revel e não tiver apresentado defensor, o presidente nomeará pessoa crente para defendê-lo.";*

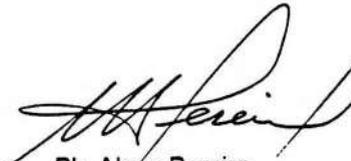
Considerando que a decisão do Conselho da Igreja, composto por homens crentes, de vida irrepreensível, contudo leigos em assuntos jurídicos, foi tomada em um momento difícil da vida nacional, em que a repressão gerou insegurança, medo e terror em toda a sociedade brasileira,

**RESOLVE:** Tomar sem efeito a punição imposta ao senhor PAULO STUART WRIGHT, restaurando " *post mortem* " sua condição de membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, inscrevendo-o no seu rol, bem como rejeitar o veto à eleição ao Presbiterato de nossa Igreja.

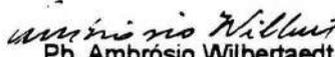
Publique-se.  
Florianópolis, 19 de outubro de 1999.

  
Pr. Joel Vieira da Silva  
Presidente

  
Pb. Deodoro Gomes Mendonça  
Vice-Presidente

  
Pb. Alceu Pereira  
Secretário

  
Pr. Rômualdo Rebello Sieggelkow

  
Pb. Ambrósio Wilbertaedt

  
Pb. Luciano Emílio Hack

  
Pb. João David Cavallazzi Mendonça

  
Pb. Terushi Kawano

**VINDE, ADOREMOS AO SENHOR**



**Primeira Igreja Presbiteriana**

**de**  
**Florianópolis**

**Rua Visconde de Ouro Preto N.º. 61**

**TELEFONE 3438**

**Pastor: REV. WALDIR BERVDT**

**Boletim Informativo N. 55**

**Domingo, 18 de Julho de 1965**

### **JESUS CRISTO — A LUZ DO MUNDO**

Como é que os cristãos prestam reconhecimento à luz do Cristo ressurreto? Fazem-no submetendo-se ao seu poder. Agora podemos ver mais claramente o que é este poder. Pessoas vêm a êle e encontram cura quando estão doentes, conforto quando estão tristes, cansadas ou solitárias, e encontram alegria no simples estar com êle. Mas êle também pode ser severo: é intransigente na condenação de tôda espécie de estreiteza de espirito, e de egoísmo e de hipocrisia. Esta é a luz incandescente da sua condenação ao pecado. Conduto, não cessa de se preocupar com todos que necessitam de seu auxílio: esta é a luz do seu amor. E quando êle morre esta é a condenação mais drástica de tôdas sôbre os seres humanos: que êle se preocupa o suficiente para morrer por êles, ao passo que êles não estão dispostos a morrer por êle. Mas isto mostra justamente seu amor! De tal modo que, na Cruz, a luz de sua condenação, mostrando-nos o que somos, e a luz do seu amor, mostrando-nos o que êle julga que nós valemos, a despeito de tudo, juntam-se num clarão de luz que nos condena e salva ao mesmo tempo. A luz mostra as coisas como são. Nessa luz vemos não só a nós mesmos, mas também aos outros homens e mulheres como êles são realmente e compreendemos que êles, como nós, podem ser aceitos e transformados. Tornemo-nos capazes de nos preocuparmos com êles, como êle faz. O próprio fato de podermos fazer isto surpreende-nos, e freqüentemente fracassamos; mas ao menos sua nova luz é derramada no mundo ao nosso redor. Começamos a ver como êle compartilha de todos os anseios humanos pela luz; e ao fazê-lo transforma-os todos. Êle chora por Jerusalém, mas não pede piedade para si mesmo. Mais surpreendente ainda, sua luz não só transforma o mundo ao nosso redor em algo nôvo; transforma-nos em algo nôvo também. Antes éramos cegos; vemos agora. O que vemos é êle - nas outras pessoas; e até em nós mesmos, ainda que isto pareça incrível.

(Excerto do folheto JESUS CRISTO A LUZ DO MUNDO, do Conselho Mundial de Igrejas, pp 10s)

# **Igreja Presbiteriana de Florianópolis**

R. Visconde de Ouro Preto, 307 - Fpolis, SC - 88020-040 - Fone (048) 222-3438

e-mail: [ipfpolis@hotmail.com](mailto:ipfpolis@hotmail.com)

**PASTORES** Rev. Joel Vieira da Silva  
Rev. Rogivaldo Rebelo Siggelkow  
**PASTOR EMÉRITO:** Rev. Osvaldo Henrique Huck  
**EVANGELISTA LOCAL:** Presb. João David C. Mendonça  
**MISSIONARIO PRAINHA:** Hect. J. Ferreira

**CULTOS:** Domingo: 9h, 19h e 20h30min  
**ESCOLA DOMINICAL:** Domingo, 9h50min  
**SECRETARIA:** Segunda a sexta, 14h as 18h  
**REUNIAO DE OPAÇÃO:** Terça, 14h30min

*Acolher-vos uns aos outros (Rm. 15.7)*

**Nº 43/99**

**24 de outubro de 1999**

## **RESOLUÇÃO**

O CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art. 23 da Art. 16 do Código de Disciplina da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo em vista a que dispõe o Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal:

Considerando o que consta na Ata no 910 - Livro do Conselho - vol. 14, fls. 102v a 105, referente a Reunião do dia 13 de julho de 1994, relativa a um dos pontos pautados pelo Conselho de Igreja, Decisão 11, sobre a seguinte matéria:

Considerando que o referido documento tratava de atribuições do Sr. PAULO STUART WRIGHT, membro desta Igreja naquela época, junto à Companhia Legislativa do Estado de Santa Catarina, como Deputado:

Considerando que, em virtude do tal documento, o Conselho da Igreja decidiu a eleição do Sr. Paulo Stuart Wright para presidente de nossa Igreja, mandando a tal de membros desta Igreja:

Considerando que tal decisão teve os mais elementares direitos do cidadão, sem que lhe fossem assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos inerentes, face ao seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção e de repressão implantados no Estado Brasileiro:

Considerando que não foi implantado o devido processo legal, segundo prescreve a legislação e a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil que determina, em seu Código de Disciplina Artigos 10 e 59 *verbis*:

Art. 10 - Nenhuma sentença seja profereida sem que tenha sido assegurado ao acusado o direito de defender-se.

Art. 59 - Se o acusado for revel e não tiver apresentado defesa, o presidente nomeará pessoa crente para defendê-lo.

# *Câmara Municipal de São Paulo*

A CONCESSÃO DE UM TÍTULO É A  
CONSAGRAÇÃO DE UM HOMEM, PE-  
LA CIDADE. DO HOMEM, CUJA BIO-  
GRAFIA É EXEMPLO, CUJA CORA-  
GEM É INSPIRAÇÃO. O ORADOR  
É MERO INTÉRPRETE DESSES SEN-  
TIMENTOS.

Sr. PRESIDENTE

SRS. VEREADORES

AUTORIDADES PRESENTES OU REPRESENTADAS

SENHORAS E SENHORES

EMINÊNCIA:

O Poder Legislativo, covariado pelo autoritaris-  
mo do momento, reencontra sua plena dignidade, para sacramentar,  
com o pãllo da cidadania adotiva, um homem, cuja simplicidade -  
compreende a angústia e o sofrimento, plantando a semente da es-  
perança.

E, como toda conduta, marcada pela retidão e pe-  
lo senso de Justiça, revela uma corrente de paradoxos. Felizmen-  
te, porém, nenhum ultrapassa o paradoxo máximo, que levou à  
cruz a figura histórica do menino de Nazaré. Mas fazem Dele, -  
entretanto, vítima de pequenas tentativas de assassinato, pela  
injúria, pela maledicência, pela perseguição daqueles que O se-  
guem, pela censura a órgão que transmite pensamento igual ao  
Seu, pelo patrocínio, aberto ou disfarçado, da injustiça e da  
violência.

A redenção da cruz não baniu da cidade do homem



# CLAMOR

COMITÉ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAISES DO CONE SUL  
ORGÃO VINCULADO À COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL  
DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS

Ano I — dezembro — Nº 4

Inclina o teu ouvido ao meu clamor (Salmos 88,2)

## A SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS

Em novembro, quatro uruguaios foram sequestrados em Porto Alegre, Brasil. Após alguns dias reapareceram detidos em poder das autoridades uruguais, em Montividéu.

Esta é uma prova clara que as organizações repressivas do Cone Sul, não respeitam fronteiras. Por que então a solidariedade deveria respeitá-las?

O clamor das famílias da Argentina e do Uruguai está se fazendo ouvir cada vez mais no Brasil. Estão chegando centenas de cartas para o Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, solicitando à Igreja brasileira ajuda para buscar os filhos, maridos e esposas desaparecidos.

Querem que o Cardeal Dom Paulo, conhecido como valente defensor dos Direitos Humanos, seja seu porta-voz em Puebla. Querem que revele a descarada realidade existente atrás da frequente frase "violações dos Direitos Humanos". Que ele conte ao mundo que as cifras de 600, 3.000 ou 10.000 desaparecidos significam em termos pessoais, o seguinte:

"Um grupo de 7 ou 8 homens, fortemente armados, irromperam violentamente no apartamento perguntando por minha filha... Com sua roupa de dormir rasgada e depois de haver sido brutalmente golpeada em nossa presença, levaram-na amordaçada e manietada e desde esse dia não soubemos mais nada sobre ela.

Estas famílias exigem, ao menos, o direito de saber se seus queridos estão vivos ou não. Recorreram à Igreja no Brasil, com sua última esperança.

"Andamos de um lado para outro, batendo nas portas, escrevendo e ninguém nos responde, ninguém escuta nosso clamor". Os bispos reunidos em Puebla as ouvirão?

A Igreja da América Latina se converterá na voz de todas estas famílias gritando seu desespero ante os governos, ante o mundo?

"Não quero morrer antes de abraçar meu neto querido e saber que ele está bem" - nos escreveu uma avó anciã.

A angustia de milhares como ela, estará presente em Puebla exigindo uma resposta.

## Índice

**AS CRIANÇAS:** As vítimas inocentes do terror - 17 bebês e crianças pequenas que "desapareceram" - 22 adolescentes que "desapareceram" - Bebês nascidos na prisão de mães "desaparecidas" - As crianças que ficaram

**A IGREJA NO CONE SUL:** Argentina/missa para desaparecidos - Repressão em uma missa - Uruguai - O grande silêncio da igreja foi quebrado - Chile - Prelados exigem investigações - Simpósio Internacional no Chile aumenta guarda-chuva para trabalho da Vicaria de la Solidariedad a favor dos Direitos Humanos - Carta de Santiago do Chile

**PARAGUAI:** Primeiro congresso de defesa dos Direitos Humanos realizado em Assunção, 8 à 10 de dezembro

**ARGENTINA:** Resposta ao presidente Videla - Os desaparecidos - Defesa da sua Argentina - Beagle: a expulsão de chilenos

**CHILE:** O conflito de Beagle - Corpos encontrados em uma mina abandonada.

**PARAGUAI:** Fim da greve de fome - Sequestrados na Argentina

**URUGUAI:** Presos políticos obrigados a pagar despesas carcerárias

**BRASIL:** Congresso Nacional pela Anistia - Família uruguia sequestrada - Nota à Imprensa

Plan & Insp	
Gen. Inv.	
Ident	
Inspection	
Intell	
Lab. & Dev.	
Legal Coun.	
Plan. & Eval.	
Proc. Maint.	
Spec. Inv.	
Training	
Telephone Rm.	
Director's Sec'y	

CLASSIFIED AND EXTENDED BY 84-1054/m/...

REASON FOR EXTENSION FCIM, II, 1-2.4.2 DATE OF REVIEW FOR DECLASSIFICATION 01/2/96

P 281030 SEP 76

FM BUENOS AIRES (109-2)(109-9) TO DIRECTOR (109-12-201)(109-12-207) PRIORITY 204-28

BRASILIA PRIORITY 026-28

MADRID PRIORITY 007-28

PARIS PRIORITY 001-28

CHILBOM

CONDOR

SECRET

FOREIGN POLITICAL MATTERS - ARGENTINA; IS - ARGENTINA;

FOREIGN POLITICAL MATTERS - CHILE; IS - CHILE.

ON SEPTEMBER 28, 1976, A CONFIDENTIAL SOURCE ABROAD

UNRECORDED COPY FILLED IN

PROVIDED

THE FOLLOWING INFORMATION:

"OPERATION CONDOR" IS THE CODE NAME FOR THE COLLECTION

EXCHANGE AND STORAGE OF INTELLIGENCE DATA CONCERNING SO-CALLED "LEFTISTS," COMMUNISTS AND MARXISTS, WHICH WAS RECENTLY ESTABLISHED

BETWEEN COOPERATING INTELLIGENCE SERVICES IN SOUTH AMERICA IN ORDER

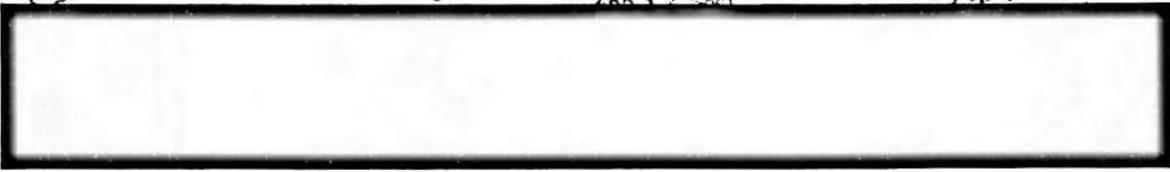
TO ELIMINATE MARXIST TERRORIST ACTIVITIES IN THE AREA. IN ADDITION,

"OPERATION CONDOR" PROVIDES FOR JOINT OPERATIONS AGAINST TERRORIST

OCT 20 1976

185-789

NOT RECORDED



# REVISTA RONDON SUL

**INTEGRAR PARA  
DAO ENTREGAR**



**ANO I  
Nº 1**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DO GOVERNADOR

Ofício nº 607-GG

Belém - Pa. 06-08-1971

AO: Delegado de Homicídios  
para presidir sindicância a respeito de Assunto.

Belém, 09-08-71

Senhor Secretário:

Em consequência de notícias jornalísticas trazidas ao meu conhecimento, hoje, há denúncia da existência, em nosso Estado, do chamado "Esquadrão da Morte", solicito a Vossa Excelência determinar urgentes, completas e amplas sindicâncias a respeito para que tudo seja inteiramente esclarecido, e o Governo aja até as últimas consequências.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e distinguido apreço.

*Fernando José de Leão Guilhon*  
Engº FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON  
Governador do Estado

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Major VINICIUS MELO  
DD.Secretário de Estado de Segurança Pública  
NESTA

Secretaria de Estado de Segurança Pública

Nº 3077 DATA 9/12/71  
Protocolo nº 11

Marcia Elizabeth De Aquino

PERSONNAS

*gradações e sujeitos  
do discurso político-religioso  
no Estado autoritário pós-64  
uma abordagem lexical e sóciosemiótica*

**14.1 Anexo B  
Documentos**

- ◆ Resolução MJ – Comissão Especial s/ Leila e Paulo Wright – Brasília maio/96.
- ◆ Carta de Bernardo Kucinski à Comissão Especial MJ – 23/02/96.
- ◆ Certidão de Óbito – Wilson Silva/1974 de 16/02/96–livro C 15 fls 281 termo 969.
- ◆ Declaração de Rubens Manoel Lemos – 16/09/95, Natal – José Carlos Novais da Mata Machado.
- ◆ Declaração de Oldack Miranda sobre Gildo Macedo Lacerda 04/01/96 4º Cartório, livro 028/1023 fls.52.
- ◆ Continuação.
- ◆ Declaração Custódio Feitosa Amorim s/ Marta Machado – 06/11/95 Secretaria de Justiça-PE.
- ◆ Continuação.
- ◆ Termo de Assentamento SJ-PE Assist. Jur. Estado – informa depoimento 06/11/95 – Recife-PE, oitiva de testemunhas – Carlúcio de Souza Castanha Júnior, Custódio Feitosa Amorim.
- ◆ Declaração de Marcelo Sergio Martins Mesel – Cartório.
- ◆ Declaração de Fernanda Gomes de Matos – 06/11/95 – SJ/AJG-PE
- ◆ Diário Oficial 16/10/96 – Lei 9.140. Indenização Paulo Stuart Wright.
- ◆ Documento manuscrito pelo deputado Paulo Wright 14/08/63.
- ◆ Comitê p/ eleição do deputado – Comitê de Insistência Operária.
- ◆ Frente Operária Estudantil – Manifesto ao Povo – atentado ao Paulo Wright 03/01/64.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
COMISSÃO ESPECIAL  
LEI Nº 9.140/95**

020328/16  
10  
Jus

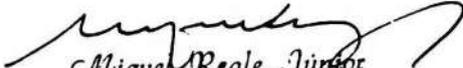
A Comissão Especial criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, no uso da atribuição estabelecida no Inciso III do art. 4º, do citado Diploma Legal,

**RESOLVE:**

Deferir o requerimento formulado pelos interessados LEILA CRISTINA WRIGHT e JOÃO PAULO WRIGHT, com base no art.10 e seus parágrafos, FILHOS de **PAULO STUART WRIGHT**, cuja identificação consta no Anexo I da Lei nº 9.140/95, conforme avaliação da documentação constante dos Processos nº 076/ 96 e nº 077/96, ambos de 07/02/96.

Em decorrência, os requerentes poderão receber indenização a título reparatório a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme dispõe o art. 11 da referida Lei, após publicação de Decreto do Senhor Presidente da República.

Brasília, maio de 1996.

  
Miguel Reale Júnior  
Comissão Especial - Lei 9140/95  
Presidente

À COMISSÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ANEXO II, SALA 621, BRASÍLIA, DF

18-11  
JCP



SR PRESIDENTE,  
DR MIGUEL REALE JÚNIOR

Eu, Bernardo Kucinski, RG N. 2.378.676, CPF N. 029.350.748-15, Professor, casado, filho de Majer Kucinski e Esther Kucinski, irmão de Ana Rosa Kucinski, nascida em 12/01/1942, cujo nome da casada passou a ser Ana Rosa Silva, e relacionada no anexo da Lei 9140 sob o nome de Ana Rosa Kucinski Silva, tendo requerido em 22 de janeiro último os benefícios da Lei 9.140 de 05/12/95, que são a indenização e a localização dos restos mortais de minha irmã, venho juntar as seguintes informações para que se proceda à localização de seus restos mortais.

- 1- Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência, na Rua Padre Chico, bairro da Pompeia, São Paulo.
- 2- O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do exército. O cabo reformado Joé Rodrigues costuma auxiliar a PM no Distrito Policial de Carapicuíba, São Paulo. O II Exército possui seu endereço completo.
- 3- Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Enio Pimentel da Silveira e Sergio Paranhos Fleury, ambos já mortos, motivo pelo qual se torna urgente a tomada do depoimento do cabo reformado José Rodrigues Gonçalves.
- 4- O sargento José Sanches Vallejo Júnior possui informações isoladas sobre o episódio, pois contactou o cabo reformado José Rodrigues ao arquitetar uma tentativa de extorsão contra mim em 1974. O II Exército possui o endereço do sargento Vallejo.
- 5- O ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, em seu depoimento à VEJA, em 18/11/1992, corrobora à pg 26 a informação de que foram presos em São Paulo e levados para Petrópolis. Deve ter mais informações sobre as circunstâncias das mortes e o destino dos despojos.
- 6- Entrevistado por mim em 31/05/87 o médico Amilcar Lobo, reconheceu as fotos de Wilson Silva como de alguém que passou pela casa de Petrópolis. O endereço do Dr. Amilcar no Rio era Rua Maria Amália 264, Tijuca. Telefone: 011-2380144.
- 7- O Sr. Paulo Sawaya, na condição presumida de agente dos serviços de repressão, informou-me em 3 de janeiro de 1975, que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado Federal Delfim Neto.

Não me movem outros sentimentos senão necessidade pessoal de esclarecer as circunstâncias das mortes de minha irmã e meu cunhado e recuperar seus restos mortais, para lhes dar sepultura, assim como a convicção de que esse esclarecimento é condição para que tais fatos não se repitam.

São Paulo, 23 de fevereiro de 1996

Bernardo Kucinski  
RG 2.378.676

BERNARDO KUCINSKI  
RUA IQUIRIRIM 690  
CEP 05586-001, SÃO PAULO, SP

139 Substrato de Butantã - Oficial Ar. Evandro da Cunha  
Avenida Dr. Vital Brasil, nº 325 - Tel. 211-0067  
Reconheço, por semelhança, a firma de: BERNARDO KUCINSKI, a qual  
confere com o padrão depositado em cartório.  
São Paulo, 23 de fevereiro de 1996.  
Em testemunho \_\_\_\_\_ da Verdade.

:Firma 0,73:Proc. Data 0,00:Total 0,73:

TESTEMUNHO

FR. GENY D. JESUS MACEDO MORELLI  
OFICIAL



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

fls. 05

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - PRIMEIRO SUBDISTRITO SÉ

SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL

*Dra. Geny de Jesus Macedo Morelli*

Oficial

C.G.C. 68.968.916/0001-73  
Av. Rangel Pestana, 271  
1º Andar - Sé - CEP 01017-000  
Fones: 605-6401 - 232-2515

## CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro--D-15-----Folhas-----281-----Termo Nº-----969-----

CERTIFICO que, em-16-de--fevereiro-de-1996, foi feito o registro do óbito de  
WILSON SILVA-----

Sexo---masculino-----profissão---físico-----

Natural de--São Paulo-----estado civil---casado-----

Nascido aos vinte e um de abril de mil novecentos e quarenta e dois-----

Filho de-JOÃO SILVA, LYGIA VILLAGA DA SILVA, também assina LIGIA VILLAGA SIL-  
VA e LIGIA VILLAGA-----

Declarante-LYGIA VILLAGA DA SILVA, também assina LIGIA VILLAGA SILVA e LIGIA-  
VILLAGA, grau de parentesco (Mãe)-----

**OBSERVAÇÕES:** Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 39 da Lei 9140, de  
04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMJ Juiz Corregedor Geral da Jus-  
tiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. WILSON /  
SILVA, desaparecido desde 1974, com último domicílio à Rua Padre Chico, não-  
deixou testamento conhecido, nem bens, não deixou herdeiros menores ou inter-  
ditos, era eleitor. Demais dados ignorados pela declarante. **NADA MAIS.** Todo-  
o referido é verdade e dou fé.-----

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,65

São Paulo, -16-de-fevereiro--de 1996.

-----  
CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO  
escrevente substituta

4º. 95

As. 40  
3/12

(21)



- DECLARAÇÃO -

Eu, abaixo assinado, RUBENS MANDEL LEMOS, jornalista radialista, casado, residente à Rua Ezequias Pegado, 1022, Na (Tirol), RG. 133.632-SSP-RN, CIC O 85883924-53, reafirmo pa devidos fins e efeitos legais em forma de declaração, e a interessar possa que:

JOSÉ CARLOS NOVAES DA MATA MACHADO foi assassi nos porões da Ditadura Militar, mais precisamente, no DOI-CODI, Recife, Pernambuco, fato ocorrido em outubro de 1973.

Na condição de preso político, torturado e viti da Ditadura Militar, nas mesmas dependências do DOI-CODI, Recife Pernambuco, compete-me dizer o seguinte:

Levado que fui, àquele período e momento, para uma sessão de torturas, encontrei um jovem, de cuecas, sangrando pe a boca e ouvidos que, debruçado sobre uma mesa, tendo ao lado um outro jovem que me pareceu já estar morto, dirigiu-se a mim, com ex trema dificuldade e falou: "Companheiro: Meu nome é Mata Machado. Sou dirigente nacional da AP (Ação Popular). Estou morrendo. Se pu der, avise aos companheiros que eu não abri nada".

Isto foi o que vi e ouvi e reafirmarei diante de qualquer instância, seja ela de ordem político-congressual, jurí dica ou militar.

Natal, 16 de setembro de 1995.

RUBENS MANDEL LEMOS.

Primeira Testemunha:  
Eduardo Cardoso Rocha  
RG. 154.269-AC - CIC 131047996-87

Segunda Testemunha:  
Ana Maria de Almeida Costa  
RG. 100.636-AC - CIC 073585038-05

3º OFÍCIO DE NOTAS  
LIANE COELHO FAGUNDES  
TABELIA  
DIANA COELHO FAGUNDES BOUTH  
KARINA COELHO FAGUNDES SANTOS  
SUBSTITUTOS  
MANOEL FAGUNDES PEREIRA  
ESCRIVENTE  
Av. Jangueira Alva, 532

Reconheço a(s) firma(s) em número de... e devidamente assinada(s) com a  
Natal-RN, Em  
Tabela do 3º Ofício de Notas

Aguinaldo de Lira  
Escrivente Autorizado  
094.810.014-15

UNATO DO 4.º OFÍCIO DE NOTAS  
KLEBER CAIRO LINS D'ALBUQUERQUE  
Tabelião  
DESAZAR MARY C. MUNIZ  
Subtabelião



ESTADO DA BAHIA  
PODER JUDICIÁRIO

Nº DE ORDEM 028  
LIVRO Nº 1.023  
FL. 052

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE NOTAS  
AV. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, 1962  
EDIFÍCIO CANDEAL CENTER -TERREO  
SALVADOR \*\*\*\*\* BAHIA

ESCRITURA DE DECLARAÇÃO, NA FORMA SEGUINTE:

S A I B A M quantos esta pública escritura bastante virem que aos (04) quatro dias do mês de Janeiro do ano de mil, novecentos e noventa e seis (1996), nesta cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia, República Federativa do Brasil, neste Cartório do 4º Ofício de Notas, a cargo da Tabelião Bel. Kleber Cairo Lins D'Albuquerque, perante mim, Belª. ROSEMARY CARVALHO MUNIZ, Subtabeliã compareceu o Sr. OLDACK DE MIRANDA, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade número... 1.365.171 SSP/Ba. , inscrito no CIC sob o nº074.133.195-00, residente e domiciliado à Av. Cardeal da Silva, nº2210, Aptº 017-bairro do Rio Vermelho, nesta Capital. O presente reconhecido como o próprio através as provas de identidade exibidas a mim Subtabeliã, do que dou fé; pelo declarante foi-me dito que no dia 22 (vinte e dois ) de Outubro de mil, novecentos e setenta e três (1973), numa Segunda-feira, foi preso, no bairro do Bonfim, nesta cidade do Salvador-Bahia, sendo levado para as dependências da Polícia Federal. Neste mesmo dia foram presos MARILUCEMOURA e GILDO MACEDO LACERDA, entre outros detidos, e ficamos todos esperando na mesma sala. No dia seguinte, terça-feira 23 (vinte e três) de Outubro, pela manhã, eu, OLDACK DE MIRANDA e GILDO MACEDO LACERDA, fomos transferidos para o Quartel do Barbalho. Neste local fomos interrogados por nossas atividades políticas. Quando eu voltava para a cela vizinha à de GILDO MACEDO LACERDA, ele era retirado e seguia para o interrogatório. No dia 25 (vinte e cinco) de outubro, quinta-feira, ele foi retirado da cela e não mais retornou. GILDO MACEDO LACERDA estava com uma ferida num dos pés e era empurrado pelos militares porque quase não conseguia andar. Eu o reconheci porque fomos colegas em Belo Horizonte, Minas Gerais, e várias vezes nos encontramos em Salvador para trocar idéias políticas. Nos dias seguintes, continuei sendo interrogado e num desses dias, não sei precisar qual, os militares em pleno interrogatório, me disseram que tinham matado JOSÉ CARLOS DA MATA MACHADO e GILDO MACEDO LACERDA. Assim o disse e me pediu a presente declaração que aceitei, e lavrei em nome dos interessados. Foram testemunhas a tudo presentes os senhores Emiliano José da Silva Filho, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade nº1.833.358 SSP/Ba. residente e domiciliado nesta Capital à Av. Cardeal da Silva, nº399-Aptº 1.301-Edifício

Edifício Morada das Mangueiras e Josalto Alves dos Santos, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade nº 00680467 58 SSP/Ba. residente e domiciliado ao Setor C, Caminho 24- Casa 02-Mussurunga I, nesta Capital, que assinam com o declarante depois de lhes ser lida esta em voz alta, perante todos por mim, *Josalto Alves dos Santos* Subtabelião qua a datilografei. E eu, Bel. Kleber Cairo Lins D'Albuquerque, Tabelião, de tudo dou fé a subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
SALVADOR, 04 DE JANEIRO DE 1996.

*[Handwritten Signature]*  
Bel. KLEBER CAIRO LINS D'ALBUQUERQUE-TABELIÃO

OLDACK DE MIRANDA *[Handwritten Signature]*

Testemunhas: EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO *[Handwritten Signature]*

*Josalto Alves dos Santos*  
JOSALTO ALVES DOS SANTOS

Paga a taxa devida conforme o DAJ nº 593891

TABELIONATO DO 4.º OFÍCIO DE NOTAS  
KLEBER CAIRO LINS D'ALBUQUERQUE  
Tabelião  
BE *[Handwritten]* MUNIZ  
Avenida Antonio Carlos Aragão, nº 1962  
Edif. Candea: Centro - Terraço - Tel: 353-1863-3519265  
SALVADOR - BAHIA



ds 38.  
JH



SECRETARIA DA JUSTIÇA  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO

## TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos seis (06) dias do mês de novembro do ano de 1995 pelas 10:00 horas e cinquenta minutos, na sala de audiência da Assistência Judiciária do Estado, perante o Dr. Roberto de Freitas Moraes e prestando o depoimento do Sr. Custódio Feitoza Amorim, brasileiro, separado judicialmente, professor do Estado residente à Rua Grupiara no. 208 Jaboatão - PE, portador da carteira de identidade no. 1019249 SSP/PE, CIC no. 101.730.994/91. Testemunha compromissada na forma da Lei para dizer a verdade; inquirida sobre os fatos ocorridos nos dias vinte e seis (26) e vinte e sete (27) do mês de outubro do ano de 1973, respondeu: que no dia quatro (04) de outubro de 1973 pelas 14:00 horas quando se dirigia ao trabalho da Operação Esperança dirigida por Dom Helder Câmara, foi preso encapuzado por elementos que se indentificaram como sendo da polícia federal que estava apaisanando apaisano e conduzido por eles as dependências do quartel do 4o. Exército nesta capital; esclarece o depoente que tem ciência que se encontrava nas dependências do quartel do 4o. exército nesta capital mediante informações colhidas entre os companheiros detidos, que no local onde se encontrava detido ele que era estudante de direito podia ouvir o som inconfundível do relógio da Faculdade de Direito localizado em sua torre; que permaneceu neste local por muito tempo sendo submetido intermitentemente à seções de torturas, que quando ele depoente ia a essas seções de tortura era antes algemado e colocado uma venda nos olhos a qual era de borracha; que foi o depoente submetido a choques elétricos nos órgãos genitais e ouvidos até, digo, isso ocorreu durante o primeiro nove (09) dias, que depois do nono dia foi dependurado e tendo permanecido nesta posição cerca de três dias sem qualquer tipo de alimentação; quando saia era para ser interrogado sob tortura; que tudo isso ocorreu por que, sendo estudante de direito, era inquirido para incriminar pessoas que eram inocentes e que ele depoente se recusava a afirmar que essas incriminações levianas eram verdadeiras; que após tais seções de tortura pelo décimo primeiro (11o.) de prisão foi conduzido a uma sala, onde, digo a uma sala separada na qual pode ter contato com outros companheiros que se encontravam detidos nas selas confronte e vizinhas; assim, tem conhecimento próprio que também esteve detido e declara por sua própria e livre vontade pois, estes companheiros convesavam entre si, e que eram, que eram Carlucio, Rubens Lemos e Arnaldo dos Coelhos, que posteriormente tomou conhecimento que o companheiro Carlucio que se encontravam detido era Carlucio de Souza Castanha Junior; que por volta do dia vinte (20) do citado mês de outubro o depoente declara que foram detidos em dependência vizinha a sua oito (08) estudantes de medicina com os quais conersava e que lhe

*[Handwritten signature]*

07/11/95  
 Certifico que a presente copia é verdadeira e fiel ao original que se encontra em meu poder.  
 O Tabelião  
 Cláudio Ferraz do Melo Filho  
 Equação Pública - Rua Ferraz de Melo, 100 - Jaboatão - PE  
 Rua das Coqueiras - Jaboatão - PE

*[Handwritten signature]*



40 39  
JHE



SECRETARIA DA JUSTIÇA  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO

20

depoente por volta do dia vinte e seis (26) no decorrer da noite notou um movimento intenso de torturas com a ida e vinda que eram levadas para a sala de interrogatório e quando retornavam gritavam de sofrimento pois tinham sido submetidos a sérias inomináveis de tortura; que estes estudantes afirmavam que também Mata Machado estava sob tortura e que possivelmente levaria a morte pois suas condições já estavam muito precárias; que lembra desses fatos por que ocorreram no dia anterior ao seu aniversário que é no dia vinte e sete (27) de outubro e assim essa data tornou-se um marco doloroso em sua vida: que no dia vinte e sete (27) o depoente que é místico recusou-se a comer tendo o carcereiro informado que não devia fazer greve de fome digo o carcereiro informando que não devia fazer greve de fome que o depoente afirmou não estar fazendo greve de fome e sim uma forma de comemorar, naquelas condições o seu aniversário; quando então o carcereiro afirmou que o "Cara" tinha se apagado; Mas tarde o depoente tomou conhecimento que o "Cara" era o Sr. José Carlos Mata Machado. E, para constar foi lavrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim. Valmir Brito dos Santos Neto por Dr. Roberto Moraes e pelos demais.

20

Dr. Roberto de Freitas Moraes

Custódia Feitoza Amorim

Nice Menezes de Oliveira  
Nice Menezes de Oliveira





*Handwritten signature*

11.48  
HL



**SECRETARIA DA JUSTIÇA**  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO

**TERMO DE ASSENTADA**

Aos seis (06) dias do mês de novembro do ano de 1995, na sala de audiência da Assistência Judiciária do Estado no 1o. andar do prédio sito à Rua Marques do Amorim, 127- Boa Vista nesta Capital onde se encontravam presente o Dr. Procurador da Assistência Judiciária do Estado Roberto de Freitas Moraes também presente o Dr. Marcelo e Santa Cruz Oliveira, Dra. Valmira Leticia Paes Barreto Melo e Dr. João Bosco Gomes, Dra. Dilane Torres Medeiros, Joaquim de Godoy Bené os últimos Subprocuradores da Assistência Judiciária do Estado e do Dr. Fernando Ferro Deputado Federal membro da comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, teve inicio a oitiva de testemunhas que presenciaram os atos de tortura ocorridos no dia digo compreendido no período de outubro a novembro de 1973 nos quais estiveram envolvidos militares que compunham o DOI-CODI da época e que se situava em dependência do quartel do 4o. exército, situado entre a Rua do Príncipe e Riachuelo nesta capital que culminaram com a morte digo, tortura e morte de dois militares da Ação Popular movimento que se opunha ao regime político imposto pelo movimento militar de 1964, que foram José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macêdo Lacerda. Para esclarecimento da verdade digo foram ouvidos nesta audiência o Sr. Carlucio de Souza Castanha Júnior, residente em São Paulo e de passagem por esta capital bem como o Sr. Custódio Feitosa Amorim, professor licenciado em música e residente nesta capital cujo termo fazem parte deste processo. Eu Maria Mercedes de Glória escrevente AD-HOC fiz este termo que vai assinado por mim e por todos presentes Recife, em seis (06) de novembro de 1995. Na decaimatura da linha, leu-se "militantes"; retifiquei. Maria Mercedes de Glória

TO  
levi  
is q  
egu  
xan  
ac  
r  
n

Roberto de Freitas Moraes

*Handwritten signature of Roberto de Freitas Moraes*

Marcelo e Santa Cruz Oliveira

*Handwritten signature*

Valmira Leticia Paes Barreto Melo

*Handwritten signature of Valmira Leticia Paes Barreto Melo*

João Bosco Gomes

*Handwritten signature of João Bosco Gomes*

Joaquim de Godoy Bené

*Handwritten signature of Carlucio de Souza Castanha Junior*  
Carlucio de Souza Castanha Junior  
RG. 522.040 SSP/PE

*Handwritten signature of Custódio Feitosa Amorim*  
Custódio Feitosa Amorim  
RG. 1019249 SSP/PE

*Handwritten signature of Dilane Torres Medeiros*  
Dilane Torres Medeiros

*Handwritten signature of Fernando Ferro*  
Fernando Ferro

*Handwritten mark or signature*

11. 210  
1. 111  
13-46  
JH

*M. Mesel*

(27)

### DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo Sérgio Martins Mesel, brasileiro, 45 anos de idade, médico, solteiro, residente à Rua João de Lima nº 71, bairro de Iputinga, Recife, Pernambuco, portador da carteira de identidade nº 759.463 SSP-PE, e do CPF 070.666.354-34, declaro o seguinte:

Que no dia 22 de outubro de 1973, quando era sextanista da Faculdade de Medicina da UFPE, juntamente com minha companheira e outros amigos residentes em outros apartamentos do mesmo prédio onde residíamos, na Ilha do Leite, fomos encapuzados e presos clandestinamente, e levados para um lugar que os carcereiros chamavam de DOI-CODI, num local perto da Faculdade de Direito, pois havíamos o sino do seu relógio, só sendo solto no dia 15 de novembro do mesmo ano;

Que quando era interrogado, sempre através de tortura, o que mais me perguntavam era a respeito das atividades de José Carlos da Mata Machado, que tinha sido hospedado por algum tempo num dos apartamentos do prédio onde eu morava e que mantinha conosco uma boa relação de amizade, bem como a respeito da minha relação política com êle;

Que apesar de não ter visto José Carlos da Mata Machado nas dependências do DOI-CODI, era sabido por todos que ali estavam aprisionados que o mesmo ali se encontrava preso, e que Fernanda Gomes de Mattos Mesel e Melania, na época esposa de Eduardo Freeze de Carvalho, tinham visto o mesmo nas dependências do DOI-CODI;

Que após se ouvir tiros nas dependências do DOI-CODI, José Carlos da Mata Machado não foi visto por mais ninguém dos que lá se encontravam presos.

Sem mais, me coloco à disposição para fazer os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente  
1995  
29/06/1995  
Melo  
Fernando D.

*Marcelo Mesel*

Marcelo Sérgio Martins Mesel

Recife, 06 de Novembro de 1995

1ª Testemunha

2ª Testemunha

*Luiz de Brito B. ...*  
ID. 1.877.875 SSP-PE. Id. 802.794-SSP, PE

(28)

*W. J. Costa*

*A. C. 110*  
*As. 44*  
*HH*



SECRETARIA DA JUSTIÇA  
ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO ESTADO

### TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos seis (06) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco (1995), em uma das salas da Assistência Judiciária do Estado, pelas 15:31 horas, compareceu FERNANDA GOMES DE MATOS, brasileira, solteira, arquiteta, residente e domiciliada à Rua Felix Brito de Melo, 155, apto. 06, em Boa Viagem, nesta capital, que declarou, sob compromisso de dizer a verdade sobre a morte de JOSÉ CARLOS NOVAIS DE MOTA MACHADO, ocorrida nas dependências do IV Exército, após tortura; declara a depoente que no dia 22 de outubro de mil novecentos e setenta e três, pelas 15:30 horas, foi detida, por pessoas que se identificaram como pertencentes à Polícia Federal, e conduzida às dependências do IV Exército, algemada e encapuzada, local que reconheceu porque há, na torre da Faculdade de Direito, um relógio, o qual de hora em hora bate insistentemente, sendo tal fato notório; que o Quatel do IV Exército está situado na esquina da Riachuelo, com a rua do Príncipe, no Parque 13 de Maio; que no dia 26 de outubro, para 27 do mesmo mês, confronte à sua sela, naquele Quartel, quando em companhia de Melania Almeida Freeze de Carvalho, que se encontrava também detida, viu em pé e reclamando não haver escovado os dentes, há cerca de quatro dias, JOSÉ CARLOS NOVAIS DA MATA MACHADO, a quem já conhecia, anteriormente, pois era vizinho de apartamento e com quem mantinha um relacionamento amigável, motivo porque sabe ter sido detidaz naquela instituição; que no dia 26 de outubro, para 27 de outubro, a depoente que ficava na 1ª sela do corredor, viu, quando Mata Machado foi conduzido, por pessoas que ali trabalhavam, para ser torturado; que sabe que ele foi conduzida para ser torturado porque, naquela dependência havia duas campanhas diferentes, uma para levar, outra para trazer pessoas após tortura; Que depois disso não voltou mais a ver Mata Machado, apenas ouviu lamentações de uma pessoa, que dizia que estava morrendo, perdendo muito sangue; que no dia 27 de outubro foi a depoente informada que Mata Machado havia falecido; que quem prestou essa declaração foi RUBENS MANOEL LEMOS, que também estava detido, mas tinha a função de fazer a limpeza de todas as celas, pois era preso antigo; que ao saber do fato da morte de MATA MACHADO, mandou que RUBENS MANOEL LEMOS comunicasse esse fato a todas as pessoas detidas naquela unidade, porque, tinham conhecimento com MATA MACHADO; todas essas pessoas eram estudantes de arquitetura, medicina e programação visual, portanto, pessoas idôneas e de responsabilidade. E, para constar foi lavrada a presente declaração, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela declarante, *Fernanda Gomes de Matos*

920322/96  
 jul 1996

DECRETO Nº 2.038, de 15 de outubro de 1996.

Concede indenização à família de pessoa desaparecida ou morta em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e no parecer da Comissão Especial instituída pelo art. 4º da citada Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam concedidas, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, as indenizações aos beneficiários constantes do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 1996; 175ª da Independência e 108ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
 Nelson A. Jobim

ANEXO  
 (Decreto nº 2.038, de 15 de outubro de 1996)

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
Aldo Creder Corrêa e Luiz Henrique Corrêa	Eirno Corrêa e Maria Célia Corrêa	irmãos	111.360,00 124.590,00
Aglac de Souza Costa	Elson Costa	cônjuge	100.000,00
Anônio Pereira de Santana e Junília Soares Santana	Dinaelza Santana Coqueiro	pai	138.300,00
Apriégio Anastácio Duarte	Edgar Aquino Duarte	irmão	100.000,00
Bernardo Kucinski	Ana Rosa Kucinski Silva	irmão	111.180,00
Cleber de Carvalho Trivani e Jorge Mouzart Trivani	Rodolfo de Carvalho Trivani	irmãos	124.110,00
Donna Pinio da Silva	José Porfino de Souza	companheira	100.000,00
Eunálio Bezerra da Rocha	Ezequias Bezerra da Rocha	irmão	111.360,00
Eiza Pereira Coqueiro	Vandick Reidner Pereira Coqueiro	mãe	124.110,00
Eiza Rocha de Miranda	Jayme Amorim de Miranda	cônjuge	100.000,00
George de Souza Furtado	Sérgio Landulfo Furtado	pai	124.110,00
Hilida Quaresma Saravia Leão	Custódio Saravia Neto	mãe	124.110,00
João Adelino de Oliveira	Celso Gilberto de Oliveira	pai	124.110,00

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
Julietta Petit da Silva	Lacio Petit da Silva e Maria Lucia Petit da Silva	mãe	111.360,00 138.300,00
Maria do Amparo Almeida Araújo	Luiz Almeida Araújo	irmã	111.360,00
Maria de Campos Batista	Marcos Antonio Dias Batista	mãe	137.220,00
Maria Delicia de Souza Lemos, Jeová Porfino de Souza e Orlando Porfino de Souza	Durvalino de Souza	irmãos	111.360,00
Maria Gomes dos Santos	Divino Ferreira de Souza	mãe	100.000,00
Mariáda Toledo de Oliveira Souza	José Toledo de Oliveira	irmã	100.000,00
Mariuce de Sá Leitão Lamara	Umberto de Albuquerque Câmara Neto	mãe	111.360,00
Max Aniz Thomaz	Maria Augusta Thomaz	irmão	124.590,00
Mônica Eustáquio Fonseca	Adriano Fonseca Filho	irmã	111.360,00
Odette Roselli Garcia Maranhão	Luiz Inácio Maranhão Filho	cônjuge	100.000,00
Ruy Jaccoud Berben e Otília Vieira Berben	Ruy Carlos Vieira Berben	pai	124.110,00

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
Maria do Perpetuo Sacramento de Oliveira Maciano da Luz e Baltazar Eustáquio de Oliveira	Antonio dos Três Reis de Oliveira	irmãos	124.110,00
José Francisco Pereira	Aurea Eliza Pereira	irmão	138.300,00
Nair Mota Dias	Ivan Mota Dias	mãe	111.360,00
Leila Cristina Wright e João Paulo Wright	Paulo Stuart Wright	filhos	100.000,00
Ivanilda Gomes da Silva Veloso	Itair José Veloso	cônjuge	100.000,00
Rosaketa Meira Collier	Eduardo Collier Filho	mãe	111.360,00
Anê Rita Duarte	João Batista Rita	irmã	124.110,00
Jolinda Alves Mortinho	Vitonno Alves Mortinho	mãe	124.110,00
Lino Brum Filho	Cilson Cunha Brum	irmão	124.110,00
Togo Merrelles Netto	Thomaz Antonio da Silva Merrelles Netto	filho	100.000,00

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
André Rabello Gonçalves Pereira, Luis Rabello Gonçalves Pereira, Marcos Rabello Gonçalves Pereira e Rosa Maria Rabello Gonçalves Pereira	Jorge Leal Gonçalves Pereira	filhos	100.000,00
Rosana de Moura Momenit	Orlando Momenit	filha	100.000,00
Vinício Augusto de Oliveira	Dinalva Oliveira Teixeira	pai	124.590,00
Luisa Assumpção Lima	Marcos José de Lima	mãe	124.110,00
Eiba Cardoso Escobar, Azevêdo José Cardoso Escobar, Félix Cardoso Escobar, Marcos Cardoso Escobar e Tânia Cardoso Escobar	Félix Escobar	filhos	100.000,00
Carmem Sobrinho Martins	Avilton Adalberto Martins	mãe	124.110,00
João Carlos Schmidt de Almeida Grabois	André Grabois	filho	124.110,00

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
Gerson da Silva Teixeira e Luiza Monteiro Teixeira	Antonio Carlos Monteiro Teixeira	pai	111.360,00
Saulo Roberto Garlipp	Luiza Augusta Garlipp	irmão	111.180,00
Luis Maria Botelho Massa	Paulo Cesar Botelho Massa	mãe	111.360,00
Helena Pereira dos Santos	Miguel Pereira dos Santos	mãe	111.360,00
Maria de Lourdes Romaszynski Pires Cerveira	Joaquim Pires Cerveira	cônjuge	100.000,00
Ilka Martins da Silva	Virgílio Gomes da Silva	cônjuge	100.000,00
Luiz Durval Cordeiro e Celeste de Almeida Cordeiro	Teima Regina Cordeiro Correa	pai	124.590,00
Lucia Vieira Caldas	Mário Alves de Souza Vieira	filha	100.000,00
Beatriz Helena Bomfim de Souza Lobo	Orlando Bonfim Junior	filha	100.000,00
Francisco Clóvis Marques do Valle	Ramires Maranhão do Valle	pai	124.110,00
Amáthias Rodrigues Pereira	Idalísio Soares Aanha Filho	mãe	111.360,00

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R\$
Felícia de Moraes Soares	Ruy Frasco Soares	cônjuge	100.000,00
Isaura Botelho Guimarães	Honestino Monteiro Guimarães	cônjuge	124.110,00
Walter Scheiba Pinto Ribas	Antonio Guilherme Ribeiro Ribas	pai	111.360,00

DOCUMENTO MANUSCRITO PELO  
DEPUTADO PAULO WRIGHT

025



ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

de que sejs expressada uma

Solução justa e pacífica

Sala das Sessões, 14/8/63

Paulo Wright



20

# Comitê de insistência operária orgulho d'Oeste-pró eleição de Paulo Stuart Wright para Dep. Estadual Operários de Joaçaba, de Herval P'Oeste de S. Catarina. Trabalhadores

A insistência dos operários venceu mais uma batalha. PAULO STUART WRIGHT, que foi nosso candidato a Prefeito Municipal de Joaçaba, recebendo uma votação digna dos mais ilustres filhos desta terra e sendo um autêntico trabalhador, homem do povo, OPERÁRIO COMO NOS, pela insistência nessa, é agora, CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL.

Lutando com ingêntes sacrifícios pelo sustento de nossas famílias, temos encontrado nos políticos somente os homens que querem o nosso voto, quando precisamos, no entanto, alguém que defenda os nossos interesses nas tribunas do povo não vemos ninguém. É chegada a hora, portanto, de elegermos um candidato nesse, um candidato dos operários.

Esse candidato é PAULO STUART WRIGHT.

Inteligente, dinâmico, capacitado e lutando sempre com tenacidade e coragem, pelas causas dos operários, nos Sindicatos, nos Congressos dos Trabalhadores, nas ruas, nos comícios onde quer que tenha sido chamado PAULO STUART WRIGHT, sempre demonstrou que é o legítimo e o genuíno representante dos operários e o homem traçado, ideal e digno de ser nosso representante na Assembleia Legislativa.

Com seu espírito de humanidade e de pessoa sempre devotada às causas justas, será sem dúvida e incontestavelmente o DEPUTADO DOS OPERÁRIOS, na Tribuna do povo Barriga-Verde.

Por isso, deste momento em diante, esta será a nossa causa. Este deverá ser o nosso lema. Lutar com desassombro, com entusiasmo e valor, pela vitória de PAULO STUART WRIGHT. Cada um de nós, operários, deve conseguir 1, 2, 3 quantos votos puder, enfim, para atingirmos nosso ideal. Eleger PAULO STUART WRIGHT, Deputado Estadual, o Deputado dos operários.

Temos certeza e convicção, que não haverá na Assembleia Legislativa, Deputado

mais autêntico para o operário, para os trabalhadores em geral, para que os que vivem do salário, do que PAULO STUART WRIGHT.

Vamos, portanto, lutar por ele.

Vamos trabalhar, todos nós, pela sua eleição.

Vamos eleger PAULO STUART WRIGHT.

Azevedo Giances — pedreiro — Presidente.

Tadeu Oliveira Margarida — soldador — Secretário.

(Divulgação do Comitê de insistência operária, orgulho d'Oeste, proclamação de PAULO STUART WRIGHT, para Deputado Estadual).



13035

83  
10/1

BJM  
a

1716

13072

4

Flora

# FRENTE OPERÁRIO-ESTUDANTIL

## MANIFESTO AO POVO

De há muito tempo o povo catarinense, através dos seus órgãos de classe, vem alertando o Governo do Estado, quanto aos abusos cometidos pela sua polícia, que desviada das suas funções de mantenedora da ordem pública, tem sido colocada contra o povo, em favor de grupos econômicos e marginais da Lei.

Não pode o Sr. Governador, alegar ignorância quanto à repressão violenta e arbitrária imposta pela polícia, à mando pessoal do Sr. Jade de Magalhães, como nos casos dos diversos movimentos de reivindicação de salário dos trabalhadores, em que esteve presente ostensivamente a Polícia, no caso dos espancamentos de estudantes em comemoração de formaturas, no caso, ainda, do sequestro dos 3 operários da fábrica Meson, em Blumenau e em tantos outros casos.

Como corolário e consequência natural desse clima de violência surgiu, agora, a tentativa de homicídio em relação ao Deputado Paulo Wright, cometida justamente por marginais conhecidos, exploradores do Jogo do Bicho — que não existe sem o suborno da polícia — egressos da penitenciária e recentemente apreendidos em flagrante contravenção e até agora impunes.

Um dos mandantes do atentado, Sr. Manoel Santos, visava com o assassinio do Deputado Paulo Wright, legalizar com as imunidades parlamentares, uma impunidade que ele já goza de fato através do suborno.

E, o mais estranho disso tudo, é que, nem o Governador e nem a Mesa da Assembléia, demonstram um interesse efetivo em esclarecer a questão, apurando devidamente as responsabilidades, haja visto que já transcorrem 2 semanas sem a conclusão dos inquéritos.

Voltamos a insistir, portanto, na necessidade de se pôr côbro a essa situação de violência e corrupção que graça na Segurança Pública do Estado. Que S. Exa. o Sr. Governador tome nota desse alerta.

Florianópolis, 3 de janeiro de 1964.

Ass. Vidalvino da Rosa — Presidente do Snd. dos Trab. em Constr. Civil de Florianópolis; José Adil do Lima — Orlando Pereira — Rogério Queiroz — Francisco Mastella — Ady Vieira Filho — Osvaldo Fernandes — Dibo Elias — Benê Machado — Dep. Holdemar Monozos — Dep. Evilásio Gaon, Presidente da FMP — José Manoel Sear e outros.

NERK



- ◆ Carta do Departamento Pessoal da Assembléia de Santa Catarina p/ Nelson Pedrini – presidente Ass. Leg. 07/04/71.
- ◆ Ofício 277/NAFL/SNI/71 de 31/03/71 – solicita dados de Ciro Marques Nunes.
- ◆ Ofício 612 – Ag. Curitiba/SNI p/ presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Nelson Pedrini em 02/06/72.
- ◆ Ofício 5º Distrito Naval para Nelson Pedrini.
- ◆ Auto de Apreensão MM 5º Distrito Naval.
- ◆ Continuação.
- ◆ Ofício 1185/NAFL/SNI/71 de 04/11/71 p/ Nelson Pedrini – mudança da Agência para o Paraná.
- ◆ Ofício 132/NAFL/SNI/70 de 03/09/70 – Florianópolis Pedro Colin – dados pessoais.
- ◆ Ofício 0610 (Gab) de 20/05/64 – Florianópolis – Agostinho Mignoni p/cassação.
- ◆ 5º Distrito Naval – Manifesto ao Povo em 01/09/61.
- ◆ Diploma de Paulo Wright – Assembléia Legislativa de Santa Catarina – 19/11/62.
- ◆ Cartas à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça em 01/06/63 – Consulta Paulo Stuart Wright - Fecopesca
- ◆ Razões de apelação de Elyanni Marinho.
- ◆ Carta ao Diretor do Departamento Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Elyanni Marinho – em 27/06/78, encaminhada à Assessoria Militar.
- ◆ Solicitação de Nulidade da Resolução 311/64 s/ Elyanni Marinho em 10/06/85.
- ◆ Resolução 597/85 – Declaração de Nulidade da Resolução 311/64 s/ Elyanni Marinho em 06/11/85.
- ◆ Documento sobre Paulo Stuart Wright.
- ◆ Ata da Sessão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina em 26/05/64 – Deputado Evilásio Caon
- ◆ Continuação.
- ◆ Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Projeto de Resolução 17/85 do Deputado Martinho Herculano Ghizzo para anular a Resolução 85/64 sobre cassação.
- ◆ Continuação.
- ◆ Ata da Sessão de 09/12/92 da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Derlei, Jaime Wright, Deputado Nilmário Miranda.

- ◆ Ofício 39/CB de 09/06/64 – IPM s/ Paulo Stuart Wright e Elyanni Marinho – do 5º Distrito Naval p/ Ministro da Guerra.
- ◆ Certidão do 5º CJM – Poder Judiciário – Nada Consta de Elyanni Marinho em 27/10/78.
- ◆ Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça em 09/05/64.
- ◆ Projeto de Resolução 02/64 da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – perda de mandato.
- ◆ Projeto de Resolução 02/64 da Assembléia Legislativa de Santa Catarina – perda de mandato aprovado em sessão.
- ◆ Resolução 85/64 de 11/05/64.
- ◆ Folha Catarinense – Prisão do Sargento Prates – Presença de Paulo Stuart Wright e Evilásio Caon
- ◆ Ofício 204/65 de 19/11/65 encaminhando processos do 5º Distrito Naval ao Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.
- ◆ Requerimento da SUDEPE/SUNAB/Min.Agricultura – Apoio FECOSPESCA em 18/05/64.
- ◆ Capa do dossiê de Paulo Stuart Wright – 08/85 – PRODASC.
- ◆ Encaminhado telegrama à PLANEG publicando a prioridade da construção do prédio da escola Paulo Stuart Wright em 20/08/63.
- ◆ Requerimento de abastecimento de água em 06/09/63 – Paulo Stuart Wright.



O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO GÊSEF DOCLU-  
MENTO (Art. 69 - Dec. 60.417/67 - Regulemen-  
to para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
NAFL/SNI

OF. N.º 277 / NAFL/SNI/ 71.

Florianópolis, 31 de Março de 1971.

**CONFIDENCIAL**

Do: General Álvaro Veiga Lima, Chefe  
do NAFL/SNI em Santa Catarina.

Ao: Excelentíssimo Senhor Deputado Es-  
tadual Doutor NELSON PEDRINI.

MD. Presidente da Egrégia Assembléia  
Legislativa de Santa Catarina.

Assunto: - Dados em caráter confiden-  
cial (solicita)

Ref: .-

Excelência,

1. Considerando determinação superior dêste Serviço e tendo em vista os mais altos propósitos que vem Vossa Excelência implan-  
tando nessa Egrégia Assembléia Legislativa no que concerne a morali-  
zação do Serviço Público, vimos a presença de Vossa Excelência soli-  
citar a fineza de nos informar, com a possível urgência, os dados /  
que abaixo relacionamos referentes ao Sr. CYRO MARQUES NUNES.

2. Dados Solicitados:

- 2.1. - Se o mesmo é funcionário dessa Egrégia Assembléia Legisla-  
tiva.
- 2.2. - Em caso positivo, solicitamos informar:
  - 2.2.1. - Data de nomeação (com remessa do Ato e em qual  
documento foi o mesmo publicado);
  - 2.2.2. - qual a função para a qual foi nomeado e qual a  
função que exerce atualmente e se é pertencente  
ao Quadro Efetivo desse Poder;
  - 2.2.3. - quais seus vencimentos mensais, inclusive grati-  
ficações e outras vantagens;
  - 2.2.4. - se o nominado foi requisitado por êsse Poder a  
um outro Poder. Em caso positivo a qual Poder e  
Repartição pertencia (enviando cópia do documen-  
to que o requisitou);
  - 2.2.5. - se o mesmo foi escolhido para prestar serviços  
e nomeado para essa Egrégia Assembléia, por ser  
Jornalista;
  - 2.2.6. - qual o horário que o mesmo cumpre nessa Assem-  
bléia Legislativa e se é assíduo ao serviço.
  - 2.2.7. - Outros dados julgados úteis e esclarecedores  
por essa Presidência.

3. Encarecemos, com a devida vênica, a necessidade de que

**CONFIDEN**





*Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina*

FLORIANÓPOLIS, 07 DE ABRIL DE 1971

SENHOR PRESIDENTE,

COM RELAÇÃO AO JORNALISTA CIRO MARQUES NUNES  
INFORMO A VOSSA EXCELÊNCIA O SEGUINTE:

1º - É FUNCIONÁRIO DESTA ASSEMBLÉIA LEGISLA-  
TIVA;

A) NOMEADO EM 1º DE MARÇO DO ANO EM CURSO, /-  
EX-VI DA RESOLUÇÃO Nº 119/71, PUBLICADA NO DIÁRIO DA ASSEM-  
BLÉIA, NA MESMA DATA (ATO E DIÁRIO ANEXOS);

2º - NOMEADO PARA EXERCER, EM COMISSÃO, O CAR-  
GO ISOLADO DE ACESSOR, SÍMBOLO "3 CC";

3º - NÃO PERTENCE AO QUADRO DO PESSOAL EFETI-  
VO DÊSTE PODER;

4º - PERCEBE DE VENCIMENTOS E GRATIFICAÇÃO A  
QUANTIA DE C\$ 1.800,00;

5º - NÃO FOI REQUISITADO POR ÊSTE PODER; PER-  
TENGE AO QUADRO DO PESSOAL DO PODER EXECUTIVO, ONDE OCUPA/  
O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DE 1º CATEGORIA - SECRETA -  
RIA DA SEGURANÇA PÚBLICA;

6º - FOI ESCOLHIDO E NOMEADO PARA ESTA ASSEM-  
BLÉIA POR SER JORNALISTA;

7º - CHEGA NESTA ASSEMBLÉIA ÀS 8 HORAS, DIÀRI-  
AMENTE, E MUITAS VÊZES SAI ÀS 23,00 HORAS, SENDO MUITO AS-  
SÍDUO;

OBS. COMPETENTE, DISCRETO, ZELOSO, CUMPRE /  
FIELMENTE ÀS SUAS FUNÇÕES.

RESPEITOSAMENTE

*Dário Rodrigues de Carvalho*  
DÁRIO RODRIGUES DE CARVALHO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO NELSON PEDRINI

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA  
NESTA.-

**CONFIDENCIAL**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
Agência - Curitiba



Of.º nº 612/SS.15 (155)

Curitiba, 02 de Junho de 1.972  
Do Chefe da Agência de Curitiba  
Ao Exm.º Sr. NELSON PEDRINI  
MD Deputado Estadual  
FLORIANÓPOLIS - SC.

ASSUNTO: COLETA DE DADOS  
(Solicita providências)

1 - Incumbe ao SNI, entre outras atribuições, a coleta de dados de pessoas as mais destacadas e atuantes, na vida política, no âmbito universitário, no jornalismo, na administração pública, na vida cultural e religiosa, na ciência, na técnica etc.

2 - Estando V. Exa. por sua inteligência e atuação, enquadrado no espírito desta pesquisa, solicito a fineza de seus bons ofícios, no sentido daremos a esta Agência, dentro da brevidade possível, de (2) duas fotografias tamanho 3 X 4, necessárias a atualização de seu registro no Serviço Nacional de Informações, Órgão da Presidência da República.

Agradecendo a atenção que houver por bem dispensar ao acima solicitado aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. meus protestos da mais alta estima e consideração.

*José Magalhães da Silveira*  
JOSE MAGALHÃES DA SILVEIRA  
CORONEL - CHEFE DA AGÊNCIA

O DESTINATARIO É RESPONSÁVEL  
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES  
DOCUMENTOS (Art. 52 - Dec. nº 60.417/67  
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

**CONFIDENCIAL**



PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
SNI/NAFL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS (Art. 69 - Dec. 60.417/67 - Regulamento  
para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

CF.Nº 586/NAFL/SNI/71

Florianópolis, 22 de Maio de 1971.

**CONFIDENCIAL**

Do General Álvaro Veiga Lima, Chefe  
do NAFL/SNI em Santa Catarina.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual  
Doutor NELSON PEDRINI.

DD. Presidente da Egrégia Assembléia  
Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Assunto:-Informação confidenciais -  
(Solicita)

Excelência,

1. O Serviço Nacional de Informações preocupa-se com todos os Setores da vida brasileira e procura auscultá-los, para poder informar.

2. Dentro desse princípio e considerando a alta relevância no Campo Político, nos destinos da Nação dirijo-me a Vossa Excelência solicitando a fineza de informar:

- a - Existência ou não de movimentos tendentes a criação de novos partidos políticos;
- b - existência ou não de movimentos tendentes a criação de novas correntes políticas;
- c - surgimento ou não de novos Líderes políticos;
- d - quais as tendências e objetivos dos novos partidos ou correntes políticas, caso sejam confirmadas as perguntas das letras a a c acima.
- e - Outros dados julgados úteis por Vossa Excelência.

3. Gostaríamos que o assunto fosse mantido em sigilo, nos termos do art.62, do Decreto nº60 417, de 11 de março de 1967 / (Regulamento Para Salvaguarda Dos Assuntos Sigilosos).

No ensejo, agradecemos a atenção e aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de mais alta consideração e apreço.

General ALVARO VEIGA LIMA  
Chefe do NAFL/SNI



Rua Fernando Machado, 141  
Florianópolis-SC (CG) - IN-025

**CONFIDENCIAL**

CÓPIA AUMENTICA

Estado de Santa Catarina  
P O L I C I A M I L I T A R  
(Fôrça-Auxiliar-Reserva do Exército)

2º B. P. M.

A U T O D E A P R E E N S Ã O

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em cumprimento à determinação verbal do Sr. Major Comandante Interino do 2º Batalhão de Polícia Militar, nos dirigimos à casa número quinhentos e cinquenta (550), sita à rua Independência, onde mora o Sr. DURVAL DELLÊ, segundo fomos informados, e aí, em virtude de não se encontrar na mesma seu morador, na presença das testemunhas Benjamim Zanella e Claudino Alves dos Santos (quais presenciaram às diligências desde seu início, nos dirigimos ao quintal ( terreno dos fundos ) da supra citada casa, aonde, mediante as informações, procedemos a escavações a fim de localizar documentos havidos como enterrados e, em determinado ponto da escavação encontramos o material que segue relacionado: " Sete telegramas, sendo um (1) endereçado ao Dr João Pinheiro Neto (cópia de); Um (1) endereçado ao Sr. Nereu Costa e remetido pelo Dep. Paulo Wright; Um (1) endereçado ao Sr. Durval Dellê e remetido por Bueno; Um (1) endereçado ao Sr. Durval Dellê e remetido por Nereu; Um (1) endereçado ao Sr. Muskipf para Durval Dellê, remetido pelo Dp. Agostinho Mignoni e um (1) outro endereçado ao Sr. Alfredo Muskopf para entregar a Durval Dellê endereçado pelo Dep. Mignoni, todos grampeados juntamente com um cartão referente ao Comando Geral dos Grupos dos Onze; TRÊS panfletos, tendo pro título "Um Esclarecimento ao Povo de Xanxerê", "Frente de Libertação Nacional" e "Manifesto a Nação"; Um (1) bloco de papéis diversos (cartas, documentos e circulares) grampeado juntamente com um cartão referente ao Comando Geral do Grupo dos Onze; Uma (1) pasta de capa de papel rósa contendo uma ATA da Fundação do Comando Geral e outras anotações; Seis (6) exemplares de caderno de título: "A posição dos Comunistas Diante das Reformas de Base", um (1) exemplar da "Declaração do Governo Soviético Sobre o Acôrdo Atômico", um exemplar de "Porque ser Comunista"; dois (2) exemplares do "Programa e Estatuto do Partido Comunista Brasileiro", cinco (5) exemplares de: "Cata aberta do CC do PCUS", Dois (2) talionários de recibos de contribuições para o movimento dos GRUPOS DE ONZE e dois (2) talionários de contribuição para um jornal semanário; Um (1) volume do livro "A Coluna Prestes" de autoria de Lourenço Moreira Lima; Quatorze (14) números do jornal Novos Rumos, sendo um (1) da edição de 24 a 30 de janeiro do corrente ano; Nove (9) números de edição de 28 de fevereiro à 5 de março do corrente ano, Quatro (4) números da edição de 13 à 19 de março do corrente ano; Dois (2) exemplares

CÓPIA AUTÊNTICA

Estado de Santa Catarina  
P O L I C I A M I L I T A R  
(Fôrça-Auxiliar-Reserva do Exército)

2º B.P.M.

(CONTINUAÇÃO)

do jornal "A Classe Operária" edição de 16 à 29 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e quatro; Três (3) exemplares do jornal "Terra Livre", edições de outubro de mil novecentos e sessenta e três, fevereiro de março de mil novecentos e sessenta e quatro; Cinco (5) exemplares do Jornal "Folha Catarinense" edição de 5 a 11 de fevereiro do corrente ano; Quarenta e três (43) exemplares do jornal "Fôlha Catarinense" edição de 27 de fevereiro à 5 de março do corrente ano; Quarenta e três (43) exemplares do jornal "Folha Catarinense" edição de 6 à 13 de março do corrente ano; Seis (6) exemplares do jornal "Folha Catarinense" edição de 30 de janeiro à 5 de fevereiro do corrente ano; Nove (9) exemplares do jornal "Folha Catarinense" edição de 12 à 18 de fevereiro do corrente ano; os quais foram apreendidos e entregues ao Sr. Major OSCAR DA SILVA, comandante Interino do 2º Batalhão de Polícia Militar, do que, para constar, se lavrou o presente AUTO que vai assinado por mim 1º Tenente Belfort Del'Valle y Araujo e pelo 1º Tenente José Manoel Nolasco, que também foi encarregado da diligência e pelas testemunhas já declaradas.

Ass.

1º Ten Belfort Del'Valle y Araújo  
Encarregado da Diligência

1º Tenente José Manoel Nolasco  
Encarregado da Diligência

Benjamim Zanella - 1ª Testemunha

Claudino Alves dos Santos 2ª Testemunha

Copiado por:

*Yara Esteves Galdino*  
YARA ESTEVES GALDINO

Esc. Dat. - Nivel 7

Conferido por:

*Odilon Lima Cardoso*  
ODILON LIMA CARDOSO

Capitão-de-Corveta - Assistente.

20 *[Handwritten Signature]*



DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESSE DOCU-  
M. (Art. 62 - Dec. 60.417/67 - regulamen-  
to Para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
NAFL/SNI

OF. N.º 1 185 / NAFL/SNI/ 71

Florianópolis, 4 de Novembro de 1971.

**CONFIDENCIAL**

Do: General Álvaro Veiga Lima, Chefe  
do NAFL/SNI em Santa Catarina.

Ao: Excelentíssimo Senhor Deputado Es-  
tadual Doutor NELSON PEDRINI.  
MD. Presidente da Assembléia Legisla-  
tiva de Santa Catarina.

Assunto: -Comunicação (faz)

Ref: .-.-.

Excelência,

1. Cumprindo determinação superior estamos dando ciência a Vos-  
sa Excelência que as atribuições do NAFL/SNI em Santa Catarina, passa-  
ram a partir desta data, para a Agência do Estado do Paraná - ACT/SNI,  
com sede a rua XV de Novembro, 768 - 15º Andar.
2. Na oportunidade, agradecemos as atenções que sempre dispen-  
sou ao Órgão que vínhamos dirigindo em Santa Catarina.
3. Encarecemos a Vossa Excelência, com a devida vênia, a neces-  
sidade da manutenção do aspecto sigiloso do presente expediente, nos  
termos do art.62, do Decreto nº60 417, de 11 de março de 1 967 (Regu-  
lamento Para Salvaguarda Dos Assuntos Sigilosos).

Renovamos a Vossa Excelência as expressões do nosso mais al-  
to apreço e elevada consideração.

*Álvaro Veiga Lima*  
General ÁLVARO VEIGA LIMA  
Chefe do NAFL/SNI.



**CONFIDENCIAL**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
- S N I - N A F L -

OF. Nº 132 / SNI/NAFL/70/FR

Florianópolis, 3 de abril de 1970

**CONFIDENCIAL**

Do General Alvaro Veiga Lima, Chefe do SNI/NAFL em Santa Catarina.

Ao Exmo Sr. Deputado Estadual PEDRO COLIN

MD Presidente da Assembléia Estadual

Assunto: Dados para Ficha Registro - (Solicita)

Ref.: Instruções nºs 6/67 de 21. Nov. 67 e 2/68 de 23. Agô 68 do Sr. Chefe do SNI.

A REVOLUÇÃO DE 64 É IRREVERSÍVEL E CONSOLIDARÁ A DEMOCRACIA NO BRASIL

1. Tem êste SNI/NAFL por determinação superior, a incumbência de organizar um Dossiê informativo completo de todas as Autoridades de nosso Estado.
2. Dessa forma, com a devida vênia e considerando o melhor entendimento que êste Serviço procura manter com todas as Autoridades civís, militares e eclesiásticas, e ainda contando com a compreensão e melhor entendimento por parte de V. Excia., solicitamos a fineza de nos conceder os seguintes dados relativos a vossa pessoa:
3. Dados Solicitados:
  - 3.1. - Nome completo, filiação, nacionalidade, naturalidade;
  - 3.2. - Identidade (carteira nº) Título de eleitor número, Zona e Sessão ? Data de Nascimento ?
  - 3.3. - Estado Civil, Nome do conjuge, Profissão, Religião ?
  - 3.4. - É reservista ? Categoria, nº do Certificado ?
  - 3.5. - Nível financeiro. Situação perante o Imposto de Rendas e Declaração de Bens móveis e imóveis ?
  - 3.6. - Residência (rua e nº) Local de Trabalho ?
  - 3.7. - Grau de Instrução ? Cursos que possui ?
  - 3.8. - Atividades Políticas, passadas e presente ? Partido a que pertenceu e a que pertence atualmente ?
  - 3.9. - Sociedades a que pertence e que é sócio. Atividades política estudantil quando estudante ?
  - 3.10 - Outros dados julgados úteis (Idiomas que fala, etc..).
2. Ocorre-nos esclarecer que os dados que ferirem escrupulos ou natural suspeição ou ainda modéstia, serão da melhor forma possível preenchidos por esta Chefia.

Agradecendo a atenção dispensada por V. Excia, subscrevo

vemo-nos mui

Cordialmente,

EM TEMPO: Funções públicas e particulares que exerce

OE

General ALVARO VEIGA LIMA  
CHEFE DO SNI/NAFL



FAT/MVVS

FLORIANÓPOLIS, SC.,  
Em 20 de maio de 1964.

N<sup>o</sup> 0610 (GAB)

Do: Comandante  
Ao: Exm<sup>a</sup>. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada  
Assunto: Averiguações sumárias sobre as atividades do Sr. Agostinho Mignoni  
Anexo: Um (1) processo de averiguações sumárias

1. Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> o dossiê do suplente de Deputado Estadual de Santa Catarina - Agostinho Mignoni.

2. Pelos documentos de folhas 10, 11 e 12 constata-se as suas íntimas ligações com elementos comunistas ativos, neste Estado, dos quais o deputado Paulo Wright já teve o seu mandato cassado. Os demais, exceto Leonel Brizola, respondem a IPM instaurado no 14<sup>a</sup> BC.

Os documentos de folhas 13, 14, 15, 16, 17 e 19 mostram as suas atividades na formação dos chamados "grupo dos onze", de Leonel Brizola, com quem estava identificado na pregação revolucionária.

Nos documentos de folhas 21, 22 e 23 está mostrada a sua atuação desonesta, quando alugou a lavradores tratores do Ministério da Agricultura e cobrou para si 30% da colheita.

A sua conduta imoral, incompatível com o mandato está provada em seu próprio depoimento.

3. Parece a este Comando que se trata de um caso típico de cassação dos direitos políticos.

4. Peço vênias para sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> o encaminhamento do anexo ao Exm<sup>a</sup>. Sr. Secretário do Conselho de Segurança Nacional.

  
MURILLO VASCO DO VALLE SILVA  
Contra-Almirante - Comandante

Cópias:  
Assemb. Legislativa SC.....1  
Arquivo .....2

CÓPIA AUTÊNTICA

8  
*[Handwritten signature]*

A O P O V O

Até quando a nossa Pátria será propriedade de meia dúzia de militares vendidos ao poder econômico ?

Até quando a juventude que deseja uma vida melhor, de liberdade e de vergonha, deverá submeter-se à vontade de militares decrepitos - desses parasitas que, em vez de derramarem o sangue na defesa da legalidade, sugam o sangue de todo o POVO BRASILEIRO ?

Até quando 70% do tesouro nacional terá de alimentar a malandragem organizada desses profissionais de patifaria, que fazem do golpe a garantia de melhores salários, de vida farta para si mesmo ?

Este excesso de gastos com as forças armadas é que atrofia a nossa economia.

Até quando um palhaço fantasiado de representante de nossa Marinha, cheia de tradições gloriosas, ultrajará o Poder Legislativo de Santa Catarina, mandando Deputados "beberem em casa que a briga é de homens" Quem é esse fantoche do 5º Distrito Naval que está ao lado do MACRÓBIO DENYS porque é seu parente, que dá um banquete de gala por ano o qual constitui o programa de defesa do 5º Distrito Naval ?

Nós sabemos que há militares de brio e de valor, nas Forças Armadas Brasileiras. É neles que o povo brasileiro vê a última esperança, a de que a nossa CONSTITUIÇÃO seja respeitada.

O POVO, O EXÉRCITO, MARINHA, AVIAÇÃO, precisam levantar a cabeça e reagir contra ditadura militar, porque ela é a pior de todas as soluções.

Nenhum tiro deve ser dado a favor do CAPACHO MAZILLI.

PELA LEGALIDADE !

PELA DEMOCRACIA !

EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO, CONTRA O GOLPE !

FLORIANÓPOLIS, 1 DE SETEMBRO DE 1961.

Copiado por:

*[Handwritten signature]*  
YARA ESTEVES CALDINO

Esc.Dat. - Nivel 7

CONFERIDO POR:

*[Handwritten signature]*  
ODILON LIMA CARDOSO  
Capitão-de-Corveta - Assistente

Deputado Paulo Stuart Wright

Reg. n. 41

O diploma do senhor Deputado Paulo Stuart Wright, do Partido Social Progressista, foi apresentado nesta Assembleia no dia 1º de fevereiro de 1963 e aprovado de acordo pelo Senhor Deputado Augusto Buzola, Presidente da Assembleia Legislativa, na qualidade de Deputado mais idoso, quando o diplomado já não possui

O referido Deputado foi diplomado em 19 de novembro de 1962, através do Res. n. 81/64 - 11/05/86 e Res. que tem em pauta a 1ª Residência em 58/85 de 02/12/85

Florianópolis, 4 de fevereiro de 1963.

Desaparecido

Abelino Trasske, diretor em exercício

Deputado Antônio Pichette

Reg. n. 42

O diploma do senhor Deputado Antônio Pichette do Partido de Representação Popular, foi apresentado nesta Assembleia no dia 1º de fevereiro de 1963 e aprovado de acordo pelo Senhor Deputado Augusto Buzola, Presidente da Assembleia Legislativa, na qualidade de Deputado mais idoso, quando o diplomado já não possui

O referido Deputado foi diplomado em 17

Vertical text on the right margin, possibly a date or reference number.



ADIL REBELO  
ADVOGADO  
OAB/SC-0483 - CPF 002 268 669-04  
ADIL REBELO JR.  
ADVOGADO  
OAB/SC-4704 - CPF 178 810 309-25

RAZÕES DE APELAÇÃO de ELYANNI MARINHO DE SOUZA  
SANTOS.

MM. Julgadores,

A r. sentença recorrida - afastada o respeito a prescrição quinquenal - matéria objeto desta apelação, é irrepreensível, merecendo confirmada.

O Estado não era de Direito !

Esse Egrégio Tribunal, examinou sob todos os ângulos a matéria, com o saber jurídico e a probidade que tem caracterizado todas as decisões desse Colendo Colegiado, em ação de mandado de segurança nr. 1.003, impetrado pela ora apelante em 18 de setembro de 1979 e julgada em 18 de fevereiro de 1981.

O Estado autoritário tolheu a ora apelante toda a possibilidade de obter os elementos que pudessem respaldar a postulação de seu direito.

"Aos 27 de outubro de 1978, consegue a requerente a certidão de fls. 23, da qual consta "não tendo a mesma respondido a nenhum processo neste Juízo Militar." - fls. 6 do Acórdão e 71 da Ação de Mandado de Segurança.

Ora Excelências, o Estado pune sem culpa - sequer foi indiciada - seu funcionário, com um ato nulo - cerceia seu direito de defesa quer pela legislação vigente à época, quer de fato não fornecendo a certidão sõ conseguida a duras penas em 27.10.78.

Tira de sua mesa, cujos comensais eram também seus cinco (5) filhos menores, o alimento desde 12 de abril de 1964, e agora se locupleta com a miséria de seu servidor sob a capa da prescrição quinquenal. É estarrecedor !

A apelante confia na Justiça que se fará com o decisum desse Colendo Tribunal como aliás já ocorreu na Apelação Civil nr. 13.361 - Jurisprudência Catarinense 30/75, verbis:

"Prescrição. Hipótese em que não se aplica o prazo quinquenal. Não é de se reconhecer a prescrição quinquenal em favor da Fazenda Pública ,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ILMO. SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PESSOAL

*Antônio João. P. M. de A. - 22*  
*Florianópolis, 09.07.78*  
*M. S. M. S.*

*ELYANNI MARINHO DE SOUSA SANTOS*  
*29.06.78*

ELYANNI MARINHO DE SOUSA SANTOS, ocupante do cargo de Diretor, nível PL/21, do Quadro do Pessoal deste Poder, em disponibilidade, vem, respeitosamente, solicitar de V.S. fotocópia autenticada da conclusão do Processo que respondeu neste Poder e, que culminou com sua disponibilidade, conforme Resolução nº 311/64, de 11 de setembro de 1964.

N. T.  
P. D.

Florianópolis, 27 de junho de 1978.

*Elyanni*

ELYANNI MARINHO DE SOUSA SANTOS  
DIRETOR PL/21

*A presença Militar para manifestar-se e respeito da guarda do presente processo.*

*29.06.78*

*u. m. c. g.*

10 JUN 1985 000555

AL  
FL. 2  
Sub

Excelentíssimo Senhor Doutor Stélio Boabaid  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

DEFERIMOS NOS TERMOS DO PARECER DA  
PROCURADORIA, APROVADO EM REUNIÃO  
DA MESA  
GR. em 30/10/1985  
Stélio Boabaid  
PRESIDENTE

Elyanni Marinho de Sousa Santos, funcionária aposentada desse Poder, vem respeitosamente, pelo presente instrumento expor a Vossa Excelência fatos que envolveram, nos últimos vinte anos, sua vida funcional, e alcançar através de Vossa Excelência, no exercício da Presidência do Poder Legislativo, a proclamação de nulidade da Resolução 311/64. (aplicação do Ato Institucional nº 1), datada de 11 de setembro de 1964.

Resumindo, Senhor Presidente, voltaremos aos atos de 1964, anexando documentação:

1. Revolução de 31 de março de 1964;
2. 02 de abril: prisão domiciliar, casa cercada, quatro filhos menores, pai com derrame cerebral motivado por coação emocional;
3. Poder Legislativo não oferece quaisquer garantias;
4. Assembléia Legislativa, em 22 de abril, afasta do cargo de Diretor de Taquigrafia. (Doc. 1....) Resolução 72/64;
5. Assembléia Legislativa constitui Comissão Especial para apuração .... (Doc. 2....) Resolução 67/74;
6. Comissão Especial conclue pela Inocência;
7. Paralelamente se instala I.P.M.; acusada é ouvida, em Florianópolis, em data de 04 de junho; em data de 09 de junho o General Dário Coelho, de moto próprio e por conclusões pessoais, informa ao Governador, através de ofício (Doc. 3.....) as punições que estão por ser providenciadas na área militar. Governador envia ofício à Presidência da Assembléia Legislativa, para apreciar;
8. Não é dado vistas à acusada do referido ofício, que vem a ser anexado ao processo legislativo. Baseado em peça estranha ao processo legislativo, a Presidência (agente incapaz no caso em espécie) conclue pela aplicação do Ato Institucional.



Doc. n.º 12  
E.F.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

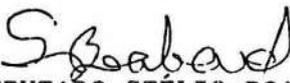
R E S O L U Ç Ã O . Nº 597/85

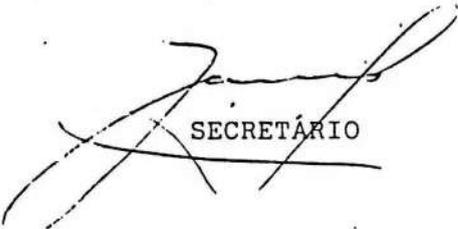
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECLARAR nula e de nenhum efeito a Resolução nº 311/64, de 11 de setembro de 1964, para suprimir dos assentamentos individuais da servidora inativa ELYANNI MARINHO DE SOUZA SANTOS a punição que, indevidamente, lhe foi aplicada.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 06/11/85

  
DEPUTADO STÉLIO BOABAID  
PRESIDENTE

  
SECRETÁRIO

  
SECRETÁRIO

foi afastada de suas funções pelo Presidente da Assembléa Legislativa, não a pedido das autoridades militares mas, exclusivamente, por iniciativa da mesa, num reconhecimento tácito de suas atividades muito embora a comissão de averiguações da Assembléa Legislativa tenha colhido todas as informações necessárias talvez pelo falso sentimento de coletivismo, tão prejudicial a eficácia da Justiça.

Do exposto conclui-se que o funcionário da Assembléa Legislativa de Santa Catarina ELMARE MARINHO DOS S. LIOS pelas suas atividades políticas e notórias e ligações com o Deputado Paulo Stuart Wright praticou ações contrárias ao regime democrático estando sujeitas às sanções previstas no Art. 109 do Ato Institucional de 7 de Abril de 1964.

DEPUTADO ESTADUAL - PAULO STUART WRIGHT, eleito pela legenda P. T. B. depois de ter sido recusada a inclusão do seu nome na legenda P. T. B. por ser considerado comunista (fls. ...). Embora ligado à Igreja Presbiteriana, sendo filho e irmão de pastores americanos sempre subversivo e intimamente ligado aos esquematistas comunistas, tais como Walter Filho, Políbio Braga, José Filho de Lima, Alvaro ... , Adão Lopes, Irineio Laus, José Pereira Cristino e o Sr. Eckert, e muitos outros. Não pode ser ouvido pelo ... representante da Legação e, segundo noticiário dos jornais, frequentou o escritório da Embaixada do México onde ligou-se a pessoas ... de ... da Marinha de Guerra.

Teve seu mandato cassado por ato da Assembléa Legislativa de Santa Catarina e que constitui, por si só, uma ação contrária ao Regime Democrático.

Foi eleito com apóio maciço do Partido Comunista, sendo o primeiro deputado eleito pelo P. C. B. em Santa Catarina. Suas atividades encontradas na residência do líder comunista ... no qualificar a última campanha eleitoral (Ver P. T. B. de 1964).

Farta documentação foi encaminhada pelo 5º D. O. ao Estado Maior Armado e desta, provavelmente, ao Conselho de Segurança Nacional. Esta documentação coletada por oficiais do Exército e da ... que constituíram a Comissão de Averiguação Suplaria e mais as ... Complementares sobre as atividades do Ex Deputado Paulo Wright encontra-se nos Docs de fls. ... onde é perfeitamente caracterizada sua ação contrária ao regime democrático e suas ... das francamente subversivas.

Participou ativamente da reunião de crítica ao Art. 119 do ... (fls. ...), orientando a formação da Fecopesca (fls. ...). Nos trabalhos participante ativo das pregações subversivas de ... Alípio a quem conheceu em Florianópolis e incorporou em suas ... pelas cidades de Araranguá, Criciúma, Itajaí e Brusque, como ... do ... qual acabou infringir a lei sobre o Pátrio Poder, aprovada ...

CONFERE COM ORIGINAL.-

*Nelson Maurício Sartório*  
NELSON MAURÍCIO SARTÓRIO

TAQUÍGRAFO: GENTIL TEIXEIRA DE MELLO

PARTE: 1.

DATA: 26-5-64

CONTINUA: Calixtrato

O SR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA.  
Deputado PAULO PREISS:- Embora o Relator não esteja, não há razão por que não se inicie a sessão.

Sr. Deputado Evilásio Caon, nós, da Comissão de Legislação e Justiça, não poderíamos deixar de considerar de que existe a possibilidade de, como colega que é, tomar conhecimento da documentação enviada a esta Casa pelo 5º Distrito Naval. Oficialmente V. Exa. não teve oportunidade de tomar conhecimento da documentação. Entretanto entendeu a Comissão, por sua unanimidade de dividir em duas partes esta sua presença na nossa reunião. A primeira, em que a Comissão, pelos seus vários membros, se assim o desejar, pudesse formular perguntas a V. Exa.; e na segunda parte V. Exa. teria oportunidade de se referir à documentação da qual tomou conhecimento na Comissão, em torno do assunto enviado a esta Assembléia pelo 5º Distrito Naval.

Assim, em primeiro lugar, eu consulto os Membros da Comissão de Justiça se desejam formular alguma pergunta, a respeito da documentação que se encontra aqui, ao Deputado Evilásio NerY Caon.

O SR ARMANDO CALIL BULOS - Sr. Presidente, eu li o ~~o~~ ~~de~~ documentação fornecida pelo 5º Distrito Naval e não encontro por que formular pergunta, uma vez que me ~~encontra~~ <sup>acho</sup> suficientemente esclarecido a respeito da matéria.

O SR PRESIDENTE: Os Srs Deputados que quiserem formular pergunta ao Sr. Deputado Evilásio Caon, poderão fazê-la.

O SR RUY HULSE - Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma interpelação a fazer ao Deputado Evilásio Caon, à cerca dos documentos para cá enviados pelo 5º Distrito Naval, muito embora possa no decorrer de sua explanação, interpelá-lo face a alguma dúvida que por ventura surja.

O SR DIB CHEREM - Da mesma forma, Sr. Presidente, nada tenho a interpelar ao Deputado Evilásio Caon.

O SR ALDO ANDRADE - Eu gostaria de obter uma informação sobre a questão que se fala no processo, sobre o sargento Prates do 14-BC, isto é, no motivo do Deputado Evilásio Caon ter levado ao 14-BC defesa do sargento Prates. Eu não vi na defesa de Deputado Evilásio Caon algo a respeito de sua ida ao 14-BC. Acho que é o que \* mais fala este processo. A não ser que o Deputado venha a esclarecer durante sua explanação.

O SR PRESIDENTE: A Presidência não tem perguntas es-

TAQUÍGRAFO: CALIXTRATO CUNHA

PARTE: 1ª

DATA: 26/5

CONTINUA: Gentil

*Handwritten signature and number 3*

O SR. EVILÁSIO CAON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, membros desta Comissão. Eu, inicialmente, agradeço a deferência do Sr. Presidente e dos mais senhores deputados de me abrir esta oportunidade de tentar esclarecer alguns pontos que por ventura estejam contraditórios ou suscitem dúvidas neste processo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dividir, numa breve exposição, a minha defesa em duas fases: uma delas de uma suscinta análise de ordem geral deste processo e das atuações que determinaram a revolução e em consequência a instalação do processo, e, posteriormente, - uma análise de elementos que o integram e também de minha conduta política.

Devo dizer, Sr. Presidente, segundo deduzo da análise do processo e segundo foi possível depreender do interrogatório a que fui submetido no 5º Distrito Naval, de que sou incriminado em duas faixas: como advogado e como membro atuante do PTB. destaqui isto na aquela oportunidade, de sorte que como está consignado em meu depoimento todos esses episódios devem referir-se a minha atuação junto de organismos militares e que o fiz, precipuamente por solicitação de interessados para os meus serviços profissionais de advogado e neste movimento político que surgiria em S. Catarina e que vários líderes de diversos partidos atuaram, sempre tendo a preocupação de encontrar caminho para fortalecimento do PTB e de o abrir um parentesis a esta Comissão para dizer que pertencço ao PTB desde o dia da sua fundação no Brasil e numa época em que nem eleitor era ainda.

Pertencço ao Partido Trabalhista Brasileiro desde o dia que foi fundado no Brasil. Nem eleitor era e a revolução não abalou a minha fé nos postulados trabalhistas, como não abalou, Sr. Presidente, pelo contrário, robusteceu ainda mais a minha crença nos ideais cristãos.

Devo dizer a V. Exa. e a esta Comissão que ante tudo que ocorre neste país eu fui fazer uma auto-crítica, um exame de consciência e cheguei a estas conclusões: que não tenho o que alterar na minha filosofia política, porque entendo que o trabalhismo é democrático e não tenho o que alterar nas minhas convicções religiosas, porque talvez seja um daqueles poucos homens públicos que se vangloria intimamente por conhecer, entender e por julgar que ali está a verdade, o Evangelho.

De maneira que, dito isto, Sr. Presidente, quero destacar que em todo o meu comportamento, quer de advogado, de homem público e de cidadão, tinha em mente ver modificada a vida neste país. Pelos pro-

TAQUÍGRAFO:

PARTE:

DATA:

CONTINUA:

*F 3 D 4*

cessos normais ver transformada a nossa Pátria numa verdadeira democracia, sem violências, sem desequilíbrios, sem essas mazelas que nós sentimos.

É possível que atitudes isoladas tenham gerado interpretações erradas e que eu, como todos os políticos, tenha tomado uma ou outra atitude que não tenha sido mais feliz. Mas, ainda assim, nessas atitudes, desejava contribuir para o fortalecimento do Partido a que pertença, - porque entendia, como disse em várias ocasiões nesta Assembléia, como disse quando fomos diplomados no Teatro Álvaro de Carvalho, se não me falha à memória, falando em nome dos deputados, - que só entendia democracia forte, o dia que os partidos estivessem representando a opinião pública. E tudo o que fiz em torno da política nunca visou a mim e sim fortalecer um partido que eu entendia era um dos veículos de sustentação do regime democrático neste país.

Devo destacar que era muito difícil, como para qualquer membro do PTB de Santa Catarina, um Estado pequeno, sem influência maior na vida nacional, abandonado permanentemente pelos poderes centrais, em decorrência a direção do PTB de Santa Catarina, quase esquecido pela direção geral do partido, era muito difícil, pois, para nós do PTB nos situarmos no quadro da política nacional. Política que dividia o PTB em alas; dividia a UDN em alas; dividia o PSD em alas; dividia o PDC em alas; - dividia as correntes militares em alas e dividia, mais, ainda, Sr. Presidente, o próprio Clero, a própria Igreja Católica em correntes...



TAGUÍGRAFO: CALIATRATO CUNHA

PARTE: 7

DATA: 26/5

CONTINUA: Gentil



atuação no meio sindical, porque no sindicalismo catarinense são encontrados dois grupos: um majoritário, liderado pelo ilustre deputado Aldo Andrade, ligado à UDN e outro liderado pela extrema esquerda e que levava vários sindicatos ao seu lado. Entendia que como membro de PTB - não poderia prestigiar os sindicatos que tinham uma atuação extremada e que eram dirigidos por elementos tidos como comunistas e que era de meu dever tentar a formação de uma liderança sindical eminentemente - trabalhista e que pudesse eliminar a influência comunista dentro dos sindicatos em S. Catarina de tal forma a que esta dualidade de pensamento ficasse circunscrita entre os trabalhadores democratas, de um lado os liderados pelo sr. Aldo Andrade e do outro os liderados pelo PTB. Acredito que o próprio deputado Aldo Andrade deve estar recordado de que naquele Congresso trabalhista que se realizou em Joinville orientei alguns sindicatos no sentido de que não se subordinassem à orientação dos comunistas e que pelo contrário, fizessem aliança com o sr. deputado Aldo Andrade, pois que entendia que a primeira etapa seria eliminar a atuação dos comunistas e depois, numa segunda etapa neutralizar a atuação do senhor deputado Aldo Andrade, os vencendo-o em pleitos futuros, com a influência trabalhista.

O SR. ALDO ANDRADE - Naquele Congresso de Joinville tínhamos a nosso favor o apoio do Prefeito de Lauro Muller e que era dirigente - sindical dos mineiros do Sul do Estado, do Vale do Itajaí, do Oeste do Estado e de mais alguns sindicatos. Conseguimos, assim, naquele memorável pleito, vencer os comunistas por larga margem de votos. Só não foi dada a maior publicidade a nossa vitória porque a maioria da imprensa nacional e internacional não estava interessada em divulgar tais fatos.

O SR. EVILÁSIO CAON - Eu agradeço o testemunho do deputado Aldo Andrade.

Sr. Presidente, eu acho que já esclareci um pouco esses pontos. Quero, entretanto, ainda, fazer uma referência ao problema comunista. - Não há, ao que parece, assim, uma acusação mais frontal contra mim, mas uma insinuação que tinha ligação com os comunistas. Eu irei pedir a V. Exa. a juntada a esse processo, de certidões, de documentos coligidos pelo próprio 5º Distrito Naval, em que comprovam que esta minha atuação sempre que necessária, se fez no sentido de evitar a influência comunista dentro do PTB ou naqueles setores que eu poderia atuar.

No processo do Deputado Paulo Wright há um documento do Sr. Acácio Santiago, cuja cópia vou pedir anexação. Possivelmente há um ano atrás eu escrevi alguns artigos para o jornal de Lajes, procurando fazer a distinção entre trabalhismo e comunismo. Eu infelizmente não tenho os exemplares dos jornais, tenho cópias dos artigos, que não serão provas - nenhuma, mas que dão exatamente uma idéia de como eu separava a atuação

TAQUÍGRAFO:

PARTE:

DATA:

CONTINUA:

*M. G. L.*

Não defendemos luta de classe. Defendíamos a conciliação entre patrão e empregado. Não desejamos a suspensão do culto e religião. Está também no programa do PTB. Não desejamos a coletivização da propriedade. Somos pelo amparo à propriedade privada. Além do mais, desejamos o trabalhismo para o Brasil. Não somos internacionalistas; não desejamos aplicar o trabalhista na Argentina, no Paraguai ou na Alemanha. O Comunismo é uma doutrina internacional e nós concebemos uma doutrina como nacionalista, nossa, própria. Isto eu faço ver nêstes artigos que escrevi a cêca de um ano e meio atrás. E ainda é hoje o meu pensamento. Quero concluir esta parte relativa ao comunismo, dizendo que o meu pensamento se fortaleceu ainda mais quando do lançamento da Encíclica Mater et Magistra, do Papa João XXIII. Não estou envolvendo em minha defesa o pensamento do Papa. Porque quando Secretário do Trabalho eu mandei imprimir na imprensa oficial de Santa Catarina 10 ou 20 mil exemplares de uma síntese da Encíclica e os mandei distribuir aos sindicatos, a organizações estudantês e dirigentes políticos, enfim a inúmeras instituições do nosso estado, como, também, na mesma época, Sr. Presidente, mandei imprimir e distribuir um pronunciamento da Igreja Católica, em tórno da Reforma agrária, pronunciamento tomado quando da inauguração de um projeto de reforma agrária pelo então Governador Carvalho Pinto, em tórno da qual os bispos de São Paulo e de alguns outros, dando a público um excelente pronunciamento analisando êste problema da reforma agrária. Quero significar que com êstes elementos, foi possível rebuscar os meus arquivos para ver se em alguma época havia feito algum pronunciamento que me fugisse à memória. Confesso que não o encontrei. O que hoje faço não é uma defesa pós-revolução, pois que é uma linha que venho mantendo a longo tempo.

O SR ADHEMAR GHISI: Eu tenho a impressão que V. Exa esqueceu, devido a ausência de tempo, da atuação que teve em Criciúma da qual participou como membro da UDN, a respeito de atividades relacionadas com a atuação do sindicato dos mineiros. De sorte que V. Exa. poderia alinhar, em seu favor, também, êste seu trabalho, no qual está patenteada a sua posição de democrata convícto e de trabalhista sem preocupações totalitárias e como V. Exa. bem mencionou ser um seguidor dos ideais de Alberto Pasqualini.

O SR EVILÁSIO CAON: - Realmente não me ocorreu à lembrança êste fato que é realmente mais uma contrubuição que V. Exa traz do meu comportamento.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PR/0001.7/85

PROCEDÊNCIA: DEPUTADO MARTINHO HERCULANO  
GHIZZO

EMENTA: "Anula a Resolução nº 85/64, de  
11 de maio de 1964".

RELATOR: DEPUTADO CID PEDROSO

I - RELATÓRIO

Pela Resolução nº 85/64, de 11 de maio de 1964, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi cassado o mandato de deputado estadual do Deputado PAULO STUART WRIGHT, como se infere da dita Resolução nº 85/64, em anexo (Doc. nº 1), que diz no seu art. 1º:

"Art. 1º - Fica, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política Social, bem como do art. 141, § 5º, parte final, da Constituição Federal, cassado o mandato do Senhor Deputado PAULO STUART WRIGHT, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (PSP).

E no:

"Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário."



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Busca, pois, o atual Projeto de Resolução tornar nula essa Resolução nº 85/64.

Requeremos à Presidência desta Casa uma cópia do Processo de Cassação de PAULO STUART WRIGHT, mas lamentavelmente o processo desapareceu, como ficou constatado, é público e notório e a Imprensa noticiou, como se demonstra com o jornal anexo (doc. nº 2).

É o RELATÓRIO.

II - P A R E C E R

É público e notório em todo o Estado de Santa Catarina e quíça no Brasil inteiro, que o ex-Deputado PAULO S. WRIGHT foi cassado a 11 de maio de 1964, pela Resolução nº 85/64, da Assembléia Legislativa do nosso Estado.

E foi cassado um mês e pouco após vitorioso o movimento armado de 31 de março de 1964 - conhecido como "Revolução de 1964" - quando as paixões afloravam, a coação era exercida irresistivelmente, quando pressões de toda espécie existiam no Brasil, quando o medo imperava, quando mandatos de Senadores, Governadores, Prefeitos, Deputados Federais e Estaduais etc., eram cassados, assim como os direitos políticos de milhares de pessoas eram suspensos, sem se saber os motivos e sem lhes serem dado qualquer direito de defesa.

Assim, também, foi cassado o mandato parlamentar de PAULO S. WRIGHT por esta Augusta Casa do Povo, passível, por sem dúvidas de coação psicológica, até irresistível.

E no ato de cassação, extrapolou esta Assembléia Legislativa de seus direitos constitucionais e legais e mesmo do Ato Institucional nº 1, agindo, data vênia, ilegitimamente e com erro, em razão, por sem dúvida da coação psicológica, irresistível até, reinante na nação, tendo como vetor o próprio processo revolucionário em marcha. E a cassação do Deputado PAULO S. WRIGHT, por esta Casa, embora um ato aparentemente legal, na realidade é ilegal na sua origem, na sua motivação e fundamentação, como se procura demonstrar.

2.7.1



**Vejamos:**

A Resolução 85/64 invocou, para tomar a medida que tomou: a Constituição do Estado combinada com o Ato Institucional, a Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (que define os Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social) e o art. 141, § 5º, in fine, da Constituição Federal.

Observe-se que não mencionou o dispositivo da Constituição Estadual, que era a de 1947, e nem da Lei nº 1802, só o fazendo com dispositivo da Constituição Federal, que era a de 1946. O Ato Institucional era o nº 1, de 9/4/64.

Mesmo sem cópia do desaparecido processo legislativo da Cassação do Deputado PAULO S. WRIGHT, verifica-se com clareza solar que a cassação foi totalmente ilegal e errada, quer no aspecto formal, quer no aspecto legal.

E isso pelas razões e motivos que passaremos a expender.

O Ato Institucional nº 1, de 9/4/1964, expedido pelo Comando Militar da época diz no seu artigo 1º:

*"Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.*

E no art. 10 desse Ato está expresso:

*"Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes em Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.*

*Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo."*



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Por aí se verifica que a Assembléia Legislativa não tinha legitimidade, não tinha competência legal, para cassar mandatos, invocando a legislação que invocou. Essa competência cabia, no caso de deputados, exclusivamente aos Comandantes em Chefe que editaram o Ato Institucional nº 1, e após a eleição, ao Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, que ficaram com o poder de fazê-lo sem as limitações previstas na Constituição de 1946. Logo, embora mantendo a referida Constituição, o Ato Institucional sobrepôs-se a ela.

E na Constituição Federal de 1946 e na Estadual de 1947, não estão elencados os poderes para o legislativo cassar mandatos com os fundamentos legais à que se arvorou esta Assembléia. Basta que se leia o art. 48 da Constituição Federal de 1946.

Foi na Assembléia Legislativa criada e instalada uma Comissão Especial pela Resolução nº 77/64 para analisar, verificar as denúncias contra o Deputado PAULO S. WRIGHT, originárias do 5º Distrito Naval, da Secretaria de Segurança, do Comandante da 5ª Região Militar, do General Ernesto Geisel, como se constata dos docs. anexos (docs. nºs 3 a 10).

Essa Comissão Especial, em data de 6 de maio de 1964, acabou por concluir que "O julgamento da matéria foge à alçada da Assembléia Legislativa... Resolve opinar no sentido de que V.Exa. remeta a presente ao Conselho de Segurança Nacional, acompanhado dos documentos que o amparam", como provam os documentos anexo (docs. nºs 7 e 10).

Mas mesmo assim a Assembléia Legislativa acabou por cassar o mandato do Deputado PAULO S. WRIGHT, por maioria de votos, através da Resolução 85/64... agindo ao arrepio da Lei vigente à época, sem a devida competência legal.

Faltando à Assembléia Legislativa a competência legal, faltou-lhe a legitimidade para cassar o mencionado deputado sendo, pois, absoluta sua incompetência, razão pela qual deve ser declarada nula a resolução 85/64 desta Casa.

PA



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Embora trate-se de servidora, funcionária desta Casa, ELYANNI MARINHO DE SOUZA SANTOS, pela mesma época, perdeu seu emprego na Assembléia, pela Resolução nº 311/64 da Casa.

Perante a Assembléia Legislativa e o Poder Judiciário postulou ela seu direito, pedindo a declaração de nulidade da Resolução, obteve ganho de causa na Justiça e a Mesa desta Casa pela Resolução 597/85 alicerçada em brilhantes pareceres declarou nula e de nenhum efeito a Resolução nº 311/64, por ter sido editada por agente incapaz, no caso esta Casa, visto que, pelo Ato Institucional nº 1, só o Governador do Estado tinha legitimidade para exonerá-la. É o que prova os documentos juntos (docs. nºs 11 a 14).

Dúvidas não ocorrem, de que a Assembléia Legislativa cassou o mandato de PAULO S. WRIGHT sob coação de autoridades militares, como se depreende dos documentos juntos ao presente, como é público e notório e por isso fica provado por si mesmo, e, ainda, por declarações na imprensa de um deputado da época (doc. nº 16).

Socorrendo-nos do Código Civil, subsidiariamente, verificamos no seu art. 145, III, que é nulo o ato jurídico "quando não revestir a forma prescrita em lei e IV "quando for preterida alguma solenidade que a lei considera essencial para a sua validade".

Outra coisa não ocorreu nas sessões que resultaram na malsinada Resolução nº 85/64, pois que a forma prescrita era a do Ato Institucional nº 1, que não foi obedecida e foi, mesmo, preterida.

Ainda socorrendo-nos do Código Civil, diz ele no seu art. 147, II, que "é anulável o ato jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude".

Com a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 17 do mesmo mês e ano, começou o retorno lento à democracia, com a revogação dos Atos Institucionais e Complementares. E com a Lei da Anistia nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi se alargando o caminho rumo à democratização do País e hoje, depois de tantos acontecimentos, com a participação do povo brasileiro, com



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

decisões dos tribunais pátrios, com a revisão de medidas arbitrárias e injustas praticadas contra pessoas, caminha nossa Pátria, em frente, na busca de uma democracia plena, em que a lei seja respeitada <sup>em que a pessoa humana seja respeitada</sup> na sua integridade e nos seus direitos. Pois, baseado nesses fatos todos aqui expendidos, é que se procura corrigir um trágico erro cometido por esta Casa do Povo, contra **PAULO STUART WRIGHT**.

É uma reparação digna desta Casa a que se fará anulando a Resolução nº 85/64 - que cassou o mandato do então Deputado.

Não poderá ele gozar dessa reparação, pois é público e notório e a Imprensa Nacional tem publicado, que foi morto pelas forças da repressão, em 1973, na cidade de São Paulo, sem que seus familiares, seus irmãos, filhos, esposa etc. tenham até hoje localizado seus restos mortais.

Mas, acima de tudo, é preciso que esta Casa repare o erro que cometeu, o maior de sua existência nestes 150 anos, cassando o mandato de PAULO S. WRIGHT, sendo legalmente incompetente para tal.

A competência da Casa para reparar a ilegalidade que praticou, tem amparo na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, hoje constante da Súmula 473 que diz:

*"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvados, em todos os casos, a apreciação judicial."*

Daí chegamos à seguinte

### III - CONCLUSÃO

É de ser aprovado este Projeto de Resolução nº PR/0001.7/85, para ser declarada nula e de nenhum efeito a



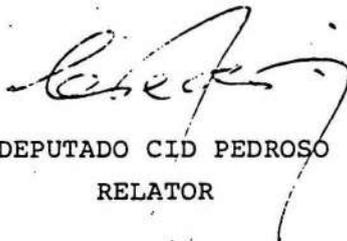
## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Resolução nº 85/64, de 11 de maio de 1964, que cassou o mandato do Deputado Estadual PAULO STUART WRIGHT, pelos motivos e razões aqui expendidos.

Este nosso PARECER.

S.M.J.

Sala da Comissão de Constituição de Justiça, em  
25 de novembro de 1985.



DEPUTADO CID PEDROSO  
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO PARLAMENTAR  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

1

ATA DA 6ª SESSÃO, EM 09 DE dezembro DE 1992  
especial

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA: Deputado Gilson dos Santos

Às dezoito horas, achavam-se presentes os Senhores

Deputados:

Afonso Spaniol - Alessandro Campos - Antônio Ceron - Arnaldo Schmitt-  
Edson Bez Oliveira - Germano Vieira - Gervásio Maciel - Gilmar Knae -  
sel - Gilson dos Santos - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Joa -  
quim Lemos - João Matos - José Pedrozo - Lirio Rosso - Luiz Basso - Lui  
Suzin Marini - Manoel Mota - Marcelo Rego - Mário Cavallazzi - Miguel  
Ximenes - Milton Oliveira - Nilson Nandi - Onofre Santo Agostini - Pe-  
dro Bittencourt Neto - Reno Caramori - Sérgio Grando - Udo Wagner -  
Vilson Santin

MPB 10

NOU TEM DISCURSO DO MEMBRO  
DO REPO. C/ME WRIGHT 2 DIEU,  
NUMA DEJHO ESPECIAL.





DOC-4

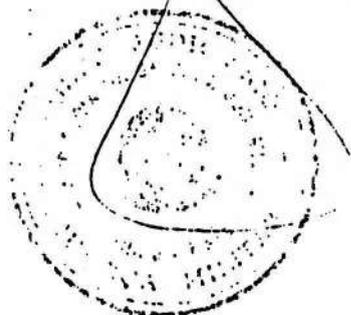
AL  
FLS. 7  
sub

Doc. 2015  
er 7

= CERTIDÃO =

CERTIFICO, para os devidos fins, de conformidade com o que preceitua o artigo 49, item VIII, da Lei de Organização Judiciária Militar, que revendo os livros existentes neste Cartório, bem como os processos em andamento | neste Juízo, constatei que ELYANNI MARINHO DE SOUZA SANTOS, filha de João Candido Alves Marinho e de Maria da Gloria Marinho, natural de Florianópolis-SC, nascida a 27 de junho | de 1927, figurou como indiciada no Inquérito Policial Militar instaurado na Guarnição Militar de Florianópolis que | deu origem ao processo autuado neste Juízo sob nº 254, não tendo, entretanto, sido oferecida denúncia contra a mesma, mas tão somente contra Evilazio Wchry Cahon e Paulo Wright.  
CERTIFICO, outrossim, que nada mais consta nesta Auditoria | contra a pessoa de ELYANNI MARINHO DE SOUZA SANTOS, não tendo a mesma respondido a nenhum processo neste Juízo Militar. Dou fé; e, para constar, passei a presente, que datilografei, date e assino. Curitiba, 27 de outubro de 1978.-----

IVONIA MONTEIRO  
Escrivão Substituto



AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia fotostática, por ser uma reprodução fiel de documento que o foi apresentado, em 13 de outubro de 1978.

*[Handwritten signature]*  
TABELIA

Cartão de controle de  
de Tabela de Controle de  
Espólio





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DIRETORIA GERAL

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, tendo em vista as disposições do art. 121, § 1º - do Regimento Interno, oferece a seguinte REDAÇÃO FINAL ao Projeto de Resolução nº 2/64:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/64

Declara a perda de Mandato.

Art. 1º - Fica, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato - Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, bem como do art. 141, § 5º, parte final, da Constituição Federal, Cassado o - Mandato do Senhor Deputado PAULO STUART WRIGHT, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (P.S.P.);

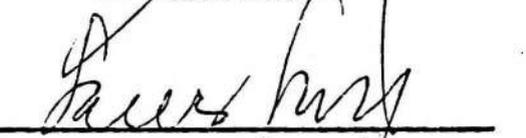
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em 9 de maio de 1964.

A MESA:

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
1º Secretário

  
\_\_\_\_\_  
2º Secretário

9 de maio 64



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DIRETORIA GERAL

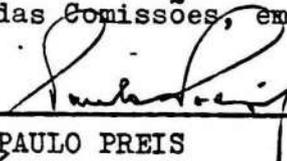
### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/64

Declara a perda de mandato.

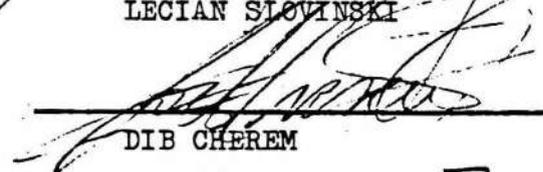
Art. 1º - Fica, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato - Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, bem como do art. 141 § 5º, parte final, da Constituição Federal, Cassado o - Mandato do Senhor Deputado PAULO STUART WRIGHT, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (PSP);

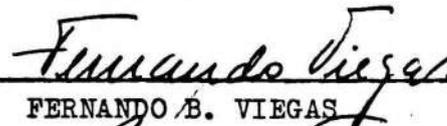
Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1964.

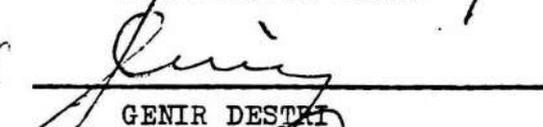
  
\_\_\_\_\_  
PAULO PREIS

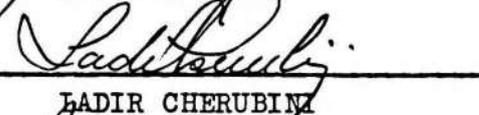
  
\_\_\_\_\_  
LECIAN SLOVINSKI

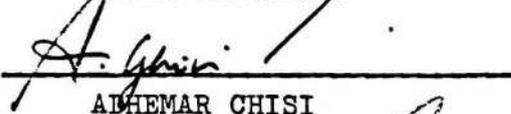
  
\_\_\_\_\_  
DIB CHEREM

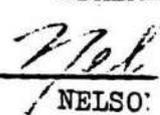
  
\_\_\_\_\_  
FERNANDO B. VIEGAS

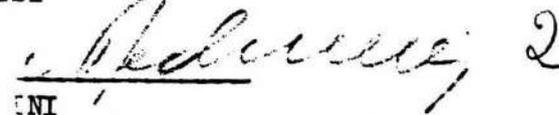
  
\_\_\_\_\_  
PAULO ROCHA FARIA

  
\_\_\_\_\_  
GENIR DESTRI

  
\_\_\_\_\_  
LADIR CHERUBINI

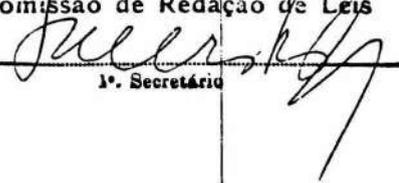
  
\_\_\_\_\_  
ADHEMAR CHISI

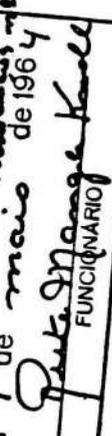
  
\_\_\_\_\_  
NELSON

  
\_\_\_\_\_  
DANI

APROVADO EM SESSÃO

*9 de maio* de 1964  
A Comissão de Redação de Leis

  
\_\_\_\_\_  
1º Secretário

REGISTRADO às fls. 62 (v) Livro de  
Em 9 de maio de 1964  
  
FUNCIONÁRIO

R E S O L U Ç Ã O Nº 85/64

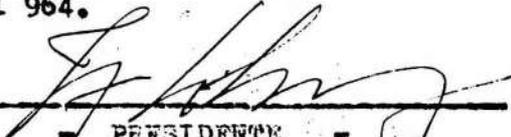
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a aprovação, pelo Plenário da Casa, em Sessão de 9 do corrente, do Projeto de Resolução nº 2/64,

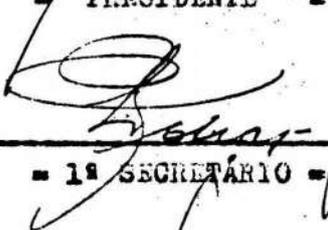
R E S O L V E:

ART. 1º - Fica, na conformidade do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o Ato Institucional, por infringência de dispositivos previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, bem como do art. 141, § 5º, parte final, da Constituição Federal, cassado o Mandato do Senhor DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, eleito em 6 de outubro de 1962, sob a Legenda do Partido Social Progressista (P.S.P.);

ART. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA,  
em Florianópolis, 11 de maio de 1964.

  
- PRESIDENTE -

  
- 1º SECRETÁRIO -

  
- 2º SECRETÁRIO -

EM FLORIANÓPOLIS "GORILA" COMANDA 14º B. C.

Um conhecido agente do "gorilismo" nacional comanda atualmente o 14º - B.C. O Major Felipe Gama D'Eça, segundo fontes dignas de crédito, é um - profissional do anti-comunismo, reunindo periódicamente a tropa para ta - xar de comunista, esta ou aquela autoridade militar ou civil.

A última façanha dêsse Major "de pijama", foi a prisão do Sargentos Pra - tes e a provocação feita com a Comissão de estudantes e Deputados que o - visitou para solicitar visto de visita ao militar prêso. Com Essa prisão - nitidamente política - Florianópolis ingressou no "Clube dos gorilas". - (leia à pág 3).

Pagina 3.

"GORILA" NO COMANDO DO 14º. B. C. PRENDE SARGENTO

SARGENTO PRATES Já em liberdade - Comandante do 14º. BC provoca DEPUTADOS e ESTUDANTES - Sargentos em Florianópolis são discriminados

Quinta-feira última, uma Comissão formada pelos Deputados Evilásio e Caon e Paulo Wright e pelos estudantes Rogério Queiroz, Presidente da UCE e José Serra, presidente da UNE esteve reunida com o Major Felipe Gama D'Eça, Co - mandante do 14º B.C., com a finalidade de solicitar permissão para visitar o Sargento Carlos Prates, prêso por ter comparecido ao Conselho da UNE.

COMANDANTE " G O R I L A "

O Comandante do 14º B.C. não usou meios têrmos para dizer o que pensava a respeito do caso. Em determinado momento, afirmou que não fôra êle quem prendera o Sargento Prates, mas, sim, o Comandante da Guarnição. "Se fôsse eu disse o Major - teria prendido o Prates por 30 dias e não por 8".

Perguntado se o Regulamento prevê prisões dessa natureza, o Major respon - deu que "se o Sargento comparece a um ato, não há problema algum. Agora, se êle começar a aplaudir ou participar da (ilegível) poderá ser preso imedia - tamente".

Logo depois, o Deputado Caon perguntou ao Major, se a Comissão poderia - visitar o prêso. Visivelmente irritado, o Comandante do 14º B.C. respondeu que não. Mas, nem advogado, Major? perguntou um dos presentes. A resposta - não se fêz esperar: não, nem advogado, porque aqui não cabe a atuação do ad - vogado. Eu sou muito rigoroso neste ponto. Ninguém visita o Prates, a não - ser a sua família e eu não gostaria de continuar discutindo este Assunto!!!

Após dizer que "nós fazemos tudo por essa gente (os sargentos). Resolve - mos problemas até das famílias deles. Aqui dentro perdoamos tudo, mas lá fo - ra não", o Major Gama D'Eça reconheceu que o Regulamento pode fazer conces - sões, mas que êle nêsse caso não faz concessões.

PRATES EM LIBERDADE

Segunda-feira última terminou a pena disciplinar imposta ao Sargento Pra - tes. A reportagem da Fôlha, apesar de todos os esforços, não conseguiu colô - car-se em contacto com aquele militar.

MAJOR GAMA D'EÇA  
É CONHECIDO AGITADOR

Segundo fontes seguras pertencentes ao 14º B.C., o Major Gama D'Eça em - mais de uma oportunidade reuniu a sua oficialidade para fazer propaganda -



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DIRETORIA GERAL

=L/E=

OF. nº 204/65 - DG

Florianópolis, 19 de novembro de 1965.

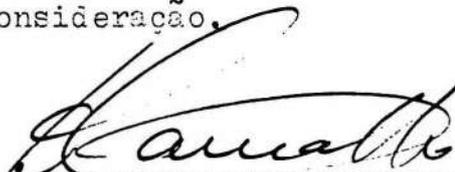
*Figueredo*

SENHOR PRESIDENTE:

Encaminho a Vossa Excelência, nesta oportunidade, os Processos oriundos do Comando do 5º Distrito Naval, referentes aos Deputados abaixo citados:

- 1º - Processo Deputado Agostinho Mignoni;
- 2º - " " Vânnio Paraco;
- 3º - " " Paulo Stuart Wright (2 volumes);
- 4º - " " Evilasio Nery Caon;
- 5º - " instituído pela Comissão Especial criada -  
pela Resolução nº 67/64, de 20 de abril de 1964 -  
(Deputados e Funcionários).

Apresento a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e alta consideração.

  
DÁRIO RODRIGUES DE CARVALHO

= DIRETOR GERAL =

Ao Excelentíssimo Senhor DEPUTADO IVO SILVEIRA  
Digníssimo PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

N E S T A

**R. REQUERIMENTOS AOS: SUPERINTENDENTE DA SUDEPE,  
SUPERINTENDENTE DA SUNAB, MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PROVIDÊNCIAS  
EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO LITORAL EM VIRTUDE DO  
FRACASSO DA SAFRA DO PESCADO E APOIO INTEGRAL À  
FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DOS PESCADORES S. C.**

**18/5/64**

nario, seja mandado expedir os seguintes despachos telegráficos a  
autoridades abaixo relacionadas:

(a) Paulo Wright

**CAPITÃO PAULO DE CASTRO MOREIRA  
SUPERINTENDENTE SUDEPE - Praça XV - Rio**

**ILMO SR BENEDITO PIO DA SILVA  
Superintendente SUNAB - M.A. - RIO**

**EXMO SR. OSWALDO LIMA FILHO  
MINISTRO DA AGRICULTURA - RIO**

**EXMO SR JOÃO GOULART  
DE. PRESIDENTE REPUBLICA - PALÁCIO PLANALTO - BRASÍLIA**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA APRESENTA VEEMENTE APELO  
VOSSÊNCIA SENTIDO SEJAM TOMADAS URGENTES E ENÉRGICAS PROVIDEN  
CIAS EM BENEFICIO POBRE E ABANDONADA POPULAÇÃO LITORAL NOSSO  
ESTADO BEDIADA PESCA VIRTUDE FRACASSO TODAS SAFRAS PESCADO ES  
TE ANO NOSSAS PRAIAS PT SOLICITAMOS VOSSÊNCIA APOIO INTEGRAL  
FEDERAÇÃO COOPERATIVAS PESCADORES SANTA CATARINA CAPACITADA  
COORDENAR ATIVIDADES PATRIÓTICAS PESCADORES CATARINENSES PT  
SAUDAÇÕES CORDIAIS**

O ORIGINAL FOI DESENTRANHADO NO  
18/5/64, mediante despacho do  
Presidente no requerimento firmado  
pelo sr. Antônio Machado Freire  
rito grafotécnico do I.I.M.

CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 18 de maio de 1964

*Américo*  
diretor

Dossiê Paulo S. Wright -

0885-PRODANC

Documentos referentes ao  
Projeto de Resolução 2/64

Cassação de Mandato do  
Sr. Ex-deputado Paulo Stuart  
Wright.

Nota: - O referido Projeto foi  
requerido pela Comissão  
em data 16/11/65

OBS: cópias de  
MICROFILMES encontrados na

TOR DE DOCUMENTAÇÃO de A.L.



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CAT

Senhor Presidente.

APROVADO EM SESSÃO  
de 1 de AGOSTO de 1963  
Paulo S. Wright  
Deputado

Na forma regimental, ouvido o Plenário desta Casa seja expedido telegrama ao Sr. Dr. Annes Gualberto, Secretário do PLAMEG, nos seguintes termos:

Sala das Sessões, 20 de agosto de 1963

PAULO S. WRIGHT

DEPUTADO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA VG TENDÓ EM  
CONTA A NECESSIDADE POVO ENSEADA VG SOLICITA VOSSÊNCIA PRIORIDADE  
PARA CONSTRUÇÃO PRÉDIO ESCOLAR ESSA LOCALIDADE VG QUE CONTA COM MAI  
DE 70 ALUNOS ESTUDANDO PRECÁRIAS CONDIÇÕES PT RESPEITOSAS SAUDAÇÕES  
IVO SILVEIRA PRESIDENTE ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROVIDENCIADO

Em 31 de agosto 1963  
Hamilton

**14 REQUERIMENTO AO SENHOR NITO ZENO PETRY - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - PROVIDÊNCIAS NA NORMALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS FAMÍLIAS RESIDENTES À RUA NOVA TRENTO - 6/9/63**

Requeiro, após ouvido o Plenário sejam expedidos ofícios nos seguintes termos:

Exmo. Senhor  
Nito Zeno Petry  
Diretor do Departamento de Água e Esgoto  
NESTA

Senhor Diretor

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina solicita a V. Excia sejam tomadas urgentes providências afim de que seja normalizado o abastecimento de água as setenta famílias residentes à rua Nova Trento tomando, caso seja necessário, providências junto ao Corpo de Bombeiros para que em hipotese alguma falte o precioso líquido aquelas famílias. (Sr. Silveira - Presidente)

Cordialmente

S.S. 6/9/63

*Paulo Stuart Wright*  
Paulo Stuart Wright

Deputado

APROVADO EM SESSÃO

de 5/9 de 1963

PROVIDENCIE-SE

REGISTRADO  
N.º 4

PROVIDÊNCIA DO  
Em 6 de Setembro  
1963

- ◆ Segurança divulga morte de dois subversivos em Recife – JB 5<sup>a</sup>-feira 01/11/73.
- ◆ Continuação
- ◆ Ofício 012/MJ ao Reitor da UNICAMP solicitando identificação dos restos mortais de Paulo Stuart Wright – 27/03/96.
- ◆ Portaria SSP/PE de 29/10/73 – Relato da morte de Jose Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda
- ◆ Ofício 1394/73 SSP/PE de 28/10/73 – encaminhando 2 corpos ao Necrotério
- ◆ Relatório SSP/PE de 29/10/73.
- ◆ Continuação.
- ◆ Ofício da Justiça Militar nº 74 de 28/01/74 – Arquivamento do processo Gildo, JMMachado.
- ◆ Encaminhamento Ofício Relatório Informação da SSP. (B7)
- ◆ Revista Veja de 01/07/98 – Zé Mata Machado – Paulo Morais Leite.

11 48  
JH

## 10 Marido traído foi vítima de ua débil mental

A polícia garantiu ontem que o falso policial Celso Bernardino Filho, nu fita pertenceu à PM e nem ao Esquadrão da Morte e que tentou matar o carpinteiro Orlando Esquil Silva — a tiro, por espancamento e por atropelamento — com a ajuda da mulher da vítima, Alaide da Conceição Silva, para receber um seguro de Cr\$ 40 mil.

Orlando continua vivo e vive bem na Casa de Saúde de Brasília-Postugal, em Cascadura, mas os médicos consideram ainda grave o seu estado. Segundo a polícia, Celso é débil mental e já esteve internado no Hospital Pedro II, no Engenho de Dentro; sua profissão é de confeiteiro, mas ele sempre se apresentou como policial da Guanabara.

Os dois homens que o ajudaram a espancar e atropelar o marido traído abandonado depois numa estrada deserta de Caxias — já foram identificados pela polícia, segundo revelou o comissário Jorge Sobrinho, da 27ª Delegacia, e estão sendo procurados. Um inspetor da Delegacia contou que conhece Celso há 20 anos e que ele sempre teve mania de ser policial.

## Mogi recebe escoteiros perdidos

São Paulo (Sucursal) — A aventura dos oito escoteiros perdidos na serra do Mar terminou ontem, às 9h, perto de Mogi das Cruzes, sem maiores incidentes. Os oito foram encontrados por um fiscal da Light e foram trazidos numa caminhoneta para a cidade, depois que os 20 soldados do Centro de Operações Especiais do Exército relaxaram as buscas.

Escoteiros e moradores de Mogi das Cruzes receberam os oito rapazes com uma festa e os soldados se entusiasmarão com o desembarco que eles demonstraram: saíram-se da mata, sem ajuda, mesmo com a bússola quebrada.

Ao chegarem a Mogi das Cruzes, os escoteiros receberam os abraços dos parentes e amigos que foram à cidade participar das bus-

# Segurança divulga morte de dois subversivos em Recife

Dois subversivos — José Carlos Noveis da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda — morreram durante um tiroteio no Recife, quando foram levados para um encontro com um terceiro.

A informação é dos órgãos de segurança, que ontem divulgaram um comunicado sobre uma série de operações em São Paulo, Rio, Salvador e Recife.

### O COMUNICADO

"Empenhados em desarticular as organizações subversivas de cunho marxista-leninista, os Órgãos de Segurança empreenderam, a partir do mês de setembro passado, uma série de operações para atingir os principais focos dessas facções, notadamente o eixo SÃO PAULO — RIO — SALVADOR — RECIFE.

Durante o mês de outubro, surgiram os primeiros resultados, com a prisão, nessas cidades, de inúmeros militantes da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML).

Assediados em SÃO PAULO e no RIO, alguns ativistas dessa organização subversiva se evadiram para outros Estados: enquanto os remanescentes do Comitê Nacional combinaram a realização de um encontro no RECIFE destinado a "um exame profundo da situação."

Na Capital de SÃO PAULO foi preso o subversivo JOSÉ CARLOS NOVAIS DA MATA MACHADO, codinomes "FERNANDO", "HILARIO", "ALBERTO", "NANDO" e "ALOISIO", integrante do Comitê Nacional da APML, encarregado do "Setor Campo" nas áreas de SÃO PAULO, RIO, SALVADOR e RECIFE. Além de outras prisões, foi possível, em SÃO PAULO, desarticular parte da base de operações dessa facção.

Em SALVADOR, entre outros subversivos do Comitê Regional e militantes diversos, foi preso o Chefe Regional GIL-

DO MACEDO LACERDA, codinomes "FREDERICO", "FRED" e "MARCIO".

Igualmente no RIO e no RECIFE, várias "células" foram desativadas, bem como foi possível a prisão de muitos militantes.

Os subversivos MATA MACHADO e GILDO, durante os interrogatórios confirmaram uma reunião programada para RECIFE. Ambos informaram que no dia 28 de outubro teriam, nessa cidade, um encontro com um subversivo de codinome "ANTONIO", ainda não identificado e que seria um dos Chefes do Comitê Nacional, encarregado da "Comissão Executiva" da "Secretaria Internacional" da APML.

No dia 28 de outubro, sob a observação das equipes de segurança, foi planejado o referido encontro. Cerca das 19h30m, na Avenida Caxangá esquina com a Rua General Polidoro, um elemento de cor branca, cabelos louros e complexão forte aproximou-se do local onde se encontravam os dois subversivos. Pressentindo alguma irregularidade e a movimentação dos agentes de segurança, abriu fogo contra seus presumíveis companheiros acusando-os, aos gritos de traidores, ocasião em que se iniciou o tiroteio.

Aparentemente ferido, o criminoso evadiu-se, deixando morto no local o subversivo GILDO e, gravemente ferido, MATA MACHADO, que morreu, quando era transportado para o hospital.

Dois agentes de segurança ficaram feridos, um com maior gravidade, que já está fora de perigo, após delicada cirurgia.

Os Órgãos de Segurança prosseguem as operações visando a identificação e prisão do assassino acima referido, o que deverá ocorrer a qualquer momento, bem como a desarticulação total dessa organização em todo território nacional.

## Subversivos mortos



Js 49  
JH

... Ao chegarem a Mogi das Cruzes, os escoteiros receberam os abraços dos parentes e amigos que foram à cidade participar das buscas.



José Carlos N. da Mata Machado



Gildo Macedo Lacerda

# MARIA MARTINS

**MISSA DE 7.º DIA)**  
Organização Social de São Judas Tadeu, Firma Luiz Que Martins, Empresa de Itinerários Cascadura Ltda. e Operários Nacional Ltda., direcionários, sensibilizados, agradecimento recebido e convidamos à Igreja São Benedito - Belizes - às 18 horas do dia sábado. (P)

## espírito Ao Divino Espírito Santo

... Anuncie as suas graças a quem quiser...  
CARMEN MARIA FONSECA

## 3-to Ao Divino Espírito Santo

... Anuncie a graça alcançada...  
A. C. A. REZENDE

## 4-to Ao Divino Espírito Santo

... Anuncie a graça alcançada...  
ODETTE

## 5-to Oração ao Espírito Santo

... Espírito Santo, Voré que me ilumina todos os caminhos para que eu chegue ao meu fim...  
... agradeço muito, obrigado mais uma vez, Espírito Santo.

... esta oração 3 dias seguidos, sem mencionar o pedido. Dentro de três dias será alcançada a graça, por mais difícil que possa parecer. Publicar após receber a graça.  
Agradeço J. F. S.

### 1. QUALIFICACAO

Filho de Edgaf de Godoy da Mata Machado e de Yeda Novais Mata Machado, nasceu a 20 de março de 1946, no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Militante da APML; inicialmente militante da AP/Setor Estudantil Universitário. Codinomes: "FERNANDO", "HILARIO", "ALBERTO", "NANDO" e "ALOISIO".

### 2. ANTECEDENTES

Casado com Maria Madalena Prata Soares, codinome "Maria Helena Teixeira", também subversiva da APML, na área de Fortaleza/CE.

— 23 Jul 65, participou da reunião secreta de líderes estudantis, realizada pelo DCE/UFMG.

Em março de 1966, participou da passeata e da greve, provocada, em Belo Horizonte, pelos Diretores Acadêmicos.

Em 1967, foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Agronomia e Veterinária da UFMG. Como presidente, foi um dos patrocinadores do "Seminário Nacional dos Estudantes Secundários", realizado em Belo Horizonte e promovido pela UBES.

Em 1967, como presidente liderou os Estudantes em manifestações de rua em Belo Horizonte; atuou na chamada "Frente Unica". Promoveu reuniões da Ação Popular, em sua residência.

Em 12 de outubro de 1968, foi preso em Ibiuna/SP, quando participava do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes; era nesta época um dos vice-presidentes daquela entidade clandestina.

Em 1968 foi indiciado no IPM dos Estudantes de Belo Horizonte. É irmã de Cristina Mata Machado, autora do livro "Tática de Guerra dos Cangaceiros", lançado na cidade de Salvador/BA, em 5/11/69, contendo ensinamentos de tática de guerrilhas e subversão.

Em 4 Mai 70, foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça da 4ª Região Militar, indiciado por atividades subversivas, promovidas nos primeiros meses de 1966.

Em 30 Jul 70, foi condenado a oito meses de prisão pela 2ª. CJM.

Em 20 de janeiro de 1971, fez parte da Comissão Executiva Provisória da AP, Região 1, no Rio Grande do Sul.

Em 13 Jun 72, foi denunciado pela 1ª. CJM, sob a acusação de atividades subversivas na área da Guanabara.

Em 1973, em atividades no meio rural, em companhia de Maria Madalena Prata Soares, sua esposa, como encarregado do "Setor Campo" da APML; passou para o Comitê Central da Organização.

### 1. QUALIFICACAO

Filho de Agostinho Nunes e de Justa Garcia Macedo Lacerda, nascido a 08 Jul 49, em Itatuba/Minas Gerais; Estudante da Universidade Federal de Minas Gerais; militante da APML. Codinomes: "FREDERICO", "FREDI" e "MARCIO".

### 2. ANTECEDENTES

Em 1968, militante da AP e integrante da clandestina "União Nacional dos Estudantes" (UNE).

Ago 68, foi preso em Paracatu/MG, quando se dirigia para Brasília, a fim de participar do Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Set 68, participou do encontro da "Regional Sul", na fase preparatória do XXX Congresso Nacional da "UNE".

12 Out 68, participou do XXX Congresso da "UNE", em Ibiuna/SP, onde foi preso.

Manteve ligações dentro do Movimento da Ação Popular, com Estudantes de outras regiões do Estado.

Responsável pela impressão de boletins e panfletos subversivos.

1968, foi primeiro vice-presidente da chapa "Pro-Posição" que concorreu às eleições do DCE/UFMG para o período 68/69.

3 Out 69, desligado da Universidade Federal de Minas Gerais por estar incurso no Decreto-Lei 477/69.

Em 1969, foi indiciado em IPM, a fim de apurar atividades subversivas no meio Estudantil.

Ajudou a compor uma "célula de base" da organização clandestina e subversiva "Ação Popular Marxista Leninista do Brasil" (APML).

Em 1970, foi integrante da "Comissão Regional Estudantil" da APML na Guanabara.

Foi ao Rio Grande do Sul, a fim de lançar a campanha do "voto nulo", como representante clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Foi um dos participantes da formação da "Liga da Juventude Comunista" de Juiz de Fora/MG.

Em 29 Abr 72, foi condenado a seis meses de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 4ª. Região Militar/Juiz de Fora/MG.

Em 19 Set 72, foi condenado pelo Conselho de Justiça Militar da 5ª. Região Militar, a um ano de reclusão.

Assumiu a chefia do Comitê Regional da APML na Bahia.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Gabinete do Ministro

Comissão Especial Lei 9.140/95  
Desaparecidos Políticos

7.5.92  
020328/96  
02  
Leus

Ofício nº 012 MJ

Brasília, 27 de março de 1996.

Magnífico Reitor,

Vimos solicitar à Vossa Magnificência novas informações sobre os trabalhos de identificação dos restos mortais de FLÁVIO CARVALHO MOLINA que, conforme esclarecimentos do Professor Doutor Fortunato Antônio Badan Palhares, encontram-se na Faculdade Federal de Medicina de Belo Horizonte realizando testes necessários para a resposta final.

2. Aproveitamos a oportunidade para solicitar, ainda, a especial atenção no sentido de informar a esta Comissão se o Departamento de Medicina Legal dessa Universidade já identificou, ou se já se encontram em processo de identificação, os restos mortais de HIROHAKI TORIGOE, que segundo informações recebeu o número de identificação 65 no referido departamento. Ademais, informações sobre FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA, que foi enterrado com o nome falso de DARIO MARCONDES e que também teve seus restos mortais transladados para a UNICAMP. Além desses dois, há PAULO STUART WRIGHT e DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO dos quais não temos maiores informações.

Certos de mais uma vez podermos contar com a atenção de Vossa Magnificência, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

RICARDO DE ALVARENGA FERREIRA  
Secretário-Executivo.

A Vossa Magnificência o Reitor JOSÉ MARTINS FILHO.  
Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária "Zeferino Vaz",  
CEP 13083-970. Campinas, SP.

processo nº 076 (PES)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERNAMBUCO

DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL

Recife, em 29 de outubro de 1973

Portaria

Tendo chegado ao conhecimento desta autoridade, nesta data, através dos termos de of. 31-E/2, do Estado-Maior - 2ª Seção do IV Exército, de fls. 3, - de que antem à noite, por volta das 19.30 horas, na confluência da Avenida Coxangá com a rua Gen. Polidoro, nesta cidade, ao ser "coberto na ponte", houve "carrado tiroteio" entre elementos subversivos, GIL DO MACEDO LACERDA, MATA MACHADO e outro de cognome "ANTÔNIO", resultando a morte dos dois primeiros, enquanto o segundo conseguiu evadir-se, determine que a esta, seja instaurado e competente inquérito policial, para a devida apuração do fato, fazendo-se em seguida as ouvidas dos agentes apresentados no mencionado expediente, procedendo-se também a real apresentação e apreensão da arma ali referida, prosseguindo-se nos demais diligenciamentos necessários.

Cumpra-se

Bel. Edvaldo Costa da Cruz

Delegado

1946  
1947  
1973

Recife 21 e 20 de 28-X-73  
1148 F. F. Estegui  
01108

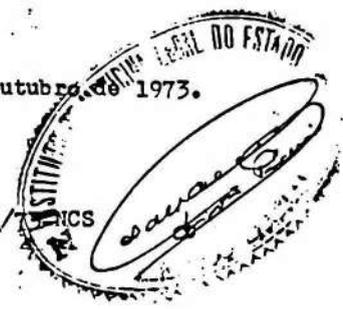


SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DA CAPITAL  
=DELEGACIA DE PLANTÃO=

Recife, 28 de outubro de 1973.

Ofício nº 1391/73



Ilmo. Sr.  
Dr. Diretor do Necrotério Público de Santo Amaro  
N e s t a .

Encaminho a V.Sª., para os devidos fins, dois cadáveres de identidade desconhecidas, que foram mortos na noite de hoje por Agentes de Segurança após tiroteio, fato ocorrido no bairro de Caxangá; devendo as perícias serem encaminhadas à Delegacia de Segurança Social, onde fica afeto o caso.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.S., os meus protestos de estima e consideração.

Saudações.

Jorge Tasso de Souza  
a) Bel. Jorge Tasso de Souza  
= D E L E G A D O =



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL

da 44.  
III  
13

Relatório

Por esta Especializada, foi instaurada no dia 29 de outubro último, inquérito policial para apurar a morte dos subversivos Gildo Macedo Lacerda e Mata Machado, ocorrida na noite do dia 28 daquele mês, nesta cidade, - consoante os termos do of. 31-E/2, do IV Exército.

Da leitura desse expediente (fls. 3), constatar-se-á, que por volta das 19.30 horas do referido dia, na confluência da Avenida Caxangá com a rua Gen. Polidoro, ao ser "coberto um ponto" pelos elementos supracitados com um outro de codinome "ANTÔNIO", integrantes da APML (Ação Popular Marxista Leninista), este ao presenciar a operação montada para sua captura, fez uso de sua arma, contra os seus próprios companheiros, ferindo-se ao seguidá, deixando no local um (1) revólver Taurus, cal. 38, - constante do termo do fls. 7.

Os agentes de órgãos de segurança do Sul do País que também não foram identificados, procuraram ainda socorrer as vítimas, as quais não resistindo os ferimentos recebidos, vieram a falecer.

Foram ouvidos os Sgts. José Mário dos Santos e Francisco de Azevedo Barbosa, que conduziram os corpos ao IML (Instituto de Medicina Legal), conforme dep. de fls. 4/5v.

Determinou ainda esta autoridade que fossem precedidas diligências no local, no sentido de colher melhores informações sobre o caso, e diante dos dados inseridos às fls. 15, foram ouvidas as pessoas ali relacionadas, as quais, pouca notícia trazem com respeito a ocorrência (fls. 17 ss.)

As fls. 23 ss. constam citações por atividades subversivas desenvolvidas pelas vítimas.



48  
11

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERNAMBUCO

-II-

Conclusões:

Portanto, não tem esta autoridade, condição de legalizar o subversivo de elementos "ARRÔNIO", pois, r.a. as testemunhas já referidas, bem como os órgãos de segurança, conforme se depreende do ofício de fls. 3, têm dados suficientes para identificação desse elemento, autor dos disparos que ocasionaram a morte dos mencionados elementos.

Recife, em 29 de novembro de 1973.

  
Bel. Edvaldo Costa da Cruz  
Delegado

Cópia

Armas da Republica  
Poder Judiciário  
Justiça Militar  
Auditoria da 7a. C.J.M.

45  
HJ

Recife, 28 de janeiro de 1974

Ofício n. 74

Do Dr. Juiz-Auditor da 7a. C.J.M.  
Ao Dr. Delegado de Segurança Social desta Capital  
Ass.: Comunicação (fax)  
Ref. of. n. 248, de 29. nov. 73, sobre ISS/SSP

Senhor Delegado

Pelo presente faço comunicar a V.Sa. que, em Despacho  
14 da corrente, deste Juiz Militar, em obediência ao ponto de vista suscitado  
pelo MPM, resolveu determinar o arquivamento do IP instaurado nessa  
SSP, figurando como ofendidos os civis GILDARDO MACEDO LACERDA e JOSÉ  
CARLOS NOVAIS DA MATA RACHADO, porquanto não ministram os elementos  
possíveis ao oferecimento da denúncia.

Entretanto, em virtude da V.Sa. que, nesta data, com o ofi-  
c. n. 73, foram os autos do IP acima referido remetidos à Auditoria de  
região da Justiça Militar, para os devidos fins.

Valha-se da oportunidade para renovar a V.Sa. meus pro-  
tos de distinta consideração e elevada apreço.

a) Dr. José Bolívar Regis  
Juiz-Auditor da 7a. C.J.M.

(O original deste ofício encontra-se na Pasta de Ofícios Escobidos e  
Auditoria)



42  
co

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA DE SEGURANÇA SOCIAL

Informação

No dia 28 de outubro de 1973 por volta das 19,30 horas, na confluência da Avenida Cassiraj e na rua Gen. Poliforo, nesta cidade, e por volta de um posto, houve "carrada tirolesa" entre elementos subversivos, GILDO MACEDO LACERDA, JOSÉ CARLOS NOVAIS DA SILVA "FACHADO" e ditos "FERNANDO", "MILANILIO", "ALBERTO" "SAMDO" e "ALCÍDIO", e outro de codinome "ALCÍDIO", resultando a morte de dois primeiros, enquanto segundo

foi relatado em ofício n. 245 desta Delegacia as diligências policiais procedidas, com o relatório anexo no item. Sr. Dr. Juiz Auditor da 7ª C.J.7.



Livros

## Traição em casa

A tragédia do militante delatado pelo cunhado

**A**cademia política onde se formaram o ministro da Saúde, José Serra, o falecido ministro das Comunicações Sérgio Motta e Betinho, a Ação Popular foi uma organização católica nascida na mobilização estudantil do início dos anos 60 e massacrada no porão militar uma década depois. Em 1973, depois que a AP já se havia dividido em vários pedaços e uma de suas fatias optara pela luta armada, quatro dirigentes da organização foram presos, torturados e mortos — o ex-deputado Paulo Stuart Wright e os líderes estudantis Honestino Guimarães, José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda. Chegando às livrarias, *Zé* (Mazza Edições; 222 páginas; 20 reais), de Samarone Lima, repórter de VEJA, conta os lances decisivos da vida e morte de José Carlos da Mata Machado, 27 anos, filho de uma família de intelectuais de Minas Gerais, cujo pai, o professor católico Edgar da Mata Machado, foi secretário de Estado no governo de Milton Campos. Samarone entrevistou um preso político que ouviu as últimas palavras de José Carlos em sua agonia: "Se você puder, avise aos companheiros que não abri nada".

Samarone também ouviu um personagem central no esquema que destruiu a AP: Gilberto Prata, antigo militante da organização, que foi cooptado pelo DOI e ajudou na localização dos comandantes da

**Mata Machado: seu delator tomava cerveja, dizia sentir saudade e mentiu sobre tortura**

organização. Hoje vivendo no interior de Goiás, Gilberto Prata é irmão de Madalena, viúva de José Carlos e mãe de Dorival, filho de ambos, 26 anos. Foi Gilberto quem levou o revólver da máquina de repressão militar até o próprio cunhado — a única ressalva em sua responsabilidade é lembrar que não era sua a mão que apertou o gatilho. Com uma única foto, quando o assunto pedia mais, sem um painel de época, que seria de muita utilidade. *Zé* é um bom livro, com uma história angustiada e nervosa, que se lê como um filme de ação.

Nunca se viu uma descrição tão detalhada do trabalho de delatores, que entraram para o dicionário da época com o apelido de cachorros. Localizado pelo DOI numa fábrica em Goiânia, onde foi trabalhar após deixar a atividade política, Gilberto aceitou a tarefa de ajudar o porão a encontrar seu cunhado sem ter sido torturado nem ameaçado de morte. Desincumbiu-se da tarefa sem demonstrar culpa nem hesitação, produzindo cenas que chocam. Quando descobriu o endereço onde a irmã e o marido se escondiam no Recife, foi encontrá-los como nos velhos tempos, com cerveja e abraços, pegando um sobrinho no colo, fazendo questão de ser chamado de titio. Mais tarde, perde a pista de José Carlos, mas não descansa até reencontrá-lo. Quando a irmã desconfia de tanta curiosidade, Gilberto repete juras de fidelidade à causa. Mentirá mais uma vez, simulando ter sido torturado quando ela o encontra na prisão. José Carlos foi levado para a morte ao ser apanhado na saída de São Paulo a caminho de Belo Horizonte, de onde pretendia deixar o país com a ajuda da família. Gilberto Prata fez questão de encontrá-lo pouco antes da partida. Ambos trocaram de jaqueta na hora das despedidas. No Recife, para onde foi levado antes de morrer, José Carlos ainda usava a jaqueta que o cunhado lhe dera. ■

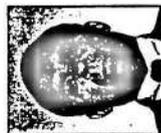
Paulo Moreira Leite



### COMO AS RELIGIÕES VEEM O SEGUNDO CASAMENTO

#### Entre os evangélicos

Permite-se o divórcio e o segundo casamento, embora os ministros da igreja tentem preservar a união original. "Não estamos acima das leis do país", diz o pastor Severino Pedro da Silva, da Assembleia de Deus



#### Entre os católicos

O casamento é indissolúvel. Pessoas separadas não recebem os principais sacramentos, como comunhão e confissão. "Mas quem já foi casado sem registro pode casar-se na igreja", afirma padre Eduardo Coelho, de São Paulo



#### Entre os presbiterianos

Os fiéis seguem a Constituição. Estimula-se a preservação do primeiro casamento e, em casos extremos, "ex-maridos ou ex-mulheres podem ser impedidos de receber a eucaristia", explica reverendo Jaime Wright, de Vitória

#### Entre os judeus

Peia Torá, nada contra o segundo casamento. "Há casos em que pode até ser incentivado", diz o rabino Henry Sobel, da Congregação Israelita de São Paulo. Há uma cerimônia religiosa para a separação autorizando novas uniões

Marcia Elizabeth De Aquino

PERSONNAS

*gradações e sujeitos  
do discurso político-religioso  
no Estado autoritário pós-64  
uma abordagem lexical e sóciosemiótica*

**14.2 Anexos A, C, D  
Textos integrais do corpus**

## A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Eu convoquei o Conselho de Segurança Nacional, que é o órgão consultivo do Governo, da Presidência da República, para colocá-los, a todos os membros, em face de um problema que se apresenta com uma gravidade muito grande, e que deve ser equacionado e resolvido com a maior tranquilidade possível, e a maior isenção de ânimo. O Presidente da República se considera ainda o legítimo representante da Revolução de 64 de 31 de março. Vê-se nesse momento crítico em que ele tem que tomar uma resolução optativa: ou a Revolução continua ou a Revolução se desagrega.

Até agora, todo o povo brasileiro, inclusive os Srs., todo o povo é testemunha do meu grande interesse, do meu grande esforço, da minha maior boa vontade e tolerância no sentido de que houvesse uma compreensão e união entre a área política e a área militar, ambas responsáveis pelo advento revolucionário. Várias divergências, vários embates, várias incompreensões, nós, pacientemente, nós, quase que pregando essa harmonia entre essas duas áreas, nós quase conseguimos chegar a quase dois anos de governo presumidamente constitucional da revolução.

Eu não preciso apelar para o testemunho dos meus inimigos e dos membros do meu Conselho de Segurança para que afirmem, que confirmem essa minha declaração.

Portanto todos são testemunhas que agora mesmo, o Vice presidente da República acaba de depor perante mim dizendo que tem acompanhado, que é testemunha desse interesse meu.

Mas, chega um momento que acima da vontade de um homem está o interesse nacional, a harmonia, a tranquilidade, a paz para o povo brasileiro.

Nós compreendemos perfeitamente que foi um fato talvez aparentemente insignificante que tenha motivado esta, não digo, não vou empregar um termo que seria muito forte, mas essa revelação da falta de apoio político do governo, quando o governo contava que pela compreensão dos homens públicos do país, eles que também têm tanta responsabilidade quanto nós, nessa manutenção da paz, da ordem e da tranquilidade pública, compreendessem perfeitamente que não podiam colaborar numa agressão a uma outra área, também responsável pela Revolução, e que se tem mostrado dignamente acatadora de todas as ordens e de todos os princípios estabelecidos pela Constituição na ordem Jurídica e Civil.

Apresenta-se, portanto, um fato novo, com características líquidas de provocação, para que não continuemos nesse processo evolutivo

da Revolução, para consecução da ordem democrática, ou do regime democrático completo.

E eu disse perante homens no Congresso, era mais fácil para mim adotar medidas de prepotência e força do que manter a continuidade do regime dentro da Constituição, porque eu não estava tendo a compreensão necessária nem o denodo daqueles que deveriam me ajudar a defender essa ordem democrática.

E meus Senhores, naquela eu nem sabia o que se estava preparando, nem o que ia acontecer. E o que aconteceu foi muito pior do que se esperava. Porque, como vamos tomar, em que sentido vamos tomar a manifestação do Congresso?

No sentido meramente de solidariedade a um membro do Congresso? Vamos tomar no sentido de uma manifestação, uma expansão, uma extrapolação de recalque, que porventura tenha sido causado pela hostilidade do poder público em relação à área política?

Não creio, porque eu não creio que a área política tenha merecido de qualquer governo, qualquer chefe de Estado, a consideração que eu tenho dispensado a essa área, a ponto de até me comprometer na minha área militar, na minha área revolucionária, de onde eu surgi e onde eu pretendo manter-me à custa de qualquer sacrifício.

Não tenho o mínimo interesse pessoal, pelo contrário, pretendo, se Deus me ajudar, chegar rapidamente ao fim do governo para entregar esse cargo penoso e duro a quem possa melhor do que eu cumprir e conseguir essa harmonia entre a área política e a área militar, porque sem isso o Brasil irá à desagregação.

Ainda há poucos dias, falando a um grupo de deputados, eu usei: a maré é violenta... área política, levando à desagregação. Desagregação material, moral e política, como não há dúvida que se trate de fazer isso por todos os meios e modos.

Então é um momento histórico em que devemos ter uma definição clara e insofismável, de que o país precisa dessa união.

Meus senhores, quando o fenômeno se me apresentou, eu repeli uma decisão imediata, porque compreendo que um fato como este, um marco como este, exige reflexão, mas também exige, após a reflexão, uma decisão.

A decisão está tomada, e é proposta ao Conselho de Segurança Nacional, para ampla discussão, para ampla opinião de cada um, porque eu não desprezo conselho do Conselho de Segurança Nacional. Eu preciso que cada membro diga aquilo que pensa, aquilo que sente, aquilo que está errado nisso, pra que com consciência tranqüila possamos, vivamente apoiado,

numa , num Conselho como este, de responsabilidade enorme perante a Nação, eu possa autenticar e estabelecer uma discussão. Obrigado. (Palmas).

Desejo ouvir, a opinião de um a um, senhores membros do Conselho de Segurança Nacional. Como é natural, a maior autoridade desse Conselho é sua excelência o Vice presidente

da República, tão interessado quanto eu na solução desse problema, porquanto está... pela mesma decisão numa eleição que se fez no Congresso Nacional, num colegiado em que a maioria era do Congresso .

Sr. Vice presidente, eu desejaria ouvir a sua opinião, o seu conselho. (Costa e Silva)

### Pedro Aleixo Vice-presidente

Nenhum de nós, ao tomar conhecimento da matéria, pode deixar de reconhecer a gravidade da situação, tão proibidamente exposta por vossa excelência na convocação para a leitura do projeto de ato excepcional. A esse propósito, julgo ser meu dever primeiramente assinalar que, na apreciação do comportamento dos membros da Câmara dos Deputados, teremos que enfileirar fatores diversos que levaram a um resultado efetivamente inesperado.

O problema tinha sido situado antes na área política do que na área jurídica. Situado assim na área política, na verdade podia-se reclamar dos correligionários do governo que manifestassem o seu ponto de vista como sendo uma demonstração de que apoiavam o governo, embora não estivessem procedendo segundo as normas de direito aplicadas ao caso. Esta distinção eu a faço porque à evidência do ponto de vista jurídico não seria possível que se afirmasse a capacidade da Câmara dos Deputados e de qualquer das casas do Congresso para dar licença a fim de que se iniciasse um processo contra qualquer um dos seus membros por palavras proferidas durante os debates em votos e pareceres. Desde logo portanto, se salienta que uma votação que tivesse sido inspirada em razões de ordem jurídica estaria inteiramente acima da suspeita de que pudesse ser uma manifestação de solidariedade ou insólito agressor da dignidade dos elementos componentes das Forças Armadas.

Esta razão só por si nos levaria também à conclusão de que agindo deste modo, quem assim agisse estaria agindo na convicção de que não estava obrigado a concordar com aquelas palavras proferidas por se manifestar contra a concessão da licença. Doutra lado, cumpre ainda ter em vista, e este é um ponto que me parece ser da maior significação, que outras medidas também poderiam ter sido solicitadas, se não tivessem aquele alcance de situar os membros da Câmara dos Deputados e o dilema de conceder ou de negar licença.

A escolha do processo da representação do Supremo Tribunal Federal, do ponto de vista ainda jurídico, não me parece dos mais aconse-

lháveis. Cresce ainda a repressão às palavras proferidas pelo deputado (Márcio Moreira Alves), ao ato praticado, que ainda continua em condições de ser manifestada, tinha que guardar e deve guardar realmente proporção com o próprio crime praticado, isto é, um crime de injúria, um crime de difamação, um crime de calúnia, para o qual as sanções estabelecidas não têm nunca o alcance de implicar na própria perda da condiç (...) graves e dos mais difíceis para a vida nacional.

Nessa oportunidade, pois, o que me parecia mais aconselhável , seria antes de exame de um ato institucional, seria a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir um melhor exame do caso em todas as suas conseqüências. Essa medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do recurso do estado de sítio. Acrescento, Sr. Presidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a Constituição que no artigo primeiro se declara preservada. Eu estaria faltando com o dever para comigo mesmo se não emitisse com sinceridade essa opinião. Porque da Constituição, que é antes de tudo um instrumento de garantia de direitos da pessoa humana, de garantia de direitos políticos, não sobra nos artigos posteriores absolutamente nada que possa ser realmente apreciável, como sendo uma caracterização do regime democrático. Há desde logo a possibilidade de se decretar o recesso do Congresso e também de todas as Assembléias Legislativas, até mesmo de caráter municipal. Confia-se, imediatamente, ao poder Executivo a faculdade de legislar. Ressalva-se aí, e nisso até me parece uma recordação de que se estivesse fazendo isso indevidamente até, tão somente a percepção de subsídios, o que no meu entender o que teria menos importância de ser defendido pelo próprio Congresso e por qualquer parlamentar digno. Ele iria receber subsídios, num período de recesso que não se sabe qual o tempo da sua duração. Doutra parte, as demais garantias constitucionais são de tal ordem suspensas que nem os próprios tribunais poderiam realmente funcionar para preservar a

quem quer que seja contra o abuso do mais remoto, do mais distante, e para usar uma linguagem assim, do mais ínfimo de todos os agentes da autoridade.

Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, o que nós estamos, é uma aparente ressalva da existência, dos vestígios de poderes constitucionais existentes em virtude da Constituição de 24 de janeiro de 1967, é instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário fazer, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob outro aspecto. Mas do ponto de vista jurídico, eu entendo que realmente o Ato Institucional elimina a própria Constituição. Acresce ainda, e para mim esse argumento tem a maior significação, é que quando se diz, e se diz bem, que a Revolução é, e continua sendo, é preciso que não se perca de vista que a Revolução de 31 de março de 1964 se institucionalizou primeiramente pelo Ato que recebeu mais tarde o número 1, mas emitido a 9 de abril de 1964.

Mas a revolução estava obviamente ainda numa fase de preparação quando se teve de emitir o segundo Ato, que foi o Ato Institucional número 2. E daí, numerosos atos complementares vieram sendo emitidos, ao lado de emendas da Constituição que foram sendo votadas pelo Congresso que havia sido resguardado da dissolução. Sucede entretanto, que antes de ter terminado o período presidencial do Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi considerado como indispensável que se institucionalizasse a própria Revolução num diploma Constitucional. Para isso então foi promulgado o Ato Institucional número 4. Esse Ato foi promulgado para se afirmar que a Revolução continuava existindo, que ela estava em seu desenvolvimento, mas continha o Ato Institucional nº 4 uma promessa - de que votada aquela Constituição, nos termos e nas condições estabelecidas, nós teríamos, nesse diploma, a própria institucionalização da Revolução. Daí por diante, todo procedimento há de ser feito em virtude de compromissos que foram assumidos em cumprimento da própria Constituição. Eu não posso compreender efetivamente nenhum Ato Institucional que não seja o ato de uma nova revolução, e para mim não é a Revolução de 31 de março de 1964, porque essa declarou que se institucionalizava na Constituição de 24 de janeiro de 1967. Todo Ato Institucional portanto, com este nome ou com qualquer outro, que implique na modificação da Constituição existente, é realmente um Ato Revolucionário. Que se torne necessário fazer essa Revolução, é uma matéria que poderá ser debatida, e acredito até que se possa demonstrar que essa necessidade exista, mas o que me

parece é que não estamos realmente cumprindo uma Constituição quando a declaramos existente, não somente para que dela fiquem fragmentos, trechos, que não têm efetivamente a capacidade de dar alma, dar vida às instituições democráticas. Nessas condições, respeitando como me cumpre respeitar a opinião contrária, compreendendo como me cumpre compreender todas as altas razões de Estado que inspiram Vossa Excelência e inspiraram os elaboradores desse documento, eu, muito humildemente, muito modestamente declaro, que a ter que tomar uma medida desta natureza, que deve ser tomada, por ser necessário que haja uma afirmação, eu começaria exatamente por uma decretação de Estado de Sítio, para prevenir todas aquelas perturbações, que decorreriam exata e rigorosamente do ato de recusa da licença para o processo do deputado Márcio Moreira Alves. E depois disso então, se essas medidas constitucionais não fossem suficientes, se então o país continuasse sendo vítima dessas tentativas de subversão que estão nas ruas a todo momento, nesse instante então, a própria Nação entendo eu, sem que houvesse assim uma antecipação de movimentos, compreenderia a necessidade de um outro procedimento.

Este, Sr. Presidente, senhores Conselheiros, é o meu ponto de vista.

Eu o enuncio com o maior respeito, mas com aquela certeza de que estou cumprindo um dever para comigo mesmo, um dever para com V. Excelência, para quem devo a maior solidariedade, um dever para o Conselho, um dever para com o Brasil. Muito Obrigado.

Ouvimos a palavra abalizada do Sr. Vice Presidente da República e a sua modéstia, eu discordo absolutamente dela. Eu acho que nós estamos numa situação de fato. Nós não temos que debater juridicamente ou legalmente ou constitucionalmente a questão, porquanto lá no Congresso os atos que se passaram não foram apenas de palavras. Foram de ofensas a uma instituição, não apenas a uma pessoa. E as instituições, e a instituição da democracia, creio que não fica defendida assim. E os meios de repressão não têm defesa por essa Constituição. Nós temos tentado, como foi iniciada pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, o processo, e não há repressão. Não houve, pelo menos no papel, uma repressão. Eu julgo que por essa situação, o que se tem que fazer é realmente uma repressão. Acabar com estas situações que podem levar o país não a uma crise, mas um caos que nós não sairemos (sic). É oportuno portanto, fazer qualquer Ato Institucional como este. E o recesso, a meu ver, não requer estado de sítio por enquanto. O recesso é que vai dar valor justamente a essa repressão.

**Com a palavra o Ministro do Exército.  
(Lyra Tavares)**

Eu também devo declarar, de acordo com as palavras do Ministro da Marinha (Rademaker), que ouvi com grande e merecido respeito os conceitos de jurista com responsabilidade de Vice-presidente do Dr Pedro Aleixo, mas devo declarar que se ele tivesse diretamente a responsabilidade de manter esta Nação com ordem, ele não se ateriam tanto aos textos respeitabilíssimos do Direito e da Lei. Nós estamos perdendo agora condições, e reconhecemos isso, e o Exmo. Sr. Presidente sabe disso, perdendo condições de manter a ordem nesse país.

Além disso, no caso do deputado Márcio Moreira Alves, como assinalou o Ministro da Marinha, não se trata de palavras e de votos proferidos. A inviolabilidade por palavras e votos. Mas de ofensas às Forças Armadas como instituições, e de incitamento de parte do povo contra elas. O que é muito mais combate ao regime do que ao governo. ....(nº 304)....devo esclarecer, o impacto que deve ser respeitado, e nós fazemos questão disso, sobre a sensibilidade moral do militar e da instituição que ele integra, tais são as responsabilidades de seus encargos perante a Nação, e que eles procuram cumprir, sem querer nada mais do que cumprir. E é preciso assinalar que foi com grande sacrifício que as Forças Armadas e particularmente o Exército guardaram até aqui, como fato inédito na história política do Brasil, o seu silêncio, à espera de

uma solução e convencidos (todos os quadros) de que não pode deixar de haver essa solução. Porque nós não podemos assumir a responsabilidade da segurança nacional na base do que está vindo sendo no Brasil.

Devo dizer que o silêncio imposto pela disciplina e pelo respeito à democracia deve-se principalmente à expressão que tem para o Exército, (tenho certeza que para as três Forças Armadas, pelo que estou ouvindo sempre), e o respeito que delas merece a pessoa do Pres. da República.

A questão é que o Exército não terá condições de resguardar a segurança nacional quando atentam contra ela usando a tribuna da Câmara os deputados que nem ao menos se consentem que sejam julgados. O episódio do deputado Márcio Alves deve aliás, no quadro da subversão que está em marcha, ser encarado apenas como um dos numerosos e gravíssimos episódios sucessivos e crises que toda a nação está reclamando de nós uma atitude. E a atitude é de governo, é dos três poderes. O próprio Conselho já se reuniu sem resultado pelas limitações que nós encontramos para dar remédio às crises sucessivas.

Não parece, além disso, opinião minha, que haja dentro da Constituição, a harmonia de poderes para salvar a Nação, que deve ser a base de toda ela.

É isso que eu queria dizer.

**Com a palavra Sua Exa. O Ministro das Relações Exteriores  
(MagalhãesPinto)**

Sr. Presidente, Srs. membros do Conselho. Pelo pouco tempo, Sr. Presidente, que nos foi confiado o Ato Institucional, eu não quero entrar em minúcias a respeito do que ele contém. Penso que isso poderia ser feito ainda no estudo entre os juristas do governo, tendo em vista as ponderações aqui feitas pelo Vice-presidente, e pelos Ministros da Marinha e da Guerra. Desde o princípio, Sr. Presidente, da Revolução, eu discutindo com o Presidente Castelo Branco, e mesmo com V. Exa., declarei que nós estávamos vivendo uma contradição. Nós, depressa demais, instituímos assim uma legalidade que não correspondia à realidade. Penso que hoje nós estamos diante de uma situação de fato. Digo mesmo, que V.Exa., ao apresentar o problema à Nação, não deveria situar o problema agora (sic) apenas ao caso do deputado Márcio Alves. Esse problema é parte, quer dizer, um percentual de um contexto geral de crises que se

sucedem, e que precisam ser debeladas com o nosso esforço, e mais do que isso, com o nosso exemplo. Exemplo de austeridade, exemplo de dignidade de governo, exemplo de lealdade para com o povo e para com as autoridades. Enfim, eu não quero, Sr. Pres., entrar em detalhes porque as pessoas que foram incumbidas por V. Exa. naturalmente examinaram todos os detalhes. Sei que isto foi, digamos, a gota d'água. Isso fez entornar o copo. E eu tenho muitas relações no meio revolucionário, e posso dar meu testemunho que V. Exa. muitas vezes conversou comigo sobre o assunto dizendo o que acabou de dizer há pouco. Que era mais fácil sair da legalidade do que mantê-la. Vi os esforços que foram feitos por V. Exa. para não sair dessa legalidade. Eu também (sic) confesso (continua) (...) Vice-presidente da República que realmente, com este Ato, nós estamos instituindo uma ditadura. E acho que se ela é necessária devemos tomar a responsabi-

lidade de fazê-la. Eu não conheço bem dentro do mecanismo constitucional, comparando os textos, se o que resta caracteriza mesmo essa ditadura.

Acho que ainda é tempo de alguma coisa ser feita, digamos, para evitar, inclusive porque sei que ninguém está sofrendo maior violência nessa hora no seu modo de ser, no seu temperamento do que V. Exa.

Os poderes que lhe serão atribuídos, doravante, serão um encargo pesado, um fardo duro de carregar, porque na verdade quanto mais um homem de governo, quanto mais poderes ele tem, maiores são as suas responsabilidades.

Mas é certo também seu Presidente, e aí eu quero falar como homem da Revolução, com as responsabilidades que tive com o desencadeamento desse movimento, que a Revolução precisa chegar ao seu fim, e eu acho que ela não chegou ao seu fim apenas com a Constituição. Inclusive porque esta Constituição foi feita assim um pouco apressada e com um debate, com prazos muito determinados, porque o saudoso Presidente Castelo desejaria deixar, ele tinha assim como norma institucionalizar a Revolução e deixar para os sucessores, como homem amante da legalidade, etc, já normas que serviriam permanentemente de base.

Mas nós verificamos que a realidade foi outra. Estamos aí lutando há muito tempo com subversão, com vários processos que significam que há um desejo de várias correntes de derrubar a obra que foi realizada.

E agora são as próprias Forças Armadas, através da palavra de seus chefes que afirmam que é difícil manter a ordem no país sem (...), apenas com a Constituição. Então, no meu entender, Sr. Presidente, devemos fazer um Ato Institucional.

Um Ato Institucional que resguarde, procurando colocar nele o essencial. Eu confesso a

V. Exa. que naturalmente um debate privado entre aqueles que fizeram o Ato com aqueles que podem dar uma contribuição jurídica seria útil, porque devemos ter um ato mais jurídico possível, e resguardar os direitos dos cidadãos também o mais possível. Evidentemente, quando o governo quer se armar de poderes para agir em determinadas circunstâncias, o governo não quer tirar também a liberdade de todos. Porque na verdade isso recai sobre nós mesmos. Porque na verdade isso seria tirar de cada um o direito de divergir. Isso nós não podemos ter numa democracia, e teria também um efeito mau perante a opinião pública. A opinião pública quer a ordem resguardada, mas também quer resguardados os direitos daqueles cidadãos que realmente não estão com o seu comportamento de algum modo causando qualquer embaraço às autoridades.

De modo que, no meu entender Sr. Presidente, devemos preservar a Revolução. Tudo fazer para que ela possa atingir os seus objetivos. Mas acho que dentro do instrumento que V. Exa. vai promulgar pode ser examinado, e sinto mesmo que V. Exa. não tenha dado em primeiro lugar a palavra ao seu Ministro da Justiça (Gama e Silva) porque ele talvez pudesse elucidar as razões que o levaram a ser o principal redator de um documento com todos esses artigos e parágrafos.

A minha opinião, pois, Sr. Presidente, é esta, sei que estamos diante de uma situação de fato, não de direito, é uma situação terrível para todos nós, eu devo lhe dizer que quando tomei a responsabilidade de aflagar (?) o movimento, não me senti tão constrangido como estou nesse momento. Mas devo lhe dizer que dou toda a solidariedade não só a V. Exa., mas como à Revolução, porque na verdade como o homem que naquela hora teve a responsabilidade de deflagrá-la, não desejo vê-la perdida.

#### **S. Exa o Ministro da Fazenda (Delfim Netto) com a palavra.**

Senhor Presidente, estou de pleno acordo com a proposição feita porque acho que no

momento há uma contestação ao processo revolucionário.

#### **S. Exa. o Ministro da Agricultura com a palavra.**

Exmo. Sr. Presidente da República, Exmos. Srs. membros do Conselho de Segurança Nacional.

Acredito que nós estamos realmente no momento que nós poderíamos denominar Encontro com a Verdade Nacional. E acredito que os povos e os governantes têm que atentar bem para essas oportunidades históricas e tomar as

decisões mais aconselháveis para conduzir a nação a seus gloriosos destinos.

Estou, Sr. Presidente e Srs membros do Conselho, inteiramente solidário com a Presidência da República e com as Forças Armadas pela calúnia e as ofensas de que foram alvo. Acredito mesmo que não poderia nesse momento dizer com sinceridade o que vai na minha alma.

Acredito até que as Forças Armadas foram, vamos dizer assim, magnânimas, porque não reagiram com o desforço pessoal que seria talvez o meu caso. Talvez eu não devesse dizer isso aqui, Presidente, mas como eu disse é um encontro com a verdade nacional.

Talvez eu não resistisse e fosse até ao desforço pessoal com aquele que ofende uma classe, e uma classe gloriosa que vem prestando os mais assinalados serviços à nação brasileira e nós todos com humildade, brasileiros que conhecemos a história pátria, devemos reverenciar tudo aquilo que as Forças Armadas vêm fazendo pelo engrandecimento da nação, salvandoa repetidamente e sucessivamente de crises.

De maneira que estou plenamente solidário com V.Exa. e com as Forças Armadas.

Sr. Presidente, eu também por natureza sou frontalmente contra tudo que é artificial e inautêntico. E porque, de uma origem viciada não podem resultar condições de prosseguimento e de subsistência. Acredito que V. Exa já, em várias oportunidades, no início desse governo (eu havia assinalado a V. Exa. e V. Exa. com a sua paciência, a sua atenção paternal, os seus sábios conselhos, levo uma naturalmente a aceitar aqueles termos constitucionais que eu julgava por minha formação e por minha natureza não compatíveis com a verdade nacional, com a autenticidade nacional). Acredito, Sr. Presidente, que Constituição não é mais que um ato de constituir um estado. E se nós vamos constituir um Estado, quem vai constituir um Estado é o povo, então o povo no ato da constituição desse Estado deve dizer daqueles direitos que ele transfere ao Estado e daqueles direitos que ele conserva para si.

As nossas constituições, Sr. Presidente, infelizmente sou obrigado a dizer isso, tiveram sempre um cunho artificial, foram sempre constituições encomendadas a meia dúzia de juristas, naturalmente os mais dignos, os mais capazes, mas isto é o ato final de uma constituição, é a sua forma jurídica.

Acredito que a constituição deve nascer espontaneamente e deve representar a verdadeira índole de um povo e as suas aspirações.

A nossa primeira Constituição foi encomendada ao grande gênio nacional Rui Barbosa que a copiou da América do Norte.

E sucessivamente as nossas constituições foram emendadas e nós tivemos na realidade colchas de retalhos que não espelham nem a índole nacional nem as aspirações nacionais.

E acredito que se essa forma for defeituosa, essa forma irá sempre gerar atos imperfeitos. Era preciso que a Constituição espelhasse o verdadeiro e autêntico Estado Brasileiro.

Como ela não espelha essas nossas aspi-

rações e esses nossos desejos, ela está então contra a realidade nacional. Ela está nos manietando, ela está impedindo que esse gigante possa se desenvolver de acordo com os recursos econômicos que ele possui, de acordo com a capacidade do nosso povo.

Mas, como eu disse então, como um dos revolucionários de 1964, eu acreditei e sugeri a S. Exa. o Mal. Castelo Branco que a Constituição revolucionária fosse submetida a debate público. Naturalmente, eu queria dizer a S. Exa o Mal. Castelo Branco que quem coloca em discussão um documento dessa natureza, naturalmente estabelece as regras dessa discussão, e nós teríamos então uma Constituição legitimada pelo consenso popular. O povo brasileiro participaria efetivamente da institucionalização dessa Revolução, e ela estaria hoje incontestada, e não, como disse o Sr. Ministro da Fazenda, contestada globalmente.

No entanto, como disse ouvindo as pregações do Sr. Presidente da República, aprendi a respeitar e procurei cumprir integralmente a Constituição atual da República acreditando que nós chegaríamos a um grande resultado.

Também apesar de revolucionário da primeira hora, Exmo. Sr. Presidente, critiquei a maneira como foram formados os dois grandes partidos políticos nacionais. Acredito que partido político tem que ter um fundo eminentemente filosófico e doutrinário, e que possa unir quantidades homogêneas e não quantidades heterogêneas como foram formadas e integradas sob essas designações de Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Nacional. Apesar disso também me submeti, na esperança de que estes dois grandes partidos soubessem compreender a hora nacional que nós vivíamos e soubessem oferecer ao povo brasileiro aqueles instrumentos legais e políticos que nós necessitávamos para nosso desenvolvimento.

Mas essa heterogeneidade partidária e essa falta de substância filosófica haveria de resultar nisso que resultou: crises sucessivas e com gravidade crescente.

Portanto, Exa. e Srs. membros do Conselho de Segurança Nacional, estamos em face de um momento histórico da máxima gravidade e acredito que devemos estar à altura dele. Paliativos poderão retardar novas crises, mas não as eliminarão. Sou favorável a medidas profundas e corajosas, e que possam realmente remover as causas dessas crises sucessivas e não somente eliminar os seus efeitos.

Churchill, esse grande monumento da última guerra nos aconselhava de que nada adiantaria nós dizermos que estávamos fazendo o possível. Dizia ele que é preciso fazer o que for ne-

cessário. Então, Exmo. Sr. Pres., Exmos. Srs. Membros., acredito que nesse encontro com a verdade nacional, é hora de nós procurarmos saber aquilo que é necessário para permitir à nação brasileira, ao povo brasileiro que ocupem essa destinação histórica que lhe pertence pelas suas tradições, pelos recursos que possui, pela capacidade do povo brasileiro.

Devemos optar, Exa., entre sermos criticados pelos maus patriotas mas ficarmos ainda a meio caminho dos objetivos nacionais, sendo ainda também criticados pelo resto do povo brasileiro. Ou sermos criticados pelos maus brasileiros mas atingirmos os sagrados objetivos nacionais e sermos no futuro reconhecidos pelo povo brasileiro.

Também acredito como disseram vários dos Exmos. Membros deste Conselho, que um Ato Institucional é na realidade uma nova revolução. E se é nova revolução, nós deveríamos ir até o fim para cumprir estas esperanças e satisfazer as aspirações nacionais.

Se fosse necessário, Exa., seria o caso de se criar uma nova república no Brasil. Acredito que uma nova república encontrasse verdadeiramente a alma nacional e viesse satisfazer as nossas aspirações e os nossos desejos de grandeza que legitimamente temos. Talvez devêssemos ir até à dissolução do Congresso Nacional, marcar novas eleições com um prazo definido, uma Constituinte que elaborasse uma autêntica Constituição e que fosse uma fôrma autêntica para todas as nossas decisões. E a formação de partidos novos e autênticos com sentido filosófico como eram aqueles quatro grandes partidos nacionais que pelo menos tinham este conteúdo filosófico e talvez merecessem apenas um expurgo daqueles maus elementos, daqueles seus defeitos.

Agora esta, sinceramente Sr. Pres., é minha opinião, este realmente é o espelho daquilo que me vai na alma, mas como homem de equipe me submeterei integralmente à decisão desse Conselho de Segurança Nacional.

#### Com a palavra S, Exa o Sr. Ministro do Trabalho (JarbasPassarinho).

Senhor Presidente, não entendi propriamente nas sábias e judiciosas palavras do ilustre Sr. Vicepresidente da República uma discordância irremovível com a decisão a tomar de uma retomada da Revolução. Parece-me até que S.Exa. se referiu à Institucionalização da Revolução de Março de 64 que não poderia abrigar agora um Ato que na verdade representasse um retrocesso, ia desfigurar, mas S.Exa. falou claramente também, na sua bela oração, na possibilidade da retomada da Revolução, ou para desgraça do paralelo para Régis Debray, que usou o título "A revolução dentro da revolução".

Parece que .....(alguns segundos mudo)...contingência do momento histórico nacional.

Por isso suponho de minha parte, Sr. Presidente, muito interessante que o Conselho considere a possibilidade de compatibilizar as restrições que ouvi e que me pareceram mais de forma de fazer que oferece o Sr. Vice Presidente, com o seu pensamento quando admite uma nova revolução para ir direto às origens da primeira.

Não se trata de vestir talvez uma roupa usada, e sim de fazer um novo figurino.

De minha parte, Sr. Presidente, já que estamos numa sessão histórica, quero me referir às vezes que ouvi de V. Exa., não só coletivamente como individualmente em despachos, palavras remarcadas de absoluta sinceridade, pois V. Exa. não estava em nenhum momento sendo menos sincero do que é agora nesse instante, quando V. Exa. inclusive aqui mes-

mo neste palácio no dia de seu aniversário, chamou atenção para o peso da responsabilidade da ditadura sobre os ombros dos homens, mesmo que fosse um triunvirato ou um colegiado.

Sei que a V. Exa. repugna como a mim e creio que a todos os membros desse Conselho enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece claramente que é esta que está diante de nós. Eu seria menos cauteloso que o próprio Ministro das Relações Exteriores quando disse que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial.

Mas, às favas, Sr. Presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência. E quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental tudo aquilo que fundamental é em condições normais passa a ser secundário em condições anormais.

Eu creio que nós estamos aqui pagando uma penitência, que foi a penitência da auto-limitação com o aqodamento que a Revolução de Março de 64 se impôs. No meu caso do Pará, como Governador de um estado que surgiu com a Revolução, e não me parece que aqui houvesse um caso similar, porque eu saí do quartel direto para o cumprimento dessas obrigações, é muito ilustrativo mas não vou demorar numa só análise.

Claro que num determinado aspecto do que aqui se contém neste Ato, esta questão me feriria mais de perto, como por exemplo o de enriquecimento ilícito, e o ônus da prova que coube a um governador revolucionário de pro-

var que um governador que utilizava dinheiro do jogo do bicho e utilizava negócios escusos de marcações mentirosas de movimento de terra do DER, coube a mim o ônus de provar isto que não tinha mais capacidade de provar. (sic)

Vejo com uma certa alegria que aqui se fala na possibilidade de confiscar os bens daqueles que enriqueceram ilícitamente e me parece que isso nesse ponto repetir (sic) a Revolução de 30, quando deu a esses homens o ônus de provar que esses bens lhes pertenciam de direito.

Sei bem, como sabem os homens de artilharia, que há dois limites sobretudo a que os canhões se submetem. Um, que eles resistem bem, que é o limite de elasticidade. E o outro, que ele não pode mais resistir, quando atinge aquele limite de rotura.

Tenho impressão, Sr. Presidente, que V. Exa. chegou ao limite de rotura. E este governo

também.

Não importa que neste instante a democracia seja definida apenas pelo texto de uma Constituição. O que me importa é que nós tenhamos a coragem histórica de retomar o processo, sabendo todo o ônus que vamos carregar, e que principalmente V.Exa. carregará, para que tenhamos a possibilidade de corrigir os erros que nós antes cometemos e que tenhamos a coragem maior ainda de tirar lições desses erros não deixando que no momento em que V. Exa. tem a nação à sua mercê, deste governo, estes erros sejam confundidos e pretextos menos nobres sejam utilizados.

Com toda a minha vocação libertária e não liberticida, eu acho também, que cumprindo o dever para comigo e para com o meu país, eu aceito uma nova revolução.

#### Com a palavra S. Exa. o Sr. Ministro da Saúde.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

É inegável que a Revolução de 1964 trouxe a segurança da vida que se gozava no Brasil até então. Terminou com o movimento de subversão claro e evidente.

O primeiro governo da Revolução tinha meios de manter instrumentos aptos para manter o governo e garanti-lo. Depois, o segundo governo da Revolução, dirigido por V. Exa. talvez não tenha os instrumentos necessários à continuação, para preservar a continuação da vida nacional.

E todos nós somos testemunho do interesse, da dedicação, do desejo de V.Exa. no sentido de encontrar a solução que se diz democrática para

o Brasil, mas que, nesse momento todos nós verificamos que o acidente último da votação na Câmara foi também um acidente num rosário de atitudes e de acontecimentos que marcam bem um propósito revolucionário do Brasil.

Então Sr. Presidente, não vejo como nós possamos nos eximir do dever de tomar os instrumentos necessários à preservação da vida do Brasil. Da vida que nós adotamos no Brasil. E esse é o sacrifício. E que V.Exa. fará, com certeza, dado o seu espírito democrático.

Eu acho que devem ser adotados os instrumentos necessários a manter a nação brasileira dentro do regime da tranquilidade, da ordem e do trabalho.

#### Com a palavra S.Exa. o Ministro da Aeronáutica.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Eu vou absterme das considerações do campo jurídico, deixando a outros que possam..., e procurarei ir direto ao problema.

O dever de ofício, Sr. Presidente, trouxe V.Exa. por diversas vezes para expor as apreensões e comoções imperantes no setor da minha área de responsabilidade, face a um verdadeiro processo, inequívoco processo contra-revolucionário em curso no país. Patente em diversas ocorrências recentes, progressivamente mais afoitas.

Em tais ocasiões, encontrei sempre de parte de V.Exa. a confiança de que a base políti-

ca do governo não lhe faltaria nas ocasiões necessárias. Os fatos verificados nos últimos dias, justamente nessa área política, agravaram entretanto as preocupações a que me referi, porque no nosso entender se configuraram um divórcio, senão uma hostilidade.

Levando à convicção de que uma brecha muito grave e perigosa fora aberta na defesa das instituições.

No entender de todos nós uma corajosa decisão correspondente ao risco que apresenta.

As medidas corretivas propostas nesse momento parecem-me assim, as mais adequadas, intransferíveis e convenientes

### Com a palavra o Ministro da Educação e Cultura.

Exmo. Presidente, Exmos. Srs. Membros do Conselho de Segurança.

Por ocasião da realização de outra reunião do Conselho de Segurança tive a ocasião de proferir algumas palavras que vou ler neste momento.

Mesmo com as Forças Armadas exemplarmente unidas no seguro apoio ao governo constituído, ele se encontra desarmado de poderes constitucionais de eficácia imediata que permitam cortar desde logo pela raiz ocorrências e males que intranqüilizam a nação, e a contra-revolução está em andamento, aos olhos de todos, explorando psicologicamente a seu favor as angústias da classe média e das camadas populares mais humildes, que por desvirtuamento da imprensa, da oposição mais radical e até de alguns membros do partido oficial não chegam a compreender o valor da obra de recuperação econômica e moral que o governo realiza no país.

O dilema, diria eu para terminar minha intervenção naquela oportunidade, é esse: ou a revolução se arma de poderes e continua, ou deixará de corresponder à sua destinação histórica.

Parece assim, Exmo Sr. Presidente, que com alguns meses de anterioridade no tempo, eu estava que, por assim dizer, quase que motivando o ato que se deve praticar neste instante.

Com a consideração ainda que o quadro encontrou uma agravação no tempo. Basta dizer que a referência à atitude apenas de alguns membros do partido oficial naquela oportunidade, está hoje substituída pela influência que o partido do governo teve no episódio de ontem, contribuindo com nada menos de 105 votos para enfraquecer o governo, derrotar a política revolucionária do governo.

Mais do que nunca impõe-se então um novo Ato, que pode ter o sentido que tiver, de instituir uma nova revolução, ou de prosseguir na Revolução que está em andamento.

Quero neste particular, depois de declarar a V. Exa. que estou inteiramente solidário com V. Exa. não apenas como chefe do governo, mas como intérprete executor do processo revolucionário brasileiro que não assinto totalmente nas ponderações formuladas pelo Vice-presidente da República, antes eu procuro no estudo da apresentação formal deste Ato, encontrar o desajuste entre a motivação com que ele se apresenta e a designação técnica que se lhe dá.

Vejo por exemplo neste documento que ele timbra em afirmar a sobrevivência do processo revolucionário. Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. É uma das considera-

ções invocadas para o edito revolucionário que V. Exa. expedirá. Em outro passo também é declarado que o processo revolucionário está em desenvolvimento e não pode ser detido. Que é necessário enfrentar aqueles que estão servindo de meios para combater e destruir a Revolução.

Trata-se então, no meu entender, e é esse talvez um aspecto formal na apreciação da matéria, que não há propriedade para designação de Ato Institucional. Que não vai instituir nenhuma revolução. Que vai apenas acentuar o seu conteúdo neste sentido, aditando normas com maior afirmação de conteúdo revolucionário, ao sistema que a primeira etapa da Revolução instituiu através dos outros Atos e da própria Constituição de 67 em que todos aqueles Atos foram desembocar.

Parece-me assim que a conceituação que se deva dar é a de Ato Adicional e não Institucional, inclusive pela transitoriedade que essas normas devem ter no tempo.

Todo processo revolucionário é limitado no tempo.

Chega um instante em que ele cumpre toda a sua finalidade e a ordem de exceção deve ser substituída pelo regresso às normas constitucionais formalmente votadas pelo poder a quem cabe editá-las. E é exatamente como conclusão a essas considerações que eu me permitiria dar a esta proposta que faço, ao novo ato a ser expedido pelo governo, o conteúdo de ato transitório que apenas suspende dispositivos da Constituição vigente, e neste particular nós não precisaríamos examinar com mais profundidade as razões invocadas pelo Vice-presidente da República.

#### No último artigo

... se, no último artigo do Ato, ao invés de se dizer que as disposições constitucionais ficam revogadas, poder-se-ia dizer que elas ficam suspensas, suspensas as disposições constitucionais ou legais em contrário. Sem que haja necessidade de se afirmar a existência da Constituição ou a sua revogação.

O próprio artigo 1º poderia ser suprimido.

Não se diria que a Constituição é mantida. Apenas alterase a sistemática constitucional existente, suspendendo-se aquelas normas que não são convenientes ao processo revolucionário autêntico. O Ato produziria todos os efeitos que dele se deseja, sem termos a discussão em torno da existência da Constituição ou não, e sem o conteúdo revocatório das medidas que são pro-

postas. Há um outro sentido, uma outra conveniência também da maior profundidade que é a de se evitar no tempo, quando se encerrar a vigência do novo ato de exceção, do histórico ajuste de contas que fazem todos que são atingidos pelas medidas revolucionárias, no momento em que se reedita a norma constitucional, votada pelo poder constituinte.

Se é apenas a suspensão dos atos que se determina, chegará o momento em que o governo que editou as medidas de exceção revogará todas elas, e se voltará ao leito da Constituição vigente, sem necessidade de convocação de um poder constituinte para reeditar as normas que

na oportunidade foram revogadas.

Passa-se assim de um ciclo revolucionário para um ciclo constitucional normal sem a necessidade de permitir a discussão de tudo que aconteceu durante o período em que as medidas de exceção tiveram a sua vigência.

São as considerações que faço, Sr. Presidente, e a proposta que encaminho para que se modifique a redação de dois dispositivos deste ato proposto, afirmando tudo que nele se contém, mas sem que fique o intérprete da lei e de seus efeitos ao longo do tempo a discutir se a Constituição existe ou não, e se houve uma revogação de normas constitucionais.

#### Com a palavra

#### S. Exa. Ministro de Minas e Energia.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Eu estou de pleno acordo com o Ato Institucional. Em que pese a abalizada e douta opinião do Sr. Vice-Presidente da República, eu creio que não há mais solução dentro da Constituição. Então eu creio que apenas medida fora, além, por cima da Constituição será suficiente para resolver a situação criada. Que não é uma situação surgida imediatamente, nesses últimos dias, com o caso Márcio Alves. Isso já vem de longa data. Aliás, o Ato Institucional que nos foi dado para analisar não se refere uma vez sequer, a esse caso específico. Mas sim, faz referência ao fato, a fatos já sucedidos muitas vezes no decorrer do tempo, em meses passados. Acho que não se trata de discutir ou pensar se estaremos em ditadura ou não. Mas sim, e é o fundamental, em preservarmos a ordem e a segurança interna, quem sabe até a integridade nacional.

Acredito que só uma medida dessa natureza possa surtir o efeito desejado, e permitir aos homens do governo responsáveis pelos destinos

do Brasil conduzi-lo ao fim a que todos nós desejamos.

Uma ligeira observação à opinião do Ministro Tarso Dutra: acredito que o termo adicional seria qualquer coisa que fosse acrescentar à constituição. Eu creio que nós estamos querendo fazer de uma maneira ou de outra, mas em realidade nós estamos realmente tirando vários dispositivos da Constituição, e acho que a palavra institucional é mais própria ao caso do que chamar Ato Adicional. Com este ato, acredito, e sei que V. Exa. também está bem senhor disso, que as suas responsabilidades, e todas as nossas, de seus auxiliares imediatos, crescerão e muito com este Ato. Então, maior responsabilidade para nós. Mas confio que essas responsabilidades nos animarão, e nos incentivarão a todos a procurarmos ainda mais melhor executarmos as nossas tarefas.

Em síntese, Sr. Presidente, repetindo, estou de pleno acordo com o Ato Institucional que propõe.

#### Com a palavra

#### S. Exa. o Ministro do Interior.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Conselho de Segurança.

No momento em que tomei conhecimento da decisão histórica dada por V. Exa. e comunicada a este Conselho, damos a ela o nosso apoio de modo integral e absoluto. Não no estrito dever funcional, mas por motivos muito mais profundos e sérios, pois se identificam com os interesses superiores da nação.

Esta revolução vinha sendo desafiada constantemente por forças da corrupção e da subversão ainda existentes, insatisfeitas com a contensão que a Revolução de Março lhes impuse-

ram .(sic).

Não compreenderam a magnanimidade de sua posição, inspirada em compromissos formais com sua vocação democrática. À compreensão de V. Exa. responderam com desafio e ofensa que tinham como destinatários não os titulares eventuais do poder, mas sim todo aquele sistema que a Revolução tentava fazer por consolidar. Dentro de um justo equilíbrio entre seu sentido renovador e estruturas sócio-jurídicas inadequadas mas legitimadas pela tradição. A revolução porém fora parcial, limitada, permitindo a coexistência de poderes com vícios residuais e que faziam por contestar a revolução

nas oportunidades que se lhes apresentavam. Assim, o recente caso ocorrido na Câmara Federal, atingindo profundamente as nossas Forças Armadas, não era fenômeno episódico e particular, mas tinha sim inegável sentido de uma contestação e de execução de um plano anti-revolucionário em marcha. Portanto inaceitável, na medida em que entendemos a revolução como instrumento de realização dos grandes objetivos

nacionais.

Assim, Sr. Presidente, apresento a V. Exa o meu integral apoio e solidariedade no sentido de conduzir a revolução a seu grande destino. Concordando plenamente com seu Ato Institucional editado com a sugestão apresentada pelo ilustre Ministro da Fazenda no sentido do poder de corrigir a própria Constituição.

**Com a palavra S. Exa. o Ministro do Planejamento  
(Hélio Beltrão).**

Sr. Presidente, eu fui formado no respeito às instituições democráticas e à ordem jurídica. Sou filho de um homem público que consumiu a sua vida combatendo a ditadura. Eu mesmo, na minha obscura vida pública, registrei vários atos claros de repúdio à ditadura.

Neste momento em que somos chamados a nos manifestarmos sobre um ato que formalmente parece atentar contra a ordem jurídica e as instituições democráticas, é preciso realizar uma profunda reflexão e identificar o interesse profundo nacional. A conclusão é simples, Sr. Presidente. Não pode haver nenhum argumento formal, nenhuma consideração de ordem abstrata que justifique a permissão da implantação da desordem neste país. Nem a interrupção de um processo de desenvolvimento que foi penosamente retomado a partir de 1963, justamente num período (eu digo a partir de 63 porque quero assinalar um período de 61 a 63) em que a ordem jurídica e o respeito às instituições estavam formalmente assegurados, mas substancialmente afetados e comprometidos, o que redundou num colapso do nosso processo de crescimento que caiu de uma taxa de crescimento anual de 7,3% para 1,6% em dois anos.

Portanto, não deve haver nenhuma consideração de ordem puramente formal que nos afaste, sobretudo a V. Exa., da responsabilidade de assegurar neste país a ordem e a tranquilidade para o trabalho e o desenvolvimento.

Ora, o que nós ouvimos hoje, nesta noite, foram os responsáveis pela segurança nacional que aqui nos vieram declarar que estão perdendo as condições para assegurar a ordem nesse país.

Creio que qualquer motivação de ordem pessoal, qualquer formação pessoal que possamos ter, qualquer respeito que tenhamos pela

ordem democrática das instituições de liberdade, e V. Exa. tem demonstrado todos os momentos o seu respeito e a sua preocupação por elas, nada disso nos deve eximir de assumir uma responsabilidade nesse momento, que é a de apoiar a decisão que V. Exa. venha a tomar no momento que é convocado historicamente para restabelecer a ordem e preservar uma revolução que deve continuar.

Neste particular, apenas quero manifestar minha concordância com as palavras judiciosas do Ministro Magalhães Pinto (Relações Exteriores). É necessário realmente assumir a responsabilidade de uma ditadura. Mas a ditadura só será ditadura na medida em que os poderes excepcionais que estão sendo conferidos ao governo forem usados arbitrariamente, ditatorialmente.

Penso que a medida que está sendo tomada esta noite vai exigir de todos nós muita ponderação, muito equilíbrio, muita moderação, muita austeridade, muito cuidado na execução dela. Porque é na execução dela que se revelará ou não o conteúdo anti-democrático, ditatorial ou arbitrário.

Esses poderes, Sr. Presidente, terão que ser usados por todos nós na medida em que se justifiquem para a preservação da Revolução, nem um milímetro a mais. Nunca deverão ser usados para, digamos, retirar a liberdade do inocente, daquele que nada tem a ver com a subversão ou contra-revolução. Esse cuidado nós temos que ter. E é preciso que V. Exa. se sinta inteiramente livre para exigir de todos nós mais eficiência, mais austeridade, mais..., mais rigor, e que possa avaliar, inclusive, a competência de cada um de nós, inclusive para fazer as modificações que bem entender no seu governo, no momento em que a opinião pública vai lhe exigir muito mais, não tenhamos a menor dúvida. É isso o que tenho a dizer.

**Com a palavra  
S.Exa. o Ministro das Comunicações.**

Exmo. Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.  
Aqui estamos reunidos para uma decisão histórica, e fala para todos os conselheiros o menor de todos sentados a esta mesa, e com emoção.

Quando vim participar deste governo, estava como brasileiro, inteiramente dedicado a trabalhos da atividade privada. A esta altura podemos dizer que o esforço que vimos empreendendo é auspicioso, e que pode realmente trazer ao Brasil aquele desenvolvimento tão falado pelo Ministro Hélio Beltrão (Planejamento).

Tenho notado, nesses quase 2 anos de uma experiência que eu não tinha tido ainda, certos fenômenos, certos fatos que merecem realmente

uma consideração para um brasileiro realmente simples e honesto como todos nós. Portanto, ao considerar o documento que me foi hoje apresentado, em que pesem as razões de ordem jurídica, que como democrata que sou, poderiam ser apostas ao documento, vejo acima disto, depois de ouvir as palavras dos responsáveis pela segurança nacional, do Min. do Exército achando necessário que rompamos, digamos assim, com certos preceitos que estão dificultando o desenvolvimento brasileiro, eu quero me solidarizar com V. Exa., presidente Arthur da Costa e Silva, como o menor daqueles que nesta mesa se acham, para por o meu "de acordo" pelo bem do Brasil, ao ato que me foi apresentado.

**Com a palavra S. Exa. o chefe do Serviço Nacional de Informação  
(Emilio Garrastazu Médici)**

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Eu me sinto perfeitamente à vontade, Sr. Presidente, e porque não dizer, com bastante satisfação em dar o meu aprobo ao documento que me é apresentado. Isto porque, Sr. Presidente, em uma reunião do Conselho de Segurança, no desempenho as funções que V. Exa. me atribuiu como chefe do Serviço Nacional de Informações, tive a oportunidade de fazer um minucioso relatório sobre a situação nacional brasileira. E de-

monstrei aos conselheiros por fatos e por ações, que o que estava nas ruas era contra a revolução.

Acredito, Sr. Presidente, que com sua formação democrática foi V. Exa. tolerante demais. Porque naquela oportunidade eu já solicitava a V. Exa. que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contrarrevolução que estava na rua.

Era só isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**Com a palavra S. Exa. o General chefe do Estado Maior  
das Forças Armadas (Orlando Geisel).**

Srs. Membros do Conselho. Estou de pleno acordo com a proposição apresentada, por encontrar nesse documento...(mudo)... início a meu ver melancólico quando deixou-se envolver pela preocupação de não se afastar do preceito constitucional. Não entendo Revolução em termos de constituição. Além do mais, sua ação fez-se sentir com a maior severidade sobre os militares onde se verificaram as mais fortes punições. Os poderes legislativo e judiciário praticamente foram poupados, pouco sofrendo, e agora vêm as reações desses dois poderes criando as situações que aí estão, a exigir medidas enérgicas e imediatas como as sugeridas nesta reunião.

Henrique Pongetti disse certa vez, analisando esta revolução, que era preciso lembrar não ser indicado passar pomada num ferimento onde uma amputação fosse indicada, como também, não pensar em amputação onde a pomada fosse remédio.

Creio que o caso é de amputação e não de passar pomada. Considero um suicídio aceitarmos a situação como ela se apresenta agora, para demonstrarmos o nosso respeito à democracia. Se não houver qualquer medida protecionista do regime, em pouco tempo a nação será envolvida pelos atos de subversão que cada vez mais vão se avolumando até que finalmente se perderá o próprio regime pela impossibilidade de se frear a aceleração da contra-revolução.

Se não há como aceitar juridicamente um Ato Institucional, poder-se-ia dar um caráter revolucionário ao mesmo, e nesse caso o fechamento do congresso pura e simplesmente seria válido. Bem como a reformulação do poder judiciário, onde pontifico ainda: juizes do governo deposto em Março de 64, a medida aqui proposta não é assim tão drástica. Julgo-a portanto necessária e indispensável de ser tomada, sem perda de tempo. Era o que eu tinha a dizer.

**Com a palavra S.Exa. o Ministro Extraordinário chefe  
do gabinete civil (Rondon Pacheco)**

Exmo. Sr. Presidente da República, eminentes srs. Conselheiros.

Há 4 membros deste conselho que tem o maior compromisso com a Constituição em vigor neste país, porque foram eles constituintes. Estes mesmos quatro componentes do Conselho de Segurança, durante todo o processo revolucionário instaurado pela revolução de 31 de março, tiveram as posições mais nítidas junto ao Congresso Nacional, no sentido da institucionalização dessa revolução.

O eminente Sr. Vice-presidente da República foi o líder do governo revolucionário. O membro do Conselho que ora vos fala foi quem leu o manifesto da Revolução na Câmara dos Deputados. O manifesto do então governador de Minas, o Sr. Magalhães Pinto, numa hora de incertezas, ou seja, no primeiro minuto da partida das forças de Minas para o Rio de Janeiro.

Esses mesmos quatro membros deste Conselho votaram o seguinte artigo nas disposições gerais e transitórias da Constituição de 67: Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo comando supremo da revolução de 31 de março de 64, assim como pelo governo federal com base nos atos institucionais de 1 a 9 de abril de 64. Nº 2, nº 3, até o Ato institucional nº 4.

Cito esse precedente apenas para justificar a posição que vou tomar nesse Conselho. Porquanto tenho o depoimento dos responsáveis pela ordem pública neste país, de que existe uma guerra revolucionária em massa, como existe também um processo contra-revolucionário instaurado neste país.

Não constitui também novidade que alguns membros do Congresso Nacional são os líderes deste processo contra-revolucionário. Pelo grande apreço que sempre me mereceu, a palavra do eminente líder e atual vice-presidente da República, eu quero declarar que na apreciação desta matéria eu não deixei de considerar a preliminar por S.Exa. argüida hoje perante este conselho, de que a Constituição forneceria os remédios legais e constitucionais para uma primeira etapa do processo que ora está sendo reinstaurado.

Vejamos a parte do estado de sítio, que foi uma das preliminares hoje argüidas perante este Conselho.

Diz o artigo 154 da Constituição: durante a vigência do Estado de Sítio e sem prejuízo das medidas do art. 151 também o Congresso Nacional, perante lei, poderá determinar a suspensão das garantias constitucionais.

**Parágrafo único:** as imunidades dos deputados e senadores poderão ser suspensas durante o Estado de Sítio pelo voto secreto, voto secreto de  $\frac{2}{3}$  dos membros da casa a que pertencer o congressista.

Vejo que uma decisão desta natureza, pelo voto secreto e pelo quorum de  $\frac{2}{3}$  é uma decisão quase impossível perante qualquer das casas do Congresso Nacional.

Outro artigo, o art. 37, no seu parágrafo primeiro:

Perde o mandato o deputado ou senador que atingir, nº 1 que infringir qualquer uma das proibições estabelecidas no art. anterior.

Nº 2- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Vejamos o que dispõe a Constituição sobre o decoro parlamentar:

Parágrafo 1º: Nos termos dos itens 1 e 2, - a perda do mandato será declarada por votação secreta. Votação secreta por  $\frac{2}{3}$  da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mediante provocação de qualquer dos seus membros.

Mais uma vez, estamos esbarrando com o embaraço constitucional da votação secreta e com quorum qualificado de  $\frac{2}{3}$  dos seus membros.

Ora, Sr. Presidente, diante desta conjuntura, diante desta encruzilhada, e diante do depoimento dos órgãos responsáveis pela segurança nacional, dos órgãos responsáveis pela ordem pela ordem pública do país, em face dos compromissos anteriormente assumidos, eu não tive outro rumo a tomar outro caminho a escolher de acordo com minha consciência, senão aquele de aceitar em princípio e em tese a sugestão de se aprovar, perante este Conselho, a edição ou édito de um Ato Institucional.

Entretanto, no curso da edição da matéria, foi honrado por V. Exa. para tomar conhecimento da primeira proposta encaminhada e de outras subseqüentes. Então considerei e agora o faço novamente, em face das discussões aqui travadas e em face das sugestões apresentadas, a conveniência política de se estabelecer prazo no Ato Complementar, porque no Ato Institucional o recesso do congresso deverá ser fixado através de um ato complementar. De se estabelecer prazo para o recesso, bem como, um prazo também para o Ato Institucional. Um prazo que poderia ser de um ano, medida política que poderia, segundo meu ponto de vista, dar nos limites da contingência humana, os elementos para que o governo pudesse debelar a subversão e o processo da guerra revolucionária ora em marcha.

**Com a palavra S. Exa. o Chefe do Gabinete  
da Casa Militar da Presidência da República.**

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros.

Eu sou plenamente pela assinatura da proposição que nos é apresentada.

E finalmente, para que colhidas todas as impressões, opiniões e votos, possa, tendo em consideração esses votos colhidos, Sua Exa o Mi-

nistro da Justiça, o responsável direto pela redação do ato que representa a decisão do Presidente da República, S. Exa expor o ponto de vista e as razões pelas quais foi dessa forma redigido o ato institucional ora proposto à consideração deste Conselho.

**Com a palavra S. Exa. o Ministro da Justiça  
(Gama e Silva)**

Exmo Sr. Presidente, nobres membros deste Conselho. Considerandas apresentadas justificam as razões determinantes do Ato Institucional.

Motivos de natureza política, motivos de segurança, motivos de defesa da ordem revolucionária.

O eminente Sr. Vice presidente da República, grande mestre de Direito Constitucional, especialista em problemas de imunidade parlamentar com uma clássica monografia, fez algumas observações de natureza jurídica, embora Sua. Exa. não entrasse a fundo no problema, para entender que outro procedimento poderia ter sido adotado na representação encaminhada à Câmara dos deputados.

Responsável pela justificativa de natureza jurídica, na decisão que foi adotada por S. Exa. o Sr. Presidente da República, e cujas ordens cumprindo, encaminhei ao Sr. Procurador Geral da República, reafirmo meu ponto de vista, eminente Vice-presidente Pedro Aleixo, em que pelo texto constitucional, a representação do poder executivo, tem todo seu fundamento.

V. Exa. observou reiteradamente que a minuta de Ato Institucional apresentada à apreciação deste Conselho, praticamente nada deixa da Constituição. Mais uma vez lamento divergir de V. Exa.. Porque lendo-se o ato, até mesmo na matéria do Estado de Sítio, os preceitos constitucionais são respeitados.

Há um sem número de normas da própria constituição que são mantidos. Fala V. Exa. que se estabelece uma ditadura. Não acredito que se estabelece uma ditadura, porque não se dá a S. Exa. o Sr. Presidente da República um poder discricionário, que é nota qualificativa dos regimes ditatoriais. Investese S. Exa. de poderes necessários, que por assim dizer se tornaram tradicionais apesar de tão curtos, na revolução de março de 1964.

A Constituição não correspondeu às necessidades revolucionárias. A subversão que surgiu nos mais variados setores, infelizmente atingiu também o congresso nacional. Porque não posso entender senão como ato de autêntica sub-

versão contra o regimen o comportamento da Câmara dos deputados, em particular do partido que deveria apoiar o governo, e que se quis chamar até de partido da revolução, na apreciação de um pedido de licença para processar um de seus pares.

A subversão está nas ruas. Srs. Ministros responsáveis pelas pastas militares, os eminentes chefes e Estados Maiores aqui presentes. O sr. chefe do Serviço Nacional de Informações declararam inequivocamente o grande risco que corre a nação. E a Revolução foi feita exatamente como um dos seus pontos fundamentais para impedir a subversão e assegurar uma ordem democrática.

Se essa ordem democrática corre risco, outra razão não existe senão nos socorrermos de instrumentos revolucionários adequados para que possamos restaurar a verdadeira democracia, autêntica democracia, que é o desejo de todos nós. Porque outra coisa não desejamos senão isto.

E S. Exa. Sr. Presidente por várias vezes, em despachos com S. Exa., tivemos oportunidade de tratar desse assunto quero mais uma vez aqui declarar o empenho do ilustre chefe da nação em manter a qualquer custo, com sacrifício pessoal, a ordem constitucional implantada pela carta de 24 de janeiro de 1967.

Ocorre porém, que ela não corresponde à necessidade de instrumentos mais rígidos. V. Exa. entendeu que o Estado de Sítio poderia ser a primeira fase. O eminente Ministro Rondon Pacheco apresentou argumentos de amplo convencimento. Embora V. Exa. tivesse admitido que se esse falhasse, então deveríamos seguir a adoção dos instrumentos adequados. E esses instrumentos eu não vejo senão numa série de normas de caráter revolucionário, e que nós consideramos como sendo a continuidade do processo revolucionário. Porque o Ato nº4, ao delegar ao congresso nacional a elaboração da nova Constituição, estabeleceu pressupostos para elaboração do próprio texto constitucional, conforme constam das considerandas que abrem a série de dispositivos deste ato.

Não encontramos outro instrumento den-

tro dos quadros legais do Brasil que possa conter a subversão. E que possa assegurar a ordem, a paz, a tranquilidade, o progresso e o desenvolvimento cultural e social do país.

Por esta razão que nós entendemos plenamente justificada, como medida de salvação nacional, medida revolucionária é verdade, mas sem caráter ditatorial, porque a pessoa a quem esses poderes são confiados, pelo seu passado, pela sua atitude, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio, e pelo seu patriotismo, saberá dosar e aplicar as medidas que são ..... (ininteligível) pelo sr. Pres. da República nos casos em que se tornar necessário.

O Sr. Ministro Delfim Neto, apoiado pelo Min. Afonso Albuquerque e pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas, sugeriram uma emenda, qual fosse aquela que devesse constar deste ato, a possibilidade de S.Exa. o presidente da República, emendar a Constituição. Efetivamente, foi este o nosso pensamento, tanto que redigimos um texto, segundo o qual, sem as limitações constitucionais poderá o Sr. Presidente da República fazer emendas à Constituição, menos aquelas que pudessem atentar contra a Federação da República, repetindo o princípio tradicional que vem desde a Constituição de 1891.

Estamos de inteiro acordo com esta sugestão. O ilustre ministro Jarbas Passarinho observou o art. 8º. No entanto, Sr. Ministro, o parágrafo único do art. 8º corresponde precisamente à idéia de V. Exa. Transfere o ônus da prova no caso do enriquecimento ilícito ao acusado.

O Sr. Ministro Tarso Dutra apresentou três sugestões: a primeira, quanto à denominação do ato. Devo dizer a V. Exa. que era a nossa idéia, exatamente, denominar o instrumento de Ato Adicional. Todavia, designados pelo Min. Rondon Pacheco para dar a redação final apresentada a este Conselho, S. Exa. ponderou que, tendo em vista os princípios e fundamentos deste ato, que era na verdade a continuidade do processo revolucionário, preferível seria que se adotasse a denominação de Ato Institucional.

Talvez a denominação Ato Adicional Sr. Presidente, como chamei, fosse a mais adequada, embora não veja que possa surgir qualquer problema de natureza jurídica, pela denominação que se dê a este instrumento revolucionário: Ato Adicional ou Ato Institucional.

Vossa Exa. sugere a supressão do art 1º. Na verdade esse dispositivo foi colocado como preceito inicial do texto, por sugestão do eminente Min. Rondon Pacheco, dentro da tradição dos atos institucionais da Revolução de 1964. Finalmente, refere-se V.Exa. ao último artigo, onde efetivamente houve um equívoco, onde a expressão constitucionais não deveria ter cons-

tado.

O Sr. Ministro Rondon Pacheco apresenta duas sugestões, Sr. Presidente: 1o., que o prazo de recesso acaso decretado para o Congresso, Assembléias Legislativas, ou Câmaras Municipais, devesse ser fixado previamente. Nós entendemos que não.

Nós entendemos que o prazo do recesso deve ficar, isso sim, ao arbitrio do Presidente da República, e no momento que julgar oportuno convocará o Congresso Nacional para retornar às suas funções constitucionais. Não receamos que uma atitude como esta possa ser tida lá fora como objeto de entendimento, ou para usar da expressão um pouco chula, de cambalachos políticos.

Nem da parte do poder executivo, nem da parte do poder legislativo, se poderia fazer semelhante injúria. Não vejo razões por que se fixar este prazo, quando fique entregue à prudência de V.Exa., à sua determinação. Quanto a se fixar o prazo do Ato Institucional, a experiência demonstra como foi errado fixarmos os prazos no Ato Institucional nº 1. Penso que isto é motivo mais que suficiente para justificar que este ato outorgado como foi, possa até mesmo ser revogado, a curto ou a longo prazo, e outros fatos possam se suceder. Mas, limitar no tempo aquilo que agora se dispõe a fazer para assegurar a continuidade da Revolução de 1964, seria para nós, com a devida vênia, incidir no mesmo erro praticado no Ato Institucional nº1, quando a Revolução se auto limitou, e a conseqüência é a autodestruição que estão procurando provocar dentro da própria revolução.

São essas, Sr. Presidente, as observações que apresento à decisão de V. Exa., quanto às sugestões que foram apresentadas.

Pelo apanhado que acabo de fazer das diversas manifestações dos Srs. membros deste Conselho, tenho a impressão de que o Ato Institucional ora proposto conta com a quase unanimidade de aprovação deste Conselho.

Evidentemente, as observações feitas são apenas de caráter formal, redação, ou mesmo de pouca influência no conteúdo do contexto geral.

Sugiro, portanto, que a redação final deste Ato, já do conhecimento de todos os membros do Conselho, seja revista por uma comissão que eu tomo a liberdade de nomear agora, compreendendo sua Exa. o Sr. Ministro da Justiça, S. Exa. o Ministro Extraordinário o chefe da Casa Civil, S. Exa. o Ministro da Educação e Cultura, para num apanhado dessas sugestões, feita a devida triagem, se aproveite aquilo que não venha a modificar no fundo o Ato ora proposto, que contou com a aprovação quase unânime de todos os membros do Conselho, como a pouco e

pouco fui registrando como uma conclusão da opinião de cada um.

Ponderáveis sem dúvida as observações e ponderações de S. Exa. o Sr. Vice-presidente da República, que como jurista e um grande parlamentar, vem, e damos um passo definitivo, talvez possamos passar por uma fase intermediária. (sic). Em todo caso, dentro do Conselho de Segurança Nacional, nós devemos pesar a opinião de cada membro e adotar o voto da maioria.

Já em determinada ocasião, quando o Ministro da Guerra de então, apresentou uma representação sugerindo e pedindo a cassação do mandato de um homem público do Brasil, calcado em razões que foram expostas francamente ao Conselho de Segurança Nacional, S. Exa., então Presidente da República, submeteu à opinião de cada membro a representação proposta, apresentada. E eu me lembro que S. Exa. queria - sim, não, interrogação, sim, não, interrogação, poderosamente, obstinadamente contra o processo revolucionário.

Eu, me louvando nesse exemplo do Pres. Castelo Branco naquela época, também, embora seja o Conselho de Segurança Nacional um órgão consultivo e não deliberativo, eu prefiro me louvar no voto quase unânime de todos os membros do Conselho, tendo em conta, em muita conta, o voto poderosíssimo de S. Exa. o Vice-presidente da República.

Eu bem sei que S. Exa., por um escrúpulo natural, está vivendo um momento tão dramático quanto nós outros, porque quero revelar ao Conselho que S. Exa. há poucos minutos, em confiança ao Presidente da República, apresentou a sua indiscutível solidariedade ao Pres. da República, incorporando-se a sua própria situação. Isto me trouxe um grande conforto, porque eu compreendo perfeitamente que S. Exa. podia a qualquer momento, em face de qualquer decisão do Pres. da República, de entregar-se a uma decisão que não fosse a sua própria decisão, ele estaria ocupando esse lugar com as mesmas responsabilidades e talvez com muito maior brilho e maior competência para resolver esse problema de ordem política e institucional.

S. Exa. acabou de me dizer que a sorte dele é a minha sorte, e isto lhe dá uma grande autoridade para emitir o seu voto com grande lealdade e com toda convicção.

Devemos portanto respeitar o seu voto.

Embora não seja o da maioria do Conselho, eu prezo muito a sua opinião, e peço a Deus que não me venha amanhã convencer de que ele é que estava certo. Porque ele admitiu mesmo a hipótese do Atofinal. Entendendo como entendo o Conselho na sua sabedoria de maioria quase unanimidade, de que esta escalada, este degrau se torna evidentemente desnecessário.

Nós aceitamos esta deliberação. Eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma medida como esta. Mas adoto porque estou convencido que é do interesse do país, é do interesse nacional, que ponhamos um basta à contra-revolução.

Já numa outra reunião deste Conselho, os Srs. ouviram a palavra do Chefe do Serviço Nacional de Informação, houve o conselho, houve a opinião, já naquela época, de que deveríamos levantar uma barreira a esse trabalho insidioso, persistente, obstinado, terrível mesmo, de contra-revolução.

E aqui estou hoje a par de uma investidura constitucional, com uma responsabilidade tremenda e indeclinável, de chefe de uma revolução que há poucos anos se impôs ao país, para a solução desses mesmos problemas que se agravaram muito nesses últimos anos.

Porque então naquela época, não havia a exploração da mocidade como há hoje, não havia a interferência deslavadamente ostensiva do dinheiro internacional procurando interromper o processo revolucionário por motivos talvez inconfessáveis, por interesses que não são os nacionais, e quanto aos quais devemos levantar essa barreira num momento que não seja de crise irremediável.

Eu considero que o momento é grave, mas ainda não desesperador para a Nação, e por isso mesmo, devemos lançar mão dos remédios que podem ainda recuperar o organismo nacional.

(.....) para ampla discussão, porque eu não desprezo o conselho do Conselho de Segurança Nacional

Eu preciso que cada membro diga aquilo que sente, aquilo que pensa, e aquilo que está errado nisto, para que possamos, com consciência tranqüila, e .... numa, num conselho como este, de responsabilidade enorme perante a nação, eu possa autenticar, eu possa afirmar este Ato que aqui está proposto. Dou aos Senhores 20 minutos para a leitura daquilo que está escrito. Não vou mandar ler, quero que cada um leia...

## 13.2.2 - Corpus C

**Paulo Evaristo CARDEAL ARNS**  
**Arcebispo Metropolitano de São Paulo**

Conheci meu conterrâneo, xará e irmão em Cristo Paulo Stuart Wright através de uma longa carta que ele me escreveu durante o período de sua clandestinidade.

Tipicamente, a carta não tinha data nem cidade de origem. Mas tinha um conteúdo surpreendente, pois fazia considerações teológicas, políticas e ideológicas sobre um cartaz da arquidiocese que circulava nos ônibus da São Paulo.

Digo "surpreendente" por três motivos. Primeiramente, pela constatação de que um opositor do regime militar, vivendo na clandestinidade, tomou tempo preciosos da sua arriscada missão para refletir com profundidade sobre um assunto aparentemente banal.

Em segundo lugar, por verificar a seriedade teológica desse cristão leigo no trato das questões mais corriqueiras, mas que afetam o dia-a-dia e o amadurecimento do povo de Deus.

E, em terceiro lugar, pelo estilo fraterno e transparente que caracteriza todo o cristão que está imbuído do espírito ecumênico: tratar as questões eventualmente controversas e/ou conflitantes com nobreza de espírito e de linguagem.

Alguns anos depois, em setembro de 1973, fui procurado pelo seu irmão, Rev. Jaime Wright.

Informou-me que Paulo tinha "caído" e buscava meios urgentes de localizá-lo antes que acontecesse o pior. O pior aconteceu. As providências tomadas não conseguiram evitar sua

morte por torturas no DOICODI de São Paulo.

Essa dolorosa experiência levou-nos eventualmente a uma parceria ecumênica exemplar. Pela primeira vez em sua história, a Igreja Presbiteriana Unida cedeu à Igreja Católica Romana um dos seus mais competentes obreiros para trabalhar comigo em tempo integral na Arquidiocese de São Paulo. O Rev. Jaime Wright, durante os quase nove anos que cooperou conosco, tornou-se uma espécie de "bispo auxiliar para assuntos internacionais e de direitos humanos".

Foi no convívio com Jaime que eu passei a conhecer e admirar seu irmão Paulo.

O mesmo acontecia com a filha de Jaime. Já em 1986, ela começava a reunir materiais sobre o tio, inclusive tudo aquilo que tinha sido recolhido pelo Projeto Brasil nunca mais". A "Lali" não queria que a vida exemplar e sacrificial de Paulo ficasse esquecida.

O resultado de seus vários anos de pesquisa está neste texto, publicado apropriadamente pela mesma editora que ousou publicar o livro Brasil nunca mais.

Não poderia haver melhor homenagem a Paulo Stuart Wright, um cristão que teve a coragem de levar suas convicções às últimas consequências.

São Paulo, 25 de agosto de 1992.

WRIGHT Delora Jan. O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba, Vozes, 1992, Prefácio

**La muerte de Paulo Wright**

El combatiente cristiano revolucionario brasileño Paulo Wright fué asesinado despues de varias semanas de crueles torturas por agentes de la policia de seguridad del régimen militar brasileño.

La muerte de Wright, preminente laico de la Iglesia Presbiteriana de Brasil y ex-parlamentario, fué confirmada por el Frente Brasileño de Informaciones, integrado por brasileños exilados.

El asesinato del combatiente cristiano brasileño produjo gran impacto entre los asistentes a la Jornada Nacional Camilo Torres, algunos de los cuales conocían personalmente a Wright y le tenían una alta estima.

El presidente del Consejo de Iglesias Evangélicas de Cuba(CIEC), Rev. Raúl Fernandes

Ceballos, declaró que la primera noticia sobre la detención de wright fué conocida durante la celebración em Jamaica de la Asamblea de constitución de la Conferencia de Iglesias del Caribe, realizada a finales del año pasado.

Fernandes Ceballos, visiblemente emocionado, señaló que durante el tiempo que trató a Wright pude apreciar "su condición de cristiano. Fué un laico teólogo prominente que irradiaba amor y compañerismo. Compartía lo que sabía con otros".

El combatiente cristiano brasileño asesinado era hijo de misioneros norte americanos, un hermano suyo es ministro de la Iglesia Presbiteriana fuera de Brasil. Se destacó, tanto dentro como fuera de la Iglesia, por su interés y dedicación a las capas mas oprimidas de Brasil.

Trabajó con pescadores y campesinos. Supo despojarse de esquemas intelectualistas "ascendiendo - como decía el sacerdote colombiano Camilo - a la clase obrera para aprender de ella".

El Rev. Fernández Ceballos subrayo que "Wright hizo suyo aquella frase de Camilo que decía: "El amor debe ser eficaz," sentido que comprendió profundamente, dándose a su patria y a la gran patria latino americana."

Todos los asistentes a la jornada se pusieron de pie y rindieron con un minuto de silencio homenaje postumo a este nuevo martir de la lucha revolucionaria latino americana.

(Extraído do relatório "Jornada Cammilo Torres en Cuba de 1974", por Enrique Lopes Oliva, Havana. Recebido em Lima, Peru, no dia 8 de abril de 1974

Recebido em São Paulo aos 16 IV 74

.....  
El joven diputado de Brasil Paulo Wright, presbiteriano, cuyos familiares mas allegados son pastores, de profundos conocimientos teoloicos, afirmó reicente-mente en LaHabana:

"Creo que la fe cristiana no se identifica con ningún sistema politico economico en particular. Al mismo tiempo el hombre puede ser socialista y los hecos dicen que existen muchos cristianos que lo son. Entiendo que nos otros como cristianos, tenemos la obrigación de reaccionar precisamente en la hora que nos toca vivir. En el mundo de hoy se vislumbra una coincidencia entre las operaciones de los cristianos y de olos socialistas, en cuanto a la

vida humano esto es, justicia y bienestar del homebre."

"Los terminos de "de cada uno según sus posibilidades", 'a cada uno segun sus necesidades', 'el que no trabaja no come', 'con el sudor de tu frente viviras', son expresiones que felfejan aspiraciones que son comunes a cristianos y a socialistas".

Este hombre del pueblo, que pude ser Pastor y es laico, estudiante asiduo de laos problemas de America Latina, que aspira a la libertad en todo este continente, enfoca la conducta del cristiano en la Cuba revolucionaria y dice:

"He sabido de la participación de muchos cristianos en el tiempo de esta revolución. Es um hecho loable. Entiendo que ahora los cristianos tienen una gran oportunidad para continuar laborando por una sociedad donde se trabaja en beneficio del hombre."

"Nos otros no podemos mantermos ajenos al esfuerzo que se realiza para el pleno aprovechamiento de los frutos del trabajo del pueblo cubano en su propio beneficio."

"el cristiano debe ser el primero en el servicio, imitando así a Cristo que se hizo siervo de toda la humanidad.

La Misión de la Iglesia en una Sociedad Socialista

Un analisis teologico de la vocacion de la Iglesia cubana en el dia de hoy

Por Sergio Arce Martinez, profesor de teologia Sistemática del Seminario Evangelico de Teologia, Matanzas, Cuba, 1965

Nem Anistia quiseram...

Muito oportuna a publicação da carta do pastor presbiteriano Adéliomendes, na Folha de São Paulo do dia 6 deste, por cinco motivos.

Primeiro, porque lembra ao público que a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) colaborou, e continua a colaborar, com o regime, com o regime repressivo implantado em 1964 (ver o livro *Inquisição Sem Fronteiras*, de João Dias de Araújo).

Segundo porque mostra que uma igreja atrelada ao regime militar ainda não desarticulou-se.

O regime aprovou a anistia (reconciliação), mas a IPB não.

Terceiro, porque revela a afinidade de setores presbiterianos brasileiros com "os verdadeiros católicos", tais como a TFP, que, ignorando o Evangelho, preferem deixar as bandeiras da justiça e da defesa dos marginalizados nas mãos de comunistas.

Quarta, porque aponta o fato de que setores presbiterianos ultra-retrógrados são entraves à redemocratização da nossa pátria.

Quinto, porque assinala o erro da Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados e da Comissão Pastoral da Terra de se associarem a uma homenagem tida como partidária na publicidade.

A Medalha anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo não são do PT, nem do vereador João Carlos Alves, e nem das comissões da Igreja. São, isto sim, da Câmara de Vereadores, ou seja, do povo de São Paulo. A Igreja tem formas próprias de reconhecer seus bons samaritanos.

Jaime Wright Pastor Presbiteriano Cartas OSP 411 janeiro 85

### Restauração de Paulo Wright

**RESOLUÇÃO O CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Art23 c/c Art16 do Código de Disciplina da Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, tendo em vista o que dispõe o Art 5º, inciso IV, da Constituição Federal, e, considerando o que consta na Atanº 910, Livro do Conselho - vol. IX, fls. 102v a 105, referente a reunião do dia 13 de junho de 1964, relativo a um documento do Quinto Distrito Naval, sediado em Florianópolis, SC;

Considerando que o referido documento tratava de atividades do senhor PAULO STUART WRIGHT, membro desta Igreja àquela época, junto à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Considerando que, em virtude de tal documento, o Conselho da Igreja decidiu "vetar a eleição do Sr Paulo Stuart Wright, para presbítero de nossa Igreja, eliminando-o de rol de membros desta Igreja."

Considerando que tal decisão feriu os mais elementares direitos do cidadão, sem que lhe fossem assegurados o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos inerentes, face ao seu desaparecimento, em virtude do estado de exceção e

de repressão implantados no Estado Brasileiro;

Considerando que não foi implantado o devido processo legal, segundo prescreve a legislação e a constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil, que determina, em seu Código de Disciplina, Artigos 16 e 59, verbis:

" Art16 - Nenhuma sentença será proferida sem que tenha sido assegurado o direito de defender-se."

" Art59 - Se o acusado for revel e não tiver apresentado defensor, o presidente nomeará pessoa crente para defende-lo.;"

Considerando que a decisão do Conselho da Igreja, composto por homens crentes, de vida irrepreensível, contudo leigos em assuntos jurídicos, foi tomada em um momento difícil da vida nacional, em que a repressão gerou insegurança, medo e terror em toda a sociedade brasileira, RESOLVE: tornar sem efeito a punição ao senhor PAULO STUART WRIGHT, restaurando "postmortem" sua condição de membro da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, inscrevendo-o no seu rol, bem como rejeitar o veto à eleição ao Prebiterato de nossa Igreja.

Publique-se

Florianópolis, 19 de outubro de 1999

### Ata número novecentos e dez

Aos treze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e quatro reuniu-se no Templo da Igreja Presbiteriana de Florianópolis, à Rua Visconde de Ouro Preto numero sessenta e um, o Conselho da Igreja.

A reunião que teve início às vinte horas, foi presidida pelo Rev. Eny Luz de Moura. Compareceram a reunião, além do irmão Presidente, os seguintes membros: João José Mendonça, Francisco Manjer, Eduard Green e Arany Natividade da Costa, que toma assento na reunião, em virtude de sua eleição para o cargo de presbítero da Igreja. Orou iniciando os trabalhos, o presbítero Francisco Manjer. Lida a Ata da última reunião, foi devidamente aprovada. Nesta reunião contamos com a visita do Rev. Wilson Castro Ferreira, Secretário Executivo do Supremo Concílio, o que para nós é motivo de satisfação. O irmão Presidente convida o signatário da presente para secretariar esta reunião, na qualidade de Secretário adhoc. O irmão Presidente declarando estar vago o cargo de Secretário deste Conselho, procedeu a escolha de um dos presbíteros, recaindo a mesma no que a esta subscreve. O irmão Presidente traz ao conhecimento da Casa a realização da Assembléia Geral da Igreja, para eleição de três presbíteros, cuja Ata passamos a transcrever:

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Igreja Presbiteriana de Florianópolis. Ao oitavo dia do mês de março de mil novecentos e sessenta e quatro, às dezenove horas, reuniu-se a Igreja Presbiteriana de Florianópolis, sita à Rua Visconde de Ouro Preto, sessenta e um, em Assembléia Geral para que se fizesse a eleição de três presbíteros. A sessão foi realizada após o culto e Santa Ceia, em primeira convocação por haver quorum. Os trabalhos foram presididos pelo Reverendo Eny Luz de Moura presidente do Conselho da Igreja. O Conselho da Igreja sugeriu para candidato aos cargos de Presbíteros, os seguintes irmãos:

Arany Natividade da Costa, David Gomes Mendonça e Domingos Cardoso, Demerval Rodrigues, Dr. Huri Gomes Mendonça a Paulo Braglia. Aberta a sessão o sr. Presidente declarou a casa que o irmão Paulo Braglia não aceitaria sua candidatura. Passaram assim a ser cinco os candidatos sugeridos pelo Conselho.

Usou da palavra o irmão David Gomes Mendonça sugerindo que a eleição tivesse um caráter secreto. Usando novamente da palavra, o irmão Daniel Gomes Mendonça propôs que fossem eleitos presbíteros os irmãos que obtivessem maioria absoluta de votos. Em seguida usou a palavra o irmão Anatólio Pinheiro Guimarães,

pedindo que fosse reconsiderada a proposta anterior. Propôs então que, ao invés de serem considerados eleitos presbíteros os candidatos que obtivessem maioria absoluta de votos fossem assim considerados eleitos os três mais votados. Com a devida permissão do irmão David Gomes Mendonça, a proposta do irmão Anatólio Pinheiro Guimarães foi aceita e aprovada por aclamação. Ao serem contados os votos verificou-se um lapso que motivou nova contagem.

Foram então eleitos presbíteros da Igreja Presbiteriana de Florianópolis os irmãos Dr. Huri Gomes Mendonça com trinta e seis votos, Arany Natividade da Costa com vinte e oito votos, e Dr. Paulo Stuart Wright com vinte e dois votos. Ao término da reunião falaram os presbíteros Dr. Huri Gomes Mendonça e Dr. Paulo Stuart Wright agradecendo a honra que lhes emprestara.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada as vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. Eu Secretário adhoc lavrei a presente ata que lida e devidamente aprovada, vai por mim assinada. (As.) Carlos Cesar Souza.

Comunicou ainda o irmão Presidente a instalação do irmão Arany Natividade da Costa, no domingo, dia 10 de maio último no cargo de presbítero da Igreja, ficando marcado para amanhã, dia 14, domingo, por ocasião do culto da noite, a ordenação do irmão Dr. Huri Gomes Mendonça. Quanto ao terceiro presbítero eleito, Dr. Paulo Stuart Wright, foi lido um documento, que ficará arquivado neste Conselho e encaminhado a esta Igreja pelo Comando do Quinto Distrito Naval, de cujo teor, tomase conhecimento, entre outros, do seguinte: "Cumpreme informar que o Sr. Deputado Paulo Wright, dessa Assembléia Legislativa, eleito sob a legenda do PSP, comunista militante, pauta o seu procedimento e atitudes em face dos problemas nacionais, coerentemente com as suas idéias. Está perfeitamente integrado no movimento de transformação pela violência, do regime estabelecido e afirmado na Constituição da República. A linha de ação do Deputado em causa é fato público e notório que essa Assembléia sobejamente conhece, e que o coloca em posição falsa, diante da Lei Eleitoral, da Constituição e da Lei de Segurança. Na documentação anexa, parte da existente nos vários inquéritos e sindicâncias em andamento, encontrará V. Exa elementos que caracterizam as ligações do referido Deputado com agitadores conhecidos, alguns sem ideologia, simplesmente corrompidos pelo poder do dinheiro do povo, criminosamente usado".

Nesta reunião, tendo em vista as provas documentadas das atividades subversivas do ter-

ceiro presbítero eleito, resolve-se vetar a eleição do Sr. Paulo Stuart Wright, para presbítero de nossa Igreja, eliminando o do rol dos membros desta Igreja. Nesta reunião resolve-se ainda: 1) autorizar as despesas de hospedagem do Rev. Wilson Castro Ferreira. 2) Tomar conhecimento e arquivar a carta do presbítero Manoel Felix Cardoso, comunicando o entendimento que manteve com alguns pastores convidando os ao pastorado desta Igreja. 3) Protelar a construção do Templo na localidade de Armação da Lagoinha, para ocasião mais oportuna. O irmão Presidente comunica os seguintes atos pastorais: que recebeu por profissão de fé, Raquel Zari Matias da Silveira, natural deste Estado, onde nasceu aos vinte dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e oito, casada, sabendo ler e

escrever, de profissão comerciária, tendo sido batizada na Igreja Luterana de Palhoça. Que recebeu por batismo, a menor Viviane Cristina Matias da Silveira, nascida em Florianópolis, aos vinte e quatro dias de julho de mil novecentos e sessenta e dois, filha de Adriano Pires da Silveira, simpatisante do Evangelho e Raquel Zari Matias da Silveira, membro de nossa Igreja, residente à Rua Arnaldo Candido Raulino, número duzentos e trinta e seis apartamento três, na .. distrito do Estreito nesta Capital. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião, foi a mesma encerrada às vinte e duas horas e trinta minutos, com oração dirigida pelo presbítero Eduard Green. E para constar eu Areny Natividade da Costa, Secretário, lavrei a presente que assino.

### ALDO FAGUNDES

#### (Comunicação como Líder Sem revisão do orador)

Sr. Presidentne, a Oposição tem na tribuna o instrumento principal de sua ação política. Pela tribuna a Oposição fiscaliza, critica, adverte, cria alternativas e protesta. Sobretudo protesta ante a injustiça ou a violação de direitos. Um jornal é censurado, vem a Oposição à tribuna e registra o seu protesto; um estudante é preso arbitrariamente, aqui comparece a Oposição para também registrar o seu protesto.

Hoje, Sr. Presidentne, - quase no cumprimento de uma rotina, tantas são as vezes em que esse fato se repete - venho comunicar uma prisão política. Está preso em São Paulo, desde o começo do mês de setembro passado, o Sr. Paulo Stuart Wright, ex-parlamentar. Deputado que foi no Estado de Santa Catarina. Não se sabe qual acusação sobre ele pesa, pois está incomunicável desde esse período. Seus familiares com ele não puderam entrevistar-se, seus advogados não puderam ouvi-lo. O ex-parlamentar Paulo Wright é filho de missionários norte americanos que serviram no Brasil, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, por muitos e muitos anos. Se há uma acusação concreta contra ele que o processo seja instaurado. A palavra que a Oposição traz a esta tribuna é de advertência, para tentar preservá-lo fisicamente, pois é com pesar que registramos notícias recebidas no sentido de que muitos desses presos são submetidos a humilhações, a vexames, a torturas mesmo. O tempo vai passando, e há cerca de um mês está ele recolhido. Nem seus familiares nem seu advogado podem localizá-lo para uma entrevista. É o registro que por enquanto queríamos fazer, esperando que a douta Maioria possa fornecer esclarecimentos sobre as razões da prisão e o estado do preso.

O Sr. Presidente (Dayl de Almeida) - Nos

termos do inciso II do artigo 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao sr. Walter Silva, na qualidade de Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR WALTER SILVA - (Como Líder, Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. deputados, diante da comunicação que acaba de fazer o nobre e ilustre Líder da oposição nesta Casa, Deputado Aldo Fagundes, mais se enfatiza a necessidade de se indagar se há realmente no Brasil um regime democrático. Não estará o regime imposto ao País institucionalizando oligarquias? Evidentemente que sim.

A constituição outorgada em 1967, praticamente emendada em 1969, o foi também nesse sentido. A legislação, em realidade ditada pelo Executivo e referendada pelo Legislativo, cuja maioria dócil aprova sempre, sem discutir e apenas votando favoravelmente, termina por tornar cada vez mais dominante a oligarquia técnica e econômica que nos governa, achatando salários, impondo preços, açambarcando mercados e associandose, minoritariamente é verdade, ao capital estrangeiro, desnacionalizando crescentemente a nossa economia de produção.

O estabelecimento, Sr. Presidente, de fronteiras ideológicas no País, até o exagero, contrastando com as nações mais civilizadas e desenvolvidas do mundo, como os Estados Unidos e o Japão, por exemplo, aproximamos, paradoxalmente, de regimes ditatoriais de esquerda, como a Rússia, a China Comunista, o que extrema também o processo de conceituação política, com reflexos negativos na preservação dos direitos e das garantias individuais mínimas.

Diário do Congresso Nacional (Seção 2)  
Sexta-feira, 5 de outubro de 1973

**Justiça Militar denuncia 27 subversivos**

São Paulo (M) - vinte e sete elementos filiados à organização subversiva "Ação Popular Marxista Leninista" - APML - foram denunciados pelo Procurador da Justiça Militar Oscar do Prato Queiroz, em longa peça acusatória, que analisa as responsabilidades de cada um deles. Dez dos denunciados estão foragidos e cinco se encontram detidos, com prisão preventiva já decretada.

Os componentes da APML, que seguem a filosofia de Mao Tse Tung se dedicavam a agitação e propaganda, com ramificações nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Goiás. Vários deles, eram do Comitê Central, e outros do Comando Regional de São Paulo. Todos usavam vários codinomes e grande parte fazia uso de nomes e documentos falsos.

Nos termos da denúncia, em setembro de 1972 verificou-se um racha nas hostes da APML, com a formação de duas correntes, ambas se dedicando a conscientização das massas e pretendendo consolidar a tomada do poder através da guerra Revolucionária. Entre os acusados figu-

ram médicos, engenheiros, professores, jornalistas, estudantes e até um "profissional da subversão". Há referência deslocação de muitos para outros Estados, por certo com a finalidade de confundir os órgãos de segurança.

São os seguintes os denunciados: Antonio Norival Soave, Beatriz do Valle Bargieri, Carlos Fernando da Rocha Medeiros, Cornélio Lima Filho, Elzira Vilela Nakazu, Haroldo Rodrigues Lima, Hernadez Santaliestra, Jair Ferreira de Sá, José Benedito Pires Trindade, José Milto Ferreirade Almeida, José Renato Rabelo, Licurgo Nakazu, Liuco Fugi, Luiz Aparecido da Silva, Marcelo Hugo de Medeiros, Maria Ceres Pimenta, Maria de Fátima Azevedo, Maria Luiza Guimarães de Almeida, Madalena Prata Soares, Nelson Martinez, Osvaldo Rocha, Otto José Mattos Filgueiras, Paulo Stuart Wright, Pedro Pereira do Nascimento, Péricles Santos de Souza, Tertuliano Ambrosio da Fonseca e Waldemir Bargieri.

Correio Braziliense, 14/3/74

**Proposta inicial de Jo às informações de suas posições feitas em documento da R22 e da R32.**

Escrita em nov de 1971.

1ª parte:

A questão de Deus, do camarada JV e as contradições que surgem nas posições de alguns camaradas:

Há alguns dias realizou-se uma reunião ampliada do CR 23 sob a direção, ou pelo menos com a presença de um camarada do BP. O CR 23 está hoje sendo dirigido por um camarada que participou da 3 RADNN.

Foram discutidas nesta reunião, tendo-se tomado posição formal, a respeito das posições do camarada Jo, no sentido de exigir sua destituição da direção, caso não faça a auto-crítica de "graves erros de princípio" relacionados com o materialismo histórico e dialético. Aguardo a comunicação direta e a fundamentação da posição dos camaradas para pronunciarme em profundidade sobre as questões levantadas. Certamente a posição virá acompanhada das respectivas auto-críticas dos camaradas que apoiaram minha eleição para o CC e para o BP e RA., que ..da ainda mais recentemente apoiou a minha indicação para o CR22. Se a razão para a proposta é uma questão de princípio e não de divergência política há alguma coisa errada, pois as minhas posições não mudaram neste período e nem aumentou qualitativamente por parte dos camaradas o seu conhecimento das minhas po-

sições. Que terá acontecido que provocou a mudança dos camaradas, que há pouco manifestaram a mais alta confiança em relação a mim, e agora exigem auto-crítica minha em relação a questões de princípios, sem que eu tivesse nesse tempo mudado de posição? Estou certo de que o tempo e os esclarecimentos das posições dos camaradas permitirá saber.

Se existe uma dificuldade objetiva em relação ao conhecimento e fundamentação das posições do CRA23 por não ter chegado ainda o comunicado da reunião, a nossa dificuldade não existe em relação às posições tomadas pelo CS72 da R21, pois existe um documento divulgado pelo organismo que trata, entre outras coisas, das duas "questões de princípios" abordadas no CR23. Será coincidência que o documento do CS72, redigido no inconfundível estilo literário de Ra, que assiste de perto o trabalho da R., traz as mesmas questões e as mesmas posições a meu respeito, assumidas pelo CRA23? Será importante esclarecer, pois me parece bem dentro do próprio organismo, com as necessárias auto-críticas, e permitindo assim uma visão mais justa e correta das posições e de seu tratamento.

Mesmo tendo em conta questões de estilo de travar a luta, que não me parecem as mais corretas, considero que os camaradas da S72 e do CRA23, ajudados ou não por Ra., estão pres-

tando ao partido e a mim um grande favor, pois trouxeram à luz do dia algo que estava sendo ainda tratado no lusco-fusco dos cochichos da luta interna contra mim, no sentido de enfraquecer e tentar desacreditar as posições que defendo. Foi e infelizmente continua sendo muito frequente o combate indireto das posições políticas, procurando destruí-las, não pelo mérito erros que possam cometer, mas pelas indicações de problemas ideológicos de quem as sustentam. Esta não é a primeira vez que acontece isto comigo e não será provavelmente a última. Não é necessário que eu diga que isto é uma expressão clara de um estilo de trabalho oportunista que devemos combater sem tréguas. Como aconteceu e ainda hoje acontece, com problemas como

o caráter da sociedade e da revolução, há muitas camaradas que não distinguem as questões de princípio da síntese concreta feita com bases nos princípios. São camaradas que, pela sua debilidade e insegurança teórica, acabam negando objetivamente a análise concreta da situação concreta, a própria essência do socialismo científico, em nome da tradição e dos argumentos de autoridade, chegam ao absurdo de tratar numa organização de forças do proletariado, como foi durante alguns anos a 3ª Internacional com atitudes que mais parecem com boatos que trataram das encíclicas do concílio de Trento ou do Vaticano. Confundem orientações com princípios, e estes com dogmas, negando assim a própria essência do materialismo dialético.

### A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO DO CAMARADA JV STALIN

A atitude metafísica que serve de base ao dogmatismo, se manifesta em ...so P., de forma particular, ao colocar a avaliação do papel histórico de Stalin como uma questão de princípio.

Não entenderam alguns camaradas que há uma diferença essencial entre a avaliação concreta do papel de um líder comunista, feita com bases em princípios, e os princípios que servem de base à avaliação. Confunde-se igualmente, a defesa de princípios ou a sua sistematização feita pelo camarada Stalin dos princípios desenvolvidos por Lenin, com os próprios princípios. Esse erro estava implícito na redação inicial do programa que colocava a contribuição de Stalin no mesmo nível das contribuições de Marx, Engels, Lenin e Mao. Retifiquei esta posição errônea e pude ver vitoriosa a posição que defendi na redação final do programa aprovado no III DNA.

A segunda questão relativa a JV Stalin que levantei nos 5 pontos foi a necessidade demobilizar o P. para uma pesquisa sobre seu papel histórico. Para situar um plano de pesquisa sobre o seu papel teórico-prático, é necessário situá-lo em 3 níveis distintos: 1) o seu papel como dirigente dos PCUS; 2) seu papel como dirigente da III Internacional; 3) a sua contribuição à rev. brasileira.

Para fazer uma análise deste aspecto é necessário analisá-lo no que trata à direção geral e à direção ao particular que se exercia não só em relação à URSS como em países como o Brasil, a China etc. Pode-se dizer mesmo, que para se analisar seu papel geral é necessário partir da análise particular, o que em relação ao Brasil jamais foi feito de forma científica.

Que dizem os camaradas da S72?

1) Consideram que nego, em última instância, o aspecto principal do camarada Stalin, que os camaradas consideram ser o positivo, pelo simples fato de levantar na proposta de pesquisa alguns aspectos negativos, e que os camaradas consideram tenha sido feita de forma destacada.

Está claro que se tivesse já uma posição de que os aspectos negativos o dominassem não o trataria como camarada e não teria aprovado a colocação de seu nome no programa.

Pergunto, diante dessas questões, qual é a raiz do subjetivismo com que tratam da questão os camaradas?

Por outro lado, não posso esconder a preocupação enorme que tenho pela responsabilidade histórica incontestável que teve Stalin na avaliação das bases para o surgimento do revisionismo contemporâneo na URSS e no mundo todo. Quem recebeu a bandeira do socialismo e do comunismo de Lenin e a entregou a Kruschew certamente cometeu muitos erros políticos, que refletem por sua raiz... erros de concepção e princípio.

Não considero a questão esclarecida e nem considero seja uma de princípio considerar que predominam em Stalin os aspectos positivos. Os camaradas chineses mesmo tendo considerado os aspectos positivos o principal, não fecham questão, afirmando que talvez leve um século para esclarecer plenamente a questão. Podem os camaradas chineses mudar de posição. Considero que seria dogmático engar a possibilidade.

2) Afirmam que a proposta de pesquisa faz confusão no "movimento comunista brasileiro", como se a pesquisa e a discussão não fossem um caminho para a verdade, não fora suficiente a afirmação dos camaradas chineses que a

questão levará muitos anos a ser plenamente esclarecida, a nossa ignorância partidária da contribuição de Stalin à revolução russa e ao m.c.i., ou mesmo o nosso pouco conhecimento do próprio m.c.i., da revolução russa e da própria revolução brasileira, haverá razões de sobre de princípio para não assumir a atitude dogmática assumida pelos camaradas.

A primeira série deve levar em conta os princípios no raciocínio independente o de autodefinição dentro do campo do proletariado. Não é justo cair numa atitude de dependência de aceitação dogmática das "verdades" apresentadas com base no argumento da autoridade, mesmo que essa autoridade seja o PCCH ou o PTA.

A dependência leva certamente ao dogmatismo e ao revisionismo e prejudica a revolução.

Uma segunda questão é que não existe uma opinião única a respeito de Stalin. Pensar que poderia haver uma opinião unânime a respeito de tão importante questão só pode ser fruto de uma visão metafísica da luta de classes. E da revolução mundial. O movimento revolucionário proletário mundial não tem por base posições políticas firmadas e testadas no bojo da luta entre duas linhas e no confronto com a prática concreta da revolução. A partir das avaliações unilaterais oportunistas do revisionismo contemporâneo e da burguesia em geral que ... qualquer qualidade a Stalin, existe dentro do campo do proletariado des..posição de considerar que

as contribuições de Stalin são superiores às contribuições dadas por Mao e constituem a 3ª etapa do socialismo científico - marxismo - leninismo - stalinismo, até os que o considera o precursor do revisionismo soviético. Está longe de fechada a luta entre 2 linhas no seio do proletariado, se é que isto pode acontecer de forma definitiva com alguma questão importante.

Antes de assumirmos uma posição dogmática, ou cair numa atitude de dependência em relação a uma questão importante, é necessário pesquisarmos sobre a ...ação da luta entre 2 lutas que se realiza em torno da questão. A afirmação estúpida que a questão de Stalin já foi suficientemente tratada pelos camaradas chineses e albaneses não podem ser levada a sério, visto uma diferença fundamental no tratamento dado à questão do PCCH e pelo PTA.

Se já tivesse sido suficientemente tratada, não haveria diferenças importantes nas suas posições. Se tratássemos de cair na dependência de um outro P. qual das duas posições assumiríamos? Não há substituto para a pesquisa e não há santo milagroso para solucionar nossos problemas políticos, a nossa responsabilidade de assumir proletariamente uma posição científica no bojo da luta entre 2 linhas.

Seria igualmente absurdo apelarmos ao camarada JV para resolver as questões políticas surgidas no bojo da luta entre 2 linhas no seio do nosso partido.

### A QUESTÃO...

A Segunda questão levantada pelos camaradas do CRA23 como questão de princípio, diante da qual eu deveria fazer auto-crítica para não ser destituído da direção, é a questão de Deus e da religião.

Os camaradas da S72 chegam no seu objetivismo dogmático a afirmar que tenho uma concepção do mundo idealista, não tendo superado de forma clara minhas idéias sobre a questão de Deus. É admirável a segurança que demonstram os camaradas a respeito de questões que fazem parte do mundo subjetivo de outros camaradas.

Parece o mesmo tipo de segurança que levou muitos camaradas a afirmar com toda segurança o caráter predominantemente feudal da sociedade brasileira. Sem dúvida que a questão é importante, não só para um dirigente nacional, mas para todos.

Sem desconhecer o unilateralismo consciente da caracterização quanto à minha origem de classe, desconhecendo o fatode que faz cerca de 15 anos que estou ligado à vida e à luta da classe operária brasileira, considero mais impor-

tante mesmo diante desta questão, tratar de tomar a questão mais simplesmente, para perguntar aos camaradas, todos os membros do Birô Político têm algum passado religioso quando membros da Ação Católica em diferentes áreas, participantes de movimentos de juventude e um ex-seminarista. Temos um dirigente que até há bem pouco era convicto defensor do caráter científico das obras de Pietro Ubaldi.

Podese considerar que os camaradas do BP tenham todos feito uma revisão científica de sua concepção do mundo no que se refere à questão de Deus e religião?

Sabemos que se Est. fez uma auto-crítica quanto à sua condição de cristão existem ainda várias palestras suas que circulam com posições siquer ...revolucionárias.

Não conhecemos assim, de nenhum dos camaradas, uma posição desenvolvida por escrito para ser discutida sobre essa importante questão. Considero e sempre considere errado tratar essa importante questão na base do eu creio ou eu não creio.

O problema é muito mais sério que isso.  
\*\*\*

Tendo em vista essa questão tenho procurado ampliar minhas leituras e desenvolver um processo de revisão crítica com base nos princípios do materialismo dialético sobre a transformação de concepção sobre o problema de Deus e da religião. Iniciei a partir da minha ligação inicial com a classe operária, em 55-56, um processo longo complexo de transformação ideológica, em que eu partia de uma meditação teológica sobre o marxismo e cheguei, finalmente, a inverter radicalmente a questão, para, com base no socialismo científico, analisar a questão de Deus e da religião. Considero esse processo um processo complexo que passou por muitas etapas, entre elas a que venci em 1961, ao pedir ingresso no partido que se apresentava, ainda sem contestação, como o partido da classe operária no Brasil, aceitando como base teórica o marxismo-leninismo e me comprometendo com a luta pela ditadura do proletariado. Ainda que tivesse um longo caminho a percorrer na minha transformação ideológica, seu possivelmente na direção do partido o que primeiro tomou essa posição. Isto não significa ... que eu considere que já fosse naquela época um marxista-leninista. Sabendo ... tenho ainda muito que avançar, apresento aos camaradas um resumo das minhas posições quanto à questão levantada, propondo que os camaradas analisem a minha posição para julgar se é ou não proletária, e apresentem suas críticas para ... que eu possa assim avançar nesse caminho. Em segundo lugar que não tratem de dirigir unicamente a mim esta questão, pois em se tratando de tão importante problema, os outros camaradas não somente tem os mesmos compromissos que eu mas podem e devem assim dar contribuição no sentido de esclarecer o partido e contribuir para o seu fortalecimento político.

As observações sobre a questão transcritas abaixo foram entregues ao camarada Dias e colocadas à disposição do B.P no início deste ano (1971), com vistas a colocar a luta nos seus verdadeiros termos, combatendo as distorções que vinha sofrendo, por um tratamento unilateral, do que seriam as posições de J.V.

O cam. Ra poderia ter ajudado aos cam. da S72 e aos cam do CRA23 e se referir sobre as minhas posições ao levantar os questionamentos, ajudandoos a evitar o caminho do unilateralismo e do oportunismo na sua luta contra elas.

Considero que conhecendo minhas posições a respeito os camaradas poderão julgar o estilo e o método usado pelos camaradas para fazer críticas.

Não sendo ainda este o momento de abor-

dar em maior profundidade o problema, que necessito estudar mais, levantarei somente dois aspectos necessários como referencial à questão: 1. é quanto à origem da religião que algumas pessoas confundem com as manifestações da ideologia burguesa à qual ela está associada em nossa sociedade. Rigorosamente a religião como fenômeno não é resultante da luta de classe ou produto de uma determinada classe social, pois ela é anterior à existência das classes nas sociedades humanas.

A sua origem se liga à necessidade do homem de encontrar explicação dos fenômenos naturais e sociais que ele não entendia ou não conseguia controlar, como reflexo de sua ignorância ou de sua impotência.

Em certos casos as manifestações da concepção religiosa se expressam na formação de mitos (por ex o mito da criação), como forma de encontrar uma certa ordem na natureza, outras vezes em expressões normativas para o comportamento social (como por ex os mandamentos). Em muitos casos, a prática religiosa corresponde às necessidades objetivas da prática social de uma determinada situação particularmente nas sociedades mais atrasadas, em que o desenvolvimento das forças produtivas e o conhecimento dos fenômenos é muito atrasado.

No geral, as religiões podem estar, nas suas manifestações místicas, voltadas à transformação ou conservação da sociedade ou então à fuga do mundo.

Com o surgimento das classes na sociedade humana a religião passou a influir na luta de classes, ora predominantemente, como força a serviço das classes dominantes, ora como força de coesão social da classes oprimidas em luta, como por ex., no caso das lutas camponesas da Alemanha, no fim da idade média. O protestantismo, como nos ensina Marx e Engels, teve uma papel revolucionário no seu surgimento, como alternativa ideológica do catolicismo que naquela época se constituía no instrumento privilegiado das classes dominantes na Europa. Num determinado período o protestantismo serviu à burguesia e teve um papel não desprezível no surgimento do estado burguês que tinha como condição necessária uma .. visão nacional, o individualismo, a negação do poder quase universal representado e estimulado pelo catolicismo, sustentáculo da sociedade feudal, que teria de ser destruído para que em seu lugar surgisse a sociedade burguesa nas suas manifestações mais radicais. Na revolução francesa, a burguesia nascente na sociedade, em todos os níveis, e particularmente de desenvol-

ver a produção, assumiu uma posição de luta aberta contra a religião, e o ateísmo passou a ser o fundamento da sua ideologia. Somente por ter descoberto que (como no caso da Inglaterra) que a religião podia ser utilizada para facilitar a sua própria dominação de classe é que a burguesia passou a estimular a religião, sendo que as novas formas religiosas, como por exemplo, o metodismo que se opunham a essas formas a serviço das classes mais atrasadas, tiveram um papel importante no desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Para o seu desenvolvimento a burguesia teve de romper com a dominação religiosa no campo das ciências naturais, mas não hesitou em usar a religião, na medida de sua utilidade em consolidar a sua dominação política e econômica sobre o proletariado. Na França mesmo, chegou a surgir uma religião que buscava ter uma base científica, o positivismo, que serviu, inclusive de base ideológica da força político-militar que proclamou a república no Brasil e cujo lema até hoje rotula a bandeira brasileira.

A extrema resistência ao tempo do catolicismo as transformações sociais a ... grande capacidade de adaptação a essas transformações, ao fato de que o catolicismo é, por um lado mais forte nos países onde se deram os primeiros passos do capitalismo como a Itália, Portugal e, por outro lado, que ele tenha sido um instrumento que impede objetivamente que um grande número de países, particularmente na América Latina, possam libertar-se da dominação imperialista, deve ser objeto de pesquisa. Uma das possíveis explicações se encontra na própria estrutura do catolicismo. No grande esforço feito por Tomás de Aquino de integrar o conhecimento científico, o aristotelismo, com o cristianismo, ...ndo assim uma estrutura ideológica ao mesmo tempo muito resistente e flexível. O conhecimento estrutural do tomismo é uma condição importante para tratarmos corretamente a LI na preparação ativa da GP.

Uma das características mais ...áveis do tomismo é a sua grande capacidade de mistificar a distinção entre a forma e conteúdo, que leva, não somente ao oportunismo generalizado, tão característico do pessedismo crioulo, como ao dogmatismo, ao apego a certas formas, ... ter em conta a não ser superficialmente, o conteúdo. Daí a sua tendência a "santificar" as coisas, a rotulá-las sem que altere o conteúdo, daí a sua grande ...lidade ideológica na manutenção do status quo, daí o problema da "democracia cristã", do "socialismo cristão", etc. Daí a grande eficácia do catolicismo ... agora como apoio à dominação das classes opressoras e as dificuldades objetivas que tem enfrentado o proletariado para manter a

pureza do ML nesses países, a facilidade com que assumem formas "marxistas" rejeitando objetivamente o ... conteúdo científico, a grande facilidade em substituir o conteúdo marxista-leninista pelo dogmatismo e pelo revisionismo. Já nos ensinava Marx que a crítica à religião é o princípio de toda a crítica. Mesmo na revolução brasileira ... avançarmos muito sem um conhecimento das leis que regem a nossa sociedade ... seu nível cultural ideológico que guarda ainda um resíduo muito importante do tomismo.

Assim como se desenvolveu na história da humanidade as religiões, desenvolveu-se também filosofias. Particularmente na Grécia antiga de onde nos vem o próprio nome filosofia (filos - amor - sofias - verdade) surgiram muitas correntes do pensamento que até hoje influenciam e servem de base ao que se chama civilização ocidental.

Não só na religião católica, através do tomismo, mas ...mo antes dele, a filosofia grega teve um papel importante que se deu na transformação do judaísmo em cristianismo.

Muitos dos conceitos fundamentais que u... hoje tem origem no pensamento e nos movimentos filosóficos surgidos na Grécia. Por exemplo, idealismo foi uma filosofia desenvolvida por Platão, um filósofo que considerava que todas as coisas antes de terem uma existência real, material, existiam na forma da idéia de concepção. Daí o nome idealismo. Outra ...la, corrente do pensamento, atribuía a origem das coisas a fatores de origem material, do fogo por exemplo, daí o seu nome, materialismo.

Da mesma forma na LI no seio do P que reflete a luta de classes na sociedade, é necessário entender essa particularidade da estrutura ideológica da sociedade brasileira pelo papel decisivo que tem a sua compreensão na luta para formar uma opinião pública revolucionária.

Ainda que as diferentes escolas filosóficas tivessem elementos válidos do conhecimento humano todas elas careciam de um método científico que permitisse o envolvimento de uma articulação justa da ciência social, dentro de uma visão científica do processo histórico da humanidade. Isto só foi possível, após o surgimento da sociedade burguesa com a obra gigantesca de Karl Marx, com a ...ação do materialismo histórico e dialético.

No desenvolvimento de uma nova ciência, o materialismo histórico, e de ... nova filosofia, o materialismo dialético, Marx revolucionou o conhecimento ...rno, permitindo então a crítica pela negação da dialética idealista de Hegel, e a construção de um método dialético com uma base materialista. Esse conhecimento revolucionário permitiu não só criticar toda fi-

losofia clássica e toda religião, mas permitiu propor com base na força revolucionária da classe operária a transformação radical da sociedade humana, que conheceu a partir do estabelecimento do socialismo o alvorecer da sua história. A religião e a filosofia passam a ser vistas na sua verdadeira dimensão, de falsa consciência da humanidade. O materialismo histórico e dialético não só são a superação de todo o conhecimento que tem uma base idealista, mas também do materialismo vulgar que não tem uma base científica, que não tem uma visão histórica justa e não parte de uma visão da luta de classes.

Como tem sido tratado esse problema no nosso Partido?

Nosso partido, como partido surgido no seio da pb revolucionária, não podia deixar, ao tratar de concepções contraditórias do mundo, de manifestar uma atitude eclética, tentando conciliar as novas idéias socialistas que surgia ..toriosamente no mundo e no Brasil com a sua formação cultural estruturada com base no tomismo. O DB de 1967 é por excelência o resultado desta tendência eclética, pois tem um pouco de tudo. O esforço de "originalidade" está na melhor ...dição tomista de sintetizar os valores culturais mesmo antagônicos, juntando Mounier, Marx, Chardin etc numa estranha salada que até hoje não foi satisfatoriamente analisada. Num certo sentido seria incorreto dizer que AP nasceu ..visionista, pois não se pode renegar o que não foi. Por outro lado, não deixa de ter razão quem considera o DB como exemplo de revisionismo, pois propondo a luta pelo socialismo, incorporando alguns elementos do marxismo, não coloca a direção da classe operária sobre o processo, negando na prática os princípios fundamentais do marxismo. Ao ser convidado para ingressar no partido em 1963, considerei que o principal obstáculo à minha entrada era exatamente a sua posição ideológica expressa no DB, pois sem conhecer o problema do revisionismo, em 1962 consideravame mais identificado com as posições do PCB considerando ... só o partido da classe operária podia transformar revolucionariamente a sociedade, considerando que o PCB era esse partido.

O meu pedido de ingresso implicava para mim na aceitação da ditadura do proletariado e o marxismo-leninismo como base teórica e base da disciplina partidária. O conhecimento mais íntimo da prática do PCB e ao mesmo tempo o conhecimento e a colaboração ativa que recebi de militante de AP no trabalho político que liderava, fez com que eu me decidisse pela militância em AP.

A ida a determinado país considerado por mim naquela época como país socialista, re-

presentou mais um avanço na transformação ideológica e onde pude fazer uma leitura relativamente boa, particularmente das obras do camarada Mao e de alguns escritos de Lenin.

A RP de 65 não tratou do marxismo sendo que a crítica da DB se manteve dentro da mesma problemática PB. Na RP67 que iniciou a discussão sistemática no partido em torno do marxismo predominava a influência de Althusser. Sem identificar o seu revisionismo fui um dos mais entusiásticos divulgadores de suas posições, vendo nele a superação do dogmatismo e do mecanicismo que conheceu na prática do PCB. Tinha já uma grande admiração pela contribuição de Mao ao marxismo e identificava erroneamente as posições de Althusser com as posições antirevisionistas de Mao.

Na RP67 houve um encaminhamento sobre as questões do tratamento do problema religioso junto ao trabalho de massas do partido. Houve uma redação inicial .. sectária e prejudicial ao trabalho do partido e recebi a tarefa de corrigir a redação que foi então aprovada pelo conjunto do CN.

Considero que tive papel destacado na abertura do partido para o marxismo particularmente que travei contra a força direitista na 2 conduzindo a constituição de um dos primeiros CR constituído majoritariamente por comps que se consideravam marxistas.

Já se havia iniciado em fins de 66 a discussão sobre a posição do partido diante do marxismo. Já surgira particularmente no GB a posição de que o partido deveria "definir-se marxista-leninista" numa posição dogmática que não via que a questão encerrava 2 problemas ou seja, o problema da mudança de posição de classe e a relação dessa mudança de posição de classe com o processo complexo de transformação ideológica. Julgavam os nossos dogmáticos que a questão se resolveria pela definição, como se bastasse colocar um rótulo diferente num partido pequeno burgues, para que se alterasse o seu conteúdo.

Sendo na aparência uma posição avançada de fato ela implica numa posição direitista que permite e ..ui adireção da classe operária, do processo revolucionário, a partidos pequenos burgueses com o rótulo ML favorecendo assim a posição burguesas na revolução.

Considero então que a posição adotada então pelo CN e CTN 67 com todas as suas limitações, era a mais correta das alternativas apresentadas na medida que considerava que o problema, mais do que uma questão de definição era sim um problema de transformação ideológica. A problemática da definição é tipicamente religiosa, não científica e reflete uma atitude

dogmática que interferiu negativamente na LI.

A questão religiosa novamente foi abordada na auto-crítica do CN. Foi proposta uma posição inicial do Di que considerei errada e sectária. Tendo por ... vezes redigido críticas por escrito no texto proposto, duas vezes foi o texto modificado até que chegou à unanimidade.

Considero que não é falso considerar que a minha posição era nesse sentido a mais avançada, na medida que ...mitiu a unidade do CN em torno de uma posição que resultava da crítica e ... crítica de uma posição mais atrasada.

No histórico do corrente I foi colocada uma afirmação que considero oportunista por não corresponder à prática objetiva. Afirmase lá uma divergência ... com a CMi em torno da aplicação do MD ao fenômeno religioso. Em primeiro lugar, não é correto afirmar a existência de uma divergência da CMi comigo em ... dessa questão, pois posso afirmar, como então dirigente da CMi, que a refe..., enquanto existia, nunca discuti essa questão comigo, e que é incorreto caracterizar divergência sobre um assunto não discutido. Se isso acontece caímos no reino do subjetivismo.

Houve, sim, uma divergência com Do a respeito do problema, em que propus a ...a posição que está firmada na ac do CN que o RD ou o princípio de "um se ...ide em dois" se aplica também à religião, coisa que já fora objeto de cuidadosos estudos de Marx e Engels.

Considero que as posições que defendi até hoje no que toca à religião tem sido posições justas. Não tenho conhecimento que alguns dos camaradas que me pretendam criticar em relação ao problema o tenha, ...ção possível de Ar., o tenha estudado mais do que eu e que tenham assumido posições mais avançadas. Não tenho conhecimento que alguns cams tenha criticado

ou feito auto-crítica da posição colocada na AC de CN para a qual contribuí de forma decisiva.

Acho que Do deve fazer ac da posição antidualética adotada por ele em torno da questão.

Isto quer dizer que estou inteiramente satisfeito com a minha posição em torno do problema?

Claro que não. Estou procurando conhecer o mais profundamente as contribuições dos clássicos sobre o assunto. Solicitei inclusive aos profs ...a exposição sobre o que o pensamento MTT tem a dizer sobre a religião, tendo sido informado que o cam Mao nunca tratou particularmente desse problema.

Por outro lado me recuso a já tomar uma atitude religiosa de "definirse" em relação à questão. Fazer uma autocritica sem uma referência política clara, ...o caminho seguro do oportunismo, que eu me recuso a seguir. Considero ainda ...suficiente afirmar que eu me considero ateu, na medida em que meu conhecimento, principalmente das contribuições de Lenin, são insuficientes. Considero justo afirmar que no conhecimento que eu tenho dos textos ML sobre religião e se..... o MD que não encontro obstáculos à minha assimilação e aplicação do MD à minha prática revolucionária e considero que nesse sentido a minha posição é uma posição ML

.....  
(...) Não conhecemos assim, de nenhum dos camaradas, uma posição desenvolvida por escrito para ser discutida sobre essa importante questão. Considero e sempre considerei errado tratar essa importante questão na base do eu creio ou eu não creio. O problema é muito mais sério que isso."

A questão de Deus, do camarada J.V. e as contradições que surgem nas posições de alguns camaradas - BNM16

## MENSAGEM DE NATAL

Paulo Stuart Wright

"Ele manifestou o poder de seu braço: dispôs os que tinham o coração cheio de pensamentos orgulhosos. Derrubou os poderosos do seu trono e exaltou os humildes. saciou de bens os famintos, e despediu os ricos de mão vazia.

"(Lucas 1:51-53 + Magnificat)

Os dias de hoje se apresentam à humanidade cheios, ao mesmo tempo, de esperanças e de incertezas.

As mudanças são às vezes tão rápidas e tão radicais que é fácil a uma pessoa confundirse e até encontrar dificuldades de entender os acontecimentos e de saber se o que está acontecendo é para o bem ou se trará mal para o povo. Quan-

do se escuta uma notícia muitos tem dificuldade de saber se ela é boa notícia ou se devem considerá-la motivo de insegurança. Pela deformação ideológica a que estamos submetidos torna-se muito difícil sabermos o que é realmente verdade ou o que realmente nos convém.

Tudo necessita ser interpretado de acordo com os interesses de cada um ou de cada grupo. Quando falam hoje padres e bispos acerca da justiça social muitos ficam contentes e alguns se assustam e se sentem inseguros e alguns acham até que suas declarações são extremamente perigosas e põem em risco a segurança da nossa sociedade.

Nada mais difícil para entender-se hoje o significado do Natal. Diante de tanta propaganda comercial e política que nos traz a imprensa, o significado do Natal é quase impossível de compreender. A gorda figura de Papai Noel e o pinheirinho cheio de ricos presentes esconde e impede que vejamos o drama da família que não tinha onde abrigar-se e da jovem mãe que teve que dar à luz o filho numa fétida estrebaria junto aos jumentos e aos bois que ali se encontravam. Para alguns o nascimento do filho de Davi na insignificante vila de Belém foi uma grande notícia, foi o próprio evangelho. Para César Augusto, senhor do império, e para Herodes, seu administrador colonial, a afirmação de que havia nascido um menino que tinha por destino ser o rei dos reis, o senhor do mundo, foi motivo de temor e insegurança. Era a ameaça de subversão que deveria ser eliminada a qualquer preço. O decreto de Herodes foi firmado. Para que não houvesse mais ameaça à segurança da sociedade, todas as crianças com menos de dois anos de idade deveriam ser implacavelmente mortas. Não se sabe hoje quantas crianças foram mortas em consequência do decreto de Herodes.

Sabemos que aquele que voluntariamente se fez culpado, para trazer a boa nova aos oprimidos e pobres, conseguiu escapar a nessa ocasião para ser julgado mais tarde pela justiça imperial e pela religião oficial de seu país.

Sua vida desde o princípio ao fim revela o sentido da boa nova.

Celebramos o nascimento de um menino chamado João (na língua original João e Jesus são o mesmo nome), filho de Maria. Neste período de "festas" milhares e até milhões de casais, em condições semelhantes, procuram um abrigo onde possa nascer o pequeno João, herderio e futuro construtor do mundo novo anunciado por Jesus.

Como é que cada um de nós vê o seu nascimento? Dezesete (17) bispos do chamado ter-

ceiro mundo e trezentos pastores iniciam já sua peregrinação para homenagear o menino Jesus. Que achamos de sua atitude? Vemos nela a boa nova ou sentimo-nos ameaçados?

Os interesses do império deste mundo continuarão por algum tempo a serem defendidos a ferro e fogo. Quando Herodes vê ameaçado seu trono, sente-se inseguro, ataca sem vacilar. Já foram mortas mais de 300.000 crianças nos bombardeios do Vietnã. Mais de um milhão de crianças feridas com bombas napalm, fósforo e TNT. No Brasil morrem mais de 200.000 crianças por ano de fome, sub-nutrição e doenças que podem ser evitadas. Mais do que morreram durante toda a Segunda Guerra Mundial.

A nossa capacidade de receber e entender a boa notícia do Natal de Jesus ou de João depende da nossa atitude para com as crianças do Vietnã e para com as crianças do Brasil. Se saudamos com alegria o seu nascimento, se estamos dispostos a protegê-las do decreto de Herodes, se somos capazes de entender que a força do evangelho se dirige a elas e que por intermédio das crianças pobres nascidas nesta terra é que o nosso mundo será libertado da injustiça e do sofrimento, então seremos capazes de entender o evangelho e ficaremos profundamente alegres por ocasião do Natal.

A todos que aguardam o nascer da nova aurora do mundo anunciado no nascimento de Jesus, desejamos um FELIZ NATAL e um FELIZ ANO NOVO. Que o testemunho sereno de Maria, mãe de Jesus, renove as forças dos que, da mesma forma que Jesus, têm fome e sede de justiça.

Este artigo foi transcrito do jornal Leão Obreiro, Boletim Informativo do Lions Clube de São Paulo - Moóca, de dezembro de 1967, nº 27 e publicado no jornal O Som do Evangelho, de janeiro de 1979, nº 3

### A paz é fruto da justiça

São Paulo,  
Senhor Arcebispo:

Tenho acompanhado nos últimos meses com bastante atenção às notícias de jornal a respeito de sua atuação a favor dos oprimidos e, particularmente, as suas intervenções a favor dos presos políticos, injustiçados e vítimas das maiores atrocidades que já conheceu o nosso país.

Temos visto também com bastante interesse e apoio várias iniciativas suas que representam um esforço não desprezível no sentido de fazer a Igreja presente na luta pela justiça e solidária com as lutas pela liberdade para o povo.

Conte com o nosso apoio e aplauso em todas essas iniciativas pois elas trazem confiança e uma expectativa favorável quanto às suas convicções e quanto à sua posição social.

Com o mesmo espírito com que lhe apresentamos nosso apoio e aplauso, trazemos hoje à sua presença uma questão que consideramos importante e que na prática destoa do conjunto de suas atitudes e iniciativas.

Partindo de uma atitude de confiança estimulada pela sua atuação frente à Arquidiocese de São Paulo e pelas boas intenções que certamente motivaram a iniciativa, além da justiça

do objetivo que a motivou, ousamos, com toda a franqueza que exige o amor, que julgamos comum, pela verdade, apresentar-lhe as seguintes observações:

Os que andam pelas ruas de São Paulo devem ter visto nas janelas trazeiras dos ônibus cartazes que buscam fazer propaganda da paz.

Os cartazes mostram as fotos de um astronauta americano na Lua. Acompanha a imagem do astronauta a inscrição: "Se isto é possível, então a paz é possível".

A inscrição procura difundir a estranha idéia de que a ida de alguns norte americanos à Lua representa algo que pode ser motivo de esperança para a paz mundial. Parece importante meditar um pouco sobre o cartaz difundido pela Arquidiocese de São Paulo e o seu real significado.

Sem entrar na discussão do nome do Projeto tomado como exemplo para a humanidade (nome de um dos deuses pagãos da antiga Grécia) seria oportuno lembrar o quanto custou o projeto e lembrar de onde foi tirado o dinheiro.

Os 40 bilhões de dólares que o governo norte-americano pagou para mandar o homem à Lua corresponde aproximadamente ao PIB do Brasil por um ano inteiro, mais de dez vezes o valor de toda a receita nacional proveniente das nossas exportações.

A primeira questão a levantar em relação ao custo do Projeto é de que ele só foi possível porque os recursos do conjunto da humanidade foram concentrados nas mãos de uma nação incomparavelmente mais rica que todas as outras. Graças a uma distribuição extremamente injusta das riquezas no mundo moderno foi possível haver uma nação tão rica capaz de fazer semelhante gasto. É claro também que para ser possível uma nação tão rica foi necessário que as outras se tornassem relativamente tão pobres. É sabido que não pode haver tão grande riqueza sem que para isso os outros não tenham ficado mais pobre.

Isto foi possível como sabemos todos, através das vantagens adquiridas no comércio internacional, da agiotagem internacional, da situação econômica privilegiada, política e militar, conquistada e consolidada internacionalmente a partir da II Guerra Mundial. A vitória sobre o nazifascismo e sobre o Japão foi extraordinariamente proveitosa do ponto de vista econômico e em quase todos os sentidos. Tendo-se tornado a maior potência militar do mundo atual, os Estados Unidos mantiveram e expandiram seu controle econômico sobre todas as regiões do mundo, sobre as fontes de matérias primas, fortalecendo ainda os antigos laços de dominação sobre a América Latina. Não é difícil

hoje saber de onde os Estados Unidos tiraram a enorme riqueza que eles conseguiram acumular neste último século. Sabemos o que isto significa em relação à paz mundial.

Todas as grandes guerras que o mundo conheceu neste século têm sua origem na expansão econômica política e militar das grandes potências, do tipo que é hoje os Estados Unidos, no seu esforço de assegurar seu domínio sobre nações mais fracas e disputar mercados e campos de investimento com outras potências nacionais.

O fato de haver no mundo de hoje uma ou duas nações extraordinariamente ricas com capacidade demandar um foguete tripulado à Lua, longe de poder ser considerado um motivo de tranquilidade, deve ser motivo de grande preocupação pelo que isto significa de injustiça apreensão e de ameaças, assim, à própria paz mundial.

Se isto é possível, poderíamos dizer, a guerra não só é possível mas se torna necessária e quase inevitável. Onde reina injustiça, a paz é praticamente impossível.

Diante da desigualdade e da injustiça berante da riqueza do ponto de vista internacional, do verdadeiro saque que é realizado internacionalmente por nações poderosas como os Estados Unidos, não abordaremos em muito detalhe o uso que poderia ter esses 40 bilhões de dólares se fosse aplicado em benefício dos pobres da Terra inteira. Uma enorme quantidade de dinheiro e capital dessa importância poderia transformar regiões hoje assoladas pela miséria e pela falta de perspectiva de livrar-se dos males que resultam dela. Ao invés de resolver os problemas prementes da humanidade, é muito mais lucrativo e espetacular mandar alguns homens à Lua sem nenhum proveito às massas oprimidas mas em compensação com enormes lucros para as empresas diretamente ligadas ao Projeto Apolo. E a propaganda, como sabemos, é a alma do negócio...

Se isto é possível, certamente a paz não está fácil ou próxima.

Mas não pensemos que uma nação profundamente egoísta como os Estados Unidos poderia preocupar-se seriamente com os miseráveis dos outros países. Por que então não socorrer os 40 milhões de pobres que vivem dentro dos Estados Unidos?

Esses 40 bilhões de dólares poderiam alterar bastante suas condições de habitação, de saúde, alimentação, e abrir-lhes melhores condições de acesso ao desenvolvimento cultural. Isto, entretanto, seria propor fazer aquilo que contraria a própria lógica do sistema, pois os pobres existem porque alguns ficaram ricos. Es-

ses 40 milhões de pobres são a parte da população de baixo poder aquisitivo que não tem grande capacidade de consumo por serem os mais explorados.

O grande capital explora as massas ao mesmo tempo que aumenta sua capacidade de produção. A exploração diminui a capacidade de consumo trazendo então uma crise, que geralmente se resolve utilizando o aumento da capacidade produtiva na produção de bens que têm consumo obrigatório em função dos interesses nacionais.

O Estado é o melhor e mais seguro fre-guês e a "defesa" nacional a melhor justificativa para os gastos públicos. A distribuição dos 40 bilhões de dólares do Projeto Apolo, ainda que pudesse ajudar a situação dos 40 milhões de pobres nos Estados Unidos, não resolveria a crise das indústrias que se beneficiaram com o projeto.

Ainda mais ridículo pensar que os 40 bilhões do Projeto Apolo pudessem ser utilizados para alguma finalidade filantrópica, humanitária ou de interesse social. Os recursos destinados ao Projeto Apolo são recursos destinados a fins militares, ligados especificamente ao Ministério da Defesa. Qualquer pessoa que tenha feito o menor esforço de pesquisa sabe que a razão por excelência de todo o Projeto Apolo é de ordem militar. Os foguetes que servem de impulso às viagens interplanetárias são os foguetes para enviar para qualquer parte do globo as bombas atômicas para matar milhões de pessoas. Os países que detiverem o controle do espaço garantido pelo Projeto tem já uma vantagem estratégica quase insuperável no caso de uma guerra atômica. A tecnologia desenvolvida ainda que possa Ter utilidade civil é eminentemente militar. Não ver isso, e afirmar que se Apolo foi possível então a paz é possível, é no mínimo uma grande ingenuidade!

Quem pode então desconhecer que os 40 bilhões de dólares do projeto Apolo fazem parte do mesmo orçamento que patrocina o genocídio no Vietnã? Chegou-se mesmo a gastar quase isto num ano para matar centenas de milhares de camponeses vietnamitas. Há hoje no Vietnã cerca de 14 milhões de crateras de bombas lançadas sobre os campos do Vietnã. A tecnologia desenvolvida no Projeto Apolo serviu para aperfeiçoar o lançamento de um volume de bombas no Vietnã correspondente a uma bomba atômica por dia por mais de 400 dias. Em 2 semanas Nixon ordenou o lançamento de 70 mil toneladas de bombas sobre Hanói e Haiphong, superando o poder explosivo de 2 bombas atômicas do tipo lançado sobre Hiroshima e Nagasaki, e quase alcançado o poder destruidor de todas as bombas lançadas por Hitler sobre a Inglaterra du-

rante toda a II Guerra Mundial. E isto em menos de 2 semanas!

O envio de Apolo à Lua e os bombardeios sobre o Vietnã são duas faces da mesma moeda. O Projeto Apolo, além de cumprir a mesma função econômica e complementar o papel militar serve para desviar a atneção das massas dos seus problemas e serve ainda para mistificar o sentido belicoso e agressivo que tem a política das duas superpotências. É quase inacreditável que se possa considerar que isso represente uma perspectiva para a paz mundial.

Como é possível nos dias de Natal a Arquidiocese de São Paulo fazer, assim, a promoção da Força Aérea americana pelo Projeto Apolo, quando nesses mesmos dias a mesma Força Aérea dirigia seus bombardeios sobre um povo que tem apresentado como maior crime o seu desejo de ser um povo livre da dominação e opressão estrangeira, hoje representado pelo governo americano?

Deve haver algum equívoco, pois o que se esperava na época de Natal da Arquidiocese de São Paulo é que ela se colocasse ao lado das crianças condenadas à morte ou expostas aos bombardeios norte americanos, como a pequenina Kim, retratada nos jornais desta capital, fugindo nua numa das estradas do sul do Vietnã, depois de Ter sido atingida por uma bomba "napalm". Não caberia à Arquidiocese promover o Herodes afirmando, por exemplo: se Herodes foi de carruagem à Síria, então a paz é possível, esquecendo-se do decreto de morte às crianças de menos de 2 anos assinado por ele.

O símbolo escolhido para a paz não poderia ser menos feliz e escandaloso. A paz, segundo indicam mesmo as Escrituras, não virá nunca por uma concessão dos poderosos, por virtudes que eles pudessem Ter. A boa notícia vem aos famintos e oprimidos, pela derrubada, dos seus tronos, dos poderosos, quando os ricos forem despedidos vazios e aos que trabalham o ser feito justiça.

É urgente que a Arquidiocese de São Paulo medite sobre o mal que cometeu, acrescentando a todo o tipo de poluição a que estão submetidos os paulistas, mais essa, a poluição moral, incompatível com a responsabilidade que a Arquidiocese de São Paulo tem diante do povo brasileiro. É urgente que o responsável ou os responsáveis pelo cartaz se penitenciem perante o povo de nossa terra.

Um segundo aspecto, também muito grave, é que o cartaz não foi custeado pela Arquidiocese, o que poderia ser criticado, mas pelo Bradesco.

Se analisarmos o sentido político e moral do cartaz e nos surpreendemos pelo fato de

ser de iniciativa da Arquidiocese, não nos surpeende o patrocínio do Bradesco à iniciativa. São mais do que conhecidas as ligações do Bradesco com o imperialismo norte americano. Exemplo disso encontramos no próprio cartão de crédito Elo, que também é chamado Ameri Kard dadas suas ligações com o "Bank of America". Está claro que uma promoção do imperialismo norte americano e da "paz americana" mereceria todo o apoio do Bradesco. O que não é de se entender é como a Arquidiocese possa aceitar que o Bradesco pague a conta. Se prestamos bem atenção, o Bradesco tem patrocinado vários cartazes desse tipo. É o Bradesco que patrocina também a impressão dos cartazes de propaganda da Exposição Anual do Exército, no Ibirapuera. "Conheça ainda melhor o seu Exército". Para quem bem, como D. Paulo, acompanhado em profundidade o tratamento dado pelo Exército aos que dentro e fora da Igreja tem clamado pela justiça, não pode, por um lado, ter passado despercebido a estreita aliança do Bradesco com a ditadura militar que nos oprime e, assim, o significado político da aceitação por parte da Arquidiocese do patrocínio do Bradesco à sua iniciativa.

Muito mais grave, ainda, quando se sabe que o Bradesco, através do atual governador

Laudo Natel, é um dos patrocinadores da OBAN e de todo o esquema repressivo da ditadura em São Paulo. Uma das suas iniciativas foi a de colocar à disposição da OBAN uma chácara onde os torturadores comandados pelo assassino e delegado Fleury pudessem realizar os seus crimes sem perturbar muito a paz dos moradores da Rua Tutóia e vizinhanças.

Certamente não pode passar despercebido ao Senhor Arcebispo as implicações políticas e morais que tem a aceitação de tal patrocínio nas condições concretas em que vivemos.

Ainda que ressaltando o aspecto positivo da iniciativa, ou seja, a preocupação justa pela paz mundial, não posso deixar de manifestar minha profunda discordância pelo sentido político e ético que tomou a iniciativa, e, particularmente, pela infeliz aceitação do patrocínio do Bradesco. O compromisso que isto representa para a Arquidiocese que nestes últimos anos passou a ser uma voz que se levantou a favor da justiça dos que tem sido oprimidos e castigados na luta pela libertação do nosso povo, é naceitável.

Acho que diante do erro cometido não é justo manter o silêncio. É tempo ainda de corrigilo.

Respeitosas saudações,  
(Paulo Stuart Wright)

### CONSELHO DA IGREJA PRESBITERIANA DE FLORIANÓPOLIS

Passo Fundo, 17 de outubro 1973

Ao Exmo Sr  
Presidente do Supremo Tribunal Militar  
Brasília  
Distrito Federal

Prezado Sr Presidente

Soube antes, por carta de um amigo, da prisão do sr. Paulo Stuart Wright, considerado subversivo desde que teve seu mandato de deputado estadual por Santa Catarina caçado em 1964.

Por ligações de família e de fé, tenho acompanhado de longe a trajetória deste cidadão. Estou a par de seu pedido de asilo na Embaixada Mexicana ao irromper a Revolução de 64, sua ida àquele país, sua volta clandestina ao Brasil. Desconheço as atividades que exerceu aqui depois de sua volta, pois ele se mateve discreto para com seus familiares e antigos amigos, poucos dos quais voltaram a manter contato com ele. Foi o meu caso, pois não mais o vi.

Apesar de tudo, sei que foi o idealismo de querer ser útil ao seu próximo que levou Paulo Wright pelos caminhos que escolheu. Nasceu em lar profundamente cristão, filho de pastor evangélico que desbravou a costa de Santa

Catarina no lombo do cavalo procurando fazer o bem. Paulo sempre ouviu que o sentido da vida estava em ser útil ao próximo, particularmente dos mais deserdados da sorte. Viu isto no ministério do pai, e procurou aplicá-lo na carreira política que escolheu.

O nosso apelo é para que Paulo Wright receba todas as garantias de um julgamento justo. Estamos informados que ele está presente-mente incomunicável, sem que mesmo seus familiares possam obter informações de seu paradeiro ou estado de espírito. Apelamos para o sentido de humanidade de V. Sra para que o réu seja respeitado em seus direitos humanos, mesmo que tenha dívidas a pagar para com a segurança nacional.

(O silêncio que tem acobertado os que tem sido aprisionados por crimes contra a segurança nacional levam-me a estas preocupações.)

Escrevo como amigo da família Wright, mas acima de tudo como pastor e brasileiro. Tenho a certeza que V. Sra tem a sensibilidade para compreender o sentido do meu apelo e suas razões.

Com profundos respeitos,

Atenciosamente,

William R. Shisler Filho

---

Marcia Elizabeth De Aquino

PERSONNAS

*gradações e sujeitos  
do discurso político-religioso  
no Estado autoritário pós-64  
uma abordagem lexical e sóciosemiótica*

**Corpus C – cont.**

AP

Nós, os Cristãos, e o Mundo somos um grupo de cristãos cômicos de sua responsabilidade na hora presente.

Sabemos que a situação do mundo pede de todos a colaboração generosa no sentido de obter para a humanidade um futuro melhor. Aos cristãos não é lícito ficar à margem da história que se faz: mais do que nunca, deles se pede que a palavra engajamento tenha um sentido concreto. Isto é particularmente verdade para a presente conjuntura histórica que nosso povo vive em nossa cidade, em nosso estado, em nosso País - para nos restringirmos aos limites mais próximos de nossa ação - é imperiosa a presença consciente dos cristãos na luta quotidiana que se trava pela ascensão de um povo. Pois, afinal, como pretendemos viver as verdades do Evangelho sem que estas se incarnem em nosso mundo, aqui e agora?

A propriedade Princípios cristãos na linha de frente da luta por uma economia humana, como cristãos, não podemos estar alheios ao problema da "propriedade". Ponto de entrecruze de diferentes ideologias, temos de ter presente a sua fundamental importância na equação de todo esforço por uma democratização econômica de nossa sociedade; surge atacá-lo frontal e corajosamente. Não desconhecemos que, em torno dele, correm os maiores equívocos. Não raro se vê, no pensamento de muitos católicos, a Igreja identificada no mundo liberal-burguês, na defesa de uma certa forma histórica de propriedade como se esta fora à própria expressão concreta dos princípios cristãos, impositivo, portanto o combate prévio dessa sorte de confusões e mistificações, sejam elas conscientes ou inconscientes. É preciso reafirmar, e fazer com que ele seja uma realidade, o sentido do magistério da igreja, continuando a tradição do pensamento cristão, dá à defesa da propriedade privada: trata-se de uma defesa de pessoa humana, de sua dignidade, assegurando-lhe o suporte real, a sua liberdade e responsabilidade.

Tal colocação do problema, evidentemente, supõe a articulação do bem pessoal ao bem comum, a conciliação real que deve haver entre os interesses pessoais e os interesses da comunidade, fatores que, de si, só possuem efetivação - o que nem sempre é levado em conta - em formas concretas historicamente variáveis. Assim o que se mostra claramente, é que jamais se poderia dar à doutrina da Igreja, e ao pensamento cristão em geral, no tocante à propriedade, sentido egoístico, passadista, mesquinho - o que muitas vezes vemos acontecer.

Se não houvesse uma série extensíssima de intervenções papais precisando o sentido de

defesa da propriedade privada, a conciliação que pode exigir a intervenção da comunidade e particularmente do Estado, na sua salvaguarda - não houvesse isso, a consciência cristã, mesmo assim, seria obrigada a aprofundar o conteúdo da questão, à luz do Evangelho e da tradição cristã e nunca poderia aquietar-se, cômoda e criminosamente, com uma determinada situação de injustiças fundadas num direito abusivo à propriedade de uns poucos. O pensamento da Igreja, não pode ter, pois, um sentido conservador: sua reafirmação contínua e sempre precisa no pensamento papal e nos dos pensadores cristãos, visa antes, à promoção humana da massa ingente, dos espoliados, daqueles a quem a falta do mínimo de bem-estar material, retira qualquer perspectiva de vida digna e realmente pessoal.

O Trabalho paralelo a essa recolocação do problema da propriedade, os cristãos devem lutar pela valorização do trabalho humano em nossa sociedade, lutar para que o trabalho, e não o capital, seja o centro da economia, sua mola impulsiva, sua inspiração e finalidade. Não queremos que isto seja mera afirmação idealista, mas que se concretize na luta efetiva pela promoção dos operários e camponeses, para o seu acesso à direção da economia. Se o homem é pessoa, se a pessoa tem uma dignidade inalienável, então o operário não pode reduzir-se a objeto passivo, submetido ao livre jogo das forças do mercado, nem deve contar como fator abstrato de uma equação econômica: deve tornar-se sujeito da economia. A valorização do trabalho humano tem, como consequência última e inequívoca, a abolição do estatuto presente das classes sociais, ou seja, a existência do grupo dos detentores do capital, de um lado, e dos vendedores de trabalho, do outro. Essa dilaceração da sociedade em dois grandes grupos antagônicos é um fenômeno histórico, e só por falta de versatilidade histórica o cristão vai prender-se a ela. Uma economia em que não estejam, evidentemente, abolidas as classes, enquanto grupos funcionais interdependentes, mas em que, na medida do possível, trabalhadores e detentores do capital, sejam as mesmas pessoas, em formas institucionais que o futuro vai indicar, como, por exemplo, em cooperativas de produção, em conselhos operários, etc. - uma economia assim estruturada, eis aquilo pro que devemos lutar.

Democracia Política a luta política em que nos engajarmos não pode ter sua significação desvinculada dessa luta no plano econômico: sabemos e a lição da história aí está a nos mostrar - que uma democracia política só será possível verdadeiramente quando a democracia econômica, social e cultural for uma realidade.

A tão ansiada democratização cultural,

antecedente necessário à democracia política, tantas vezes clamada no dito surrado e romântico “é de educação que esse povo precisa”, permanecerá como ideal utópico e, por vezes, racionalização odiosa de resultantes de um injusto estatuto sócioeconômico. Portanto, uma mesma e única deve ser nossa frente de luta pela ascensão econômica, social, cultural e política do povo, das grandes massas até hoje objeto passivo de exploração, de espoliação, de marginalização da vida nacional.

Justiça, fundamento do temporal uma história válida, uma sociedade mais humana, só podem edificar-se ao influxo eficaz da caridade, do Amor, que, no mundo de hoje, no Brasil do presente, se manifestará passando, inelutavelmente, pela mediação da justiça. No momento em que imperam as injustiças maiores na convivência social e no plano das relações econômicas - a denúncia da Igreja - “a sociedade humana sem justiça não pode se conservar” - clama urgente ação.

Consciência Cristã de fato, como poderá ficar tranqüila a consciência cristã diante do mundo social em que vivemos? Ela o vê, hipocritamente, debaixo do selo de “ordem social”, mal encobrendo as profundas desordens sobre as quais se sustenta, pois que desordens podem haver maiores que as injustiças? Ela o vê condenando, farisaicamente, a violência, as “subversões da ordem”, quando, no seu dia-a-dia, ele só pode manter-se apoiando-se nessa violência branca de que falava Mounier - a violência da fome, da miséria, da doença, do salário injusto, da corrupção política... Assim, nós só podemos ter como primeira determinação de nosso engajamento de cristãos o sentido de uma luta contra a “desordem estabelecida”.

O Caso Brasileiro essa luta marca-se primordialmente, no Brasil, como uma luta contra a situação de subdesenvolvimento, exemplo da “desordem estabelecida”; luta que se traduz, muito concretamente, no combate ao colonialismo, em todas suas variadas manifestações.

Mandato imperioso se nos apresenta a encíclica “Mater et Magistra”, que, numa explicitação inequívoca dos princípios cristãos, no tratar do problema do subdesenvolvimento, denunciou e condenou o fenômeno - de muitos cristãos ainda ingenuamente desconhecido ou negado - do colonialismo, apontando-o mesmo

sob os disfarces mais novos como o da “ajuda técnica”.

Impõe-se, agora, ao nosso engajamento, a denúncia e a luta concreta contra as formas de que, em nossa cidade, no Brasil, no mundo, se reveste esse colonialismo desejoso de manter na situação de economias extrativas e primárias, dependentes de algumas poucas economias privilegiadas, a maior parte da humanidade.

Justa Distribuição por outro lado, não deixamos de ter bem presente que a luta contra o subdesenvolvimento deve ter, como corolário, a luta contra as formas de produção e repartição das riquezas típicas do mundo capitalista. Trata-se de um perigo concreto para o nosso povo: o processo de desenvolvimento econômico fazendo-se como resultante do livre jogo das forças econômicas, ao impulso dos apetites de lucro, faz-se também com grande custo humano para as massas operárias e camponesas, para grandes camadas das classes médias, e corremos o risco muito efetivo de vermos aqui, em nossa terra, consolidado o regime socio-econômico tão veementemente condenado pelo magistério da Igreja, desde a “Rerum Novarum” até nossos dias. É bem verdade que muitos vêem na constituição de um regime capitalista etapa final, se bem que intermediária, no processo que leva a uma sociedade mais humana.

Outros vêem nisso algo de desejável. Como cristãos, não podemos obviamente concordar com essas colocações. A luta por uma economia mais humana não aceita etapas fatais, nem podemos ver num regime capitalista, modelo com que nos satisfaçamos e em que tranqüilamente nos instalemos. Devemos lutar, desde agora, por uma efetiva democracia econômica, que se concretiza ao longo do processo de desenvolvimento. Certamente, não nos anima nenhum espírito de utopia: o desenvolvimento tem suas exigências técnicas, não se faz sem concentração de recursos, portanto leva à renúncia de um maior bem estar presente em vista de um bemestar futuro mais solidamente garantido. Mas, desse sacrifício, o povo deve ser o sujeito consciente e não o objeto manipulado pelo egoísmo dos interesses particulares, sempre privatizando os lucros e socializando os prejuízos de um desenvolvimento feito em benefício próprio.

#### **Ação e desejo de eficácia. O jornal, princípio de Ação.**

Considerando os pontos acima expostos, e convencidos profundamente de que um engajamento autêntico da verdade cristã não pode apartar-se do DESEJO DE EFICÁCIA; visando, portanto, evitar o perigo de uma ação dispersa, de livres atradores, cujos esforços se-

jam diluídos diante da resistência das estruturas injustas; conscientes, pois, de que nossa luta precisa ser consertada, e que os nossos esforços precisam ser organizados, é que temos em mira a criação de um jornal, como primeiro passo de um engajamento mais refletido e conseqüente

no temporal.

Sabemos as dificuldades que nos esperam.  
Nunca foi tão difícil criar um jornal.

Pior ainda: nunca foi tão difícil criar um jornal que, simultaneamente, se pretenda veículo de um pensamento e instrumento de ação. De um jornal compromisso. De um jornal engajamento.

E, exatamente essa, a missão que nos propomos: a criação de um jornal que se faça elemento de comunicação de um pensamento e se torne instrumento de ação.

Um jornal capaz de pensar a realidade brasileira, dentro de perspectivas cristãs, mas que não se perca no jogo de puras especulações, sendo capaz de oferecer-se, também, como instrumento de trabalho para a substituição das estruturas iníquas que sustentam a farsa da violência branca.

Um jornal difícil de criar. Um jornal mais difícil, ainda, de manter.

Vicente Aquino Figueiredo Sampaio  
Hélio de Abreu Rocha  
Arthur José de Almeida Diniz  
Carlos Alberto Rangel Proença  
Jorge de Rezan de Dantas  
Rui Barbosa Coelho  
Wanda de Figueiredo Souza  
Laércio Campos  
José de Anchieta Corrêa  
Lúcio José Paes Nunes Pereira  
Pedro Alves de Almeida  
Marco Antônio Rodrigues Dias  
Hélcio Ulhôa Saraiva  
Vinicius José Nogueira Caldeira Brant  
Paulo Roberto Haddad  
Heloísa Helena de Paula Mascarenhas

Mas um jornal que será criado e será mantido porque é preciso criá-lo e mantê-lo.

Que da necessidade mesma de sua existência arrancará a força de que precisa para existir.

Porque, tanto quanto cremos no dever inadiável de, como cristãos, engajarmos, dizendo aquilo que precisa ser dito, cremos também na existência de um firme empenho de muitos em que seja dito tudo quanto queremos dizer.

Por isso, lançamo-nos à criação deste jornal.

Por isso, lançamo-nos à sua criação, escolhendo a prudência da luta, contra as imprudências da omissão. Optando pela tranqüilidade do combate em campo aberto, contra as inquietações da indiferença descompromissada. Decidimos pelo repousante empenho de uma participação, contra a angustiada acomodação de uma recusa.

José Alberto da Fonseca  
Ronald Castelo Branco  
Maurício Eduardo Guimarães Cadaval  
José Maria da Fonseca  
Ildeu Olyntho de Freitas  
Cássio Gonçalves  
Antônio de Faria Lopes  
Fernando Guedes de Mello José Birchall  
Wanderley  
Márcio Leal Horta  
Herbert José de Souza

SOCIEDADE EDITORA AÇÃO POPULAR LTDA  
Proprietária de AÇÃO POPULAR"  
Rua São Paulo 638 Salas 123 / 132  
Belo Horizonte - Minas

## Homília de D. Paulo Evaristo Cardeal Arns Culto Ecumênico na Catedral de São Paulo em 31 de outubro de 1975.

Estamos diante de Deus, único dono da vida, senhor da História e esperança dos que nEle confiam

1. De fato, Deus é dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens.

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu Irmão.

Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade, repito - a liberdade humano nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso Irmão, pela qual somos responsáveis, tanto individual quanto coletivamente.

Jamais poderemos delegar poder algum que vá contra esta disposição de Deus e que vá contra nossa missão histórica.

2. Deus é também o senhor da História. Ao longo de toda a experiência humana, incentivou Ele os homens a se unirem e a marcharem juntos para construir um mundo de paz, onde os pobres não fossem oprimidos e ninguém fosse opressor.

As marchas da História, quando feitas para unir os homens em favor de todos, sempre tiveram um Deus que caminhasse à frente deles, como uma coluna de fogo durante as noites e como a coluna da defesa durante os dias.

O senhor da História não aceita a violência em fase alguma, como solução de conflitos. Prefere sacrificar o próprio Unigênito para que não morram os demais irmãos. No meio da caminhada, oferece-lhes o Decálogo, para os orientar. E, no meio do decálogo, aparece a ordem, como Imperativo Inarredável, princípio

universal.

Indiscutível: "Não matarás". Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

3. Nosso Deus é um Deus de esperança. Acontece facilmente que nos esquecemos do nosso Deus, quando achamos que sozinhos resolvemos os problemas. Mas Ele está aí, na hora do caos, na hora da desesperança, nos acontecimentos sem saída. Ele se apresenta como Deus da esperança e da salvação, volta a apontar-nos o caminho da Justiça, a caminhada da solidariedade nas sendas da paz.

Justiça que respeite a todos e não prejudique a ninguém. Justiça que não exclua o perdão, se este for o adubo de uma Justiça maior. Justiça que possa consubs-tanciar-se nas leis, mas que tenha sua força no interior de cada homem, disposto a dizer a si mesmo e aos outros: Basta.

É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e ainda querem ser dignos da luz que desvenda a falsidade. A esperança reside na solidariedade. Aquela solidariedade que é capaz de sacrificar os egoísmos individuais e grupais no altar de uma Pátria, no altar de um Estado, no altar de uma cidade.

Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de Wladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.

O Deus da vida, o deus da História e o deus da esperança coloca em mãos a missão, exigente mas pacífica, oposta a qualquer arbitrariedade e a qualquer violência, o que temos em nós de mais divino e de mais humano. Construamos a Paz, na Justiça e na Verdade.

## Câmara Municipal de São Paulo

A concessão de um título é a consagração de um homem, pela cidade, do homem, cuja biografia é exemplo, cuja coragem é inspiração. O orador é mero intérprete desses sentimentos. Sr. Presidente Srs. Vereadores autoridades presentes ou representadas Senhoras e Senhores Eminência O Poder Legislativo, esvaziado pelo autoritarismo do momento, reencontra sua plena dignidade, para sacramentar com o pálido da cidadania adotiva, um homem, cuja simplicidade compreende a angústia e o sofrimento, plan-

tando a semente da esperança.

E, como toda conduta, marcada pela retidão e pelo senso de Justiça, revela uma corrente de paradoxos.

Felizmente, porém, nenhum ultrapassa o paradoxo máximo, que levou à cruz a figura histórica do menino de Nazaré. Mas fazem Dele, entretanto, vítima de pequenas tentativas de assassinato, pela injúria, pela maledicência, pela perseguição daqueles que o seguem, pela censura a órgão que transmite pensamento igual ao

Seu, pelo patrocínio, aberto ou disfarçado, da injustiça e da violência.

A redenção da cruz não baniu da cidade do homem a covardia, nem a brutalidade, nem a injustiça; mostrou, antes, um caminho ao livre-arbítrio humano, que lutará para vencê-las, pela razão solidária.

Depois de quase 2000 anos, pode-se perguntar qual terá sido, realmente, o avanço da humanidade no plano ético. Porque a miséria, a fome e o ódio perduram sobre a face da Terra. Porque o espectro da guerra, global ou localizada, nuclear ou convencional, anuncia a cada dia a sua presença. Porque as divisões entre as Nações, e dentro delas, permanecem profundas. Porque a total insegurança é mantida em nome da segurança total.

O espírito angustiado duvida, às vezes, que nosso período da História seja o período da História moderna e admite que talvez não passe, na verdade, de simples pré-história da Era da Solidariedade.

No entanto, na paisagem do mundo dos homens, muitos há que acreditam e apostam no homem. Na força do homem, no positivo do homem, na criatividade do homem, na razão do homem, na liberdade do homem.

Paulo Evaristo Cardeal Arns, acredita e aposta no homem. No fundo do cárcere criminoso comum, sua palavra é nascimento de sorriso. No lamaçal da periferia, na miséria dos arrabaldes, sua inspiração reúne grupos, para defesa de seus direitos. Na sangrenta prisão de presos políticos, sua voz é ponto de encontro com cada irmão, no anseio comum de liberdade. Nos hospitais é a mansidão do consolo. Nas ruas é alento para os desiludidos. Na rebeldia dos estudantes, respeita o que são hoje e o que prometem ser amanhã. No comodismo dos poderosos, instala a inquietação de quem sabe que não se pode congelar a desigualdade, nem paralisar a marcha da História. Na fome do operário, aviltado por mínimo salário, indica o caminho para a organização sindical, defendendo-a sem tutelas, para o exercício de cada reivindicação, em independência. Na inteligência criativa do intelectual, dá e recebe o ânimo para a pesquisa científica organizada, para a análise séria, o estudo criterioso, descobrindo rumos e propondo alternativas. No compromisso da Universidade, desvenda a natureza triplíce de sua missão, cultural, profissional e social.

Se devesse escolher um trecho qualquer da extensa obra intelectual de D. Paulo Evaristo Arns, ficaria naquele que pudesse envolvê-lo, definindo-o:

“A preocupação pelo isolamento e a falta de diálogo acabaram por atingir a nós todos.

Teremos que voltar, pois, à pessoa, que pode e deve comunicar-se, para conservar sua identidade e missão. Da mesma forma, temos que ocupar-nos dos grupos que se comunicam numa só direção e assim privam, a si e a outrem, de vida e da mais ampla solidariedade. Temos que voltar-nos, afinal, para nossa própria Igreja, que nasceu para a comunicação, mas corre o risco de todas as instituições, que é o de sacrificar a vida à ordem e às leis.”

É, pois, na variedade de sua atuação comunitária, o grande mensageiro, o bispo mestre, mestre do diálogo. O bispo pontífice, porque torna visível o homem da cruz e da esperança. O bispo chefe, cuja autoridade é o serviço. O bispo pastor, que compartilha a vida de seu rebanho. O Bispo líder, cujo exemplo conduz à trilha de firmeza e luta. E quando aposta, em sua palavra, o risco da Igreja, como instituição, sacrificar-se à ordem e às leis, é porque em sua ação já se revelou um resistente de coragem, ao mesmo tempo suave e apostólico, humilde e indomável, pelo respeito permanente aos direitos da pessoa humana e pela obra em benefício das populações marginalizadas.

Quem não se lembra de sua voz, firme e decidida, a despeito de todos os riscos, na Catedral da Sé, no culto ecumênico em homenagem a Wladimir Herzog?

Quem não conhece o livro, produzido sob sua inspiração, acerca do crescimento e da pobreza desta cidade grande, que já era sua, antes mesmo de outorgar-lhe o título de cidadania?

Sua resistência está mais para o cristianismo das catacumbas, demolidor de ditaduras, que para o cristianismo triunfalista, que se comprometeu, por séculos, ficando tantas vezes ao lado ou a reboque do chefe político ou militar, após Constantino.

Enfrenta, com tranqüilidade, problemas que o apostolado antigo não conheceu - “Ideologias envolventes, a sociedade competitiva, a urbanização desordenada e a tecnocracia”. Dá, entretanto, nesse confronto, testemunho de vida à frase de Terêncio: “Nada do que é humano me causa estranheza”. É um sinal de contradição e um sinal de renovação permanente. Seu campo é o mundo do homem, sem nenhuma fronteira ideológica, ou geográfica, ou religiosa, ou econômica, ou racial. Seu trabalho é a vivência cotidiana do espírito ecumênico de uma Igreja renovada, que só não entende quem não quer, ou quem está comprometido com o tipo de estrutura que ela busca ajudar a superar.

Pois esse homem do diálogo universal não foi ouvido, para vergonha de quem escolhe, no diálogo da relatividade oficial brasileira. Essa exclusão fala da natureza desse diálogo - uma

conversa fiada, afetada, de quem finge nada saber, para depois fazer o contrário, adiando, sem data, o desejo maior da Nação - O Estado de Direito e as Liberdades Democráticas.

Essa conversa cibernética não substituirá jamais o único diálogo da verdade nacional - o reencontro da Nação com o Estado. E a contradição se revela e se completa, quando um Presidente estrangeiro, em seguida, pede audiência para um diálogo...

A surdez oficial no Brasil está mais próxima do desespero e da agonia do que da regressão e da cura, pois não pode haver boa vontade num Sistema que colocou tampão de ferro em si e no ouvido da Nação. Essa doença antiga nasce sempre da mesma ilusão continuada - o dono do poder só escuta a verdade da sua conveniência, alegando representar a vontade da Nação, quando comete abusos e consagra injustiças, contando, cegamente, com a parada do relógio do tempo e com a concordância acovardada da maioria.

O poder usurpado investe sempre na mesquinhez e no negativo do homem. Por isso, sua vocação não é de permanência.

Acredita que a devastação é irremediável e a Justiça sempre um negócio. A verdade, no entanto, é que os homens não são santos, mas sua grande maioria não está disposta a aceitar-se como um ser mesquinho. A integridade e a firmeza sempre resistem na hora vertiginosa da debandada.

Essa presença de D. Paulo na vida de nossa cidade reensina antiga lição. O cristianismo dispensa botas e guardas armados. Desdenha tanques, navios e aviões, enfezados ou não, para que se responsabilizem por sua defesa. O cristianismo é a humanidade do homem, no homem sua defesa é a convivência da amizade e da

cordialidade, na Justiça. Ninguém logrou destruir o cristianismo, porque tudo o que existe, como ensina Mestre Alceu Amoroso Lima, nasceu da mesma fonte, até a inspiração das idéias que pretendam destruí-lo.

Paulo Evaristo Cardeal Arns, Peregrino da Paz, é um desmentido histórico ao "sermão nação" do extraordinário Wright Mills.

A palavra religiosa não tem com ele a fixação meramente gesticulante de quem nada sabe, nada faz, nada diz, para uma política de paz, dentro dessa metafísica de guerra, invasora do Mundo, das Nações e das Cidades.

Para ele, a única hipótese de trabalho é o homem, desapegado de instituições, cujo perfil é dado pela consciência de liberdade de cada época e pelo avanço técnico e científico do momento, na expectativa de realizar-se a integração de todos no processo de desenvolvimento individual, social e cultural de cada um.

É o cristianismo compromissado com a revolução construtiva permanente, que antecipa a chegada da hora da Paz, da Justiça e da Liberdade. É o fermento de Amor, que transforma mundos, estruturas e consciências.

D. Paulo Evaristo Cardeal Arns. Este gesto do povo, representado pela Câmara de Vereadores, responde a um apelo seu, feito sem nunca esperar, na sua discricção, a homenagem de agora.

"Cidade, abre as tuas portas". A cidade de São Paulo abre as portas de seu coração para recebê-lo, para sempre, como filho seu. A cidade, desencantada e desiludida, assumiu, para isso, a consciência plena de sua cidadania, que resume na esperança toda sua capacidade de amar, de viver, de lutar, de construir, de vencer e de ser um dia, enfim, livre. FB/vsf 140-378

### Carta de Santiago do Chile

Reunidos em Santiago do Chile, a convite especial da Igreja Católica de Santiago para celebrar um Simpósio Internacional sobre "A dignidade do homem: seus direitos e deveres no mundo de hoje", os abaixo-assinados, representantes das igrejas, organismo internacionais e associações humanitárias de diversos países do mundo, desejamos dar a conhecer o fruto de nossa reflexão e intercâmbio de experiências.

Ao cumprir trinta anos de existência, a "Declaração Universal dos Direitos Humanos" surge para nós como o "ideal comum pelo qual todos os povos e nações devem esforçar-se". Ela está animando a todos os que trabalham no mundo pelos princípios de um autêntico humanismo e está inspirando nossos engajamentos e decisões.

A "Declaração Universal dos Direitos Humanos" proclama os conceitos fundamentais acerca do homem e da sociedade, que podem ser compartilhados por qualquer pessoa, independente de raça, religião ou convicção política. Representa a mais alta inspiração do homem "pela chegada de um mundo em que os seres humanos, libertos do medo e da miséria, possam desfrutar a liberdade de expressão e de culto".

A noção de Direitos Humanos tornou-se o valor mais elevado e sintetiza o desenvolvimento da pessoa e da comunidade. Por isso, nesses trinta anos a humanidade chegou a uma consciência clara e profunda de que esses direitos devem ser concretizados.

Todavia a "Declaração" continua sendo de

um modo geral antes de tudo um desejo e não uma realidade. As experiências que pudemos conhecer e compartilhar nesse simpósio, resumem duras realidades que nos sentimos na obrigação de denunciar, por serem obstáculos importantes no esforço do homem para se tornar realmente pessoa.

Observamos que:

- em um grande número de países filiados às Nações Unidas, os direitos básicos da pessoa humana continuam sendo violados de maneira direta e sistemática.

- muitos governos impuseram sistemas que relativizam o valor da pessoa humana e nos quais a "razão de Estado" é pretexto suficiente para se exercer as mais variadas formas de violência institucionalizada e até a tortura.

- muitos países estão governados por regimes, cuja política e métodos usados dividem os cidadãos em amigos e inimigos, em vencedores e vencidos e impõem uma estratégia de guerra em que prevalece a lógica da eliminação do adversário.

- atrás destes regimes existem com frequência nitidos interesses econômicos, nacionais ou multinacionais, que se sobrepõem aos interesses fundamentais da população local.

- nestes estados os princípios éticos e jurídicos estão subordinados a um dogmatismo rígido e repressivo.

- nestes regimes freqüentemente encontram-se serviços policiais e de inteligência, com caráter secreto e dotados de poderes absolutos e com total imunidade, tendo como consequência os piores excessos em matéria de segurança e integridade física das pessoas, levando a população a um clima de terror generalizado.

- a segurança das pessoas e a legítima segurança da sociedade são igualmente ameaçadas por bárbaros ataques terroristas contra vítimas

inocentes.

- tudo isso conduz a um círculo vicioso de violência e contra-violência que desintegra as condições da existência social.

- a irracional corrida armamentista desencadeada entre as nações grandes e pequenas, constitui uma grave ameaça à Paz e uma escandalosa sangria de recursos que deveriam ser destinados à superação de miséria que sofrem grandes setores da humanidade.

Todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e independentes. Os homens só poderão desfrutar da liberdade e da justiça se forem criadas condições mediante as quais possam exercer tanto seus direitos civis e políticos, como os econômicos, sociais e culturais.

O desrespeito dos direitos civis e das liberdades políticas não constitui um atentado contra a integridade e dignidade das pessoas humanas como também um sério obstáculo para o processo estável de desenvolvimento. Do mesmo modo o desrespeito dos direitos econômicos, sociais e culturais torna impossível a plena realização dos direitos civis e políticos.

Em muitos países a maior parte da população sofre de desnutrição, analfabetismo, baixo nível cultural, desemprego e difícil acesso aos serviços médicos e educacionais. O fato de que grande parcela da população vive em condições subhumanas, patenteia uma violação flagrante e massiva dos direitos humanos e está diretamente relacionada com a existência de uma ordem econômica internacional injusta. A realização de uma nova ordem econômica internacional, complementada com uma nova ordem social e humana nos âmbitos nacional e internacional, é portanto essencial para a promoção efetiva dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

#### Face a estas graves circunstâncias:

- Exortamos a todos os cristãos e homens de fé do mundo inteiro a unirem-se num esforço comum de oração e ação de modo que impelidos por essa mesma fé, busquem corajosamente a verdade e a justiça, e realizem um renovado esforço para se criar a solidariedade de grupos, povos e nações.

- Chamamos a cada homem e mulher, para que assumam a defesa e promoção de seus próprios direitos e dignidade, considerando como dever absoluto o respeito dos direitos alheios, sustentando e difundindo o conteúdo da Carta Internacional dos Direitos Humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, os dois pactos Internacionais e o Protocolo Facultativo).

- Pedimos aos governantes das nações que exerçam seu poder a serviço dos Direitos humanos, acatando e incentivando as normas e pactos internacionais.

- Apelamos à consciência dos povos para recordar-lhes que a paz só pode ser construída sobre a base da justiça.

Ao concluir esta "Carta de Santiago do Chile" nós, os participantes deste Simpósio, reafirmamos nosso compromisso com todos os que consagram sua vida pela causa dos direitos humanos em todo o mundo.

Reiteramos além disso nossa convicção de que "a liberdade, a justiça e a paz no mundo tenham por base o reconhecimento da dignidade intrínseca e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana", porque cremos sinceramente que **TODO HOMEM TEM O DIREITO A SER PESSOA.**

Santiago do Chile, 25 de novembro de 1978

#### Clamor 4

Comitê de defesa dos direitos humanos para os países do cone sul órgão vinculado à comissão arquidiocesana de pastoral dos direitos humanos e marginalizados

### APÓS 5 ANOS DE CLAMOR, CONVÉM REAFIRMAR;

Solidariedade não tem fronteiras  
CLAMOR [do Salmo 88.2 - "Inclina os teus ouvidos ao meu clamor"] completou 5 anos.

Nosso primeiro boletim foi publicado às vésperas da Copa mundial de Futebol na Argentina, com algum temor e tremor, porquanto o Brasil acabava de levantar a dura censura à imprensa, após 14 anos.

Desde então, as nossas páginas serviram como uma crônica da grandeza da alma humana numa variedade de formas de rachar o coração: nos testemunhos das vítimas da tortura; na árdua e interminável luta de mães, avós, familiares e amigos anônimos, na esperança perseverante de encontrarem alguma informação sobre pessoas desaparecidas.

Todos nós do Cone Sul [Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai] somos testemunhas do que acontece quanto o terror do Estado militarista é justificado pela Doutrina de Segurança Nacional.

Todos nós do Cone Sul somos testemunhas do que acontece quanto o Evangelho é colocado à margem sob o pretexto insano de combate ao "comunismo".

Todos nós do Cone Sul somos testemunhas da relação causa-e-efeito entre a presença

das multinacionais, de um lado, e o descaso pela justiça, no outro.

Das agonias e frustrações destes terríveis 5 anos, porém, surgiu uma nova rede das pessoas sofredoras. São fiéis, destemidas, e misericordiosas. Estão comprometidas com a construção de uma nova sociedade, com paz e justiça para todos.

Há sinais de que a luta pelos direitos humanos está ajudando os povos do Cone Sul a perderem o medo dos opressores. Ótimo! Porquanto já está provado na Argentina, Bolívia e Brasil de que as mudanças somente acontecem quando o povo perde o medo e sai às ruas para reivindicar justiça. Os povos do Chile e do Uruguai também estão perdendo o medo da opressão: estão saindo às ruas, fazendo com que as mudanças sejam inevitáveis.

Numa época em que generais arrogantes no Chile, Paraguai e Uruguai continuam a bater no peito, invocando uma nebulosa doutrina de soberania nacional na tentativa de neutralizar preocupações humanitárias da comunidade mundial, o CLAMOR quer proclamar outra vez: como na Parábola do Bom Samaritano — onde a própria vida está em jogo — a SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS.

### Comitê Catarinense Pró Memóriados Mortos e Desaparecidos Políticos

Histórico

Derlei Catarina De Luca

Em agosto de 1979 foi assinada a lei da anistia e vários catarinenses exilados retornaram a Santa Catarina.

De início se encontravam apenas em missas para lembrar os companheiros mortos pela ditadura.

Os sacerdotes hesitavam, mas outros enfrentavam, e em 1980 três sacerdotes concordaram e uma grande missa foi celebrada na Catedral Metropolitana.

O convite foi assinado por vários partidos políticos e entidades civis depois de longas discussões. Juntar partidos políticos diferentes era complicado e em 1982 algumas pessoas assumiram fundar o Comitê Pró Memória que passou a ser coordenado por Derlei Catarina De Luca.

Em 1983, foi organizada a primeira atividade de porte, de forma coordenada na semana de setembro:

Pronunciamento no Congresso Nacional e registro das biografias dos catarinenses pelo Senador Nelson Vedekim;

Pronunciamento na Assembléia Legis-

lativa e registro das biografias;

Varal literário e mural em praça pública;

Distribuição de 10 mil folhetos durante a marcha de 7 de setembro;

Apresentação de teatro;

Missa celebrada pelo Bispo, auxiliado por oito sacerdotes.

A atividade repercutiu bem e foi repetida durante anos, sempre na semana da Pátria.

A partir de 1984, passamos a fazer duas atividades por ano:

=> Dia 31 de março;

=> Semana da Pátria.

Em 1992, o Governador Roberto Requião do Paraná, abriu o Arquivo do DOPS. Durante a ditadura, Paraná e Santa Catarina eram uma só Região Militar. A repressão arquivava todos os documentos dos catarinenses do Paraná. Os presos eram encaminhados ao presídio de Curitiba e julgados na Auditoria Militar sediada lá.

Encontramos dezenas de documentos no Paraná. 1992 e 1993 foram anos dedicados a pesquisa nos Arquivos do DOPS e atividades nas escolas.

Em 1994 a Comissão Nacional de Familiares e o Deputado Nilmário Miranda encon-

traram o corpo de Arno Preis, em Tocantins.

O enterro definitivo de Arno Preis mobilizou toda a sociedade catarinense:

Em Florianópolis, organizamos Sessão Solene, Culto Ecumênico e velório com honras.

Em Criciúma, visitação pública, velório e missa celebrada por oito sacerdotes com a presença de todos os Colégios públicos e particulares.

Em Forquilha, onde aconteceu o enterro definitivo, foi inaugurada uma praça.

Em todas as atividades estavam presentes professores, alunos, e associa es de bairros e autoridades.

Várias câmaras municipais aprovaram os nomes dos desaparecidos, em ruas. As escolas passaram a discutir o tema dos mortos e desaparecidos; dando como tema de aula e prova.

Em Sombrio, os alunos organizaram uma pea a de teatro sobre o assunto.

Em 1995, conseguimos publicar no principal jornal a biografia de cada companheiro. Toda Sexta-feira, davam opinião e faziam perguntas.

Em maio entregamos o documento sobre "interrogatório" ao ministro Nelson Jobim. O documento fora distribuído na OAB do Paraná e Santa Catarina.

Em Setembro, foram organizadas várias atividades de grande repercussão:

Câmara Municipal de Criciúma concedeu o Diploma de Mérito Democrático a todos os catarinenses mortos e desaparecidos;

A Prefeitura Municipal inaugurou a Praça da "Resistência Democrática".

Os eventos comoveram e educaram em todo o sul brasileiro mas duas propagandas repercutiram:

" ltimos dias para escapar da lista dos desaparecidos. Anuncie hoje mesmo na Lista TELESCLISTEL".

Agência Quadra - "Para quem foi tanto tempo desaparecido nada mais justo do que o nome

numa praça".

1996 e 1997, foram anos dedicados ao trabalho nas escolas e aos processos de indeniza o.

1998, foi aprovada a lei de indeniza o aos ex-presos políticos e estamos organizando os dossiês.

Exposi o:

Com 13 painéis que percorrem o Estado em escolas e shoppings.

Metodologia:

Trabalho nas escolas;

Trabalho com professores de história;

Trabalho com todos os partidos políticos;

Participa o em eventos, gincanas, rodeios, palestras, seminários, exposi es etc.

Não conseguimos apoio do Governo estadual. Temos apoio de algumas prefeituras, entidades como a OAB, maçonaria, jornalistas e da Câmara Municipal de Criciúma.

Em 1999, inaugura o do Largo da Anistia e do Monumento pelos 20 anos da Anistia, em 28 de agosto, no terminal do Pinheirinho, enfrente a Universidade do Extremo Sul - UNESC.

O assunto já não pertence mais aos familiares e/ou ao Comitê. É tema de trabalho acad mico:

UFSC - Pedagogia do Silêncio, Tese de Mestrado (concluído).

UNISUL - Guerra Sem Fim, Tese de Pós Gradua o de Jornalismo (concluído)

UNIVALE - Nos porões da ditadura Prisão e Tortura, Tese de Mestrado do Jornalista Marcos Espíndola (concluído).

FURB - Estudos sobre a Violência, de Cristiano Escobar Maia (concluído).

UFSC - Marise da Silveira Veríssimo e Maria do Socorro - Mulheres Presas Mulheres Torturadas.

UDESC - O Papel das Mulheres no Comitê Catarinense Pr  Memória dos Mortos e Desaparecidos (ainda não concluído).

1968

Derlei Catarina De Luca

O primeiro ano de nossas vidas começou em abril, com o assassinato de Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio. Em maio os metalúrgicos tomaram as fábricas em Osasco. Foi o primeiro de maio mais memorável do Brasil. Operários, estudantes, camponeses e intelectuais estavam juntos nas ruas.

Luís Travassos, José Ibraim e Manoel da Conceição passam a ser mitos entre os militantes de esquerda.

No Rio, Jean Marc e Wladimir Palmeira colocam cem mil pessoas nas ruas em passeatas, com apoio popular.

Em todas as Universidades a luta explodia, os estudantes da USP, além da perseguição policial, enfrentavam os reacionários do Mackenzie.

Em setembro, Márcio Moreira Alves, no Congresso Nacional, acusa Costae Silva de ditador. As ruas eram nossas e pretendíamos conquistar todo o Brasil.

E 1968, que começou em abril, não acabou, ou melhor, acabou em 13 de dezembro. As festas, o Natal e os presentes, foram substituídos por prisão, tortura e morte nos cárceres da ditadura.

Passamos quatro meses preparando o ano de 68. A gente estudava, discutia, preparava reunião, planejava as lutas para o início do ano letivo. Tínhamos uma pauta de reivindicações preparadas.

A primeira de todas era o aumento do número de vagas na UNIVERSIDADE. Naquele tempo, o critério de aprovação era diferente de agora. O aluno recebia uma nota pelas provas, que eram todas dissertativas. O sujeito passava mas ficava fora porque o número de vagas era limitado.

Tínhamos uma pauta enorme de lutas

reivindicatórias.

mais vagas

melhor refeição no RU.

o transporte para a Trindade

mudança de professor

A lista era longa, mas era apenas uma maneira de iniciar as manifestações com os estudantes.

Durante quatro meses nos preparamos para o que vinha. Sabíamos o que queríamos atacar, sabíamos como íamos começar, mas nem em sonhos imaginamos como iria acabar.

Depois do HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM, passamos aos clássicos: Lênin, Marx e Engels.

A GENTE PEGAVA DURO. Quando eu falo em estudar, digo estudar política e os clássicos.

No primeiro dia de aula lançamos um panfleto sobre os excedentes (isto é, os alunos que não tinham conseguido vagas) e a preparação do trote. O trote era preparado pelo segundo ano, sob orientação dos diretórios. Preparamos no DCE da Álvaro de Carvalho e o assunto era uma crítica em cima de Otávio Bulhões, Ministro da Fazenda. O Costa e Silva assumira o governo e o regime ainda permitia respirar. O VIETNÃ batia feio nos EUA e nós apoiávamos o pequeno e heróico Vietnã. Era um motivo de orgulho e esperança para todos nós.

No Rio de Janeiro, Jean Marc, da Faculdade de Química, levanta a questão da qualidade da comida.

Em São Paulo, Catarina Meloni e Zé Dirceu levantam a questão das vagas.

Em Pernambuco, os estudantes reclamam, em Porto Alegre fazem passeatas.

Em Florianópolis nós organizamos as manifestações. Tínhamos bem claro nossos objetivos e métodos:

Partir da luta concreta, para a luta política.

### PARTIR DO PARTICULAR PARA O GERAL

O importante era bater a ditadura.

Para levar todos os estudantes, despertar sua consciência, tínhamos de partir de seus interesses imediatos, mas sabíamos que não podíamos ficar apenas na luta imediata.

Tínhamos muitos sonhos, de reformar o ensino, de melhorar o mundo, de melhorar o homem, de reformar cada um de nós. Tentávamos seguir o exemplo de HO CHI MIM, que se dedicava à luta duas horas por dia, todos os dias, a vida inteira.

Líamos Che Guevara. Líamos Regis Debray, líamos Mao Tsé Tung.

Olhando agora, impressiona-me a capacidade que nós tínhamos de ler, debater, estudar, tentar aplicar todos esses autores. Na verdade nós éramos muito sérios para nossa idade.

Desde o dia primeiro de março, conseguimos manter os estudantes mobilizados.

Dia 28 de março, o Exército mata um estudante no restaurante Calabouço, no Rio. A notícia pega todo mundo de surpresa, mas mobilizados.

A nossa reação foi imediata.

Todas as universidades, todos os diretórios levantaram-se e no dia seguinte fize-

mos passeatas em todas as capitais do país. No próprio dia do assassinato passamos em todos os centros acadêmicos avisando. - Vale lembrar que, em 1968, os cursos da UFSC funcionavam separados. Medicina, Farmácia, Direito e Odontologia eram no centro da cidade e tudo separado. - Entramos em todas as salas falando sobre o assassinato. Em nenhuma faculdade fomos impedidos de falar.

Quase 30 anos depois, pesquisando nos arquivos do DOPS do Paraná, encontrei um informe do SNI sobre nossas atividades repassadas por um professor citado como amigo dos órgãos de informação.

Foi uma semana cheia e a questão ultrapassa a nossa imaginação. Todos, ou, praticamente todos os estudantes, se levantam e acordam para a luta contra ditadura. Em Floripa não ficou um muro sem ser pichado.

ABAIXO A DITADURA

O POVO NA LUTA DERRUBA A DITADURA  
E EXPULSA O IMPERIALISMO  
VIETNÃ VENCERÁ NA LUTA  
VIVA CHE  
CHE VIVE EM CADA UM DE NÓS  
CRIAR UM, DOIS, TRES VIETNÃS

O General Vieira da Rosa, Secretário de Segurança Pública publica uma nota nos jornais com o título OS PICHADORES DA NOITE. A gente lia o artigo, ria e chorava de rir. O general defendia uma tese de que éramos todos jovens com problemas de relacionamentos com os pais e por isso éramos revoltados.

Mas nós estávamos seriamente organizando a revolução e nossos objetivos eram claros e definidos.

Queríamos democracia, direito de opinião, liberdades individuais, garantias constitucionais todas as questões conseguidas na Constituição de 1988.

Eu, particularmente, era professora primária, e o governo estadual garantia a possibilidade de ficar à disposição em algum órgão em Floripa, para poder estudar.

Praticamente todos os estudantes trabalhavam e estudavam. Eram poucos os que não trabalhavam. As secretarias estaduais eram lotadas de universitários. O caminho era: fazer a escola normal, ingressar no estado, fazer o vestibular e, com a matrícula, pedir disposição em algum órgão.

Depois de uma grande passeata denunciando o assassinato, paramos frente a catedral metropolitana e os comícios sucediam-se.

Eu também falei e terminei declamando um poema de Garcia Lorca da guerra civil espanhola. Como LORCA era comunista, o general arranja o pretexto para chamar-nos de comunis-

ta. Um poema de Garcia Lorca.

Eram tempos diferentes aqueles. Nem poema se podia ler e como a gente lia. Fazíamos malabarismos para conseguir os livros que não eram vendidos normalmente nas livrarias.

Datilografamos e tiramos no mimeógrafo a tinta o livro de DEBRAY, REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO, e o ANTIDURING, de Engels, no mimeógrafo da Secretaria de Educação. Sempre alguém ficava de guarda, enquanto eu rodava o mimeógrafo. Depois, íamos estudar e discutir na garagem da casa dos pais do Paulo e Lula Alves. Como o número de pessoas crescia cada vez mais, a garagem tornou-se pequena e chamava muito a atenção, passamos a ir na clínica do Dr. Meurer, nosso companheiro da AP, aos domingos.

Até então, formávamos um só grupo, mais ou menos unido, no estudo e no trabalho.

Uma semana a turma do Motta sumiu. Sumiu Motta, Vladimir e quando voltaram, o Motta me chama na saída do R.U. pra dizer que:

Vamos fazer uma divisão de águas, vocês são vocês e nós somos nós...

E daí?

Daí que agora nós vamos nos reunir separados. Vocês são muito liberais (significava não ter cuidado com a segurança)

Existiam dois grupos clandestinos em Santa Catarina A AÇÃO POPULAR e o PARTIDO COMUNISTA. Até aquele momento, sempre tínhamos trabalhado em conjunto sem qualquer rivalidade. Eu sempre tentei manter os dois grupos unidos, porque o inimigo era um só e bem forte e organizado. Mas o PARTIDÃO foi se afastando da prática e ficava mais nas articulações. Aliás, nisso eles se tornaram mestres. O grupo então se divide e nós da AP passamos a nos reunir, estudar e organizar a luta sozinhos. Eles faziam lindos discursos nas assembleias e já não participavam como nós. O M.E. sem dúvida alguma era a vanguarda da luta naquele ano e nós pregávamos a aliança estudantil operária camponesa.

Nas passeatas em todo o país a repressão ia fazendo mortos. Matavam em São Paulo, em Goiânia, no Rio.

Em FLORIPA Não chegaram a tanto. Só vigiavam. A gente não podia ir a lugar algum, sempre tinha um informante. Usávamos os mais variados recursos para driblar os policiais encarregados de nos vigiar. Em abril acampamos no gramado da reitoria exigindo melhor comida e com cartazes e faixas denunciando a ditadura e a repressão. Aliás, a palavra de ordem passa a ser ABAIXO A REPRESSÃO mas o mais bonito era que ninguém se afastava da luta.

Todo dia o número de estudante na rua

aumentava. Em abril, os estudantes do Rio são massacrados na Praia Vermelha. Em Florianópolis saímos às ruas para protestar.

A UNE unificava e liderava as lutas. Zé Carlos de Mata Machado, Paulo Carvalho, Zé Carlos Zanetti, vinham reunir-se com a gente e sistematizar o trabalho.

O mundo parecia arder em chamas; os estudantes franceses fazem a revolução de maio, nos EUA LUTHERKING E BOBKENNEDY são assassinados, os BEATLES cantam canções de paz.

Aqui a gente cantava Era um garoto que como eu... amava os BEATLES e os Rollings Stones. Marcos Valle grava VIOLA ENLUARADA e nós vamos ao delírio.

A ducha de água fria vem quando a URSS invade a Tchecoslováquia. Nós não tínhamos nada a ver, criticávamos o imperialismo soviético, os comunistas tinham se separado da nossa luta na famosa divisão de águas, mas o fato atinge a todos.

A ditadura aproveita para bater na gente e um grupo liderado por Vladimir Palmeira (Rio) e Zé Dirceu, em São Paulo, começam a pregar o diálogo com o governo. Nós não aceitávamos de jeito nenhum. Não ao diálogo. E seguramos a luta.

Começamos a organizar o XXX Congresso da UNE. O PCBR também começa a se articular no movimento estudantil e temos basicamente três correntes na preparação do Congresso. As nossas teses começavam POR UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA E POPULAR. Todas as nossas teses levavam esta palavra de ordem.

Queríamos um governo democrático popular. Estávamos preparando a guerra popular e prolongada. Eram palavras de ordem usadas pelos vietcongs na Ásia na guerra contra os norte-americanos. Nós estávamos inseridos dentro do contexto. O mundo estava dividido entre bons e maus. Os norte americanos eram os maus e quem lutava contra o imperialismo norte americano era considerado amigo e estava do lado do bem. Era simples assim. Vida pessoal, desejo de enriquecimento, ter sucesso, ganhar dinheiro era coisa de BOKOMOKO, de gente que estava por fora do contexto.

Era o pior dos tempos e era o melhor dos tempos. Parece contraditório mas não é. Quem viveu 68 na sua plenitude, considera este o ano mais importante de sua vida, não esquece, não se arrepende, faria tudo de novo e é sua referência pessoal. Tínhamos uma coragem surpreendente, fazíamos reuniões clandestinas por todo o país, conseguíamos manter segredo, tínhamos

códigos para comunicação, passávamos telegramas cifrados, sabíamos comunicar-nos por telefone sem dizer nada. Tínhamos um vocabulário todo especial.

Batizado era reunião

Ponto era encontro

Cair era ser preso

Enrustido era escondido

Inserido era por dentro

BokoMoko era um cara careta

Fumar era moda

Aliança se levava no pescoço junto com a correntinha A vida era legal Enquanto a gente conspirava na clandestinidade e desafiávamos a ditadura nas ruas Chico Buarque, Marcos Valle, Caetano Veloso, Gilberto Gil faziam músicas maravilhosas que nós cantávamos com a maior das paixões.

Mão, violão canção espada e viola enluarada

Pelos campos e cidades

Porta bandeira capoeira desfilando vão cantando LIBERDADE LIBERDADE

A palavra liberdade saía vibrando e vibrante. Tinha um significado especial. Era sentida na sua plenitude. Lutávamos por ela. Não esperávamos que nos dessem de graça.

Estávamos dispostos a morrer por ela.

Quem tem por noite a companheira

Sabe que a paz é passageira

Pra defendê-la se levanta e grita eu vou naquela agitação toda tínhamos tempo para namorar, fazer poesia, ir a praia, dançar.

Saiamos de uma passeata e, correndo, a gente se arrumava para ir ao baile no Clube Doze. Saiamos do baile, trocávamos de roupa para pichar os muros da capital. Nossas economias eram gastas comprando latas de sprays vermelho e preto. A gente comprava o spray no Estreito na casa André Maykot, porque tínhamos um profundo senso de lealdade e por segurança. A filha dele era do grupo e namorava um cara do grupo. Ele não ia nos entregar nunca.

“... Nós temos que falar exatamente para que as futuras gerações saibam o que aconteceu e para evitar que no futuro aconteça novamente ... Eu estou viva graças a um Coronel que se chamava Dalmo, que disse que não ia assumir a minha morte quando eu estava em estado de coma, me levando para o Hospital Militar do Cambuci. ... Nós fizemos um movimento contra a ditadura, muitos fizeram a guerrilha urbana, outros prepararam a guerrilha do Araguaia, foi feita a campanha da anistia, foi feita a campanha das diretas já ... que fazem parte da história da nossa terra. Isto é muito importante!”

## Debate - Igerja dos Oprimidos

**Pergunta 1** - Eu gostaria de partir da constatação de um fato hoje indiscutível: setores expressivos, não só da Igreja Católica como de outras Igrejas cristãs, encontram-se decididamente ao lado dos operários, dos camponeses e de outros setores populares. Isso se manifesta visivelmente, quer no apoio dado às lutas imediatas, como no recente episódio do movimento grevista do ABC, ou no caso da Igreja de São Félix e as lutas camponesas na área, ou ainda a solidariedade da Igreja de Goiás Velho à luta dos posseiros e índios de sua circunscrição. Mas se manifesta também na participação resoluta de cristãos na luta revolucionária, como está ocorrendo na Nicarágua.

Para o pensamento revolucionário e marxista, tudo isso constitui realmente um acontecimento novo. Explicou-me: a possibilidade de cristãos, sacerdotes, setores minoritários das Igrejas cristãs apoiarem, em determinadas circunstâncias, lutas específicas dos trabalhadores, não é uma novidade. Mas que amplos setores cristãos participem da luta pela conquista do poder político e pela construção de uma sociedade nova de forma prolongada, ao lado de não cristãos, essa é uma realidade que tem de ser avaliada, analisada, de modo a se verificar os efeitos que traz, de um lado, para a evolução do cristianismo e, de outro, para a evolução da própria luta popular e operária.

Quanto ao que poderia explicar todo esse fenômeno, tenho algumas observações a fazer. Primeiro, acho necessário não se incorrer em qualquer interpretação idealista desse processo, atribuindo-se a ele apenas uma conotação moral, de conversão ao verdadeiro evangelho dos tempos primitivos, a uma identificação mais profunda com a fé cristã, enfim, a uma coisa que estaria ocorrendo apenas por iniciativa pessoal, voluntária. Da mesma maneira que seria errôneo analisar historicamente a transição do cristianismo primitivo para a Igreja constantiniana à luz de um processo moral (os cristãos daquela época "traíram" a fé dos primeiros apóstolos...), seria incorreto também interpretar hoje o movimento no sentido inverso, como uma iniciativa puramente pessoal de identificação com a fé dos primeiros tempos.

Também seria uma explicação idealista resvalar para um tipo de interpretação meio conspiratória, no sentido de que esse processo estaria ocorrendo porque certos setores da Igreja (particularmente as cúpulas mais conservadoras), temerosos de perder terreno e influência sobre as massas, passaram a fazer uma espécie de manobra de encampar determinadas bandeiras

progressistas e aproximar-se de setores populares, como um meio de manter a influência da Igreja. Embora isso de fato ocorra com determinados setores da hierarquia, não acho que o fenômeno da transformação da Igreja se explique basicamente por aí.

Ao contrário, na minha opinião, ele se enquadra dentro de um movimento histórico mais amplo, que transcende a própria Igreja. Então, a meu ver, a explicação deve começar fora da Igreja, pelos processos objetivos e subjetivos que vêm marcando a evolução das sociedades contemporâneas, já há algumas décadas.

Um primeiro elemento a ser considerado é o próprio desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas, após a Segunda Guerra Mundial - desenvolvimento este que, pela sua própria natureza, leva a uma socialização crescente de todo o processo produtivo. As formas de vida individual, fechadas sobre si mesmas, vão sendo quebradas, instituindo-se cada vez mais a formas coletivas a partir do próprio processo produtivo, mas chegando ao nível da superestrutura. Nós sabemos que o fenômeno da "socialização" está na origem de muito da evolução progressista do pensamento católico recente, marcando o pensamento de um Teillard de Chardin, de um Emmanuel Mounier, e refletindo-se até em João XXIII na sua "Materet Magistra".

Paralelamente, há também um processo de expansão do capitalismo pelo mundo, de exportação crescente de capitais, conseqüentemente de uma exploração cada vez maior dos países pobres, mais atrasados, acarretando um desenvolvimento desigual gritante entre as nações. Em suma, um desequilíbrio gerado pelo próprio sistema imperialista mundial, através da opressão colonial e semicolonial de grande parte da humanidade.

Por outro lado, verifica-se um fortalecimento objetivo da classe operária, seu crescimento enquanto classe pelo mundo afora, a sua concentração, a elevação de seu nível de instrução. Dá-se ainda o fortalecimento dos diferentes movimentos populares e dos movimentos de libertação nacional nos países dependentes e coloniais.

Portanto, a raiz desse processo que a Igreja vive atualmente está no próprio processo social e histórico no qual estamos inseridos, de fortalecimento crescente dos operários e de outras camadas de trabalhadores. A realidade vai colocando diante de nós e de todos os cristãos um fato evidente: o agravamento dos problemas sociais e a necessidade premente de soluções profundas, que inclusive já apontam e emergem a partir da própria luta dos trabalhadores.

Ao lado desses fatores objetivos, acho que existem também fatores subjetivos ainda externos à Igreja. Um deles o Betto já citou: a secularização que se impõe a todo pensamento contemporâneo e que vai quebrando as formas de religiosidade mais tradicionais, certas maneiras seculares de entender, viver e organizar a fé cristã. Outro dado subjetivo importante é, inegavelmente, a influência crescente do pensamento marxista sobre a cultura contemporânea, tanto no conjunto das ciências sociais como na própria filosofia. Isso acabou tendo reflexos sobre o próprio pensamento cristão e católico.

Partindo desse contexto mais amplo, temos melhores condições de entender o que se passa na igreja. Estou de acordo com aqueles que apontam a crise da igreja convencional, quer dizer, da maneira convencional de entender a fé e a moral cristã, das formas tradicionais de culto, etc. Essa Igreja tradicional entrou em crise e de uma maneira sempre mais visível pelo mundo a fora. Face a essa realidade, vemos nos meios cristãos, com frequência, a possibilidade de se desencadearem três grandes reações. A primeira é a "defesa para trás", a cristalização mais forte nas formas ultrapassadas de viver a fé, na Igreja organizada nos Concílios medievais, na liturgia em latim, supondo que qualquer alteração desses princípios significaria colocar em xeque a própria sobrevivência da Igreja. É a reação típica de um D. Sigaud, da organização. TFP Tradição Família e Propriedade, de extrema-direita, de um D. Léfèbre, etc.

Outra reação, também conservadora mas inteligente, é a daqueles que desejam preservar no fundamental o papel da Igreja a serviço da manutenção da ordem econômica e social baseada no capitalismo, na dominação burguesa, mas compreendem que essa dominação não pode se dar mais nos moldes tradicionais. Da mesma maneira que a própria religião, para preservar seu papel social, não pode conservar-se no esquema anterior. Impõe-se fazer certos reajustes. A partir daí, gera-se uma tendência reformista ilusória, visando a resguardar a Igreja em seu papel tradicional.

Finalmente, há uma terceira reação possível dos que, a partir dessa crise da Igreja convencional, tentam entender as suas raízes e, ao fazer isso, promovem realmente uma remodelação em profundidade não só da estrutura da Igreja, das formas de culto, mas inclusive das suas próprias concepções teológicas de fundo, da compreensão do que é a fé cristã e sua relação com o desenvolvimento histórico. Então, acho que aí, quando se assume esta perspectiva, confirma-se o papel decisivo dos fatores externos na transformação da igreja. Isso porque, no meu entender, todo esse

processo, que em parte eu pude acompanhar e viver pessoalmente, começou exatamente pela base da Igreja. Começou, como o Betto dizia e eu concordo inteiramente, com os movimentos de Ação Católica, que justamente se encontravam na fronteira entre a Igreja como instituição e outros movimentos sociais. Foi por aí - através da JUC, JOC, JEC, ACO - que mais rapidamente penetrou na Igreja a influência dos novos processos. A partir da base, a renovação chegou aos padres e depois aos bispos.

Assim, através dessa análise histórica, podemos entender o entrelaçamento do processo interno da Igreja com o movimento mais amplo da sociedade. Outra confirmação disso é que tal processo não está se dando só com a Igreja Católica, mas também com outras Igrejas evangélicas, e até mesmo com outras religiões, como é o caso recente dentro da fé muçulmana, de correntes budistas na Ásia, etc.

Em função dessa realidade, eu tenderia a relativizar mais certas referências feitas aqui ao papel do Concílio Vaticano II e de Medellín, no sentido de que eles ocorrem exatamente em um momento em que essas coisas já estavam em andamento no seio da Igreja. O Vaticano II já foi fruto da pressão que vinha da base e de fora da Igreja, mais do que de iniciativas da hierarquia. Em segundo lugar, ainda, creio que é necessário distinguir duas fases do Concílio: a que se realizou sob a direção de João XXIII e aquela sob a influência de Paulo VI. Sem dúvida, a Segunda fase levou a uma solução de compromisso em relação a alguns problemas, desde questões teológicas de fundo a outros menores, de organização da Igreja. Lembro, por exemplo, que Paulo VI retirou as deliberações do Concílio a respeito do celibato, arrogando a si próprio o direito de decidir sobre o assunto, posteriormente à realização do Concílio. Isso pode parecer uma questão menor, mas, no meu entender, ela se vincula a toda uma determinada concepção de Igreja e do seu relacionamento com o povo. Acho que o Concílio, do ponto de vista da história recente da igreja, tem um papel muito contraditório. De um lado, ele realmente procurou dar maior liberdade de atuação às correntes renovadoras, generalizando no seio da Igreja o debate de temas antes proibidos. Mas, por outro, ele não foi até o fim desses debates e não abriu a possibilidade de que diversas decisões ambíguas lá adotadas se desdobrassem posteriormente, bloqueando dessa forma a continuidade do processo de renovação. Já sob o pontificado de Paulo VI, começou a haver concretamente esse entrave, essa tentativa de arrefecer o ânimo das transformações em andamento e, creio, agora, com João Paulo II, essa tendência aparece de maneira mais clara.

Como última observação, quero destacar que, embora eu considere que esse processo interno da Igreja tem suas raízes profundas num processo social mais amplo, não pretendo enganar com isso sua dinâmica interna particular, assim como os reflexos desse processo sobre o conjunto do movimento social. Ou seja: combatendo as formas mais alienantes e obscurantistas de entender a fé cristã, as transformações ocorridas dentro da Igreja vão também contribuir para o próprio processo de luta da classe operária, dos demais trabalhadores, do movimento de libertação nacional em vários países do mundo, ajudando o seu desenvolvimento, acelerando-o.

**Pergunta 4** - Partindo da pergunta como foi formulada, creio que a esquerda, realmente, está encontrando dificuldade de entender todo esse processo, porque em grande parte ele de fato surpreende. E isso acontece na medida em que persiste, em larga escala, essa visão de que a religião é necessariamente, sempre, o ópio do povo, alienante, desengajada da luta, sem qualquer compromisso com a realidade concreta, pregando apenas a felicidade numa vida posterior à morte e inculcando assim no povo uma atitude apenas de fatalismo, resignação, etc.

Por outro lado, acho que os cristãos progressistas às vezes não levam em conta que esse tipo de religião ainda tem muita vitalidade no Brasil, que para a grande massa a religião ainda é a fuga, a solução para o filho que está doente, os casamentos desfeitos, as angústias pessoais, a miséria. É jogar na loteria e fazer promessa para ver se ganha e melhora de vida.

Acho também que, sobretudo nas correntes de esquerda que se inspiram no marxismo, ocorreram dois fenômenos: primeiro, talvez um entendimento incompleto da posição marxista a respeito da religião, das deferentes formas de religião e de fé; e, segundo, a incapacidade de continuar acompanhando o desenvolvimento das diferentes religiões, de acordo com o espírito científico de Marx e Engels, que sempre analisaram devidamente os fenômenos e suas transformações.

Geralmente, a idéia predominante nos círculos marxistas é muito pobre a respeito da análise de Marx sobre a religião, ficando apenas nessa afirmação genérica de que ela é o ópio do povo. Curiosamente, esta é uma afirmação do jovem Marx, portanto uma afirmação do pensamento pré-marxista, ainda muito envolvido numa problemática hegeliana. É verdade que, em parte, essa tese é muito coerente com a evolução posterior do pensamento de Marx. Mas, de qualquer jeito, não está aí o mais específico da produção marxista sobre o problema da reli-

gião. E nós vamos encontrar textos onde esse pensamento surge de uma maneira mais sistemática, como os de Engels sobre o cristianismo primitivo, sobre as guerras camponesas na Alemanha, a sua própria correspondência pessoal, e em comentários de livros relativos a problemas religiosos de sua época. Então, veremos que a análise marxista é muito mais multilateral. A idéia básica é que a religião, por um lado, protesta contra a dominação, a exploração, mas, por outro, não vai à raiz dos problemas, não apresenta uma solução efetiva. Na análise de Marx e Engels existe a articulação dos dois aspectos, e não necessariamente apenas esse aspecto do ópio do povo, do engano.

Por exemplo, o caso do cristianismo primitivo. Engels alerta para o fato de que o cristianismo da época não apresentava uma alternativa conseqüente para o problema da escravidão, da dominação do Império Romano. Pregava-se um comunismo entendido como a partilha dos bens de consumo, e não como a socialização dos meios de produção, do processo produtivo. Enfim, não se tinha uma verdadeira concepção científica do comunismo. Embora Engels fizesse essa crítica, ele mostrava também que essa visão correspondia às condições da época, ao nível da consciência possível dentro daquele tipo de estrutura social, e que, de alguma maneira, representava uma forma de protesto contra aquela situação toda.

Depois, com a apropriação do cristianismo pela classe dominante, seu reconhecimento pelo Estado a partir de Constantino, é que se estrutura toda uma hierarquia que copiava a própria estrutura de castas, de esta mentos da Idade Média, reproduzindo-a dentro da Igreja Católica.

Mas Marx e Engels mostram igualmente que, ainda assim, vão surgir em determinados setores da base da Igreja, sobretudo já na fase de declínio do feudalismo, muitas manifestações de crítica a esse tipo de religião. Só que, naquele universo religioso do momento, elas teriam inevitavelmente de assumir uma forma religiosa também. É o caso das guerras camponesas na Alemanha, fenômenos que no Brasil se reproduz, por exemplo, com a Guerra de Canudos, do Contestado, onde a rebelião camponesa procura buscar uma justificativa religiosa para interpretar e fundamentar sua luta. Aí então Engels aponta um aspecto interessante: ao mesmo tempo que o protesto tinha de assumir uma forma religiosa, em função da mentalidade e de todo o universo da época, também tinha que assumir uma forma herética, exatamente porque a ortodoxia religiosa vigente justificava a ordem feudal. Qualquer concepção que se colocasse do ponto de vista dos camponeses teria de ser, dentro da-

quele universo de ortodoxia, uma heresia. E é daí que vem todo o problema do significado histórico concreto das heresias religiosas, particularmente daquelas que possuíam raízes no seio do povo, sobretudo dos camponeses.

Em suma, acho que o fundamental é apreender o método marxista e analisar o papel social, concreto, da religião em cada época histórica e em cada conjuntura concreta, e compreender que, em determinada situação, ela pode, ao invés de desempenhar um papel de ópio (no sentido de falso consolo, resignação), servir de instrumento para justificar a própria luta, levar a um engajamento.

Por outro lado, faz parte também do marxismo a concepção clara de uma filosofia materialista, no sentido rigoroso da palavra. Então, se Marx não falou que a religião e não Deus é o ópio do povo, isso, no meu entender, não significa que ele admitisse a possibilidade de alguma concepção de Deus, que a crítica dele se dirigisse só à maneira como a fé era entendida ou vivida na época, ou à maneira como se concebia Deus. Creio que a crítica dele vai a qualquer tipo de concepção de Deus, mesmo àquelas que não traduzem um convite à resignação. Ele parte de uma visão materialista, só aceitando um universo material, rejeitando qualquer idéia de que há outro tipo de universo, outro tipo de seres, que não os seres espaço-temporais, perceptíveis pelos sentidos. Resumindo: Marx e a tradição marxista substituíram o problema da existência de Deus pelo problema da idéia de Deus, tentando entender como essa idéia surge, em que condições e que papel social ela desempenha.

Não sei, Betto, se é a essa concepção que você estaria chamando de marxismo dogmático. Eu não estaria de acordo. Acho que o dogmatismo não está em afirmar que qualquer forma de fé é incompatível com a visão marxista. Efetivamente, considero que nesse nível a incompatibilidade existe. Agora, o dogmatismo surge ao não se acompanhar o desenvolvimento das diferentes formas de fé e religião e os papéis sociais diversos que elas podem desempenhar. Seria um absurdo um marxista achar que deveria Ter a mesma postura diante de um dSigaud, de um D. Aloísio Lorscheider e de um D. Pedro Casaldáliga. Dou estes três exemplos porque acho que são casos distintos, três tipos de posição, de atitudes, que exigem dos marxistas posturas políticas inteiramente diferenciadas.

Então, realmente, se ficarmos numa visão simplista sobre a religião, a surpresa será mesmo inevitável. E essa surpresa existe muito, também, porque inúmeros marxistas estão

ainda marcados pela crítica feita ao pensamento religiosos no fim do século XIX, começo do XX, por Lênin, em relação à Igreja ortodoxa russa, que era de fato uma Igreja absolutamente alienada, comprometida com o império czarista, mantida inclusive pelo Estado. Permanecendo assim desatualizado, esse marxista necessariamente será tomado de surpresa ao tomar conhecimento, hoje, de uma teologia da libertação. Afinal, religião para ele tem que ser necessariamente conformismo, alienação! Mas a surpresa pode ser benéfica, contribuindo para a quebra da rigidez de pensamento e estimulando uma análise mais profunda.

Acho também que aí se expressa um outro problema político importante para a esquerda. Muita gente pode achar preferível (e eu já ouvi de alguns esse raciocínio, não estou inventando nada) a permanência da postura tradicional religiosa, porque ela "facilita" o combate ideológico marxista às idéias religiosas como um todo, uma vez que mais facilmente podem ser desmascaradas.

Por outro lado, uma outra postura da Igreja, progressista, seria mais "perigosa", porque ela se insere no movimento operário e popular, disputando a influência com os marxistas.

Eu não partilho desse ponto de vista. Considero também que ele não tem procedência na tradição marxista e leninista genuína. Recordo-me de um texto básico de Lênin, "Sobre o Significado do Materialismo Militante", em que, após a tomada do poder em 1917, ele propõe editar na Rússia uma série de pensadores enciclopedistas, burgueses portanto, que faziam uma crítica à religião. A crítica deles não era a mesma do marxismo, partia de pressupostos diferentes e tirava conseqüências políticas diferentes, mas Lênin achou útil divulgá-la. E para justificar ele faz um raciocínio interessante. Constata que, freqüentemente, apresentar de vez uma posição totalmente diferente - por exemplo, marxismo contra obscurantismo religioso - não consegue qualquer resultado em certos meios mais atrasados politicamente, já que existe um bloqueio intelectual e emocional: o indivíduo, ligado a toda uma realidade tradicional, bloqueia-se intelectual e emocionalmente a tudo que é radicalmente novo. A crítica enciclopedista seria assim uma ponte para uma crítica mais profunda, mais radical.

No meu modo de entender, a divulgação de certas concepções progressistas das igrejas cristãs, mesmo às vezes não indo às raízes do problema religioso, podem ser avaliadas, inclusive ao nível teórico, como um importantíssimo instrumento de luta contra as formas mais retrógradas e ultrapassadas de religião, trazendo as

discussões, exatamente, para um outro nível, racional, onde vai continuar a haver divergência, debate, mas já expurgado de uma série de emocionalismo, de preconceitos milenares.

**Pergunta 5** - Um compromisso concreto. Por isso discordo daquele tipo de raciocínio de que falei. E mais: estou convicto de que, em nosso processo político, essa relação entre cristãos e marxistas vai ser da maior importância. Existe de fato a necessidade de nos compreendermos, com base em três aspectos distintos.

Primeiro, a possibilidade de ação comum entre cristãos, não cristãos, marxistas, indiferentes, em torno dos mesmos objetivos, a curto e médio prazo, dentro do movimento operário e popular. Pregar o contrário é exatamente contribuir para a divisão do povo, colocando a contradição religiosa e filosófica como principal, quando ela constitui uma contradição subordinada.

Segundo, acho que essa luta em comum não significa apenas uma luta imediata - uma greve, manifestação, etc. -, mas aponta para uma unidade por um período histórico muito mais longo, uma tarefa histórica de mais largo alcance. Sobretudo no que diz respeito às correntes cristãs que já evoluíram para uma concepção mais global do processo histórico atual, que aceitam a opção pelo socialismo.

Um terceiro aspecto é o de que vai continuar havendo a luta de opiniões, divergência entre as diferentes maneiras de entender o mundo e a libertação completa do homem, mesmo depois da revolução. Mas essa é uma luta essencialmente de idéias, no seio das correntes que comungam dos mesmos objetivos políticos, do mesmo compromisso com o povo. Desse ponto de vista, creio que também há que se rever certas experiências de construção do socialismo, porque nem sempre essa questão foi bem colocada.

Por exemplo, se lermos a Constituição da república soviética Federal da Rússia, de 1918, que foi a primeira feita após a Revolução russa, ainda sob a direção de Lênin, verificamos que o artigo que tratava da liberdade de consciência e de religião dizia o seguinte: "a todos os cidadãos é reconhecida a liberdade de propaganda religiosa e anti-religiosa". Já no decreto sobre as associações religiosas de 8 de abril de 1929, portanto agora sob a direção de Stálin, existe uma alteração, pequena e sutil mas profunda, que afirma: "Todos os cidadãos gozam da liberdade de confissão religiosa e da liberdade de propaganda anti-religiosa". E a constituição de 1936, também redigida sob a direção de Stálin, confirma esse novo tratamento declarando: "Para assegurar aos cidadãos a liberdade de consciência, a Igreja da União Soviética é separada do Estado e a escola da Igreja, a liberdade de exercer culto

religioso e a liberdade de propaganda anti-religiosa são garantidas a todos os cidadãos".

Considero que esse tipo de tratamento não tem nenhum fundamento necessário na concepção marxista-leninista, e não é correto. No entanto, esse é o tratamento padrão nos países ditos socialistas. Ele reconhece apenas a liberdade de culto, como uma espécie de sobrevivência inevitável, e tolhe a manifestação da liberdade de expressão de qualquer corrente religiosa, mesmo que progressista.

Deseja-se vencer a luta ideológica não pelo confronto, mas pela eliminação pura e simples do adversário. O resultado disso pode ser desastroso para o próprio marxismo, no sentido de que pode conduzir ao florescimento das formas de pensamento mais retrógradas no seio das religiões e das Igrejas cristãs. E o exemplo vivo mais concreto é o da Igreja polonesa, sob um regime dito socialista marxista há vários anos; do ponto de vista teológico e litúrgico, ela não representa a corrente mais avançada da Igreja católica. E do ponto de vista político, durante as greves operárias de agosto último, em determinado momento ela procurou interferir para frear o movimento e conchamar os trabalhadores à suspensão da greve, em função da "ordem social".

**Pergunta 6** - Acho que se pode levantar, de fato, uma série de questionamentos com relação às comunidades de base -que são mesmo muito heterogêneas- como fez o Betto. E acho que a gente deve criticar os defeitos para ajudar as coisas a caminharem mais corretamente. Considero, no entanto, que o movimento básico é positivo. Ele desencadeia um tipo de reflexão, de organização, de ação que, apesar de suas desigualdades e limitações, tem uma dinâmica própria, que uma vez desencadeada não há como parar no meio do caminho. Há alguns anos atrás, havia muito pouco de organização do ponto de vista dos cristãos de base. Hoje, essa situação mudou e, com o decorrer do tempo, uma boa parte desse pessoal pode evoluir para posições bem avançadas. Como ocorreu na Ação Católica, em que o próprio processo foi jogando uma parte considerável do pessoal para a frente.

**Pergunta 7** - É temerário avaliar em poucas palavras uma visita tão complexa e polêmica como a do Papa João Paulo II ao Brasil. Como pistas de análise, lembro que o papa visitou o Brasil numa conjuntura especial, em que o regime militar se debate com uma grave crise econômica e política e enfrenta um amplo leque de forças oposicionistas. Quanto à situação interna da Igreja Católica, uma minoria ultra-conservadora, tipo DSigaud, se vê isolada por um conjunto bastante heterogêneo de correntes renovadoras. Nesse contexto, veio João Paulo II.

Reuniu amplas multidões, mas enquadradas, desorganizadas, com margem quase nula de iniciativa própria. Falou muito e quase não ouviu. Pretendeu apresentar-se equidistante das contradições de classe e das contradições no seio da própria Igreja. Suas mensagens, do ponto de vista teológico, foram ainda marcadas por uma visão dualista das relações entre fé e libertação, entre a comunidade de fé e a comunidade histórica mais ampla, entre a missão evangelizadora e a missão política dos cristãos; e, do ponto de vista político, não foram além de um moderado reformismo. Como balanço geral, seria possível afirmar que Golbery e a TFP, certamente, não gostaram dos

resultados da visita; mas, entre as forças oposicionistas, dentro e fora da Igreja, o papa procurou fortalecer sobretudo os setores mais moderados. Apesar de suas intenções, o efeito final será positivo se as forças populares e as correntes católicas mais avançadas souberem apoiar os aspectos positivos de sua visita e de suas opiniões, mantendo suas ressalvas aos aspectos negativos e sobretudo resguardando sua liberdade de ação e de julgamento para levar adiante a renovação da Igreja Católica e da sociedade brasileira.

(In: *Igreja dos Oprimidos, Brasil Debates, 1981*)

### A violência da verdade

Dom Helder Câmara

"(...)

unir ... os variados movimentos de não - violência, tornando-os capazes de: beber, nas respectivas religiões ou até no humanismo ateu, a necessária força para manter fidelidade à libertação pacífica dos oprimidos do mundo inteiro, sejam quais forem as conseqüências;

estabelecer, clara e decididamente, que o objetivo a atingir não é reforma periférica e superficial, mas mudança de estruturas escravizadoras e desumanas, onde quer que existam; firmar métodos que, sendo clara e indiscutivelmente de não -violência , de violência dos pacíficos, mereçam respeito, conquistem confiança como válidos para efetivamente revolverem estruturas desumanas."

(in: CÂMARA, Dom Hélder, *O deserto é fértil*, parte III, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976).

### Depoimento da mãe de Gildo M.Lacerda

*Célia Garcia Macedo Lacerda:*

"Meu saudoso filho, Gildo Macedo Lacerda, foi um moço notável, simpático e justo, empreendedor e dinâmico.

Vivia sempre rodeado de bons amigos e por onde passava ia sempre conquistando novas amizades, isto graças à sua afabilidade, ao seu coração magnânimo, à sua grandeza de alma.

Era amigo da Paz e da Justiça. Seu maior desgosto era ver alguém ser pisoteado sofrendo calamidades injustamente.

Era possuidor de um coração generoso e nobre, vivia sempre dando o melhor de si em prol da comunidade.

Ficamos arrasados com tudo o que aconteceu com o nosso querido Gildo. Ficamos também decepcionados com o cinismo por parte dos seus algozes e pelo consentimento daquele governo déspota.

Gildo morreu como morrem todos os heróis, de cabeça erguida e consciência tranqüila. Seu desaparecimento foi uma perda irreparável, não

só para nós os seus familiares, como para toda a nação.

Sentimos até hoje uma incomensurável falta da sua presença amiga, bondosa, com toda aquela gentileza que lhe era muito peculiar. Como também sentimos a falta de seu apoio, ele era o nosso arrimo, o nosso braço direito.

Era ele quem nos orientava, nos aconselhava, resolvendo os problemas com acerto, com a orientação dele, tudo dava certo.

Estou escrevendo com as lágrimas a escorrer-me pelas faces, pois, até hoje eu sinto uma dor intensa, arraigante, a corroer-me as mais profundas entranhas da alma.

E esta dor eu sei que me acompanhará até o túmulo, por ter perdido o meu querido e amado filho que foi vítima fatal da sanha daqueles bárbaros desumanos, como tantos outros, brutalmente assassinado.

Mas, não desejo mal a eles, entrego para Deus; somente a Deus compete dar a punição que esses pobres infelizes merecem."

(In: "Onde estão?" Comissão pelos Desaparecidos Políticos Brasileiros - familiares, amigos, e ex-militantes da Ação Popular Marxista-Leninista - APML)

**Prêmio Herzog**

27 de outubro de 1998 - Parlatino  
 Cardeal da Cidadania, Rabino da Cidadania,  
 Reverendo da Cidadania

**Dom Paulo Evaristo Arns**

A crença .... na vida. Eu gostaria de lembrar neste momento em que foram lembradas tantas coisas importantes, e sucederam nestes vinte e tantos anos, eu quisera relembrar um fato que se deu exatamente no momento em que eu voltava, como Cardeal, de Roma, me fizeram Cardeal Cidadão, eu voltava de Roma, e à noite, pelas onze e meia, meia noite fui visitado por vinte e dois jovens todos eles alunos e da Usp e acampados no campus da USP, e eles vieram para me dizer:

Dom Paulo, ou o senhor parte conosco para quebrar esta cidade e mudar essa ordem injusta, ou os estudantes vão partir sozinhos, e eles vão fazer, quem sabe, alguma coisa que possa prejudicar a vida deles e a própria causa deles. E conversamos, fomos conversando, no fim eles me disseram: O senhor escreve ao menos uma carta dizendo a eles que o senhor vai fazer uma cerimônia com eles lá no campus da Usp. E eu disse a eles: Não, o campus da Usp está todo cercado, vocês sabem que a censura não permite transmitir nada para a televisão, nem pro rádio, nem para o jornal, está tudo cercado. Eu ofereço o coração de São Paulo, a catedral metropolitana, para vocês poderem aí manifestar plenamente a sua insatisfação, mas rezando, pedindo auxílio de Deus, para que o Brasil seja sempre uma terra livre, e onde todo mundo possa amar e exprimir o seu amor ao povo. Eles aceitaram, escrevi um cartão prometi a santa missa, e perguntei ao conselho de presbíteros, 21 se prontificaram, os 21 do conselho se prontificaram e foi celebrada então - fazem exatamente 25 anos, é o jubileu de prata este ano, que Alexandre Vanuchi Leme, foi celebrada na catedral e oferecido um penhor de nossa gratidão para um Brasil novo, um Brasil livre, um Brasil de expressão do povo e de expressão de justiça. Mas eu gostaria também de lembrar que no dia em que foi preso e estava sendo torturado o nosso queridíssimo Vlado Herzog, houve três manifestações importantíssimas na solidariedade. A primeira foi ..... os jornalistas foram para a Curia e nos nos reunimos laem torno do telefone para alcançar todas as autoridades possíveis, para livrar Herzog o Vlado Herzog da prisão, ou seja da tortura que iria causar a sua morte. Chegamos a falar com o governador que estava em Jades, através de sua esposa que forneceu este telefone e não conseguimos nada. E os jornalistas se reuniram mais uma vez em solidariedade na minha casa, depois do almoço, dizendo: temos que lutar e com muita decisão para que possa ser solto Vlado Herzog porque ele está nas últimas, nós temos notícia que ele está nas últimas, nós telefonamos para todos os lugares possíveis aqui em São Paulo, e telefonamos depois para o próprio assessor do Presidente da República, o general Golbery que naquele momento ocupava o cargo de chefe da casa civil do general Geisel, ele bateu na mesa e disse: Mais uma vez fomos traídos. E logo depois, nós vimos como a solidariedade dos jornalistas já se ampliando, ia tomando conta de toda a cidade, ia tomando conta de todo o Brasil, ia tomando conta também dos jornalistas do exterior, e mais de mil jornalistas assinaram um manifesto dizendo: Daqui para frente qualquer cerceamento de nossa liberdade de

**Bezerra de Menezes**

Freitas Nobre

Consultando os Anais da Câmara de Deputados no longo período em que Bezerra de Menezes exerceu o mandato de deputado federal, surpreendi-me com o estilo, a coragem, a franqueza, a vivacidade intelectual, a cultura e uma sinceridade fora do comum que punha em todas as suas intervenções parlamentares.

falar será denunciada não só para o Brasil mas para o mundo inteiro. E naquele momento eu acho que começou a redenção. Vlado Herzog foi o judeu que nos salvou de uma inundação de misérias que poderiam ter acontecido não fosse o sacrifício dele. Ele agradecemos a Deus através de sua esposa que está aqui presente, e gostaríamos de dizer: a solidariedade é que redime a humanidade. A solidariedade nos fará vencer também todos os impecilhos que todas as ditaduras procuram antepor à caminhada da humanidade.

Que Deus nos una sempre num Brasil sempre mais corajoso e sempre mais livre. E sempre mais favorável a todo mundo. Obrigado!

**Rabino Henri Sobel**

Sinto.... de gratidão e humildade. Ter meu nome associado ao do Vlado é de fato uma honra. A morte de Vladimir Herzog mudou o rumo do nosso país. Foi o começo do fim da ditadura. No entanto ainda falta muito para fazer até que sejam eliminados os vestígios do totalitarismo que ainda poluem nossa democracia reconquistada a tão duras penas. Se queremos render tributo a morte de Vlado, temos de preservar dentro de nós o sentimento de indignação de inconformismo, jamais nos acomodando a violação dos direitos alheios. O silêncio é o mais grave dos pecados. A indiferença em face do mal incentivam ao reconhecimento ao mal, se fechamos os olhos, se viramos a cabeça, se fingimos não saber, tornamo-nos cúmplices. Isto eu aprendi com a história do meu povo. Digamos não à violência institucionalizada! E inspirados pelo legado de Vladimir Herzog digamos Sim! A dignidade humana! Shalom!

**Reverendo Jaime Wright**

Hoje à noite eu entreguei a Dom Paulo Evaristo Arns, cinco exemplares de um novo livro publicado no mês passado, pela University of Texas, a Universidade do Texas, que possui a maior Biblioteca Latino Americana do mundo. Essa universidade sentiu a necessidade de uma Segunda edição do livro Brasil: Nunca Mais, em inglês que havia sido publicado em 1986, pela maior editora norte-americana Random House.

Então, acaba de sair agora, mostrando a necessidade de manter viva a memória daquilo que sofremos, durante a ditadura brasileira, acaba de sair este livro. E na introdução, a dra John Garcer, que foi diretora da Fundação Ford, aqui no Brasil, ela dá uma menção especial ao Sindicato de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pela coragem que revelou numa situação de intenso medo e temor que prevalecia em nosso ambiente. E menciona ainda mais, um resultado muito positivo dessa atitude corajosa do Sindicato de Jornalistas Profissionais, que promoveu, quem sabe, sem querer, o ecumenismo, aqui em São Paulo. Eu dou graças a Deus e sei que cada um dos meus companheiros também, pela oportunidade que tivemos de trabalhar juntos e continuar a trabalhar juntos para que esses, ideais corajosamente manifestados pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais, naquela época, possam produzir muitos e muitos frutos de justiça e solidariedade. Muito obrigado.

Quantas vezes lia Rui Barbosa nos debates parlamentares, julgando estar lendo Bezerra, ou vice-versa.

A descoberta de Bezerra-parlamentar motivou uma demorada pesquisa e, hoje, possuo várias centenas de documentos da época, reproduzidos dos originais existentes nos arquivos da Câmara Federal, bem como do Arquivo do Exército. Com todo este acervo de documentos, vários deles do próprio punho de Bezerra, esperamos um dia escrever sua biografia, enquadrando-o no período histórico em que viveu e do qual participou de maneira tão intensa.

*Personnas: gradações e sujeitos do discurso político-religioso no Estado autoritário pós-64**- uma abordagem lexical e sóciosemiótica*

Nascido no Estado do Ceará, na Freguesia do Riacho do Sangue, aos 29 de agosto de 1831, já com 13 anos de idade lecionava latim na própria escola onde estudava.

Aos 20 anos, viajou para o Rio, a fim de ali fazer o curso de Medicina que completou com muito sacrifício.

Ele mesmo contou que na ocasião de uma das matriculas anuais, não tinha como pagá-la e nem contava com qualquer objeto de valor para vender ou penhorar.

Bateu-lhe, no entanto, à porta, um jovem que lhe pagara adiantadamente as lições de matemática que viera contratar.

Bezerra que não tinha qualquer predileção pela matéria, aceitou o dinheiro e cuidou de rever alguns livros na Biblioteca Pública para preparar-se para as aulas que deveria ministrar, a partir do dia seguinte.

Mas, o estudante que Bezerra não conhecia, jamais voltou a procurá-lo para as aulas que pagara antecipadamente.

Os fatos simples e notáveis de sua vida são objeto de várias biografias que não apanharam os aspectos relativos à sua atividade parlamentar e que será objeto de um volume em nossa coleção.

Nesta apresentação não pretendemos fazer a biografia que a vida de Bezerra de Menezes está a exigir, mas, apenas, justificar as razões pelas quais a EDICEL decidiu reeditar sua obra e publicar vários dos seus trabalhos que se perdem, hoje, nas páginas amareladas dos Anais do Congresso.

Na edição de suas Obras Completas estamos publicando a carta que dirigiu ao seu irmão mais velho, Manoel Souza da Silva Bezerra, em 1886 e que é o presente volume sob o título A Doutrina Espírita, divulgada em 1920 e 1921 pelo Reformador, órgão da Federação Espírita Brasileira, graças à atenção do poeta Juvenal Galeno que guardava consigo o importante documento e que o encaminhou à entidade máxima do Espiritismo no país.

O Reformador publicou o documento com o título de Valioso Autographo e, posteriormente, em volume - A Doutrina Espírita como Philosophia Theogonica. Sua Origem: Sua razão de Ser - Seu modo de ensino - Seus princípios fundamentais.

A fixação pública de Bezerra de Menezes como espírita verificou-se a 16 de agosto de 1886, perante um auditório de cerca de duas mil pessoas, no salão da Guarda velha, à rua Senador Dantas, no Rio.

Aos 25 anos de idade, médico, era admitido como cirurgião - tenente e no mesmo ano era recebido na Academia Nacional de Medicina, sendo durante 4 anos, o redator dos Anais da entidade.

Predominavam os pobres e os indigentes entre os seus clientes, razão pela qual o cognominaram de médico dos pobres.

Alfama, ele definira o médico e sua função verdadeiramente sacerdotal em seu romance Casamento e Mortalha: "O médico verdadeiro e isto: não tem o direito de acabar a refeição, de escolher a hora, de inquirir se é longe ou perto... O que não acode por estar com visitas, por ter trabalhado muito e achar-se fatigado, ou por ser alta noite, mau o caminho ou o tempo, ficar longe ou no morro, o que sobretudo pede um carró a quem não tem com que pagar a receita, ou diz a quem lhe chora à porta que procure outro - esse não é médico, é negociante de medicina, que trabalha para recolher capital e juros dos gastos da formatura. Esse é um desgraçado, que manda para o outro o anjo da caridade, que lhe veio fazer uma visita e que trazia a única esportula que podia saciar a sede de riqueza do seu espírito, a única que jamais se perderá nos vai e - vem da vida".

Em 1860, já com 29 anos, faz-se candidato do Partido Liberal, elegendo-se e empossando-se, apesar da impugnação apresentada por Haddock Lobo, sob a alegação de que ele era militar.

Bezerra responde à impugnação, renunciando ao posto militar e à condição de cirurgião do Hospital Militar do Rio de Janeiro.

Vários foram os seus mandatos de deputado federal e de representante à Câmara Municipal da Corte, da qual foi presidente.

Exerceu várias funções administrativas, tendo fundado a estrada de Ferro Macaé a Campos e presidido a Companhia dos carris urbanos no Rio de Janeiro.

Suas manifestações e seus projetos constituem verdadeiras manifestações premonitórias, ora quando reclamava providências contra o favelamento da Guanabara, ora quando formulava o projeto de regulamento do trabalho do empregado doméstico, ora quando pregava o municipalismo, tudo isto há um século.

Sobre o municipalismo, teve este desabafo (Casamento e Mortalha): "Tu, meu querido Brasil, tens andado sem leme e sem bússola, precisamente porque nunca tiveste, e não ceddo não terás, em sua verdadeira base, a municipalidade. Cumpri meu dever, mas era cedo ainda".

Sua presença na Federação Espírita Brasileira, como presidente, representou a garantia de sobrevivência daquela entidade, ameaçada pela luta dos grupos internos.

Adolpho Bezerra de Menezes Cavalcanti, conforme consta de sua certidão de batismo, passou a assinar-se simplesmente Bezerra de Menezes, e, muitas vezes, apenas Bezerra.

Seu avô paterno, o Coronel Bezerra de Souza e Menezes foi revolucionário, tendo participado da insurreição republicana, em 1824, que ficou conhecida como a Confederação do Equador. Preso e condenado à morte, teve a pena convertida em prisão perpétua.

Pretendemos, também, reunir posteriormente em um volume muitos dos seus trabalhos esparsos, divulgados inclusive em folhetos, sendo certo que J. F. Velho Sobrinho, no seu Dicionário Bio - Bibliográfico Brasileiro indica a existência de mais de quarenta livros e outras publicações de sua autoria.

Em 1875, publicada a edição em português de O Livro dos Mediuns, o seu tradutor, Joaquim Carlos Travassos, ofereceu um volume a Bezerra. Este, observou: "Lia; mas não encontrava nada que fosse novo para meu espírito, entretanto, tudo aquilo era novo para mim!... Eu já tinha lido ou ouvido tudo o que se achava n' O Livro dos Espíritos... Preocupei-me seriamente com este fato maravilhoso e a mim mesmo dizia: parece que eu era espírita inconsciente, ou, como se diz vulgarmente, de nascença".

Seu desenlace verificou-se aos 11 de abril de 1900, no Rio de Janeiro. Sua pobreza era tal que o senador Quintino Bocaiuva e outros espíritas, constituíram uma comissão para angariar donativos entre os confrades, a fim de ajudar a família totalmente sem recursos.

O Paiz, jornal em que publicou seus Estudos Filosóficos, assim noticiava o enterro de Bezerra, no dia 13 de abril: "Desde que se divulgou a notícia do seu traspasse, até uma parte do dia de ontem, uma incessante romaria se estabeleceu em demanda de sua habitação. Eram os pobres, os humildes, os necessitados, no anonimato da sua condição em que, não raro, brilham excelsas virtudes, que lhe iam render o tributo da saudade e do reconhecimento, conquistados a golpes de bondade, e cujos soluços e lamentações se confundiam com os da pobre família desolada".

Leon Denis, na França, se pronunciava sobre o desenlace de Bezerra de Menezes: "Quando homens como ele desaparecem, é um luto não somente para o Brasil, mas para os espíritas do mundo inteiro".

Freitas Nobre

(Introdução ao livro Doutrina Espírita, de Bezerra de Menezes, 1973)